

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“Júlio de Mesquita Filho”

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Câmpus de Rio Claro

DENISE LEONARDO CUSTODIO MACHADO DE OLIVEIRA

DESENVOLVIMENTO E ESPECIALIZAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA EM  
UBERLÂNDIA - M.G. (1970 a 2014): A EXPANSÃO DAS INDÚSTRIAS  
PROCESSADORAS DE SOJA, CARNES E COUROS E SEU PAPEL NA  
ARTICULAÇÃO DAS ESCALAS LOCAL-GLOBAL

Rio Claro – S.P.  
2016

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“Júlio de Mesquita Filho”

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Câmpus de Rio Claro

DENISE LEONARDO CUSTODIO MACHADO DE OLIVEIRA

DESENVOLVIMENTO E ESPECIALIZAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA EM  
UBERLÂNDIA - M.G. (1970 a 2014): A EXPANSÃO DAS INDÚSTRIAS  
PROCESSADORAS DE SOJA, CARNES E COUROS E SEU PAPEL NA  
ARTICULAÇÃO DAS ESCALAS LOCAL-GLOBAL

Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Silvia Selingardi-Sampaio

Rio Claro –S.P.  
2016

910.9  
O48d      Oliveira, Denise Leonardo Custodio Machado de  
            Desenvolvimento e especialização da agroindústria em Uberlândia -  
            M.G. (1970-2014) : a expansão das indústrias processadoras de soja,  
            carnes e couros e seu papel na articulação das escalas local-global / Denise  
            Leonardo Custodio Machado de Oliveira. - Rio Claro, 2016  
            223 f. : il., gráfs., tabs., quadros, mapas

            Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de  
            Geociências e Ciências Exatas  
            Orientadora: Silvia Selingardi-Sampaio

            1. Geografia econômica. 2. Atividade industrial. 3. Exportação de  
            commodities. 4. Mercado global. 5. China. I. Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI - Biblioteca da UNESP  
Campus de Rio Claro/SP

DENISE LEONARDO CUSTODIO MACHADO DE OLIVEIRA

DESENVOLVIMENTO E ESPECIALIZAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA EM  
UBERLÂNDIA - M.G. (1970 a 2014): A EXPANSÃO DAS INDÚSTRIAS  
PROCESSADORAS DE SOJA, CARNES E COUROS E SEU PAPEL NA  
ARTICULAÇÃO DAS ESCALAS LOCAL-GLOBAL

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de  
Geociências e Ciências Exatas do Câmpus de Rio  
Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de  
Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para  
obtenção do título de Doutora em Geografia.

Comissão Examinadora

Profa. Dra. Silvia Selingardi-Sampaio (Orientadora)  
IGCE/UNESP/ Rio Claro (SP)

Prof. Dr. Elson Luciano Silva Pires  
IGCE/UNESP/Rio Claro (SP)

Profa. Dra. Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira  
IGCE/UNESP/Rio Claro (SP)

Prof. Dr. Mirlei Fachini Vicente Pereira  
IG/UFU/Uberlândia (MG)

Prof. Dr. Fernando Campos Mesquita  
IG/ UNICAMP/Campinas (SP)

Rio Claro – S.P., 01 de novembro de 2016

Resultado: APROVADA

*Dedico à Aline, minha filha, como estímulo para que nunca  
desista de alcançar seus ideais.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram direta ou indiretamente, para a realização deste trabalho, em especial:

Ao meu esposo Antonio Marcos (Taba), não somente por ter me acompanhado em mais esta caminhada, mas pelo carinho, apoio, paciência e compreensão, indispensáveis para que eu concluísse esta etapa. Agradeço por estender-me suas mãos nos momentos de dificuldades (que não foram poucas!), e por sempre me encorajar a seguir em frente, fortalecendo em mim a vontade de vencer. Por tudo que representa em minha vida, não tenho palavras para expressar minha profunda gratidão!

À minha filha Aline que, apesar da pouca idade, sempre me apoiou e me estimulou a prosseguir nesta jornada, por compreender e relevar minhas ausências, pois ainda que eu estivesse fisicamente presente, o “inevitável isolamento” fez-se necessário, em diversos momentos, para que a tese fosse concretizada. .

Aos meus queridos pais José Carlos e Mary, sou grata pela minha existência, pelo lar e formação moral que me deram, pelo exemplo, e também por apoiarem, incondicionalmente, cada etapa de minha vida.

À Professora Doutora Silvia Selingardi-Sampaio, a quem muito devo por ter chegado até aqui, agradeço primeiramente, pela confiança depositada em mim, essencial para que eu persistisse neste propósito. Agradeço pela excelente orientação, que se fez presente não somente durante o curso de doutorado, mas que já vem de longa data, pois também orientou-me na graduação e mestrado, muito contribuindo para minha formação intelectual. Por tudo isso, a ela, minha eterna gratidão.

Às minhas irmãs Simone (pela ajuda que se fez presente em diversos momentos) e Cristine (pelo abstract), e, especialmente, por me acompanharem em mais esta etapa, sempre torcendo por mim, e também aos meus sobrinhos, Pedro, João Marcos, Gustavo, Lais e Victor, por fazerem parte de minha vida.

À Maria Adenil, minha sogra, pela ajuda no âmbito familiar, especialmente pelos cuidados com minha filha.

Aos amigos Angélica Stafuzza, Camila de Araújo, Érico Soriano, Geysa Alcântara, Lauricy Antunes, Luzélia Calegari Moizinho, Simone Pacheco, Túlio Barbosa e Wanda Zambarda, pela força transmitida, cada qual à sua maneira, durante a realização deste trabalho.

Ao Fernando Petrauskas, ex-aluno da Escola Cesário Coimbra de Araras, e hoje também um amigo, pelas palavras de incentivo que sempre me motivaram a seguir minha trajetória profissional.

À Fabiana Cruz, pelo constante e fundamental apoio que já vem de alguns anos, e que se fez presente durante o doutorado, muito contribuindo para que eu superasse os percalços encontrados pelo caminho.

Ao Professor Doutor Mirlei Fachini Vicente Pereira, pelas sugestões e atenção dispensada durante o trabalho, e ao Professor Doutor Fernando Campos Mesquita, por ter se prontificado a me auxiliar na fase inicial da pesquisa.

À Professora Doutora Silvia Aparecida Guarnieri Ortigoza, pela oportunidade de realização de estágio de docência no Curso de Graduação em Geografia, do I.G.C.E, UNESP, Rio Claro.

Aos Professores Doutores Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira e Elson Luciano Silva Pires, pela importante contribuição no Exame Geral de Qualificação.

Aos funcionários da Seção Técnica de Pós-Graduação, do Programa de Pós-Graduação em Geografia e também da Biblioteca da UNESP de Rio Claro, pela atenção dispensada.

Às empresas do município de Uberlândia que se dispuseram a conceder informações.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de estudos concedida, durante a realização da pesquisa.

“Cada lugar tem, pois, variáveis internas e externas. A organização da vida em qualquer parte do território depende da imbricação desses fatores. As variáveis externas se internalizam, incorporando-se à escala local”. (Milton Santos, 2008, p. 105)

## RESUMO

O presente trabalho analisa o desenvolvimento e a especialização na agroindústria do município de Uberlândia, Minas Gerais, assim como o papel desempenhado pelas grandes empresas processadoras e exportadoras de soja, couros e carnes, na articulação local ao mercado globalizado de *commodities*. A atividade agroindustrial desenvolveu-se desde fins do século XIX, a partir de fatores endógenos tais como: tradição agropecuária, posição geográfica favorável, e infraestrutura de transportes, aos quais vieram associar-se, por volta dos anos 1970, fatores exógenos à área, especialmente políticas federais de incentivo à modernização agrícola e à instalação de empresas agroindustriais em áreas de cerrado. Tal processo desenvolveu-se sob a ação do Estado, num contexto de forte expansão capitalista do espaço brasileiro, na qual alguns locais foram privilegiados, como Uberlândia. No período pós-1970, a referida atividade conheceu uma intensa expansão e especialização, haja vista os investimentos que o município passou a receber de grandes grupos empresariais, particularmente os vinculados ao processamento de soja, de carnes e de couros. O destaque destas empresas se deve não somente ao fato de comporem grandes unidades industriais, mas, sobretudo, por pertencerem a ramos vinculados ao agronegócio e à importância que este assumiu na economia brasileira, desde a década de 2000, com a inserção do Brasil no mercado globalizado de *commodities*. A partir de então, os produtos do chamado complexo soja constituem-se no principal item de exportação do país, cabendo ao complexo de carnes a segunda colocação, e ao segmento de couros também uma participação importante na pauta exportadora nacional. Esse panorama refletiu a conjuntura internacional da aludida década, de ativação da demanda por *commodities* agrícolas e agroindustriais, com conseqüente alta de seus preços, impulsionada principalmente pela entrada da China no comércio mundial, ao lado de políticas nacionais de estímulo ao agronegócio. Neste contexto, localidades, a exemplo de Uberlândia, têm participado da divisão territorial do trabalho, através da produção e comercialização de *commodities* primárias e semimanufaturadas. Para a análise do município em foco, adotou-se como procedimentos o levantamento de informações dos estabelecimentos agroindustriais situados no espaço local, que permitissem avaliar sua atuação no comércio de *commodities*, e de dados referentes à pauta exportadora e aos países de destino das exportações do município, no período de 2000 a 2014. Mediante a pesquisa, constatou-se que Uberlândia articula-se à esfera internacional através das exportações de gêneros básicos e semimanufaturados, sendo que os produtos do complexo soja, de carnes e de couros prevalecem na pauta exportadora do município, destinando-se a vários países e continentes. Assim, comprovou-se articulação de Uberlândia ao comércio globalizado de *commodities*, bem como o estreitamento das relações comerciais com o mercado asiático, principalmente com a China. Por fim, em face da atual crise econômica nacional e da própria conjuntura internacional (quanto à demanda e valorização de *commodities*), supõe-se que os gêneros primários não deixarão de compor a pauta exportadora brasileira e uberlandense. Contudo, num cenário talvez menos favorável às exportações, diverso daquele que vigorou até recentemente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agroindústria. Uberlândia. Exportação de *commodities*. Mercado global. China.

## ABSTRACT

The present work analyzes the development and specialization in agribusiness in the municipality of Uberlândia, Minas Gerais, as well as the role played by the big processing companies and exporters of soybeans, hides and meat, local joint to the globalized market of commodities. The agro-industrial activity has developed since the late 19th century, from endogenous factors such as: agricultural tradition, favourable geographical position and transport infrastructure, which came to associate around the years 1970, exogenous factors to the area, especially federal policies to promote agricultural modernization and installation of agro-industrial companies in areas of cerrado. This process developed under the action of the Nation, in a context of strong capitalist expansion of Brazilian space, in which some sites were privileged as Uberlândia. In the post-1970 period, this activity met an intense expansion and specialization, due to investments that the municipality began to receive from large business groups, particularly those linked to soy processing, meat and hides. The highlight of these companies is due not only to the fact of large industrial units build, but, above all, for they belong to branches linked to agribusiness and the importance that this assumed in the Brazilian economy, since the 2000, with Brazil's insertion into the globalized market of commodities. From then on, the products of the so-called soybean complex constitute the main export item of the country, and the complex of the meats, and segment of hides a major stake in national export tariff. This reflected the international conjuncture panorama of this decade, activation of demand for agricultural commodities and agro-industrial, with consequent high prices, driven mainly by the entry of China in world trade, alongside national policies to stimulate agribusiness. In this context, localities, following the example of Uberlândia, have participated in the territorial division of labour, through the production and marketing of primary commodities and semi manufactured. For the analysis of the municipality in focus, adopted as information collection procedures of the agro-industrial establishments situated in the local space, by the assess its performance in trade in commodities, and export tariff data and the countries of destination of exports of the municipality, in the period from 2000 to 2014. Through the research, it was found that Uberlândia articulates the international sphere through the basic genres and semimanufactured goods exports, and soy complex products, meat and hides prevail in the municipality's export tariff for various countries and continents. So, it is articulation of Uberlândia to globalized trade of commodities, as well as the strengthening of trade relations with the Asian market, especially China. Finally, in the face of the current national economic crisis and the international situation (as the demand and value of commodities), it is assumed that the primary genres will compose the Brazilian export tariff and Uberlandense. However, maybe in a context less favourable to export, different than it ran recently.

Keywords: Agroindustry. Uberlândia. Export of commodities. Global market. China.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução das exportações brasileiras por fator agregado – 1965 a 2014.....	70
Tabela 2 - Principais produtos brasileiros exportados para a China. (Participação sobre o total) .....	86
Tabela 3 - Principais importações brasileiras da China – (Participação sobre o total).....	87
Tabela 4 - Indústria de transformação: ramos e número de estabelecimentos – Uberlândia (MG) - 2013. ....	125
Tabela 5 - Indústria de transformação: pessoal ocupado por ramo – Uberlândia (MG) - 2013.....	126
Tabela 6 - Número de empresas exportadoras por ramos. Uberlândia (MG), 2013. ....	132
Tabela 7 - Compartimentos de indústrias vinculadas à agropecuária e não vinculadas à agropecuária, por número de estabelecimentos e pessoal ocupado - Uberlândia (MG) – 2013. ....	135
Tabela 8 - Número de estabelecimentos agroindustriais por ramos e participação - Uberlândia (MG) – 2013. ....	136

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Divisão internacional do trabalho da mundialização .....	44
Figura 2 Evolução da balança comercial brasileira – 1950 a 2013 (em bilhões de dólares)....	68
Figura 3 Evolução das exportações brasileiras por fator agregado – 1965 a 2014 .....	72
Figura 4 - Brasil. Evolução das exportações de produtos do agronegócio – 1997 a 2015 .....	80
Figura 5 - Principais produtos de exportação – Brasil - janeiro a março de 2014.....	81
Figura 6 - Principais produtos e países de destino das exportações brasileiras janeiro a março de 2014 .....	83
Figura 7 – Evolução da participação dos municípios na exportação de soja - Minas Gerais – 2006-2014.....	91
Figura 8 - Localização do município de Uberlândia, MG.....	94
Figura 9 – Rodovias e ferrovias - Uberlândia, M.G. ....	95
Figura 10 - Uberlândia – principais agroindústrias por ano de instalação, ramos e produtos - Décadas de 1960/1970.....	111
Figura 11 - Uberlândia – principais agroindústrias por ano de instalação, ramos e produtos - Décadas de 1980/1990 .....	113
Figura 12 - Uberlândia – principais agroindústrias por ano de instalação, ramos e produtos Década de 2000 .....	118
Figura 13 - Estabelecimentos industriais do ramo “fabricação de produtos alimentícios” por sub-ramo, produtos, pessoal ocupado e porte – Uberlândia, M.G., 2013. ....	128
Figura 14 - Estabelecimentos industriais do ramo “preparação do couro e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados” por sub-ramo, produtos, pessoal ocupado e porte – Uberlândia, M.G., 2013. ....	131
Figura 15 - Estabelecimentos industriais exportadores, produtos e país (es) de destino das exportações – Uberlândia (MG) - 2013.....	133
Figura 16 - Agroindústrias, ramos e pessoal ocupado – Uberlândia (MG) – 2013.....	137
Figura 17 - Localização das agroindústrias de soja, de carnes e de couros - Uberlândia, M.G. - 2015.....	148
Figura 18 - Exportações do complexo soja para a China e total exportado (em milhões de dólares) – Minas Gerais – 2000 a 2014.....	172
Figura 19 - Principais produtos exportados – Uberlândia (MG) – 2000 a 2014.....	173
Figura 20 - Exportações do complexo soja e de couros por produto – Uberlândia (MG) – 2000 a 2014.....	176
Figura 21 - Complexo soja: valor exportado para a China e total das exportações (em milhões de dólares) – Uberlândia (MG) – 2000 a 2014.....	177
Figura 22 - Exportações do complexo soja por produto (em milhões de dólares) – Uberlândia (MG) – 2000 a 2014.....	177
Figura 23 - Europa: países de destino das exportações do município de Uberlândia (MG) – 2000 a 2014.....	178
Figura 24 - Américas do Norte e Central: países de destino das exportações do município de Uberlândia (MG) – 2000 a 2014.....	180
Figura 25 - África: países de destino das exportações do município de Uberlândia (MG) – 2000 a 2014.....	181

Figura 26 - América do Sul: países de destino das exportações do município de Uberlândia (MG) – 2000 a 2014. ....	182
Figura 27 - Ásia: países de destino das exportações do município de Uberlândia (MG) – 2000 a 2014. ....	183
Figura 28 - Exportações do município de Uberlândia (MG) para a China por produto – 2000 a 2014. ....	185
Figura 29 - Brasil: evolução histórica dos produtos de exportação e de destinos do complexo soja, complexo carnes e couros - anos 2001, 2006, 2010 e 2014.....	186
Figura 30 - Uberlândia: evolução histórica dos produtos de exportação e de destinos do complexo soja, complexo carnes e couros - anos 2001, 2006, 2010 e 2014.....	189

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1 AGROINDÚSTRIA NO BRASIL EM UM CENÁRIO DE GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA: ASPECTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS .....	23
1.1 Alguns fundamentos teóricos para o estudo da agroindústria .....	24
1.1.1 A abordagem dos Complexos Agroindustriais (CAIS) .....	24
1.1.2 A abordagem do agronegócio: a atividade agroindustrial em um cenário de economia globalizada.....	28
1.2 Processos globais que afetaram a agroindústria .....	37
1.2.1 A reestruturação da economia capitalista a partir dos anos 1950: as transformações na indústria e nos espaços industriais.....	37
1.2.1.1 A nova divisão internacional do trabalho e a implantação de empresas multinacionais em países subdesenvolvidos.....	38
1.2.2 O processo de globalização da economia .....	44
1.2.2.1 A globalização financeira, da produção e dos mercados.....	44
1.3 As empresas agroindustriais no contexto da globalização .....	50
CAPÍTULO 2 O BRASIL NA ORDEM ECONÔMICA GLOBALIZADA: A PARTICIPAÇÃO NA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO COMO EXPORTADOR DE <i>COMMODITIES</i> AGRÍCOLAS E AGROINDUSTRIAIS .....	55
2.1 Breves considerações sobre a economia brasileira a partir da segunda metade do século XX .....	55
2.1.1 O processo de industrialização e os fatores intervenientes: a ação do Estado e do capital estrangeiro.....	56
2.1.1.1 A industrialização da agricultura e a atividade agroindustrial .....	62
2.1.2 As relações comerciais do Brasil: a evolução das exportações .....	66
2.2 A inserção do Brasil na economia globalizada como exportador de <i>commodities</i> a partir da década de 2000.....	72
2.2.1 Algumas tendências recentes: os processos de desindustrialização e de reprimarização da pauta exportadora.....	75
2.3 A evolução da pauta exportadora brasileira e os espaços de destinos das exportações .....	79
2.4 As relações comerciais entre Brasil e China .....	84
CAPÍTULO 3 O “LOCAL” UBERLÂNDIA: REVELANDO O ESPAÇO ESTUDADO E O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE AGROINDUSTRIAL .....	89

3.1 O Estado de Minas Gerais no comércio de <i>commodities</i> .....	89
3.2 Situando Uberlândia nos contextos regional e nacional .....	93
3.3 A dinâmica econômica do espaço local .....	96
3.3.1 Formação econômica e territorial .....	97
3.3.1.1 Origens e desenvolvimento da indústria: a especialização produtiva na atividade agroindustrial .....	103
3.3.2 Proposta de periodização da atividade agroindustrial .....	107
3.3.2.1 Primeiro Período - 1970 /1984 – A modernização da agricultura.....	108
3.3.2.2 Segundo Período – 1985/1999 - Implantação de empresas agroindustriais nacionais e estrangeiras. ....	111
3.3.2.3 Terceiro Período - 2000 até os dias atuais – A inserção no mercado globalizado de <i>commodities</i> .....	116
3.3.3 Panorama atual da indústria de transformação .....	123
3.3.3.1 As empresas agroindustriais .....	134
<b>CAPÍTULO 4 UBERLÂNDIA: UM ESPAÇO LOCAL ARTICULADO AO MERCADO GLOBAL .....</b>	
<b>GLOBAL .....</b>	
4.1 As escalas local e global .....	140
4.2 Empresas nacionais e estrangeiras e a articulação local-global: as agroindústrias de soja, de carnes e de couros.....	143
4.2.1 A agroindústria da soja .....	144
4.2.1.1 A empresa Algar-Agro .....	147
4.2.1.2 As multinacionais Cargill e ADM .....	150
4.2.1.2.1 Cargill .....	150
4.2.1.2.2 ADM do Brasil (Archer Daniels Midlands) .....	153
4.2.1.3 A Monsanto e a Syngenta Seeds e o vínculo com a agroindústria da soja.....	155
4.2.2 A agroindústria de carnes .....	156
4.2.2.1 Brasil Foods: uma empresa nacional de atuação em escala global .....	159
4.2.3 A agroindústria de couros.....	166
4.2.3.1 O Grupo JBS e o ramo de couros .....	168
4.3 O “lugar” Uberlândia no Brasil e no mundo .....	171
4.3.1 A participação de Uberlândia na divisão internacional do trabalho: a pauta exportadora do período de 2000 a 2014. ....	172
4.3.1.1 As exportações de <i>commodities</i> agrícolas e agroindustriais.....	172
4.3.2 Os espaços de destino das exportações uberlandenses.....	178

4.3.2.1 A articulação de Uberlândia ao mercado asiático, particularmente à China .....	182
4.3.2.2 A articulação local-global através dos segmentos de soja, carnes e couros .....	185
CAPÍTULO 5 RETOMANDO A PROBLEMÁTICA E A TESE: REFLEXÕES A PARTIR DA INVESTIGAÇÃO REALIZADA.....	194
5.1 Algumas reflexões a respeito da inserção brasileira e de Uberlândia no mercado globalizado de <i>commodities</i> em face da conjuntura econômica atual .....	203
REFERÊNCIAS .....	208
APÊNDICE – A – Questionário para empresas .....	222

## INTRODUÇÃO

Em um mundo cada vez mais urbanizado e com atividades econômicas em reestruturação, o tema “indústria” permanece atual e pertinente, motivando, no âmbito da Geografia Econômica, estudos sobre a dinâmica dos diversos espaços industriais, da escala local à global.

Neste sentido, há tempos manifestamos interesse em estudar a indústria de Uberlândia, município localizado na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, no Estado de Minas Gerais. A trajetória acadêmica trilhada por nós, há vários anos, neste subcampo da Geografia, tem chamado nossa atenção para questões que envolvem temáticas como o papel da indústria no desenvolvimento dos territórios locais, bem como na articulação das diversas escalas geográficas, da local a global, no mundo contemporâneo. Ao mesmo tempo, a existência de um espaço (agro)industrial “pouco explorado” pelos geógrafos, enquanto objeto de pesquisa, também serviu-nos de motivação para o presente estudo.

Reconhecido nacionalmente como polo atacadista e de agronegócio, Uberlândia possui uma economia diversificada, com múltiplas atividades. No que concerne à indústria, tal atividade sustenta parte significativa da economia do município e da região, representando 35% do PIB.<sup>1</sup>

Ao iniciarmos nossa investigação sobre a atividade industrial uberlandense, verificamos uma estrutura tradicional, caracterizada pelo predomínio do ramo alimentício, assim como de pequenos estabelecimentos. De outro lado, tem-se um reduzido número de estabelecimentos de grande porte, pertencentes a empresas nacionais e estrangeiras, a maioria agroindústrias, destacando-se as processadoras de soja, de carnes, e de couros.

Tal fato nos levou à suposição de que em Uberlândia, município de forte tradição agropecuária, a agroindústria<sup>2</sup> constitua-se numa atividade muito importante nas dinâmicas econômica e do território, e que o referido espaço local se encontre articulado à escala global – há pelo menos uma década e meia – através do comércio de *commodities*<sup>3</sup> agrícolas e agroindustriais, de grande demanda e valorização no mercado internacional.

---

<sup>1</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2013).

<sup>2</sup> Adota-se aqui a definição de Müller (1981), que a considera, em sentido amplo, como unidade industrial de beneficiamento e/ou transformação de produtos de origem agrícola.

<sup>3</sup> *Commodities* – plural da palavra inglesa *commodity*, cujo significado é o de mercadoria – tratam-se de produtos de origem agrícola, pecuária, agroindustrial e ou/mineral, que são comercializados no mercado mundial, em bolsas de mercadorias, a preços cuja cotação é definida conforme a demanda.

A economia mundial tem se caracterizado, nas últimas décadas, por uma intensificação das relações comerciais entre diversos países, aspecto típico da globalização capitalista contemporânea. Dentre as características de tal processo, Benko (1999, p. 46) destaca o acirramento da “concorrência entre espaços nacionais” e o fato de que “A crescente transnacionalização das economias e da produção acompanha-se de uma globalização espetacular dos mercados e do comércio internacional”.

Neste contexto, espaços nacionais articulam-se à escala internacional, por meio da exportação de produtos, cuja oferta é possibilitada pela intensificação de especializações territoriais produtivas. Desta forma, alguns países - como é o caso do Brasil - são chamados a atender à demanda internacional de *commodities* primárias, fato que incide diretamente nos espaços agrários e agroindustriais.

A participação brasileira na divisão internacional do trabalho, predominantemente como exportador de produtos primários, vigente até os anos 1960-70, foi revitalizada na década de 2000, ampliando a inserção do país no comércio de *commodities*. A partir de então, o país adentrou no processo de “*commoditização*”, por meio da adoção de uma política macroeconômica pautada na busca da geração de saldos comerciais via exportações de produtos primários. O crescimento nas exportações destes gêneros ocorre ao longo da citada década, suplantando, a partir de 2010, o comércio de manufaturados, indicando uma tendência à reprimarização da pauta exportadora do país.

Tal quadro, que se descortina em pouco mais de uma década, se insere no chamado “agronegócio”, conceito em voga, que vem sendo utilizado, no Brasil, *grasso modo*, em referência ao conjunto de atividades, tais como a agropecuária e a agroindustrial, voltadas, sobretudo, para o mercado externo ao país.<sup>4</sup>

Elias (2006, sem paginação) ao analisar os efeitos da globalização na agricultura do país, afirma que são “[...] as grandes corporações globalizadas que dominam a produção agropecuária e agroindustrial brasileira, revelando suas alianças com o Estado e suas ingerências na reestruturação do espaço agrícola”. Esta reestruturação se baseia na busca por mercados internacionais de produtos alimentares, os quais tornam-se “[...] cada vez mais longínquos e competitivos”. A autora destaca ainda o fato de que, nestes mercados, os preços

---

<sup>4</sup> No entanto, o agronegócio se apresenta, na verdade, como um conceito bem mais abrangente e complexo, já que envolve ações e interesses de distintos atores – grandes empresas agroindustriais e comerciais, nacionais e estrangeiras, governos, instituições financeiras, proprietários rurais, dentre outros – que atuam em um contexto econômico de articulação das diversas escalas geográficas, do nível local ao global.

são “[...] comandados pelas principais bolsas de mercadorias do mundo, sobre os quais não há controle local”.

O aumento da demanda por produtos agropecuários e agroindustriais foi impulsionado, em grande medida, pela participação crescente da China no comércio internacional, tornando-se o principal parceiro comercial do Brasil.

A opção do governo brasileiro em gerar superávits através das exportações de *commodities*, no primeiro governo Lula (2003-2006), foi bem sucedida, e se sustentou no governo seguinte, apesar da crise internacional de 2008, que acabou por atingir economias emergentes, como a do Brasil. As oscilações nos preços das *commodities*, e também na demanda, afetaram as atividades vinculadas ao agronegócio, gerando incertezas quanto à sustentabilidade da política econômica que privilegia tal segmento.

Contudo, o governo Dilma Roussef deu continuidade, em sua primeira gestão (2011-2014), à política de incentivo às exportações de *commodities*, a qual vem sendo mantida até o presente momento. A dependência gerada em função do comércio internacional de produtos primários pode ser medida a partir da participação das atividades econômicas no PIB nacional (que, em 2015, registrou queda de 3,9%), sendo a agropecuária a única que apresentou crescimento, alcançando 1,8%. Por outro lado, os setores de indústria e serviços registraram queda, respectivamente, de 6,2% e 2,7%. (ABAG, 2016). Quanto à participação do PIB do agronegócio, dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (2015) revelam que este setor correspondeu, no ano em questão, a 21,4% do total do país<sup>5</sup>.

A importância assumida pelo agronegócio na economia nacional pode ser avaliada com base na evolução do saldo da balança comercial deste setor, que teria crescido, nos últimos quinze anos, cerca de 568 %, o correspondente a mais de US\$ 500 bilhões acumulados por meio das exportações.<sup>6</sup>

A crescente participação do Brasil na divisão internacional do trabalho como exportador de *commodities* ocorre a partir de uma divisão territorial do trabalho, comandada, em grande medida, por empresas multinacionais, na qual determinadas localidades se especializam e/ou

---

<sup>5</sup> Segundo a referida instituição, o agronegócio “[...] pode ser entendido como a soma de quatro segmentos: (a) insumos para a agropecuária, (b) produção agropecuária básica ou, como também é chamada, primária ou “dentro da porteira”, (c) agroindústria (processamento) e (d) distribuição”. (CEPEA, 2015).

O agronegócio, como se verá adiante, compõe-se de um conjunto de atividades, muitas das quais interrelacionadas, tais como agricultura, pecuária, agroindústria, pesquisa e desenvolvimento na área de biotecnologia, empresas e setores voltados para distribuição e comercialização de produtos, dentre outras.

<sup>6</sup> Barros et al. (2015).

intensificam atividades produtivas vinculadas ao agronegócio, subordinando-se aos interesses do capital financeiro internacional.

Conforme Santos (2000, p. 132-135), a divisão internacional do trabalho consiste num processo, cuja resultante é a divisão territorial do trabalho. Esta, por sua vez, “[...] cria uma hierarquia entre lugares [...]”.

Neste sentido, localidades, a exemplo de Uberlândia - cuja configuração territorial se caracteriza pela forte presença de atores econômicos voltados à produção e comercialização de *commodities* -, são “escaladas” a intensificar suas especializações produtivas, em gêneros agropecuários e agroindustriais.

Com uma população estimada em 669.672 habitantes (IBGE, 2016), Uberlândia apresenta uma pujança econômica e indicadores sociais que o tornam uma referência em qualidade de vida e desenvolvimento no cenário nacional. Com o terceiro maior PIB do Estado e o vigésimo quinto do país (alcançou a cifra de 21,4 bilhões de reais, em 2012), e em terceiro quanto ao IDH municipal (0,789), nível acima da média do Estado e também da média nacional (UBERLÂNDIA, 2015), o município tem como sede um centro urbano considerado uma das vinte melhores cidades brasileiras para se viver<sup>7</sup>.

A prosperidade de Uberlândia se deve, em grande medida, à posição geográfica e à infraestrutura de transportes, fatores estes que, historicamente, têm favorecido o desenvolvimento da economia local<sup>8</sup>. Guimarães (2010, p. 80-81) demonstra que, nas primeiras décadas do século XX, o município já apresentava a condição de entroncamento rodoferroviário, além de consolidar sua função de “principal entreposto comercial regional”.

Soares e outros (2010, p. 168) destacam as vias de circulação e o entroncamento que se formou a partir delas, como um dos fatores que consolidaram Uberlândia como “centro regional”, sendo, portanto, fundamental na expansão das atividades econômicas. Por outro lado, os referidos autores também consideram o papel exercido pela elite local como decisivo para o desenvolvimento do município. Godoi (2007) analisa a influência da elite empresarial e política uberlandense, no tocante ao desenvolvimento do setor de telecomunicações.

Tais atributos conferiram à Uberlândia um acentuado dinamismo econômico, com o florescimento de atividades diversas, as quais, por sua vez, promoveram algumas especializações produtivas do território.

---

<sup>7</sup> Conforme reportagem do Jornal Correio, “Uberlândia está entre as 20 melhores, maiores e mais ricas cidades brasileiras, segundo indica o ranking BCI100, produzido pelo escritório corporativo britânico Delta Economics & Finance para a publicação “América Economia Brasil”, que avalia um conjunto de 77 atributos das 100 grandes cidades do país”. (BASTOS, 2014).

<sup>8</sup> O termo “desenvolvimento” será utilizado, ao longo do trabalho, sobretudo com o sentido de expansão.

Dentre as atividades responsáveis pelo seu dinamismo econômico, predominam aquelas voltadas para o setor terciário, principalmente de serviços, e também do comércio varejista e atacadista. Quanto às atividades do setor secundário, predominam os estabelecimentos classificados como indústria de transformação e, neste contexto, destaca-se a agroindústria.<sup>9</sup>

No tocante ao desenvolvimento da agroindústria, embora Uberlândia possua uma tradição agropecuária e agroindustrial, que deita suas raízes no século XIX, foi a partir dos processos de modernização e de industrialização da agricultura, iniciados nas décadas de 1970 e 1980, como parte de políticas instituídas pelo governo federal, voltadas para a ocupação das áreas de cerrado, que o município passou a receber investimentos de grandes grupos empresariais, particularmente os vinculados ao processamento de grãos (soja), de carnes e de couros. Tal processo desenvolveu-se sob a ação do Estado, num contexto de forte expansão capitalista do espaço brasileiro, na qual alguns locais foram privilegiados, tal como Uberlândia.

O destaque destas empresas se deve não somente ao fato de comporem grandes unidades industriais, mas sobretudo por pertencerem a ramos vinculados ao agronegócio, e à importância que este assumiu na economia brasileira, desde os anos 2000.<sup>10</sup> Tratam-se da Algar-Agro, empresa de capital local (surgida em 1978), e das companhias Cargill e ADM, ambas norte-americanas (instaladas respectivamente, em 1986 e 2002), voltadas para o processamento de soja, e também das empresas nacionais Brasil Foods (antiga Sadia) e da JBS, implantadas mais recentemente (já na década de 2000), dos segmentos de carnes e de couros.

Desde o início dos anos 2000, os produtos do chamado complexo soja (soja em grão, farelo e óleo de soja) constituem-se no principal item de exportação do país, cabendo ao complexo carnes (carne suína, de aves e bovina), desde 2005, a segunda colocação, e ao segmento de couros também uma participação importante (embora menor em relação aos outros dois) na pauta exportadora nacional.<sup>11</sup>

Assim, mediante o exposto, surgiram as seguintes indagações:

- Quais fatores explicam o desenvolvimento e a expansão da atividade agroindustrial em Uberlândia no pós-1970? A partir de 2000, como essa expansão se relaciona à inserção brasileira no comércio global de *commodities* agrícolas e agroindustriais?

---

<sup>9</sup> (UBERLÂNDIA, 2014).

<sup>10</sup> Em 2014, o agronegócio brasileiro fechou o ano com exportações de US\$ 96,7 bilhões (ou 42,9% das exportações nacionais, que totalizaram US\$ 225 bilhões) (FAEMG, 2015).

<sup>11</sup> Segundo informações da Agrostat (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, 2016).

- Nesses processos, como pode ser analisada a atuação das cinco empresas citadas (as quais classificam-se entre os maiores estabelecimentos agroindustriais do município) e seu papel na articulação de Uberlândia ao mercado globalizado?

- A importância do setor industrial se deve, principalmente, à expansão da agroindústria e do agronegócio? As indústrias não vinculadas à agropecuária também possuem relevância?

- A pauta exportadora do município é composta por *commodities*? Quais produtos prevalecem nas exportações?

- Quais são os espaços de destino das exportações uberlandenses?

- A exemplo do que vem ocorrendo em nível nacional, o município tem estreitado relações comerciais com países asiáticos, tal como a China?

- Considerando-se que, desde 2008, a dinâmica econômica brasileira tem se apresentado incerta, quais seriam os seus efeitos, atualmente, para a economia de Uberlândia, no tocante à agroindústria?

- A expansão verificada em Uberlândia e em sua agroindústria tende à continuidade?

A partir dessa problemática levantada, e dos resultados obtidos pela investigação efetuada, a tese a ser aqui proposta e defendida é que lugares onde a atividade agroindustrial tenha surgido e se desenvolvido, principalmente com base em fatores e agentes endógenos à área, mas também contando com alguns fatores de alcance nacional e internacional, podem, em função de uma conjuntura histórica excepcional de eventos, vir a conhecer grande expansão produtiva, com paralela intensificação da especialização local, ao receber e refletir estímulos positivos advindos das escalas geográficas superiores, como a nacional e a global.

Tal nos parece ser o caso de Uberlândia, município no qual a atividade agroindustrial desenvolveu-se a partir de fatores endógenos (tais como tradição agropecuária, posição geográfica favorável, e infraestrutura de transportes, além de ação política e econômica da elite local), associados a fatores exógenos à área (políticas federais de incentivo à modernização agrícola e à instalação de empresas agroindustriais em áreas de cerrado, e de incentivo geral à agropecuária e à agroindústria), até que, por força de uma conjuntura histórica de eventos favoráveis (forte ativação da demanda internacional por *commodities* agrícolas e agroindustriais, com conseqüente alta de seus preços, demanda impulsionada principalmente pela entrada da China no comércio mundial, em conjunto com novas políticas domésticas de estímulo ao agronegócio), sua capacidade de produção foi vigorosamente expandida e intensificada sua especialização produtiva nos ramos de soja, de carnes e de couros, ao articular-se às escalas geográficas nacional e global.

Com isto posto, o presente trabalho possui dois objetivos: analisar o desenvolvimento e a especialização local na agroindústria, e o papel desempenhado pelas grandes empresas processadoras e exportadoras de soja, couros e carnes, na articulação de Uberlândia ao mercado globalizado de *commodities*, haja vista a expansão verificada nestes segmentos.

Para tanto, adotamos como procedimentos essenciais o levantamento e a análise de informações (através de pesquisa direta e indireta) dos estabelecimentos agroindustriais, que permitissem avaliar sua produção e sua atuação no comércio de *commodities*, e de dados referentes à pauta exportadora e aos países destinatários das exportações do município, no período de 2000 a 2014.

Diante da proposição ora aqui delineada, o trabalho encontra-se dividido em cinco capítulos, além da Introdução. No primeiro, *Agroindústria no Brasil em um cenário de globalização econômica: aspectos teórico-conceituais*, são apresentados os fundamentos teóricos e conceituais atinentes ao tema, onde, além da distinção entre os conceitos de complexo agroindustrial e agronegócio, aborda-se a reestruturação da economia capitalista a partir dos anos 1950, com ênfase à nova divisão internacional do trabalho e a implantação de empresas multinacionais em países subdesenvolvidos. Além disso, aborda-se a globalização sob diferentes enfoques teóricos.

No segundo capítulo, *O Brasil na ordem econômica globalizada: a participação na divisão internacional do trabalho como exportador de commodities agrícolas e agroindustriais*, são feitas, a princípio, algumas considerações sobre a economia brasileira a partir da segunda metade do século XX e, em seguida, aborda-se o processo de industrialização desencadeado a partir de então, e seus efeitos na modernização da agricultura brasileira. Neste contexto, analisa-se a evolução das exportações, desde os anos 1960 até o início do século XXI, momento em que ocorre a inserção do Brasil na economia global como exportador de *commodities* agrícolas e agroindustriais. Após a abordagem de duas recentes tendências, que consistem nos processos de desindustrialização e de reprimarização da pauta exportadora, analisa-se a evolução das exportações brasileiras vinculadas ao mercado de *commodities*, bem como os respectivos espaços de destinos, com destaque para as relações comerciais entre o Brasil e a China.

Os capítulos terceiro e quarto se referem à verificação empírica, ou seja, àquela realizada no município de Uberlândia. No *Capítulo 3, O “local” Uberlândia: revelando o espaço estudado e o desenvolvimento da atividade agroindustrial*, aborda-se, sucintamente, a participação do Estado de Minas Gerais na divisão territorial e internacional do trabalho, e, em seguida, aspectos relativos à localização e infraestrutura de transportes do município em estudo.

Entretanto, a ênfase maior do capítulo é dedicada à análise da dinâmica econômica local, a princípio, no que se refere à formação econômico-territorial, além de um breve histórico do desenvolvimento da atividade industrial. Em seguida, ao longo de três períodos estabelecidos - 1970/1984: “A modernização da agricultura”; 1985/1999: “Implantação de empresas agroindustriais nacionais e estrangeiras”, e 2000 até os dias atuais: “A inserção no mercado globalizado de *commodities*”-, analisa-se o processo de desenvolvimento agroindustrial de Uberlândia. Por fim, com base em uma amostra com determinado número de estabelecimentos<sup>12</sup>, apresenta-se um panorama atualizado da atividade industrial, no que concerne à sua estrutura por ramos e também dimensional, enfatizando-se as empresas agroindustriais.

No *Capítulo 4 Uberlândia: um espaço local articulado ao mercado global*, antes de se enfocar o município em questão, analisam-se, primeiramente, aspectos teóricos relativos à articulação das escalas geográficas local e global, no contexto da globalização da economia. Em seguida, após um breve histórico de implantação e desenvolvimento da agroindústria de soja, carnes e couros no Brasil, aborda-se a atuação das empresas processadoras situadas em Uberlândia, e o papel destas na dinâmica econômica do espaço local. Ainda no quarto capítulo, com base na pauta exportadora de 2000 a 2014, é analisada a participação do município na divisão internacional do trabalho e, a partir dos espaços de destino das exportações (com destaque para o complexo soja, carnes e couros), a articulação local ao mercado globalizado de *commodities*, sobretudo ao asiático, principalmente a China.

No *Capítulo 5, Retomando a problemática e a tese: reflexões a partir da investigação realizada*, são resgatadas as principais constatações alcançadas com base na pesquisa, no tocante aos problemas levantados, e se discute a comprovação da tese ora defendida. Outrossim, são feitos questionamentos e reflexões a respeito da atual conjuntura econômica, nacional (e, neste contexto, de Uberlândia) e internacional e, desta forma, do caminho trilhado pela economia brasileira no início do século XXI, bem como das consequências ou possibilidades que ainda estejam por vir, sobretudo no que tange à atividade industrial e agroindustrial.

---

<sup>12</sup> Estabelecimentos que se encontram cadastrados no Sistema CIEMG/FIEMG (2013).

## CAPÍTULO 1 AGROINDÚSTRIA NO BRASIL EM UM CENÁRIO DE GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA: ASPECTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS

Müller (1981) define agroindústria, em sentido amplo, como unidade industrial de beneficiamento e/ou transformação de produtos de origem agrícola. No contexto da moderna agricultura, insere-se nos chamados “complexos agroindustriais”, sendo definida também, como “indústria processadora de matérias-primas agrícolas”, ou simplesmente, “indústria da agricultura”. Trata-se, pois, de estabelecimento industrial – de pequeno, médio ou grande porte - cuja matéria-prima advém da atividade agropecuária<sup>13</sup>.

No campo da Geografia Econômica e, sobretudo, da Geografia Agrária, dezenas de estudos foram realizados nos anos 1980 e 1990, e até mesmo na década de 2000, a partir do conceito de Complexo Agroindustrial. Os processos de modernização e de industrialização da agricultura brasileira, e os vínculos produtivos estabelecidos entre a agropecuária e demais atividades econômicas, foram amplamente estudados com base no mesmo.<sup>14</sup>

A partir dos anos 2000, contudo, as atividades agrícola e agroindustrial sofrem os efeitos da globalização da economia, com a inserção brasileira no mercado globalizado de *commodities*, levando diversos pesquisadores, incluindo-se geógrafos, a buscarem a abordagem do agronegócio para o entendimento das transformações engendradas por tal processo. *Grosso modo*, o agronegócio constitui-se num segmento que abrange as várias atividades produtivas responsáveis pela produção e comercialização de gêneros agropecuários e agroindustriais, dentre os quais produtos tais como os do complexo soja, de couros e de carnes, que compõem a pauta exportadora do país. Assim sendo, considerando-se o propósito deste trabalho, o conceito de agronegócio será abordado em vários momentos de nossa análise, o que nos leva a apresentar alguns de seus principais aspectos teóricos, bem como o contexto econômico de surgimento desta abordagem.

As atividades vinculadas ao agronegócio, dentre elas as empresas agroindustriais, em geral, se desenvolvem e prosperam em porções do espaço agrário brasileiro – como por exemplo, em áreas de cerrado - que já apresentam uma agricultura modernizada, dotadas, portanto, de uma estrutura produtiva caracterizada por Complexos Agroindustriais. Por conseguinte, primeiramente, faremos a análise da agroindústria no contexto desta abordagem.

---

<sup>13</sup> Incluindo-se também a avicultura e suinocultura, dentre outros.

<sup>14</sup> Como se verá, no decorrer do trabalho, alguns estudos sobre a ocorrência de tais processos, nas áreas de cerrado, e, especificamente, no Triângulo Mineiro, foram realizados com base no referido conceito.

## 1.1 Alguns fundamentos teóricos para o estudo da agroindústria

### 1.1.1 A abordagem dos Complexos Agroindustriais (CAIS)

A relação entre agricultura e indústria vem de longa data, contudo, foi depois da Segunda Guerra Mundial que ela se intensificou, haja vista o processo de modernização agrícola, que ocorre em vários países, a exemplo do Brasil.<sup>15</sup> Tal processo ocorre a partir da chamada Revolução Verde, modelo de desenvolvimento propagado pelos Estados Unidos, voltado para a introdução de modernos insumos na atividade agrícola, como máquinas para a mecanização da lavoura e agroquímicos.<sup>16</sup>

A partir de meados dos anos 1950, a agricultura brasileira se moderniza, através da introdução de insumos, máquinas e equipamentos (a princípio importados, e, posteriormente, produzidos no próprio país), configurando-se, na década seguinte, a chamada “industrialização da agricultura”.

O conceito de Complexo Agroindustrial emerge dos processos de modernização e de industrialização da agricultura<sup>17</sup>, nas análises das novas configurações do espaço agrário brasileiro. Muitos estudos foram desenvolvidos no âmbito das Ciências Humanas, sobretudo entre as décadas de 1970 e 1990, mas alguns também ainda nos anos 2000, voltados para o entendimento e a caracterização dos complexos agroindustriais.<sup>18</sup>

Graziano da Silva (1991, p. 11) aborda algumas das principais linhas referentes a este conceito, e seus respectivos autores. Tais vertentes se inserem em dois tipos de abordagem, a do “macro-complexo CAI” ou de um único “complexão” - que se baseia no conceito de

---

<sup>15</sup> Até a primeira metade do século XX, a agricultura brasileira caracterizava-se por dois modelos agrícolas: a “agricultura de ‘plantation’ e a de “subsistência”. (ARAÚJO et al., 1990, p. XI).

<sup>16</sup> Sob o *slogan* de combate à fome e da promessa de aumentar a produção de alimentos, em nível mundial, a Revolução Verde visava abrir um novo mercado para os produtos fabricados pelas indústrias química e mecânica, até então voltadas para o setor bélico. No contexto da Guerra Fria, pairava um temor, por parte de países capitalistas liderados pelos Estados Unidos, de que o problema da fome aumentasse a influência comunista pelo mundo. Conforme Rosa (1998, p. 19), tais questões teriam contribuído “[...] para uma articulação que envolvia as indústrias química e mecânica, as fundações Ford, Rockefeller e Kellogg, a Agência Internacional para o Desenvolvimento (entidade do governo federal americano) e a FAO – Organização para Alimentação e Agricultura da ONU.”

<sup>17</sup> Ambos os processos serão abordados no capítulo 2.

<sup>18</sup> Na Geografia, destacam-se os trabalhos de Cleps Júnior (1998) e de Borges (2006).

*agribusiness*<sup>19</sup>, difundido nos Estados Unidos, na década de 1950 -, e outra, referente a “vários Complexos Agroindustriais – os CAIs”.

Conforme o citado autor (p. 11), dentro da concepção “macro”, pode-se dizer que, no Brasil, o “pioneiro” da utilização da expressão complexo agroindustrial teria sido Alberto Passos Guimarães<sup>20</sup>, através da ideia de “[...] **integração técnico-produtiva**, ou seja, a de mostrar que crescentemente a agricultura se relaciona com o setor industrial a montante e a jusante.” (destaque nosso).

Já Delgado (1985, apud GRAZIANO SILVA, 1991, p. 12) “[...] baseia sua análise na **integração de capitais** e não na integração técnico-produtiva, que supõe como prévia. Ou seja, o que caracteriza a constituição do CAI é uma fusão de capitais e não a integração das atividades agrárias numa cadeia produtiva.” (destaque do autor).

Neste sentido, Delgado (2012, p. 37), ao analisar a modernização da agricultura brasileira entre 1965 a 1985 (período que corresponde à chamada “modernização conservadora), afirma, a respeito da integração de capitais, que

Adotando-se o conceito de integração de capitais, na linha da fusão e incorporação, [...] persegue-se o conceito de capital financeiro aplicável à agricultura.” Essa integração [...] implicará em centralização de capitais industriais, bancários, agrários, etc., que por sua vez, fundir-se-iam em sociedades anônimas, condomínios, cooperativas rurais e, ainda, empresas de responsabilidade limitada, integradas verticalmente (agroindustriais ou agrocomerciais). O objetivo da integração é a busca da taxa média de lucro de conglomerado [...]. (DELGADO, 2012, p. 37).<sup>21</sup>

Müller (1982) também considera a integração de capitais na agricultura, porém, com grande ênfase ao papel desempenhado pelo Estado, o qual seria o “planificador” do CAI. A respeito destas duas visões, que se inserem na concepção de “macro-CAI”, Borges (2006, p. 28) afirma que,

Para Delgado, não é o fato da agricultura se integrar tecnicamente que a tornará parte de um ramo da indústria; o que marca a industrialização da agricultura é o fato desta se tornar um campo de aplicação do capital em geral.

---

<sup>19</sup> O *agribusiness* foi definido por John Davis, em 1955, em um congresso na cidade de Boston, como ‘[...] a soma total de todas as operações envolvendo a produção e distribuição de suprimentos agrícolas; as operações de produção na fazenda; e o armazenamento, processamento e distribuição de produtos agrícolas e dos itens produzidos com eles.’ (ARAÚJO et al., 1990, p. XIII).

<sup>20</sup> Com a obra “A crise agrária”, de 1974.

<sup>21</sup> “O conceito de capital financeiro tem uma forte tradição no pensamento marxista a partir do trabalho pioneiro do austríaco Rudolf Hilferding, publicado em 1910 [...] Na concepção de Hilferding o capital financeiro surge quando há uma integração entre o capital bancário e o capital industrial com a dominância dos banqueiros sobre os industriais.” (GONÇALVES, 1999, p. 179).

Assim, torna-se um campo, como os outros, de aplicação de capitais, passando a sofrer o domínio do capital financeiro. A concepção deste autor se diferencia em poucos detalhes daquela defendida por Geraldo Müller. Este insere o Estado como agente participante da integração agricultura-indústria, sendo ele o planejador de capitais e um forte investidor de capitais no setor que envolve a relação agricultura-indústria.

Neste contexto, Delgado (2012, p. 37-38), citando Müller (1981), concorda com o autor a respeito da importância atribuída ao papel desempenhado pelo Estado “como regulador da taxa média de lucro na agricultura capitalista”, apenas com restrição ao “termo planificação de lucro”, já que o mesmo levaria ao “[...] entendimento de uma certa lógica funcional da política econômica do Estado [...].”

Por outro lado, Müller (1993) se reporta ao processo de industrialização da agricultura, resultante da modernização que se desenrola na segunda metade do século XX, como uma das “heranças agrárias” deste período. Assim, o país teria herdado “uma agricultura moderna e dinâmica”, que se insere no chamado “complexo agroindustrial”.

A respeito da relação agricultura-indústria e da formação do complexo agroindustrial, conforme o autor,

Na medida em que se intensificam e se diversificam as relações entre a indústria fornecedora de insumos e serviços e as atividades agrárias – ou seja, a industrialização da agricultura – e as relações entre as atividades agrárias e as agroindústrias – ou seja, a agroindustrialização da agricultura – ocorre a modernização agrária. Designa-se por complexo agroindustrial (CAI) a articulação destes dois processos. (MÜLLER, 1993, p. 13).

Para Araújo e outros (1990, p. XV), tanto o processo de modernização da agricultura quanto a interdependência entre insumos, produção agropecuária, processamento e distribuição – que caracterizam o complexo agroindustrial – apresentavam-se como processos irreversíveis. Em referência à conjuntura econômica brasileira do início dos anos 1990, segundo os autores, o complexo agroindustrial deve ser abordado pela ótica sistêmica.

É imperioso reconhecer o Complexo Agroindustrial como o continente e o conteúdo da agricultura moderna. E abordá-lo sistematicamente, constitui-se num afastamento significativo das práticas tradicionais. [...] O sistema só será otimizado [...] se dissolvidos os gargalos em todos os seus subsistemas, o que exige análise global do complexo. Esta visão macro do CAI, já popular nos Estados Unidos na década de '60, espalhou-se pelos países desenvolvidos do Ocidente [...] Entre os grandes gargalos no desenvolvimento do Complexo Agroindustrial está, em primeiro lugar, um problema conceitual: nossa

incapacidade de enxergar o sistema como um todo, de reconhecer o enorme crescimento da interdependência da agricultura com outros setores econômicos [...]. (ARAÚJO et al., 1990, p. XV; XVII).

Além disso, ainda conforme estes autores (p. 3), a análise do CAI dentro da visão sistêmica requer alguns critérios, tal como o da divisão do complexo em níveis, de acordo com as suas várias funções, as quais seriam “[...] suprimentos à produção; produção; transformação; acondicionamento; armazenamento; distribuição e consumo.”

No tocante à visão de “vários CAIs”, destaca-se o trabalho de Kageyama e demais autores (1990)<sup>22</sup>, os quais abordam a passagem do chamado “complexo rural” para o “complexo agroindustrial”<sup>23</sup>. Segundo os autores, após 1975 ocorre a formação dos complexos agroindustriais, ou seja, tratam-se de “[...] vários complexos que se constituem, ao mesmo tempo em que a atividade agrícola se especializa continuamente”. (KAGEYAMA et al, 1990, p. 115).

Pelo exposto, verifica-se que os conceitos de *industrialização da agricultura*, *modernização agrícola* e *complexo agroindustrial (CAI)* apresentam-se indissociáveis nas análises da agricultura moderna.

Delgado (2012) critica o caráter descritivo e técnico de conceitos como os de complexos agroindustriais, complexo rural, cadeia produtiva e *filière*,<sup>24</sup> Para o autor, tratam-se de noções semelhantes, as quais

[...] são empregadas em textos de Administração, Marketing, Sociologia, Economia e Ciência Política como informações técnicas, inseridas em algum enfoque teórico dessas disciplinas científicas, porque as noções técnicas contem [sic] fatos e informações, mas não constituem propriamente um conceito seminal, teoricamente explicativo de relações econômicas e sociais determinadas. (DELGADO, 2012, p. 89-90).

Para Müller (1993, p. 13), um dos grandes méritos da “categoria CAI” seria o de “[...] chamar a atenção para a análise integrada de todos os segmentos que fazem parte de

---

<sup>22</sup> Dentre os quais inclui-se José Graziano da Silva.

<sup>23</sup> Processo histórico que consiste na “[...] substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria, a intensificação da divisão do trabalho e das trocas intersetoriais, a especialização da produção agrícola e a substituições das exportações pelo mercado interno como elemento central da alocação dos recursos produtivos no setor agropecuário.” (KAGEYAMA et al. 1990, p. 116).

<sup>24</sup> Conceito surgido na Escola Francesa de Organização Industrial, nos anos 1960, que considera, assim como a Escola de Harvard, a abordagem sistêmica nas análises de cadeias agroindustriais. (TAKITANE; SOUZA, 1995, p. 29).

determinado processo.” Assim, trata-se de uma “visão integrada ou sistêmica”, que supera a tendência anterior de distinguir agricultura e indústria. Entretanto, o referido autor pondera que,

[...] não se pode exigir da noção de CAI uma capacidade analítica intrínseca, já que não dispõe de uma teoria de complexos industriais [...]. Além disso, a noção de CAI mostra-se muito genérica frente à dinâmica agrícola e agroindustrial, por ser incapaz de dar conta dos processos, sejam de caráter tecnológico, organizacional e institucional-legal, sejam de caráter decisório e de articulação de interesses corporativos. (MÜLLER, 1993, p. 13).

Neste contexto, Müller alerta ainda para o fato de que o setor agrário apresentava, em fins dos anos 1980, indícios de prováveis mudanças, por conta “[...] não só de novas tecnologias, mas também de uma segmentação dos mercados [...]” (MÜLLER, 1993, p. 13-14).

Ao mesmo tempo, Graziano da Silva (1993, p. 3-5) previu algumas tendências, estimadas para o ano 2000, a respeito da consolidação dos CAIs, tais como

[...] crescente integração com os segmentos modernos do setor de serviços [...] e com a indústria fornecedora de insumos, máquinas e equipamentos [...] concentração de capitais dentro dos ramos de atividades agropecuárias em seu sentido estrito e [...] centralização intersetorial dos grandes capitais oligopólicos [...]’.

Tais tendências vieram a se concretizar no decorrer das duas décadas seguintes, porém, num novo contexto econômico— caracterizado pela consolidação da globalização da economia capitalista, pela crescente internacionalização de empresas agroindustriais nacionais e estrangeiras, e pela integração de economias emergentes (tais como Brasil e China) ao comércio global. Este cenário passa a ser explicado por uma nova abordagem teórica e conceitual, através dos estudos referentes ao chamado agronegócio.

Como se verá a seguir, a abordagem do agronegócio não substitui a de complexo agroindustrial, mas sim, permite o entendimento e traz à tona a discussão sobre a intensificação da produção capitalista no campo brasileiro, numa fase de inserção do país no mercado globalizado de *commodities*.

### 1.1.2 A abordagem do agronegócio: a atividade agroindustrial em um cenário de economia globalizada

O “termo” agronegócio vem sendo utilizado pela mídia, de uma maneira geral, como uma espécie de *jargão*, referente aos mais diversos aspectos relacionados aos grandes

empreendimentos ou negócios no campo. A importância assumida por este segmento na economia do país, especialmente em função do crescimento das *commodities* primárias na pauta exportadora brasileira nas últimas duas décadas, tem provocado, de um lado, discursos a seu favor<sup>25</sup>, e de outro, severas críticas. Considerado o “vilão” dos movimentos sociais e de lutas no campo – cujo exemplo emblemático é o Movimento dos Trabalhadores Sem Terras (MST)<sup>26</sup>, alguns problemas socioambientais também são atribuídos ao agronegócio, como por exemplo, as crises alimentar e hídrica<sup>27</sup> que vêm atingindo o país.

No âmbito acadêmico, a questão do agronegócio tem suscitado pesquisas e amplo debate em diversas áreas de conhecimento, sobretudo das Ciências Humanas. Economistas, sociólogos, antropólogos e geógrafos, dentre outros, têm buscado analisar o conceito em tela, sob diferentes enfoques teórico-conceituais. Por se tratar de tema complexo, que envolve uma ampla gama de atividades e de aspectos (sociais, econômicos, ambientais e territoriais), e de difícil consenso, não temos de forma alguma a pretensão de defini-lo cabalmente, mas sim de apresentar algumas das principais abordagens sobre o assunto.

Os primeiros estudos sobre o agronegócio brasileiro teriam surgido no início da década de 1990, porém, com um caráter eminentemente técnico em suas análises. A obra intitulada “Complexo Agroindustrial – o *agribusiness* brasileiro”, de Ney Bittencourt de Araújo e outros (1990), constitui-se num marco a esse respeito.<sup>28</sup> A expressão *agribusiness*, utilizada ainda no inglês, remete ao já citado conceito proposto por J. Davis em 1955, que redundou no livro “A concept of agribusiness”, em co-autoria com R. Goldberg, lançado dois anos depois<sup>29</sup>. Conforme Araújo e outros (1990, p. XIV), algumas transformações ocorridas no Brasil, a partir

---

<sup>25</sup> Tais como os de parlamentares da chamada “bancada ruralista” que compõe o Congresso Nacional, ligados ao agronegócio, o de representantes de órgãos e instituições governamentais, e de associações e sindicatos voltados para este setor.

<sup>26</sup> Segundo Fernandes (2008, p. 77), “O inimigo comum dos movimentos camponeses em todo o mundo chama-se agronegócio. Ser um movimento camponês na América Latina significa lutar pela reforma agrária e contra o agronegócio”.

<sup>27</sup> Sobre a crise hídrica, conforme informações da Agência Nacional de Águas (ANA) e do Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) “A cada 100 litros de água tratada produzidos no Brasil, 72 vão para o agronegócio. Isso significa dizer que 70% do abastecimento é endereçado à agricultura e à pecuária [...]” (ARAÚJO, 2015).

<sup>28</sup> Graziano da Silva (1991, p. 7) também se refere ao trabalho de Araújo et al. (1990), esclarecendo que foi o único trabalho cujo conceito de *agribusiness* “foi adotado explicitamente”, apesar da influência exercida também em autores como Alberto Passos Guimarães e Geraldo Müller.

<sup>29</sup> Com a publicação deste livro, em 1957, os professores John Davis e Ray Goldberg, da Universidade de Harvard (EUA.), “[...] lançaram os fundamentos do ‘agribusiness’ como disciplina, definindo sua natureza, escopo e metodologia. A hipótese central [...] era de que os problemas relacionados com o segmento agrícola da economia eram muito mais complexos que a simples atividade rural.[...] tais problemas teriam de ser enfocados sob a perspectiva do ‘agribusiness’ e não da agricultura.” (ARAÚJO et al., 1990, p. XIII).

de meados do século XX (como o processo de modernização da agricultura e de formação do CAI), permitiam aplicar o conceito de *agribusiness*, propagado pelos dois norte-americanos, à realidade brasileira dos anos 1980 e 1990. Neste sentido, em referência ao período em questão, afirmam que o Brasil estaria

[...] enfrentando problemas de natureza agrícola, principalmente no Centro-Sul [...] semelhantes àqueles lembrados por Davis e Goldberg [...]. Estamos vivendo os tempos do ‘agribusiness’, apesar de tratarmos a agricultura como uma fase distinta da economia e de não termos inventado um termo em português que defina as modernas e complexas inter-relações [sic] entre a cidade e o campo. COMPLEXO AGROINDUSTRIAL, apesar de não representar uma tradução fidedigna do termo ‘agribusiness’, já é de uso corrente e passa, portanto, a nominar o ‘agribusiness’ brasileiro. (ARAÚJO et al, 1990, p. XIV). (destaque dos autores).

Ainda com respeito ao termo *agribusiness*, conforme os autores,

o neologismo incorpora em seu conceito os agentes que imprimem dinâmica a cada elo da cadeia que sai do mercado de insumos e fatores de produção (antes da porteira), passa pela unidade agrícola produtiva (dentro da porteira) e vai até o processamento, transformação e distribuição (depois da porteira).(ARAÚJO et al, 1990, p. 2).

Assim, do exposto, depreende-se que o conceito de *agribusiness* adotado no início dos anos 1990 foi equivalente ao conceito de CAI, tratando-se apenas de uma questão terminológica, por conta do paralelo estabelecido pelos citados autores, entre a conjuntura econômica do Brasil naquele momento, e a da economia norte-americana da década de 1950.<sup>30</sup>

Para Graziano da Silva (1991, p. 7), os estudos de *agribusiness* propagados pela Escola de Harvard, tiveram o mérito de

deslocar o centro da análise ‘de dentro para fora da fazenda’, evitando tratar o setor agrícola como isolado do resto da economia. A idéia do ‘*agribusiness*’ não apenas ressalta os vínculos intersetoriais existentes, como coloca a produção agrícola como parte de um ‘sistema de *commodities*’ (*‘commodities system’*) muito mais amplo, enfatizando as suas relações com o mundo dos grandes negócios.

Entretanto, como se verá a seguir, o conceito de agronegócio propagado desde os anos 2000 assume um novo significado, diferente do de *agribusiness*, em face da nova ordem

---

<sup>30</sup> Conforme Borges (2006, p. 20), também “[...] Szmrecsányi (1984), citando trabalho de sua autoria intitulado: ‘Surgimento de um novo esquema de análise do setor agropecuário’, de 1977, verifica no Brasil a descoberta dos autores norte-americanos.”

capitalista globalizada, que engendra mudanças na atividade agropecuária e em suas relações com as demais atividades econômicas.

Uma definição atual e objetiva do agronegócio é a difundida pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada - CEPEA<sup>31</sup>, segundo a qual “[...] o agronegócio pode ser entendido como a soma de quatro segmentos: (a) insumos para a agropecuária, (b) produção agropecuária básica ou, como também é chamada, primária ou ‘dentro da porteira’, (c) agroindústria (processamento) e (d) distribuição”. (CEPEA, 2015).<sup>32</sup>

Moreira e Santos (2009, p. 80) destacam três diferentes posicionamentos com respeito à definição de agronegócio. Conforme os autores, para Guanzirolli (2006) “[...] o agronegócio abrange ‘a soma dos setores produtivos com os de processamento do produto final e os de fabricação de insumos’ [...]”, sendo que “[...] Ruas (2008) defendem [sic] a vocação ‘natural’ do Brasil para o agronegócio, apoiando-se nos elementos físicos e na extensão territorial.” Por outro lado, segundo Iglesias (2007, apud MOREIRA; SANTOS, 2009, p. 80), “[...] o agronegócio engloba extensas cadeias produtivas, relações comerciais internacionais e mercados financeiros mundiais. Ou seja, não é uma relação tão simples entre produção e comercialização, mas uma complexa teia de acordos e contratos.”

O setor agropecuário, no contexto do moderno agronegócio, encontra-se interrelacionado a diversos agentes e instituições, que atuam em nível nacional e internacional. Conforme Moreira e Santos (2009),

Além do governo, o setor agropecuário e, especialmente aquele voltado ao mercado internacional, mantém relações com inúmeros atores e entidades, dentre os quais se destacam: fornecedores (máquinas, equipamentos, insumos, gestão etc.); governos de outros países; organizações multilaterais; sistema financeiro nacional; sistema financeiro internacional (estabelecendo as cotações e as modalidades de negociação de diversos produtos da pauta de exportação de produtos agropecuários); sociedade civil nacional e internacional; concorrentes internacionais; corporações mundiais do setor; trabalhadores e pequenos produtores; universidades e centros de pesquisa (parcerias para o desenvolvimento de novas tecnologias produtivas). (MOREIRA; SANTOS, 2009, p. 81).

---

<sup>31</sup> Pertencente ao Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ) da Universidade de São Paulo.

<sup>32</sup> Tal definição remete àquela estabelecida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), segundo o qual o agronegócio no Brasil “[...] reúne atividades de fornecimento de bens e serviços à agricultura, produção agropecuária, processamento, transformação e distribuição de produtos de origem agropecuária até o consumidor final.” (BRASIL, 2015).

Para compreender o significado de agronegócio, Heredia e outros (2006, p. 2) reportam-se a alguns conceitos adotados por estudiosos da questão agrícola e agrária no Brasil, nas décadas de 1980 e 90, tais como o de agroindústria (em substituição à moderna agricultura) e o de complexo agroindustrial (CAI), os quais, como já visto, tiveram ampla disseminação. Neste sentido, o conceito de CAI teria servido para demonstrar “[...] a integração agricultura-indústria pelas ‘duas pontas’: insumos e produtos, expressão que teria assumido a ‘industrialização da agricultura’ [...] formulada por Kautsky no início do século”. Portanto, para os autores,

A idéia do agro-negócio [sic] vai ser uma espécie de radicalização dessa visão, em que o lado “agrícola” perde importância e o lado “industrial” é abordado tendo como referência não a unidade industrial local mas o conjunto de atividades do grupo que a controla e suas formas de gerenciamento. (HEREDIA et al. 2006, p. 2).

Por outro lado, o crescimento mais recente das exportações agrícolas e agroindustriais teria levado empresários rurais e associações de produtores<sup>33</sup> a adotarem tal expressão (HEREDIA et al., 2006, p. 2).

Conforme os autores, embora as denominações *agricultura moderna*, *complexos agroindustriais* e *agronegócio* possuam elementos em comum (como o “uso de máquinas e insumos modernos”) e sejam, muitas vezes, utilizadas como sinônimos, na verdade não o são.<sup>34</sup>

Com base em Heredia e outros (2006), pode-se dizer que agronegócio se diferencia das abordagens que o antecedem, sobretudo pela ideia de “gerenciamento de negócios”, além do fato das exportações assumirem uma maior importância. A própria integração entre agricultura e indústria, embora já fosse reconhecida, passa a ter maior ênfase nas análises sobre o agronegócio. A grande propriedade rural constitui-se numa característica essencial do agronegócio, apesar de existirem projetos que procuram vincular os pequenos produtores a este setor.<sup>35</sup>

---

<sup>33</sup> A criação da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), em março de 1993, demonstra que tal tendência já despontava nos anos 1990, embora o agronegócio tenha se disseminado – em função do *boom* das *commodities*- somente na década seguinte.

<sup>34</sup> Entretanto, há autores como Ortega (2008, p. 22) que consideram *agribusiness*, complexo agroindustrial e agronegócio como sinônimos, para o qual “[...] significam o somatório das atividades vendedoras de bens de produção para a agricultura, a produção agropecuária, a indústria de transformação de sua produção e a distribuição.”

<sup>35</sup> Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2015) “No Brasil o agronegócio contempla o pequeno, o médio e o grande produtor rural [...]”.

Ainda segundo Heredia e outros (2006, p. 3), se os estudos de agronegócio abrangiam, na década de 1990, sobretudo, as áreas ‘capitalizadas’ do sul e centro-sul do país, agora também incluem aquelas consideradas tradicionais, bem como as “novas fronteiras agrícolas”.

Uma das preocupações e questionamentos que os citados autores (2006, p. 4) colocam diz respeito ao tipo de sociedade que se encontra vinculada ao agronegócio, análise esta que se encontraria ausente, “tanto nos textos apologéticos quanto nos textos de denúncia”.

Em estudo mais recente, também Heredia e outros (2010) analisam alguns aspectos da sociedade formada a partir do estabelecimento da economia do agronegócio, em localidades dos Estados de Mato Grosso e de Minas Gerais. Assim, procuram compreender as “distintas configurações sociais” que marcam a “sociedade do agronegócio”, tais como as relações estabelecidas entre trabalhadores e grandes produtores rurais, e entre os próprios trabalhadores, muitos dos quais migrantes, especialmente das regiões sul e sudeste do país.

Há também autores que analisam o agronegócio do ponto de vista das contradições sociais que ocorrem no campo brasileiro. Fernandes (2008) considera o agronegócio como o principal entrave para os movimentos de reforma agrária no Brasil<sup>36</sup>. Conforme o autor,

Neste princípio do século XXI, a reforma agrária encontra como principal opositor o agronegócio, que defende o acesso à terra sob o seu controle, ou seja, “sem luta de classe e sem conflitos” (Bruno, 2008). A reforma agrária de mercado, em todas as denominações que esta política recebeu, representa uma forma de controle territorial por meio da *comoditização* (Pereira, 2004), ou seja, a mercantilização da terra, retirando a reforma agrária do território da política e transferindo-a para o território da economia capitalista (Ramos Filho, 2008). (FERNANDES, 2008, p. 77-78).

Segundo o autor (2008, p.78), os ruralistas (produtores de soja, de cana-de-açúcar e pecuaristas) ou grandes latifundiários, aliam-se ao referido setor, impedindo a concretização da reforma agrária no “território do agronegócio”. Assim, cria-se uma política de fomento ao agronegócio, a qual procura mecanismos para inviabilizar a ocupação de terras, como por exemplo, através da chamada Reforma Agrária de Mercado.<sup>37</sup> Para Fernandes (2015, não

---

<sup>36</sup> Em contraposição ao agronegócio, surgiu um movimento de camponeses, em nível mundial, chamado Via Campesina. “No Brasil, a Via Campesina é composta pelo MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, pelo MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores, pelo MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens e pelo MMC – Movimento de Mulheres Camponesas”. (FERNANDES, 2015, não paginado)

<sup>37</sup> Conforme Coca (2013, p. 182), a Reforma Agrária de Mercado “[...] começou a ser implantada no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), como forma de propor uma política de assentamentos rurais que não tivesse como fatores determinantes as ações desapropriatórias (SAUER e PEREIRA, 2006; RAMOS FILHO, 2008). Ela é implantada através de linhas de financiamento, de maneira que os lotes devem ser pagos posteriormente pelos camponeses que por ela são beneficiados.”

paginado), trata-se de “[...] uma tentativa de tirar a luta popular do campo da política e jogá-la no território do mercado, que está sob o controle do agronegócio.”

Neste sentido, o mencionado autor define agronegócio como

[...] o **novo nome** do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista [...] uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista. [...] uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excluyente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. (FERNANDES, 2015, não paginado). (destaque nosso).

Nesta perspectiva, o *termo* agronegócio mascara a realidade do campo brasileiro, que permanece caracterizada por contradições sócioeconômicas e territoriais. Além do aumento da concentração de terras, o agronegócio também amplia a produtividade agrícola, transmitindo a ideia de ser o principal responsável pela produção agropecuária do país. Conforme Fernandes (2015, não paginado) trata-se de uma “construção ideológica” dos defensores do agronegócio, veiculada pela mídia e até mesmo por estudiosos, pois a maior parte da produção do campo, cabe, em verdade, à agricultura camponesa.

Por outro lado, ainda segundo este autor, propaga-se a ideia de que, no agronegócio, “todos são iguais perante o mercado.”

As ideologias do agronegócio trabalham com a combinação e a oposição, quando estas lhes convêm. [...] A combinação é realizada como se agricultura capitalista e agricultura camponesa fossem da mesma natureza. Enquanto a agricultura capitalista se realiza a partir da exploração do trabalho assalariado e do controle político do mercado; a agricultura camponesa ou familiar é intensamente explorada por meio da renda capitalizada da terra, ficando somente com uma pequena parte da riqueza que produz, a maior parte é apropriada pelas empresas que atuam no mercado. (FERNANDES, 2015, não paginado).

Hespanhol (2013, p. 62) se reporta ao agronegócio como um termo utilizado estrategicamente por organizações que visam “[...] interesses dos agentes direta e indiretamente vinculados aos complexos agroindustriais do país [...] se contrapondo assim, aos interesses dos movimentos sociais que demandam a democratização do acesso a terra por intermédio da reforma agrária.”

Delgado (2012) considera o agronegócio como uma “estratégia de economia política” ou “projeto hegemônico de acumulação de capital”, e o analisa com base na teoria do capital

financeiro na agricultura, elaborada a partir do conceito de integração de capitais (agrícolas, industriais, comerciais e bancários) que ocorre no setor agrícola brasileiro, desde os anos 1960.

Segundo o autor, há necessidade de se ir além da noção técnica de agronegócio<sup>38</sup>, ou da ideia de se tratar de “[...] negócios no campo e nos ramos de produção a montante e a jusante da agricultura, como se costumava dizer no período de primazia da noção de complexos agroindustriais [...]”. Desta forma, propõe um “corte taxonômico”, a fim de se entender o “sentido essencial das relações econômicas e sociais” que ocorrem no interior do agronegócio. (DELGADO, 2012, p. 89-90).

Durante a chamada “modernização agrícola”, se por um lado, ocorreu a integração técnica entre agricultura e indústria, por outro, houve a inserção do capital financeiro no campo, graças à existência de um mercado de terras e do sistema de crédito rural, subsidiados pelo Estado. De acordo com Delgado (2012, p. 91), esta estratégia do capital deu-se em um determinado momento histórico (período militar), o que significa que “[...] há uma historicidade original concreta [...] e um arranjo teórico específico, de inspiração marxista e keynesiana, à teoria do capital financeiro na agricultura.” Desta forma, o autor chama a atenção para a necessidade de se recorrer à história e às teorias sobre o desenvolvimento capitalista, argumentando que

O recurso à história econômica e às teorias sobre o desenvolvimento do capitalismo na história concreta de um país, [...], tem o propósito de desvendar a natureza da estrutura do sistema econômico e de seus movimentos históricos concretos.[...] se não tivermos a pretensão científica de propor conceitos explicativos ao movimento do real, historicamente observado, correremos o risco de investigar uma casuística infinita de fenômenos empíricos, sob a denominação genérica de agronegócio ou de qualquer outro objeto, sem captar as dimensões essenciais dessa estrutura e do seu movimento. (DELGADO, 2012, p. 91).

Percebe-se assim, por parte deste autor, a preocupação em contextualizar historicamente o desenvolvimento capitalista no campo brasileiro, tanto no período da “modernização conservadora” quanto no atual, e a importância atribuída à análise do papel desempenhado pelo Estado, em ambos os momentos. Especificamente em relação à fase atual (de 2000 em diante), Delgado afirma que as abordagens carecem de “[...] formulações teóricas vinculadas aos

---

<sup>38</sup> Delgado (2012, p. 89) se refere ao conceito de *agribusiness*, proposto por Davis e Goldberg em 1957, o qual considera como uma “[...] noção puramente descritiva das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas e processamento industrial, realizadas antes, durante e depois da produção agropecuária, cuja soma econômica constituiria uma espécie do novo setor de atividade econômica.”

clássicos do pensamento econômico [...]”, tratando-se, pois, de “[...] noções puramente descritivas de fenômenos empíricos.”

Para o autor, o agronegócio seria uma designação empírica da atual fase de acumulação de capital na agricultura que, em si, não explica as mudanças ocorridas neste setor. Assim, propõe a abordagem da teoria do capital financeiro na agricultura<sup>39</sup>, pois considera que

a matriz teórica explicativa do processo real de acumulação de capital [...] o *approach* teórico apropriado para captar uma dada estratégia [...] de acumulação de capital no campo empírico dos agronegócios é o da economia política clássica de Marx, adaptada ao estilo keynesiano para o caso brasileiro, em sentido estritamente econômico, sob a denominação de capital financeiro na agricultura brasileira. (DELGADO, 2012, p. 92).

Dentro desta acepção, a abordagem do agronegócio requer, portanto, o entendimento da inserção do grande capital na agricultura brasileira.

Assim, compreendemos o agronegócio como um setor que abrange diversas atividades econômicas, estrategicamente articulado ao capital dos grandes grupos econômicos e financeiros, no contexto da economia globalizada. Outrossim, trata-se de um setor que envolve ações e interesses de distintos atores sociais – grandes empresas agroindustriais e comerciais (nacionais e estrangeiras), governos, instituições financeiras, proprietários rurais, sindicatos e associações de produtores, dentre outros –, além de serviços de logística e de biotecnologia, que atuam em um contexto econômico de articulação das diversas escalas geográficas, do nível local ao global.

Neste sentido, apesar da abordagem dos complexos agroindustriais ser apropriada para o entendimento dos processos de modernização e de industrialização da agricultura (e, portanto, dos vínculos produtivos estabelecidos à montante e à jusante da atividade agrícola), no decorrer do trabalho aludiremos, sobretudo, à abordagem do agronegócio, à medida em que nos reportarmos à articulação do Brasil, e, especificamente, de Uberlândia, ao mercado globalizado de *commodities*.

O Brasil tem participado da divisão internacional do trabalho através da exportação de produtos minerais, agropecuários e agroindustriais. Neste contexto, como se verá adiante, o citado município constitui-se num território do moderno agronegócio, ao abranger diversas atividades deste setor, dentre as quais, a atividade agroindustrial, com a presença de empresas nacionais e estrangeiras, que se encontram voltadas para o comércio de *commodities*.

---

<sup>39</sup> Tal abordagem teórica teria sido elaborada pelo autor ao analisar o período da modernização conservadora da agricultura brasileira, na obra intitulada “Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-85”, publicada em 1985, na forma de livro-tese. (DELGADO, 2012).

Para analisar a atividade agroindustrial em Uberlândia, no atual período de inserção do país no mercado globalizado de *commodities*, faz-se necessário resgatar algumas mudanças que ocorreram na economia mundial, a partir de meados do século XX. Neste contexto, destaque-se o estabelecimento de uma nova divisão internacional do trabalho, na qual países como o Brasil (de tradição agrário-exportadora e em vias de industrialização) convertem-se em espaços receptores de filiais de empresas multinacionais, e a crescente internacionalização do capital financeiro e produtivo, que redundará no processo de globalização da economia capitalista, por volta dos anos 1990.

## 1.2 Processos globais que afetaram a agroindústria

### 1.2.1 A reestruturação da economia capitalista a partir dos anos 1950: as transformações na indústria e nos espaços industriais

No período decorrente do fim da Segunda Grande Guerra Mundial (1945), mudanças na geoeconomia e geopolítica mundiais configuram um novo mapa mundi, cujos contornos dividem o mundo em dois grandes blocos de países – capitalistas e socialistas –, ambos formados por países desenvolvidos e subdesenvolvidos.<sup>40</sup> No comando do “mundo capitalista”, os Estados Unidos assumem a liderança político-econômica e ideológica, cuja ação hegemônica se faz presente não só no embate travado com o bloco socialista (comandado pela extinta União Soviética), mas também nas demais nações capitalistas<sup>41</sup>.

Neste contexto, a conjuntura econômica vivenciada pelos Estados Unidos, no pós-guerra – caracterizada por um quadro de recessão, com queda na lucratividade e produtividade das empresas, devido ao esgotamento do modo de produção fordista<sup>42</sup> – conduz a uma reestruturação das atividades produtivas, particularmente do setor industrial. Diversas empresas

---

<sup>40</sup> Com a chamada Guerra Fria, estabeleceu-se a divisão entre países capitalistas desenvolvidos (Primeiro Mundo), países socialistas desenvolvidos e subdesenvolvidos (Segundo Mundo) e países capitalistas subdesenvolvidos (Terceiro Mundo), classificação que vigorou até o início da década de 1990, quando emerge a nova ordem econômica mundial.

<sup>41</sup> Entretanto, segundo Dicken (1988, p. 136), passadas algumas décadas, a geopolítica mundial tornou-se mais complexa, com a redução da hegemonia norte-americana, a ascensão de países da Europa Ocidental e do Japão, além do processo de descolonização vivenciado por diversas nações.

<sup>42</sup> O sistema fordista – criado por Henry Ford, nos Estados Unidos - perdurou entre 1920 a aproximadamente 1960, caracterizando-se pela produção em grande escala de artigos padronizados, cujas etapas produtivas concentravam-se em um mesmo estabelecimento, onde trabalhadores realizavam tarefas específicas, sob um rígido controle. A adoção de tal modelo levou o governo à implantação de uma “política de bem-estar social”, baseada na geração de empregos e estabilidade econômica à população, de forma a garantir um amplo mercado consumidor.

industriais – além de adotarem métodos de produção em substituição ao fordismo – passam a buscar “novos” espaços industriais, ou melhor dizendo, “em vias de industrialização”, situados na periferia capitalista, capazes de permitir-lhes a diminuição de custos e aumento dos lucros.

De outro lado, tais países, sob o ideal de industrialização como sinônimo de desenvolvimento, colocam-se receptivos aos investimentos estrangeiros, advindos de empresas norte-americanas e também de demais países do “centro capitalista”, configurando-se, assim, a chamada nova divisão internacional do trabalho.

#### 1.2.1.1 A nova divisão internacional do trabalho e a implantação de empresas multinacionais em países subdesenvolvidos

A partir de meados dos anos 1950, uma das principais formas de domínio exercido pelos Estados Unidos, em relação aos países subdesenvolvidos, foi através de investimentos estrangeiros diretos, por meio de empresas multinacionais, que passam a buscar novos espaços produtivos, muitos dos quais localizados em países de Terceiro Mundo. As vantagens locais existentes como mão de obra barata, matéria-prima disponível, incentivos fiscais, legislação ambiental pouco rígida, além de um mercado consumidor em potencial, serviram como fatores de atração para instalação de unidades produtivas em países de continentes como América Latina e Ásia.

A chamada crise de acumulação do capital conduz à inserção de empresas de origem norte-americana, - e, posteriormente, também europeia e japonesa - em países capitalistas que se encontravam à margem do desenvolvimento industrial alcançado pelas economias mais avançadas.

Assim, a tradicional divisão internacional do trabalho vigente desde a Revolução Industrial do século XVIII, que se caracterizava, de um lado, por países fornecedores de matérias-primas e, de outro, por países exportadores de produtos industrializados, cede lugar àquela que ficou conhecida como segunda ou nova divisão internacional do trabalho.

Desta forma, os países subdesenvolvidos, muitos em processo de industrialização, embora tenham permanecido na condição de fornecedores de produtos primários, passaram a receber filiais de empresas estrangeiras, com o compromisso de remeter os lucros auferidos aos países sedes das mesmas. Comumente chamadas de multinacionais, tais empresas representavam, muitas vezes, grandes grupos econômicos e/ou financeiros, e, em geral, eram provenientes de países desenvolvidos.

Sposito e Santos (2012, p. 24) reconhecem, em relação ao período a partir de meados do século XX, um processo de internacionalização do capital produtivo, através de grandes investimentos por parte de empresas estadunidenses em países europeus. Entretanto, esclarecem que não se trata de algo novo, pois “Os primeiros investimentos produtivos no exterior remontam aos finais do século XIX [...] Firmas estadunidenses, inglesas e de outros países europeus tinham, antes da Primeira Guerra Mundial, centenas de filiais fora de seus países.”. No entanto, na segunda metade do século XX, a ação de empresas multinacionais e transnacionais intensificou o processo de internacionalização do capital produtivo, alcançando, sobretudo, países subdesenvolvidos. Desta forma,

O avanço da multinacionalização a partir dos anos 1950 deveu-se, sobretudo, à ascensão rápida dos investimentos estadunidenses no exterior. É apenas no final da década de 1960 que se desenha o avanço de empresas europeias e japonesas. Países como Brasil, México e Argentina, entre outros, aproveitaram-se da concorrência oligopólica e do alargamento do contexto das multinacionais estadunidenses e europeias para atrair investimentos em condições vantajosas para seus processos de industrialização tardia. (SPOSITO; SANTOS, 2012, p. 25-26).

Dentre as causas comumente atribuídas para que empresas de países desenvolvidos viessem a se internacionalizar, as principais seriam a crise do sistema fordista, a busca por novos mercados, além da oferta de mão de obra e de matérias-primas, a baixo custo, dentre outros incentivos, nos países periféricos. Conforme os autores (p. 28),

Na segunda metade do século XX, durante os anos 1960 e 1970, devido à crise da superacumulação nos países desenvolvidos – a chamada crise do modelo de desenvolvimento fordista – as empresas direcionaram seus capitais ociosos (capital-dinheiro) aos países periféricos [...] cujos Estados estavam promovendo a industrialização.<sup>43</sup>

A industrialização em países subdesenvolvidos, a partir de 1950, teria sido alavancada, de um lado, através de investimentos estrangeiros diretos incididos, sobretudo, em economias latino-americanas e asiáticas, e, de outro, pela ação do Estado. Dicken (1988, p. 136), ao

---

<sup>43</sup> Dentre as abordagens sobre a internacionalização do capital analisadas por Sposito e Santos (2012), tem-se a de Paloix (1974), o qual se baseia no ciclo de capitais de Marx. Assim, a primeira fase de internacionalização do capital seria a do “capital mercadoria”, vigente até o século XIX. O ciclo do “capital dinheiro” corresponderia ao período do final do século XIX até princípio do XX, “[...] com a exportação de capitais para a periferia, sob a forma, principalmente, de investimentos e de empréstimos financeiros”. A partir dos anos 1950, “[...]a internacionalização prevalecente deixa de ser comercial e passa a ser produtiva [...]”, através da ação das empresas multinacionais. (SPOSITO; SANTOS, 2012, p. 27-28).

abordar a importância da “dimensão política” no desenvolvimento da economia mundial no pós-segunda guerra, afirma que,

Embora as companhias transnacionais tenham se tornado a mais importante força geradora das mudanças globais na atividade industrial, ela não são as únicas envolvidas. Na realidade, as decisões políticas é que teriam formado as principais características da economia pós-guerra, e estabeleceram as suas instituições comerciais e financeiras, o FMI, o Banco Mundial e o GATT<sup>44</sup> [...] o crescimento econômico sem precedentes [...] e o redesenho do mapa econômico mundial tiveram uma dimensão política muito específica.

A criação de instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial – idealizadas por interesses políticos e econômicos - constituiu a base para que o sistema capitalista pudesse avançar, nos países ocidentais, e, inclusive, em países ainda na condição de subdesenvolvimento. De outro lado, a função assumida pelos governos nacionais, de instaurar políticas voltadas para o desenvolvimento econômico, sobretudo “via industrialização” (particularmente em países do Terceiro Mundo), foi essencial para que o capital financeiro e o produtivo se internacionalizassem.

Neste contexto, a ação dos Estados Nacionais teria sido fundamental no processo de dispersão espacial das multinacionais em países subdesenvolvidos, os quais, ávidos por promover a industrialização, articulam políticas tanto industriais como de criação de infraestruturas necessárias a tal intento.<sup>45</sup> Nesses países, denominados de Novos Países Industrializados (*New Industrialized Countries*), e conhecidos como NICS, as ações governamentais teriam exercido um papel extremamente relevante no processo de industrialização dos mesmos. (DICKEN, 1988, p. 165).

---

<sup>44</sup> O FMI e o Banco Mundial foram criados a partir de conferência realizada na cidade de Breton Woods, nos Estados Unidos, em 1944, na qual foi assinado o “Acordo Breton Woods”, com o objetivo de “[...] reconstruir o capitalismo mundial, a partir de um conjunto de regras que regulasse a política econômica internacional”. (BARRETO, 2009, s/p). Na ocasião, surgiu o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), só mais tarde intitulado Banco Mundial. Quanto ao GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), este foi instituído em 1947, com o objetivo de regular o comércio entre nações do bloco capitalista, sendo, a partir de 1995, sucedido pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

<sup>45</sup> Na América Latina, os princípios estabelecidos pela Comissão Econômica para o Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CEPAL) foram fundamentais nas ações estatais, voltadas para promover a industrialização dos diversos países.

Contudo, os esforços em se buscar o desenvolvimento industrial de vários destes países, particularmente os latino-americanos – e, posteriormente, os asiáticos -, já se faziam presentes há décadas, ao adotarem a estratégia de substituição de importações.<sup>46</sup>

Bresser-Pereira (1977, p. 117) define a referida estratégia como “[...] um modelo de industrialização tardia que caracteriza os países latino-americanos, entre 1930 e 1960, aproximadamente.”.

Dicken (1988, p. 167) elenca as seguintes razões para a adoção deste modelo de industrialização:

- tratavam-se de países cujas indústrias encontravam-se em “estágio embrionário”, sem condições de competir com os produtos importados;
- objetivava-se, portanto, proteger a indústria nacional nascente, bem como desenvolver e diversificar a estrutura industrial dos respectivos países;
- possibilidade de redução da dependência tecnológica e do capital estrangeiro.

A referida estratégia, voltada, a princípio, para a indústria de bens de consumo não durável, acabou aumentando a dependência da importação de bens intermediários e de capital.

Por outro lado, as dificuldades de expansão do mercado consumidor interno, além dos custos com as importações, levaram muitos países, tal como o Brasil, a se voltarem para o mercado externo de produtos industrializados.

Assim sendo, a entrada do capital estrangeiro através de empresas multinacionais ocorre numa fase em que a estratégia de substituição de importações já dava sinais de esgotamento, motivando alguns países a ampliar as exportações de produtos industrializados.

Segundo Dicken (1988, p. 168-169), a adoção, por parte de diversos NICS, da estratégia de “industrialização voltada para exportação” teria sido viabilizada pelo crescimento e liberalização do comércio mundial, pelo avanço nos sistemas de transportes e de comunicações, além da entrada das companhias transnacionais no mercado internacional. Scott (2005, p. 5), alude à referida estratégia como uma “orientação oposta à substituição de importações”, permitindo assim, que alguns países alcançassem a condição de Novos Países Industrializados.

Santos (2009, apud SPOSITO; SANTOS, 2012, p. 72) denomina esta nova divisão internacional do trabalho de “divisão internacional do trabalho da multinacionalização”, na qual países subdesenvolvidos industrializados recebem investimentos produtivos, tecnologia e empréstimos financeiros dos países desenvolvidos, e em troca fornecem, matérias-primas,

---

<sup>46</sup> Uma outra estratégia seria a de processamento de recursos naturais, porém, segundo o autor (p. 167), mesmo em países como o Brasil, onde “*commodities* primárias” eram um importante elemento na economia, a industrialização teria seguido uma via diferente.

lucros das multinacionais, produtos industriais, *royalties*, pagamentos da dívida externa, dentre outros. Todavia, ainda conforme o autor, paralelamente, teria permanecido a “divisão internacional do trabalho clássica”, formada pelos países subdesenvolvidos não industrializados, os quais continuariam como fontes de matérias-primas para os países desenvolvidos, recebendo destes, por sua vez, produtos industrializados, investimentos e empréstimos.

Tal quadro engendra novas configurações socioterritoriais nos países periféricos capitalistas, muitos dos quais passam da condição de uma economia agrário-exportadora para urbano-industrial.

A partir do início dos anos 1990, com o arrefecimento do sistema socialista, configura-se uma nova ordem econômica mundial, na qual o capitalismo se globaliza, intensificando as relações comerciais entre os países. Neste sentido, Scott (2005, p. 237) alude a algumas alianças e blocos econômicos formados no último decênio do século XX, especificamente,

[...] à emergência de alianças econômicas multinacionais como União Europeia, Nafta, Apec, Mercosul, e outros, dentro das quais os países [...] obtêm um melhor acesso a recursos e aos mercados, em troca de sólidas garantias contratuais e institucionais de cooperação.

Por outro lado, com a globalização econômica, os investimentos estrangeiros diretos também acentuaram-se, tanto através da instalação de filiais de multinacionais, como de fusões ou compras de empresas. A origem destes investimentos, entretanto, não estaria somente em países desenvolvidos, mas também naqueles situados na periferia capitalista.

Segundo Sposito e Santos (2012, p. 27), “Paralelamente ao avanço das multinacionais dos países desenvolvidos, algumas empresas dos países periféricos ascenderam à condição de multinacionais com investimentos em países vizinhos [...]”. Conforme os autores (p. 39), nos anos 1960-70 já teria havido um “crescimento e/ou primeira onda” de investimentos externos por parte de multinacionais de origem terceiro mundista, tais como latino-americanas e asiáticas<sup>47</sup>. Desde então, as multinacionais oriundas de países periféricos têm avançado, tanto em direção a países desenvolvidos, como subdesenvolvidos (industrializados e não industrializado), fato que se acentua com a globalização da economia, modificando, pois, a

---

<sup>47</sup> Conforme Kosacoff (1999, apud SPOSITO E SANTOS, 2012, p. 37), em fins do século XIX já havia empresas de países periféricos que realizavam investimentos fora de seu país de origem, caso por exemplo, de firmas situadas na Argentina.

divisão internacional do trabalho<sup>48</sup>. Embora os países ricos também continuem a investir nos países periféricos, constata-se que, atualmente, os lucros das multinacionais são remetidos tanto a países desenvolvidos como subdesenvolvidos, já que estes também possuem empresas atuando em escala mundial.<sup>49</sup>

Assim, com base em Santos (2009, apud SPOSITO; SANTOS, 2012 p. 77), na figura 1 observa-se quatro diferentes situações na atual “divisão internacional do trabalho mundializada”: *países subdesenvolvidos industrializados* com investimentos diretos em países desenvolvidos, em países de igual nível de desenvolvimento, assim como em países não industrializados. Além disso, verifica-se que os *países subdesenvolvidos não industrializados* permanecem, unicamente, como fornecedores de matérias-primas aos países desenvolvidos.

Por outro lado, *os países subdesenvolvidos industrializados* - apesar dos investimentos diretos que vêm realizando, e das exportações de produtos industriais-, permanecem na condição de exportadores de matérias-primas, tanto para países centrais como para aqueles também subdesenvolvidos. Neste sentido, as exportações de *commodities* agrícolas, realizadas pelo Brasil – questão que consiste num dos principais focos analíticos deste trabalho -, exemplificam bem tal situação.

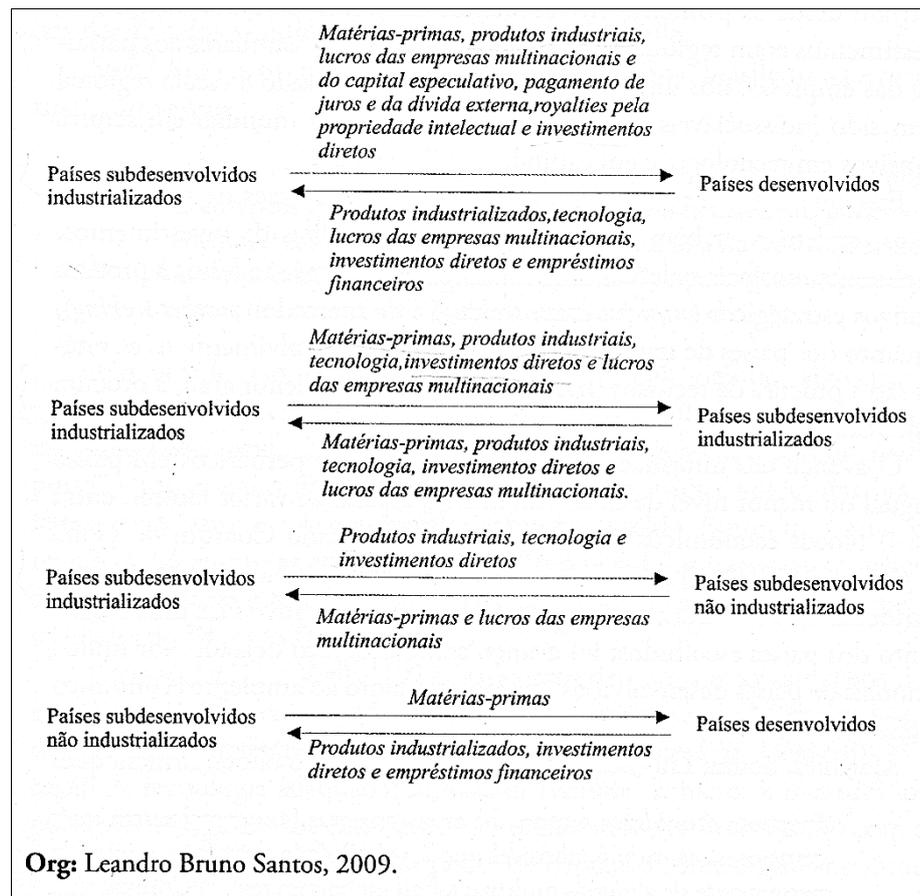
Portanto, é, sobretudo, a esta forma da participação brasileira na divisão internacional do trabalho - como exportadora de produtos primários, e também de semimanufaturados – que nos reportamos na análise ora em curso. Para tanto, há que se compreender o cenário de globalização econômica em que tal evento se processa, o qual será caracterizado a seguir.

---

<sup>48</sup> Neste contexto, a relação de dependência centro-periferia precisa ser relativizada, já que os investimentos partem, muitas vezes, de empresas situadas em países subdesenvolvidos.

<sup>49</sup> Como exemplo, pode-se citar a Brasilfoods e o grupo JBS, ambos de origem brasileira, os quais possuem unidades em outros países, podendo, pois, ser consideradas empresas multinacionais, as quais serão abordadas neste trabalho.

Figura 1 Divisão internacional do trabalho da mundialização



Fonte: SPOSITO; SANTOS (2012, p. 77).

## 1.2.2 O processo de globalização da economia

### 1.2.2.1 A globalização financeira, da produção e dos mercados

Como já relatado, no período pós-Segunda Guerra Mundial, o sistema capitalista adentra uma nova fase, caracterizada pela retomada de sua expansão, sob a hegemonia norte-americana. Apesar da bipolaridade estabelecida entre países capitalistas e socialistas, durante o período da chamada Guerra Fria, reconhece-se uma tendência à internacionalização do capital. Conforme Ianni (1997, p. 46),

Sob certos aspectos, a Guerra Fria, nos anos 1946-89, foi uma época de desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo pelo mundo. Com a nova divisão internacional do trabalho, a flexibilização dos processos produtivos e outras manifestações do capitalismo em escala mundial, as empresas, corporações e conglomerados transnacionais adquirem preeminência sobre as economias nacionais. Elas se constituem nos agentes e produtos da internacionalização do capital.

As mudanças políticas e econômicas ocorridas entre fins dos anos 1980 e início dos 1990 (já relatadas no tópico anterior) inauguram o período da chamada “nova ordem econômica mundial”, caracterizada pela intensificação do processo de internacionalização capitalista, e da ação hegemônica das empresas multinacionais e transnacionais.<sup>50</sup> Neste sentido, de acordo com Ianni (1997, p. 47),

Na base da internacionalização do capital estão a formação, o desenvolvimento e a diversificação do que se pode denominar ‘fábrica global’ [...] Intensificou-se e generalizou-se o processo de dispersão geográfica da produção, ou das forças produtivas, compreendendo o capital, a tecnologia, a força de trabalho, a divisão do trabalho social, o planejamento e o mercado. A nova divisão internacional do trabalho e da produção, envolvendo o fordismo, o neofordismo, o toyotismo, a flexibilização e a terceirização, tudo isso amplamente agilizado e generalizado com base nas técnicas eletrônicas, essa nova divisão internacional do trabalho concretiza a **globalização do capitalismo**, em termos geográficos e históricos. (destaque nosso).

Embora a globalização do capitalismo tenha se propagado já no período pós-guerra, foi a partir do início dos anos 1980 e 1990 que tal processo se acentuou. Nos dizeres de Santos (2000, p. 23), “A globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista.”, ou seja, quando a internacionalização do capital financeiro e produtivo atinge uma escala global.

Castells (1999, p. 118) se refere ao “último quartel do século XX” como o período de surgimento de uma “nova economia”, denominada por ele de “informacional, global e em rede.” Trata-se de um tríptico aspecto que caracterizaria a economia contemporânea, justificado pelo autor da seguinte forma,

É *informacional* porque a produtividade e a competitividade de unidades ou agentes nessa economia (sejam empresas, regiões ou nações) dependem basicamente de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimentos. É *global* porque as principais atividades produtivas, o consumo e a circulação, assim como seus componentes (capital, trabalho, matéria-prima, administração, informação, tecnologia e mercados) estão organizados em escala global [...] É *rede* porque, nas novas condições históricas, a produtividade é gerada, e a concorrência é

---

<sup>50</sup> Apesar do capitalismo ainda possuir bases nacionais, estas já não são determinantes, pois a “dinâmica do capital, sob todas as formas, ultrapassa as fronteiras geográficas, regimes políticos, culturas e civilizações.” O próprio conceito de Estado-Nação muda seu significado, já que muitas das decisões são determinadas por “[...] instituições, organizações e corporações multilaterais, transnacionais ou propriamente mundiais, que pairam acima das nações.” (IANNI, 1997, p. 48-49).

feita em uma rede global de interação entre redes empresariais. (CASTELLS, 1999, p. 118).

Para abordar a nova economia, que se insere no contexto da globalização contemporânea, Castells (1999, p 142) apresenta uma diferenciação entre *economia mundial* e *economia global*, expressões estas que muitas vezes são confundidas ou tratadas como sinônimos. Com base em Braudel (1967) e Wallerstein (1974), segundo o referido autor, a economia mundial consiste naquela em que “a acumulação de capital avança por todo o mundo”, fato que ocorre, no Ocidente, desde o século XVI. Já a economia global seria aquela “com capacidade de funcionar como uma unidade em tempo real, em escala planetária.”

Embora o modo capitalista de produção seja caracterizado por sua expansão contínua [...] foi apenas no final do século XX que a economia mundial conseguiu tornar-se verdadeiramente global com base na nova infra-estrutura [sic], propiciada pelas tecnologias da informação e da comunicação, e com a ajuda decisiva das políticas de desregulamentação e da liberalização postas em prática pelos governos e pelas instituições internacionais. (CASTELLS, 1999, p. 142).

Ainda conforme o autor (p. 142), as economias mundiais dependem de seu “núcleo globalizado”, o qual “[...] contém os mercados financeiros, o comércio internacional, a produção transnacional e, até certo ponto, ciência e tecnologia, e mão-de-obra [sic] especializada.”

Assim, um dos aspectos que caracterizariam a economia global seriam os *mercados financeiros globais* ou a *globalização financeira*.

Dentre os fatores que teriam contribuído para o processo de globalização financeira, desencadeado a partir dos anos 1980, Sposito e Santos (2012, p. 31-32) resumem os seguintes:

- o “fim do padrão ouro-dólar”, no início da década de 1970, o qual levou o câmbio a ser regulado pelo mercado financeiro, e não mais pelos bancos centrais de cada país;
- as políticas de liberalização econômica adotadas pelos países centrais (Inglaterra e Estados Unidos), nos anos 1980;
- a saída de divisas por conta da Guerra do Vietnã, que obrigou as multinacionais estadunidenses a financiarem seus investimentos no exterior, contribuindo para o fortalecimento “[...] dos bancos londrinos, então depositários de dólares oriundos de diversas fontes [...]” fora dos Estados Unidos;
- os grandes depósitos de dólares realizados fora dos Estados Unidos, os eurodólares, além dos petrodólares depositados em bancos deste país e europeus, ocasionaram uma “[...]”

excessiva liquidez no sistema financeiro e uma demanda bem abaixo por capitais pelos países desenvolvidos em recessão [...]”, resultando em queda de juros, e em disponibilidade de capitais para os países periféricos, em vias de industrialização;

- o discurso neoliberal propagado pelos governos dos Estados Unidos e Inglaterra, nos anos 1980, de mínima intervenção do Estado na economia, regulada pelo mercado.

Neste contexto, ainda segundo os autores (p. 33-34), a ação de organismos internacionais como o Banco Mundial (BIRD) e Fundo Monetário Internacional (FMI) foi essencial, no propósito de estimular a adoção, por parte dos países subdesenvolvidos, de políticas liberais, pautadas em privatizações e em desregulamentação econômica, a fim de atraírem investimentos estrangeiros diretos (IED), de grandes empresas multinacionais.

Para Castells (1999, p. 143), a globalização financeira trata-se de uma interdependência global dos mercados de capitais, nos quais “O capital é gerenciado vinte e quatro horas por dia [...] funcionando em tempo real pela primeira vez na história: transações no valor de bilhões de dólares são feitas em questão de segundos, através de circuitos eletrônicos por todo o planeta.”<sup>51</sup>

Santos (2006, p. 207-208) aborda a importância da informação para as atividades financeiras e bancárias, afirmando que os mercados tendem a se globalizar e a se confundir. A finança global constitui-se na “principal alavanca das atividades econômicas internacionais”, devido aos processos de “multinacionalização”, que “[...] se dá com a penetração nos sistemas financeiros de todos os países através das redes comerciais”; e a “transnacionalização”, em virtude da “[...] emergência e crescimento de novas praças e centros financeiros em todos os continentes, incluindo mercados *off-shore* e paraísos fiscais [...]”<sup>52</sup>

Ainda sobre a importância da movimentação financeira no contexto econômico contemporâneo, Castells (1999, p. 147) enfatiza que “A globalização dos mercados financeiros é a espinha dorsal da nova economia global.” Para Santos (2006, p. 210), “O setor financeiro se torna o verdadeiro regulador da economia internacional [...] mais uma ameaça ao papel de controle que cabia aos Estados [...]”

Todavia, se por um lado o processo de globalização representa o alcance e o fortalecimento do capital financeiro, em nível global, por outro, significa a disseminação do capital produtivo, em escala planetária. Os investimentos de capital produtivo ocorrem através

---

<sup>51</sup> A integração ao circuito financeiro global ocorre não somente pelos países desenvolvidos, mas também pelos ‘mercados emergentes’. (CASTELLS, 1999, p. 144).

<sup>52</sup> Conforme Santos (2006, p. 208), “Um bilhão de dólares é o movimento diário de um mercado financeiro que tem agora uma localização multicontinental.”

da distribuição de filiais de empresas (industriais, agrícolas, comerciais, de bens e de serviços), em espaços cujas localizações ultrapassam os limites territoriais de seus países de origem.

Neste contexto, tais empresas recebem diferentes denominações, conforme a situação que desfrutam ou papel que exercem na produção e comércio mundiais, podendo ser chamadas de empresas globais, empresas mundiais, empresas redes, multinacionais, transnacionais e/ou empresas hegemônicas. Desta forma, para Santos (2006, p. 205), as maiores delas consistem em *empresas globais*, e não simplesmente multinacionais ou transnacionais<sup>53</sup>, já que estas últimas “funcionam num âmbito geográfico mais restrito”.

Uma das diferenças entre a firma multinacional e a firma global vem exatamente da mudança no conceito de autonomia operacional, esta devendo ser subordinada a uma estratégia de conjunto, adaptada às novas condições da concorrência. [...] as decisões, responsabilidades e recursos estratégicos descentralizados se submetem a um estreito controle que inclui a integração no nível mundial da concepção dos produtos, de sua fabricação e de sua distribuição. [...] É desse modo que a criação de firmas-rede se torna uma tendência e uma necessidade, resultantes da combinação entre o imperativo da integração e o imperativo da globalização [...] As empresas globais funcionam em redes, desenvolvendo toda sorte de ramificações e interdependências globais [...].

Contudo, o autor também utiliza em vários momentos a expressão *empresas mundializadas*, em referência às empresas que atuam em escala planetária, especificamente, as multinacionais. Neste presente estudo, as empresas a serem analisadas tratam-se tanto de empresas nacionais (porém, algumas com atuação de alcance em nível mundial) como de

---

<sup>53</sup> De acordo com Carvalho Filho (2011, p. 91) “O termo ‘Empresas Multinacionais’ foi inicialmente proposto pelo empresário David E. Lilienthal (BRESSER-PEREIRA, 1978, p. 12), em uma conferência do Carnegie Institute of Technology, tendo pesquisas, no decorrer dos anos, redefinido sua concepção como forma de amenizar os impactos causados à conotação negativa que o termo adquiriu. O objetivo inicial das Multinacionais era o de explorar mercados externos maquiando a sua origem e, assim, utilizar-se de artifícios para burlar leis dos países onde instalam suas subsidiárias e/ou filiais. (UNCTDA, 2002 apud CRETELLA NETO, 2006, p. 20). A evolução dos ensaios, sobre essa temática, levou à redefinição destas grandes firmas para Empresas Transnacionais, estas que adquirem um contorno de empresa global, presente em diversos setores econômicos e resultam de um processo histórico de concentração e centralização de capital intrínseco na expansão capitalista (GONÇALVES, 1992, p. 19). [...] Uma das definições mais aceitas, para se compreender o conceito de Companhias Transnacionais, no contexto moderno, é dado [sic] pela Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD, 2010): a Empresa Transnacional (ETN) é geralmente considerada como uma empresa que compreende as entidades em mais de um país que operam sob um sistema de tomada de decisão que permite políticas coerentes e de uma estratégia comum. As entidades são tão ligadas, por posse ou não, que uma ou mais delas podem ser capazes de exercer uma influência significativa sobre os outros e, em particular, partilhar conhecimentos, recursos e responsabilidades com os outros.” (CARVALHO FILHO, 2011, p. 91).

empresas estrangeiras, com unidades em vários países, além do Brasil, portanto consideradas multinacionais.

Paralelamente à globalização das empresas e da produção, as relações comerciais internacionais se intensificam, envolvendo diversos países e continentes, atingindo, pois, uma escala globalizada Benko (1999, p. 46), ao analisar os principais aspectos característicos da economia mundial contemporânea, destaca, além da acirrada “[...] concorrência entre espaços nacionais, blocos (inter-) regionais e empresas transnacionais [...]”, a globalização dos mercados e do comércio internacional, ao afirmar que,

Os movimentos constitutivos das trocas mundiais atravessam os diferentes mercados nacionais e os *ultrapassam* ao mesmo tempo, operando em redes de escala transnacional. A globalização dos mercados difere das estratégias clássicas de exportação [...] uma vez que implica transnacionalização da produção, do financiamento e das áreas de escoamento. Nesse contexto, a parte das trocas exteriores em relação ao volume global das trocas no seio das economias nacionais aumenta consideravelmente: elas representam doravante parte crescente do PIB das formações capitalistas centrais. (BENKO, 1999, p. 46, destaque do autor).

Assim, é neste contexto que países, a exemplo do Brasil, têm intensificado suas atividades de exportação, articulando-se ao mercado globalizado.<sup>54</sup>

No tocante à dimensão espacial do processo da globalização, Santos (1997, p. 50-51) elenca algumas características dos espaços globais ou mundializados, cujas principais seriam:

- a transformação dos territórios nacionais em espaços nacionais da economia internacional;
- a exacerbação das especializações produtivas no nível do espaço;
- a aceleração de todas as formas de circulação e seu papel crescente na regulação das atividades localizadas, com o fortalecimento da divisão territorial e da divisão social do trabalho;
- a produtividade espacial como dado na escolha das localizações;
- a tensão crescente entre localidade e globalidade à proporção que avança o processo de globalização.

Além destes, há tendência à formação de um meio-técnico-científico-informacional, que abrangeria tanto o campo quanto a cidade, pois conforme Santos (1997, p. 51-52),

---

<sup>54</sup> Questão que será retomada no decorrer do trabalho, considerando-se o propósito do mesmo.

A ciência, a tecnologia e a informação estão na base [...] de todas as formas de utilização e funcionamento do espaço [...] É a cientificização e a tecnicização da paisagem. É também, a informatização, ou antes, a informacionalização do espaço. [...] Os espaços assim requalificados atendem sobretudo a interesses dos atores hegemônicos da economia e da sociedade, e assim são incorporados plenamente às correntes de globalização.

O processo de globalização envolve, evidentemente, diversas atividades econômicas que se materializam no espaço geográfico. Diversos países têm participado da divisão internacional do trabalho contemporânea, por meio da atuação de empresas vinculadas às atividades agrícolas e agroindustriais, seja através da instalação de subsidiárias em outros países, seja pela compra de empresas estrangeiras, ou ainda, pela exportação de produtos, muitos dos quais considerados *commodities* no mercado internacional.

### 1.3 As empresas agroindustriais no contexto da globalização

Em referência à atividade agrícola, Santos (2000, p. 88) analisa as alterações ocorridas a partir do aperfeiçoamento e difusão das técnicas, as quais provocam mudanças de ordem qualitativa. Com a mecanização, esta atividade teria mudado ao longo dos últimos séculos, resultando na formação de um meio técnico-científico-informacional também no meio rural, e instalando-se, pois, uma agricultura científica Segundo o autor, trata-se de uma agricultura científica globalizada, pois,

Quando a produção agrícola tem uma referência planetária, ela recebe influência daquelas mesmas leis que regem os outros aspectos da produção econômica. Assim, a competitividade, característica das atividades de caráter planetário, leva a um aprofundamento da tendência à instalação de uma agricultura científica. Esta [...] é exigente de ciência, técnica e informação, levando ao aumento exponencial das quantidades produzidas [...] Por sua natureza global, conduz a uma demanda extrema de comércio. [...] Nas áreas onde esta agricultura científica globalizada se instala, verifica-se uma importante demanda de bens científicos (sementes, inseticidas, fertilizantes, corretivos) e, também, de assistência técnica. (SANTOS, 2000, p. 88-89).

Os “bens científicos” aos quais o autor se refere, consistem em insumos produzidos “antes da porteira” ou a montante da produção agrícola, (se for considerado o tradicional conceito de complexo agroindustrial). Porém, tratam-se de bens que são demandados por uma agricultura que se encontra globalizada, conseqüentemente, intensificando a demanda pelo

comércio de gêneros agrícolas. Assim, entendemos a denominada “agricultura científica globalizada” como parte do conjunto de atividades que compõem o moderno agronegócio.

Elias (2013) analisa o processo de reestruturação produtiva da agropecuária brasileira no contexto da globalização econômica, abordando as transformações deste setor desde meados do século XX. Para tanto, utiliza o conceito de “agronegócio globalizado”, o qual é caracterizado pela autora (2013, p. 14-16) pelos seguintes aspectos:

- “[...] tem referência planetária e recebe influência das mesmas leis que regem os outros aspectos da produção econômica no período histórico atual, incluindo a competitividade [...]”;

- ocorre a incorporação, por parte da agricultura, sob os efeitos da revolução tecnológica, dos “[...] principais paradigmas da produção e do consumo globalizados, em consonância com as transformações gerais do restante da sociedade.”;

- consiste num setor totalmente regulado pela economia de mercado, em razão das demandas urbanas e industriais, em grande parte voltado para a exportação.

- produção destinada sobretudo à geração de *commodities*, e também de combustíveis renováveis; além disso, fornece matérias-primas para agroindústrias e para o mercado de produtos agrícolas *in natura*;

- devido à demanda por insumos e máquinas (que passam a ser produzidos no próprio país), cria-se uma dependência “do processo científico-técnico de base industrial.”;

- “[...] crescente interdependência com os demais setores da economia [...] notadamente dos que fornecem os insumos e bens de capital para a agropecuária, assim como das indústrias que processam os produtos agropecuários, com destaque para as indústrias de alimentos.”;

- presença de grandes corporações que “se apropriam da produção agropecuária brasileira,” através da “[...] implantação de indústrias, muitas delas multinacionais, dos ramos fornecedores de insumos modernos para a agropecuária, assim como dos ramos transformadores dos produtos agropecuários [...].”

- a integração de capitais e a formação de conglomerados (através de holdings, trustes, cartéis) são processos que influem diretamente no agronegócio globalizado.

- a dinâmica da atividade agropecuária estabelece-se com base no desenvolvimento de redes agroindustriais (semelhante aos conceitos de complexos agroindustriais e de sistemas agroindustriais definidos por alguns autores, expressões que, apesar de não serem sinônimos, têm pontos em comum).

Conforme Elias (2013, p. 16), “As redes agroindustriais associam todas as atividades e empresas inerentes ao agronegócio globalizado”, ou seja,

[...] empresas agropecuárias, indústrias de sementes selecionadas, de insumos químicos e implementos mecânicos, laboratórios de pesquisa biotecnológica, prestadores de serviços, agroindústrias, empresas de distribuição comercial, de pesquisa agropecuária, de marketing, de *fast-food*, de logística, cadeias de supermercados etc.

Neste contexto, empresas voltadas para o agronegócio, particularmente as agroindústrias, têm participado deste processo, através de uma das formas mais emblemáticas da atuação no mercado global contemporâneo, ou seja, por meio da comercialização de *commodities* agrícolas e agroindustriais.<sup>55</sup>

Oliveira (2012) analisa a atuação de diversas empresas multinacionais a partir da mundialização do capital, ocorrida em fins do século XX, que passam a ser chamadas empresas mundiais, muitas das quais ligadas ao moderno agronegócio. Conforme o autor (2012, p.2), “[...] o processo de mundialização da economia assumiu as características básicas do capitalismo monopolista no final do século XX, integrando o capital em escala mundial, e, criando as empresas mundiais.” Assim, a economia capitalista caracteriza-se, dentre outros fatores, pela internacionalização da produção, e pela multinacionalização, sendo que esta última,

[...] originou-se do processo de transformação das empresas nacionais em empresas internacionais e multinacionais através da expansão por diferentes países via abertura de filiais, aquisições, fusões, associações etc. Internacionalização, multinacionalização e mundialização são portanto, fenômenos integralmente interconectados. São expressões do processo de transformação do capitalismo industrial e financeiro, centrado principalmente nas economias nacionais, para um capitalismo centrado na economia mundial. (OLIVEIRA, 2012, p. 5).

Neste processo de mundialização da economia capitalista, a expansão e o controle das multinacionais em nível mundial tornam-se possíveis, em grande parte, devido a alianças estabelecidas entre as empresas e os Estados Nacionais, uma vez que estas “[...] precisam do Estado nacional para poder enfrentar a mundialização, porém, para se mundializar, o Estado nacional precisa das empresas mundializadas para garantir sua legitimidade”. (OLIVEIRA, 2012, p. 6).

No que se refere ao setor agrícola, segundo o autor, este encontra-se estruturado sobre três pilares:

---

<sup>55</sup> Como se verá adiante, dentre as empresas agroindustriais aqui analisadas, algumas, além do processamento de matérias-primas de origem agropecuária, também realizam a comercialização de *commodities in natura* (como a soja, por exemplo).

- na produção de *commodities* - ao transformar toda a produção agropecuária, silvícola e extrativista, em mercadorias para o mercado mundial;
- nas bolsas de mercadorias e de futuro: estas constituem-se nos centros reguladores do preços das *commodities*, em nível mundial;
- nos monopólios mundiais: formados por empresas mundiais, que possuem o controle da produção de *commodities*.

Ainda conforme Oliveira (2012, p. 7), tais empresas atuam na produção agropecuária mundial através de dois processos monopolistas territoriais: a “territorialização dos monopólios” e a “monopolização dos territórios”.

Com respeito à “territorialização dos monopólios na agricultura”, tal processo

[...] atua simultaneamente, no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária. Esse processo deriva da especificidade de dois setores: o sucroenergético e o de celulose e madeira plantada. Deriva também, da relação entre o capital nacional e estrangeiro que, há muito tempo, apresentam-se entrelaçados. (OLIVEIRA, 2012, p. 8).

Tal entrelaçamento do capital nacional com o estrangeiro, referido acima, resulta da fusão ou associação entre empresas, como por exemplo, na formação de *joint ventures*<sup>56</sup>.

No que concerne ao processo de “monopolização do território na agricultura”, este

[...] é desenvolvido pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo. As empresas monopolistas atuam como players no mercado futuro das bolsas de mercadorias do mundo, e, as vezes controlam a produção dos agrotóxicos e fertilizantes. (OLIVEIRA, 2012, p. 9).

No Brasil, a “monopolização do território” abrange empresas mundiais e também nacionais, algumas delas oriundas de fusões e associações, pertencentes aos setores de grãos, de carnes, de sementes, de sucos concentrados, e de leite. Muitas destas empresas, além de atuarem no comércio de *commodities* e no processamento industrial, também negociam suas

---

<sup>56</sup> Dentre os vários exemplos citados pelo autor, tem-se o da empresa Cosan, do setor sucroenergético, o qual, “[...] até a década de 90 era predominantemente ocupado por empresas de origens familiares nacionais. Com a constituição da Cosan (uma aliança entre a família Dedini e parte da família Ometto), a empresa lançou ações nas bolsas de valores nacional e internacional, comprou a Esso Mobil no Brasil e depois constituiu *joint venture* com a Shell, dando origem à Raizen. Ninguém comprou ninguém, apenas aliados associaram-se no mesmo negócio.” (OLIVEIRA, 2012, p. 8).

ações em bolsas de valores. À propósito, ressalte-se que a negociação de *commodities* ocorre em bolsas de mercadorias, tais como a BM&F BOVESPA e a Bolsa de Chicago (CBOT).

Tal quadro retrata uma das faces da economia contemporânea, caracterizada por empresas articuladas ao agronegócio, cujas ações transcendem os espaços nacionais, articulando as diversas escalas geográficas, do nível local ao global.

Para que se possa compreender a atuação destas empresas no Brasil, e, especificamente no município de Uberlândia, primeiramente será feito um breve retrospecto da conjuntura econômica brasileira desde meados do século XX, principalmente no que tange à evolução da pauta exportadora, e à inserção do Brasil no mercado globalizado de *commodities*, a partir dos anos 2000, abordando-se a participação do país na divisão internacional do trabalho como exportador, sobretudo, de produtos primários.

## CAPÍTULO 2 O BRASIL NA ORDEM ECONÔMICA GLOBALIZADA: A PARTICIPAÇÃO NA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO COMO EXPORTADOR DE *COMMODITIES* AGRÍCOLAS E AGROINDUSTRIAIS

### 2.1 Breves considerações sobre a economia brasileira a partir da segunda metade do século XX

A análise da participação brasileira no mercado internacional como exportador de *commodities*, que se verifica desde a década de 2000, requer não somente o entendimento do contexto econômico de globalização em que se insere, como também remete ao período pós-segunda guerra mundial, e a alguns eventos ocorridos a partir de então. Equivale a dizer que o capítulo anterior, delineou, *grosso modo*, esse contexto externo e global que se estruturou por forças e agentes exógenos ao país, mas que, uma vez configurado, levou o Brasil a nele se enquadrar, segundo suas possibilidades e recursos. É desta inserção que tratamos agora.

No decorrer da segunda metade do século XX, o Brasil, a exemplo de outras nações latino-americanas, vivenciou o processo de industrialização, de forma tardia e dependente do capital estrangeiro. Para tanto, foram essenciais alguns eventos ou fatores endógenos, tais como a ação do Estado no propósito de alavancar a industrialização do país, bem como a implementação de políticas de desenvolvimento (destacando-se a de substituição de importações), aos quais mesclam-se eventos ou fatores exógenos, como a internacionalização do capital financeiro e produtivo, e a nova divisão internacional do trabalho, que propicia a entrada de multinacionais no país. Tal entrelaçamento de fatores endógenos e exógenos ensejou não só o desenvolvimento industrial como intensificou a articulação do Brasil ao comércio internacional, através das tradicionais exportações de produtos primários, e também de industrializados, cuja participação se ampliou, diversificando a pauta exportadora nacional.

A partir dos anos 1970, a industrialização se estende ao espaço agrário, que se moderniza graças ao emprego de insumos e equipamentos agrícolas - antes provenientes das importações -, que passam a ser produzidos no próprio país, inclusive, por empresas multinacionais. Por outro lado, ocorre um processo de agroindustrialização, com a implantação de empresas que realizam o beneficiamento e/ou transformação de matérias-primas de origem agropecuária, nacionais e estrangeiras.

Especialmente a partir dos anos 2000, os produtos agroindustrializados assumem importância na pauta exportadora, quando, no contexto da globalização econômica, fatores exógenos ao país - como a valorização e a crescente demanda no mercado internacional por

*commodities* primárias – estimulam as exportações de gêneros como soja e derivados, carnes *in natura* e processadas, e couros.

### 2.1.1 O processo de industrialização e os fatores intervenientes: a ação do Estado e do capital estrangeiro

Por volta dos anos 1950, o Brasil se encontrava bastante dependente das exportações de produtos primários, sobretudo de origem agrícola, dependência esta que já atravessava diversas décadas.

A importância das exportações primárias já advinha do início do século, quando o país priorizou a produção de gêneros básicos para exportação, em detrimento de outros produtos e das próprias necessidades do mercado consumidor nacional. Tal afirmação se baseia em Prado Júnior (2012, p. 210-211), segundo o qual,

O Brasil tornar-se-á neste momento em um dos grandes produtores mundiais de matérias-primas e gêneros tropicais. Dedicará aliás a isso, em proporção crescente, todas suas atividades, já não sobrando mais margem alguma para outras ocupações. Em consequência, decairá a produção de gêneros de consumo interno que se tornam cada vez mais insuficientes para as necessidades do país, e obrigam a importar do estrangeiro a maior parte até dos mais vulgares artigos de alimentação [...] situação paradoxal e inteiramente anômala num país exclusivamente agrário como o Brasil. [...] As exportações maciças compensam contudo essas grandes e indispensáveis importações; e obtêm-se mesmo saldos comerciais apreciáveis.<sup>57</sup>

Tal fato se explica, principalmente, pelos recursos físicos de que o país dispunha (como grandes extensões de terras agricultáveis) e que integravam uma “dotação de fatores” ainda muito débil em outros aspectos, tais como recursos humanos, conhecimento e capital, além de infraestrutura, considerados por Porter (1989, p. 90-91) como “fatores de produção”.<sup>58</sup> Conforme o citado autor (p. 90) “[...] as nações são dotadas de diferentes estoques de fatores.

---

<sup>57</sup> Segundo o autor (p. 207) tratava-se do “apogeu de um sistema” baseado “[...] na produção extensiva e em larga escala de matérias-primas e gêneros tropicais destinados à exportação”. Para tanto, teriam contribuído fatores externos como o aumento no comércio entre os países, no contexto do liberalismo econômico, e a “finança internacional” que passa a atuar nas atividades econômicas. (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 209).

<sup>58</sup> O autor considera os citados fatores como algumas das condições determinantes para a criação de uma “vantagem competitiva nacional”.

Um país exportará os bens que fazem uso intensivo dos fatores com os quais está relativamente bem dotado”.

Em meados do século, a tradição agrário-exportadora ainda se fazia presente na economia brasileira, através de uma pauta de exportação baseada em produtos como café, cacau, açúcar e algodão, os quais eram comercializados especialmente para os Estados Unidos e países da Europa Ocidental. Em relação à dependência das exportações agrícolas, Baer (2009, p. 69) afirma que “No final da década de 1940, a maior fatia do PNB<sup>59</sup> era ocupada pelo setor agrícola (quase 28%) e, em 1950, mais de 60% da população economicamente ativa estava nele empregada”.

Embora o país já tivesse ingressado no processo de industrialização há várias décadas, e exportasse manufaturados, ainda prevaleciam produtos tradicionais nas exportações brasileiras.

O início do desenvolvimento industrial brasileiro tem suas raízes em meados do século XIX, assumindo maior importância após 1880, através de ramos como têxtil, calçados e alimentício. Entretanto, até as primeiras décadas do século XX, o café constituiu-se na base econômica e principal produto de exportação do país, importância esta que se refletiu no próprio desenvolvimento da atividade industrial<sup>60</sup>.

Assim sendo, a atividade industrial encontrava-se voltada nos anos 1950, sobretudo, para o abastecimento do mercado consumidor interno. A adoção do modelo de industrialização por substituição de importações, por parte do governo brasileiro, a partir da década de 1930 – cuja finalidade foi atender à crescente demanda por produtos manufaturados, devido às restrições às importações –, teria alicerçado ainda mais a tendência da indústria voltar-se para o mercado nacional.<sup>61</sup> Tal estratégia visava substituir as importações de bens de consumo não-durável e também intermediários.

Durante o período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o país vivenciou novamente um impulso nas exportações de gêneros alimentícios e de matérias-primas, em face da acentuada demanda pelos países que se encontravam envolvidos no conflito. Entretanto, de acordo com Prado Júnior (2012, p. 302), tal demanda pelos produtos brasileiros refletiu-se

---

<sup>59</sup> Produto Nacional Bruto

<sup>60</sup> Todavia, no período da Primeira Guerra Mundial (1914-18), por exemplo, algumas indústrias teriam aumentado sua produção, tanto para atender a demanda doméstica, como para exportação de produtos têxteis (para Argentina e África do Sul), e de açúcar e carne congelada para países latino-americanos. (BAER, 2009, p. 51-52).

<sup>61</sup> A Grande Depressão (Crise do Café) ocorrida nos anos 1930, além de ter atingido a economia cafeeira do país, restringiu a capacidade de importação.

muito mais no valor do que no volume das exportações, o que demonstra, “[...] o esgotamento da capacidade produtiva da economia brasileira de exportação”.

Por sua vez, teria havido um aumento na exportação de manufaturados, porém, muito mais por conta da utilização da capacidade já existente do que por uma expansão, de fato, da atividade industrial.<sup>62</sup> Dentre os produtos industrializados, destacam-se os têxteis, os quais alcançaram, em 1943, o segundo lugar na pauta exportadora. (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 303).

Em referência a esta época, conforme Baer (2009, p. 59), apesar da produção industrial ter crescido cerca de 5,4%, teria havido uma limitada formação de capital.

[...] Dessa maneira, no final da guerra, uma grande parte da capacidade industrial do país se encontrava em um estado de deterioração e obsolescência. [...] após a guerra, entretanto, e em parte devido ao péssimo desempenho das exportações brasileiras (frequentes atrasos de entrega e controle de qualidade inadequado), os produtos industrializados praticamente desapareceram da lista de exportações”. (BAER, 2009, p. 59).

Todavia, a partir dos anos 1950, o processo de industrialização se intensifica, assumindo um novo significado na economia nacional, repercutindo, nas décadas seguintes, como se verá, na pauta exportadora do país.<sup>63</sup> Para tanto, teriam contribuído tanto fatores endógenos quanto exógenos ao país.

Dentre os fatores endógenos, destaca-se a ação do Estado no propósito de alavancar a industrialização do país, entendida como essencial para se alcançar um melhor nível de desenvolvimento. Conforme Baer (2009, p. 67), diferentemente dos anos 1930, da Grande Depressão, “Em 1950 a industrialização não era mais uma reação defensiva a acontecimentos externos, mas se tornara a principal maneira encontrada pelo governo para modernizar e aumentar a taxa de crescimento da economia.”.

Prado Júnior (2012, p. 307) também alude à ação estatal na época em questão, através da política de fomento à industrialização implementada por Getúlio Vargas, o qual, ao assumir o governo em 1951, teria encontrado uma conjuntura favorável, haja vista a valorização do café

---

<sup>62</sup> Segundo Baer (2009, p. 57), tal fato também teria ocorrido nos períodos da Primeira Guerra Mundial e da Grande Depressão, embora, no caso deste último evento, a partir de meados da década 1930, a capacidade produtiva tenha se expandido.

<sup>63</sup> Paralelamente à industrialização, alguns processos socioespaciais se desenvolvem, tais como migrações inter e intrarregionais, e uma intensa urbanização. Em 1950, a taxa de urbanização correspondia a 36,1%, em 1970 chegou a 55,9%, alcançando em 2000, 81,2% (GIRARDI, 2008) e em 2010 84,3% (BRASIL, 2011). Ao longo do período, houve um acentuado crescimento populacional, sendo que em 1950 a população brasileira totalizava aproximadamente 51 milhões de pessoas, alcançando, em 2010, um total de cerca de 190 milhões. (BRASIL, 2011).

no ano anterior, rendendo ao país um saldo comercial bastante elevado. Com isso, o governo consegue reequilibrar as contas externas, viabilizando a “importação de equipamentos industriais, matérias-primas e semiprocessadas”,<sup>64</sup> favorecendo, pois, “interesses financeiros privados”.

Selingardi-Sampaio (1988, p. 5) se refere à tal postura por parte do governo brasileiro como uma “[...] opção pelo ‘modo industrial de desenvolvimento’, definitivamente assumido e implementado pelo Estado nos anos 50 e após 1964 [...]”. Assim sendo, “[...] o Estado auto converteu-se em agente orientador, normativo e coordenador da atividade industrial e, dada a notória escassez de capitais privados, também em agente de produção ao tornar-se empresário em vários ramos [...]”.

Para Suzigan (1988, p. 6-7), foi a partir do período em questão que o Estado volta-se, de fato, para a promoção do desenvolvimentos industrial do país, cuja atuação se fez presente na articulação entre o capital privado nacional, o capital estrangeiro e o capital estatal; na proteção ao mercado interno; na ação de fomento ao desenvolvimento industrial (com a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE); e na ampliação de investimentos na indústria de base e de infra-estrutura [sic] em energia e transportes.<sup>65</sup>

O modelo de substituição de importações, cuja primeira fase teria abrangido as décadas de 1930 e 1940, caracterizando-se por “bens de consumo simples”, adentra uma segunda fase, a partir de meados do século XX, com a implantação de indústrias de bens de consumo durável (com destaque para a automobilística), além de insumos básicos e de bens de capital. (BRESSER-PEREIRA, 1977, p.118).

A atuação do Estado em prol da industrialização do país, iniciada nos anos 1950, se estende ao longo das décadas subsequentes. Nos anos 1970, durante o governos militares de Emílio Médici e Ernesto Geisel, são implementados, respectivamente, dois Planos Nacionais de Desenvolvimento (o PND I em 1972 e o PND II, de 1975 a 1979), os quais tiveram como

---

<sup>64</sup> Fato que certamente contrasta com anos anteriores, quando, segundo o autor (p. 306-307), estas passaram a ser controladas pelo “sistema de licença prévia para as importações”, estabelecido em 1948, atingindo importações que seriam fundamentais para o desenvolvimento do país. Entretanto, nos anos 1950, algumas medidas foram tomadas visando facilitar as importações de equipamentos, e assim, o desenvolvimento industrial, dentre elas destacam-se a implantação, por parte da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) das Instruções nº 70, em 1953 (a qual substituiu o sistema de licença prévia, restabelecendo o livre comércio e câmbio), e a de nº 113, de 1955, que concedia licença de importação de modo a favorecer os investidores estrangeiros. (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 310; 313-314).

<sup>65</sup> Neste sentido, destaque-se o “Plano de Metas”, do governo Juscelino Kubitschek, (1955-61), o qual, pautado em uma política desenvolvimentista, visava a criação de infraestrutura e a promoção do desenvolvimento industrial do país.

um dos principais objetivos promover o desenvolvimento da indústria de base. Em referência ao PND II, Baer (2009, p. 111) aponta que vários dos investimentos, voltados não só para o setor industrial mas também para infraestrutura econômica, “[...] foram realizados por empresas estatais [...] enquanto outros (principalmente bens de capital) foram executados pelo setor privado [...]”, este último com grande apoio do Banco de Desenvolvimento (BNDE)<sup>66</sup>.

Santos (2004, p. 162-163), em referência à industrialização e ao papel desempenhado pelo Estado, aponta três modelos de desenvolvimento. De acordo com o autor,

O primeiro é o de uma dependência desejada pelo exterior e aceita, por falta de vontade ou por falta de meios de defesa. **O segundo modelo é o de uma dominação desejada e planejada de dentro.** O terceiro tipo é representado pelos países que procuram encontrar um caminho independente [...] é difícil distinguir o primeiro modelo do segundo [...] Mas há casos evidentes que pertencem ao segundo tipo, como o da Malásia, da Birmânia e do Brasil. (destaque nosso).

Assim, com relação aos fatores ou eventos exógenos, a intensificação dos processos de internacionalização do capital financeiro e produtivo, por parte de países do centro do capitalismo, e o estabelecimento da nova divisão internacional do trabalho (já abordados anteriormente), “vieram ao encontro” da política implementada pelo Estado brasileiro, de promover incentivos para a maciça entrada de capital e de investimentos estrangeiros diretos no país. Segundo Baer (2009), a entrada de capital estrangeiro no país deu-se, sobretudo, na forma de empréstimos, entre o fim dos anos 1960 e início dos 70, e, a partir de 1972 até a metade dos anos 1980, houve “um grande salto” nos investimentos estrangeiros diretos.<sup>67</sup>

---

<sup>66</sup> Conforme Bresser-Pereira (1977, p. 118), “Nos insumos básicos, principalmente aço e petroquímica, a participação do Estado é preponderante, devido aos grandes investimentos necessários. Em relação aos bens de capital, a iniciativa cabe geralmente a empresários locais [...] Em um segundo momento, temos também a entrada de multinacionais nesse setor e no dos insumos básicos, no qual, entretanto, o Estado tende a manter o papel dominante”. Em relação às empresas estatais, estas também abrangeram os gêneros extrativista mineral e de material ferroviário. (SELINGARDI-SAMPAIO, 1988).

<sup>67</sup> Segundo Prado Júnior (2012, p. 270), a introdução do capital financeiro no Brasil ocorreu no século XIX, como fruto da própria condição de subordinação historicamente assumida pelo país, desde o período de formação. A condição de “economia colonial” tornou-o “[...] vulnerável à penetração do capital financeiro internacional quando o capitalismo chega a esta fase do seu desenvolvimento”. Segundo o autor (p. 270 a 273), a participação do capital financeiro deu-se, a princípio, através de empréstimos públicos, por parte da Inglaterra, após a Independência do país, sendo direcionados, posteriormente, para a economia cafeeira. Entretanto, outros setores que também receberam investimentos de capitais foram o de “especulação financeira” (através de bancos internacionais), e o de “empreendimentos industriais”, voltados para serviços públicos (como estradas de ferro, portos e energia elétrica).

Desta forma, o Brasil “abre as portas” para o capital estrangeiro, seja através de empréstimos financeiros (do FMI e do Banco Mundial), seja por meio da entrada de empresas multinacionais, que instalam filiais e/ou adquirem empresas nacionais. As condições favoráveis apresentadas pelo país – tais como mão de obra abundante e barata, incentivos fiscais, legislação pouca rigorosa, e um mercado consumidor em franca expansão – atraíram investimentos estrangeiros diretos, dos Estados Unidos, de países europeus e também do Japão.

Conforme Prado Júnior (2012, p. 268), as empresas estrangeiras exerceram um papel decisivo no desenvolvimento da indústria nacional, especialmente no que se refere à indústria de base. Embora tenha havido a instalação de empresas industriais estrangeiras no Brasil desde a época da Primeira Guerra Mundial, é após a Segunda Guerra que,

[...] o estabelecimento de empresas subsidiárias de grandes trustes internacionais no Brasil se torna a principal via de penetração do imperialismo e de suas operações na economia do nosso país, assumindo papel relevante e de primeiro plano no conjunto da vida econômica brasileira. (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 274).

A exemplo de outros países subdesenvolvidos, o Brasil passou a integrar o grupo dos Novos Países Industrializados (*Newly Industrialising Countries* – NICs), caracterizados, segundo Selingardi-Sampaio (1988, p. 5-6), por “[...] forte penetração de capitais internacionais e alto grau de dependência financeira, tecnológica e administrativa do exterior”.

Com respeito à influência dos investimentos externos no desenvolvimento industrial do país, a citada autora (p. 26-27) destaca que o capital estrangeiro, após 1964, expande-se intensamente “[...] em todos os setores da economia: agricultura, extrativismo, serviços e, principalmente, indústria. Nesta, os investimentos foram canalizados predominantemente para os gêneros ‘dinâmicos’, de tecnologia e estrutura organizacional mais complexas [...]”. Assim, os ramos de bens de capital e de consumo durável teriam sido contemplados com investimentos estrangeiros, tais como na indústria química e petroquímica, na produção de máquinas, motores e equipamentos industriais, de tratores e máquinas de terraplenagem, dentre outros. (SELINGARDI-SAMPAIO, 1988, p. 29).

A respeito do progresso da atividade industrial verificado no país, a partir de meados do século XX, Prado Júnior (2012, p. 322-323) reconhece a sua importância na transformação da estrutura econômica brasileira, e, assim sendo, como um meio de superação do “velho sistema colonial”, embora as suas contradições ainda se fizessem presentes. Analisando o contexto do início dos anos 1970, o autor aponta para a necessidade de se retomar o crescimento da indústria

de décadas anteriores, considerando como uma de suas limitações, a incapacidade em absorver a força de trabalho disponível, especialmente nos grandes centros urbanos.

Para Prado Júnior (2012, p. 323), o processo de industrialização apresentou, desde as suas origens, alguns “vícios”, como o fato de se desenvolver em circunstâncias específicas, tal como em momentos de dificuldades com as importações, por consequência, estimulando a implantação de filiais estrangeiras (os “empreendimentos imperialistas”) no país, muitas vezes, para atender ao mercado já previamente estabelecido pelas matrizes das empresas.

Neste sentido, os investimentos estrangeiros também são direcionados para o setor agrícola, tanto através da instalação de empresas voltadas para a produção de insumos, máquinas e implementos, como para o beneficiamento e transformação de produtos de origem agropecuária.

#### 2.1.1.1 A industrialização da agricultura e a atividade agroindustrial

Paralelamente ao desenvolvimento industrial do país, no contexto dos anos 1960 e 1970, o espaço rural brasileiro sofre os efeitos da industrialização, através de dois eventos: a modernização e a industrialização da agricultura.

A modernização da agricultura brasileira teria se iniciado já por volta dos anos 1950, com a importação de máquinas e insumos. Kageyama e outros (1990, p. 113) definem tal fato como uma “[...] mudança na base técnica da produção agrícola. É um processo que ganha dimensão nacional no pós-guerra, com a introdução de máquinas na agricultura (tratores importados), de elementos químicos (fertilizantes, defensivos) [...]”.<sup>68</sup>

Segundo Delgado (2012, p. 16), até 1960 os insumos modernos foram pouco empregados na agricultura, além de, em quase sua totalidade, terem que ser importados. Assim, somente na década seguinte é que o Brasil teria passado a produzir bens de capital voltados para o setor agrícola. Conforme o autor (p. 16),

Por meio dos dados de tratorização e consumo de fertilizantes [...] verifica-se que foi somente na década de 1970 que houve uma intensificação do consumo industrial pela agricultura [...] a par de um movimento paralelo e integrado de implantação no país do subsetor industrial produtor de insumos e bens de capital para a agricultura.

---

<sup>68</sup> A modernização agrícola ocorrida entre meados dos anos 1960 e 1980 – a chamada “modernização conservadora” – teria sido fortemente articulada por ações governamentais, como a implantação do Sistema Nacional de Crédito Rural, a partir de 1965, além de incentivos fiscais e de políticas de fomento produtivo e comercial. (DELGADO, 2012, p. 14).

O desenvolvimento da indústria de bens de capital teria resultado na chamada industrialização da agricultura,<sup>69</sup> a qual se verifica após 1965, significando que esta atividade

[...] está conectada com outros ramos da produção; para produzir ela depende dos insumos que recebe de determinadas indústrias; e não produz mais apenas bens de consumo final, mas basicamente bens intermediários ou matérias-primas para outras indústrias de transformação [...]. (KAGEYAMA et al., 1990, p. 114).

Os referidos autores esclarecem que modernização e industrialização tratam-se de conceitos distintos, podendo ser diferenciados através de três transformações ou “mudanças qualitativas” ocorridas na agricultura, ao longo dos anos 1960, quais sejam:

- nas relações de trabalho, pois enquanto na modernização “havia espaço” para o pequeno produtor (o qual, mesmo adotando insumos modernos, mantinha a produção de forma artesanal e familiar), na agricultura industrializada “não há mais o trabalhador individual, há um conjunto de trabalhadores assalariados”, ou seja, o trabalho é coletivo;

- no processo produtivo, pois a modernização pós-segunda guerra é caracterizada pelo uso do trator como substituto da tração animal, entretanto, no decorrer da fase da industrialização da agricultura, a própria força de trabalho humana é substituída (sua destreza, habilidade), à medida em que a mecanização atinge todas as etapas da produção, “do plantio à colheita”, incluindo carregamento e transporte;

- na proveniência dos insumos, máquinas e equipamentos utilizados pelo setor agrícola, os quais durante a modernização eram adquiridos via importações, e, com a industrialização da agricultura, passaram a ser produzidos no próprio país, ou seja, através da chamada “internalização” da indústria de base. (KAGEYAMA et al., 1990, p. 115).

A respeito da interdependência estabelecida entre a agricultura e a “indústria produtora de insumos”, designada por Müller (1981, p. 23) como “indústria para a agricultura”, o citado autor afirma, em relação ao início dos anos 1970, que,

[...] praticamente metade da produção agrícola era de interesse imediato dos setores demandantes de matérias-primas e [...] praticamente metade das condições de produção na agricultura dependiam da indústria de máquinas e demais insumos industriais [...] a agricultura converteu-se em condição de acumulação da parcela da indústria de bens de capital. Em suma, a agricultura

---

<sup>69</sup> O conceito de “industrialização da agricultura” teria sido abordado por Karl Kautsky, ao analisar a penetração do modo de produção capitalista no campo russo, já em fins do século XIX. (ALVES; FERREIRA, 2009, p. 149).

não mais depende apenas do crescimento da indústria à jusante, das exportações e de outros setores, mas também da indústria produtora de insumos. (MÜLLER, 1981, p. 42).

À medida em que o país substituiu a importação de máquinas e equipamentos, os processos de modernização e de industrialização do campo brasileiro se intensificam.<sup>70</sup>

Müller (1982, p. 24) menciona diversas empresas estrangeiras, que passaram a atuar, por volta dos anos 1970, como “indústrias para a agricultura”. Na maior parte pertencente aos ramos mecânico e química, destinavam-se à produção de tratores, máquinas e implementos agrícolas (tais como Massey-Ferguson, do Canadá, Valmet, da Finlândia, Fiat, da Itália e Ford, dos Estados Unidos), assim como à fabricação de fertilizantes e adubos (Ultrafertil, dos Estados Unidos, Fertilizantes Mitsui, de origem japonesa, Itaú Fertilizantes, da Alemanha, e a argentina Quimbrasil). Também na produção de rações o capital estrangeiro se fazia presente, através das empresas Central Soya, Ralston Purina, Anderson Clayton e Cargill (todas de origem estadunidense), além da produção de defensivos e produtos veterinários, por meio de três empresas alemãs (BASF, Bayer e Hoechst), duas estadunidenses (Abbott e Du Pont) e uma suíça (Ciba-Geigy).

Conforme o autor (p. 24), a substituição de importações destinadas à agricultura deu-se, em um momento em que “[...] o mercado interno agrícola já se mostrava suficientemente amplo para a implantação de filiais estrangeiras [...] E, tal qual o ocorrido na década de 1950, o papel do Estado foi fundamental.”. Assim sendo, a ação estatal de estímulo para o setor agrícola teria ocorrido via concessões de financiamentos, incentivos creditícios e subsídios. Por outro lado, ainda segundo Müller (1982, p. 25),

A instalação e sobretudo a expansão dos setores mecânicos e químicos voltados à agricultura, em parte pertencentes ao capital estrangeiro, deveu-se ao extraordinário crescimento das indústrias absorvedoras de matérias-primas do campo e às possibilidades de exportação de bens semi e completamente industrializados, o que implicou na demanda de volumes cada vez maiores à agropecuária.

---

<sup>70</sup> Do ponto de vista socioespacial, ocorrem mudanças significativas, configurando-se, como já citado, uma crescente taxa de urbanização, cuja causa é atribuída, em grande medida, ao êxodo rural. Conforme Girardi (2008, s/p) “Como consequência do processo de industrialização e modernização da agricultura no Brasil [...] a população brasileira deixou de ser predominantemente rural no período 1960-1970.”. Assim, em 1970 a população urbana totalizava 52 milhões, apresentando crescimento contínuo, ao longo das décadas, chegando, em 2010 a 160 milhões, ao passo que a população rural decresce, sucessivamente, no mesmo período, de cerca de 41 milhões para 29 milhões. (BRASIL, 2016).

A respeito da industrialização do campo, bem como do desenvolvimento das indústrias processadoras de produtos agrícolas, é importante esclarecer que não somente o capital estrangeiro teria exercido importante papel, como também o capital nacional.

Os efeitos da industrialização da agricultura, portanto, incidem diretamente nas indústrias processadoras – as agroindústrias –, já que há um aumento na oferta de matérias-primas de origem agrícola. Neste sentido, também segundo Delgado (2012, p. 16),

[...] o processo de integração técnica agricultura-indústria foi ainda fortemente impulsionado pela modernização da indústria processadora de produtos rurais, a qual, em interação com o setor produtivo agrícola, a indústria de bens de capital e os serviços de apoio, constituem verdadeiros complexos ou ‘sistemas agroindustriais’ interligados.

Graziano da Silva (1993, p. 2) afirma que a formação dos complexos agroindustriais (CAIs) no Brasil, na década de 1970, ocorreu “[...] a partir da integração intersetorial entre três elementos básicos: as indústrias que produzem para a agricultura, a agricultura (moderna) propriamente dita e as agroindústrias processadoras [...]”.

A consolidação da integração técnica e da financeira no setor agrícola, que caracterizam a formação de um CAI, resultou, nos dizeres de Graziano da Silva (1993, p. 3) “[...] numa verdadeira ‘orquestração de interesses’ agrários, industriais e financeiros.”.

Segundo Kageyama e outros (1990, p. 115), após 1975 ocorre a formação de vários complexos agroindustriais, “[...] ao mesmo tempo em que a atividade agrícola se especializa continuamente.”.

Conforme os autores em questão, a constituição de CAIs no Brasil só foi possível quando o processo de modernização agrícola torna-se independente da importação de insumos e máquinas, ou seja,

Assim como o complexo rural dependia das exportações para se expandir, a modernização, no seu início, dependia da capacidade para importar [...] A internalização da produção de insumos e máquinas para a agricultura rompe esse limite; a partir daí a modernização da agricultura caminha com seus próprios pés e os limites agora são colocados por ela mesma, isto é, pelo próprio capital inserido na atividade agrícola [...] houve também naquele momento condições internacionais excepcionais que viabilizaram a implantação dos CAIs, incluindo aí os casos da laranja, aves e soja. (KAGEYAMA et al., 1990, p. 125)

Para Delgado (2012, p. 17), os complexos agroindustriais seriam uma “[...] faceta moderna da agricultura brasileira” e integram-se “[...] às múltiplas correntes do comércio

internacional de produtos agrícolas e agroindustriais.”. Em princípio concentrados, sobretudo, em áreas do sudeste e sul brasileiro, acabaram se disseminando, na década de 1980, também pela região centro-oeste.

Neste contexto, a utilização de modernas técnicas e de insumos na agricultura (que permite um aumento na produção e produtividade), bem como a introdução de novos cultivos – como, por exemplo, a soja -, particularmente em espaços de tradição agropecuária, acabaram atraindo a implantação de empresas agroindustriais, nacionais e estrangeiras (portanto, multinacionais). Alguns municípios do Triângulo Mineiro constituem exemplos destes espaços, nos quais a estreita “relação agricultura-indústria” ensejou, nas décadas de 1970 e 1980, a formação de complexos agroindustriais. Ao especializaram-se produtivamente em determinados segmentos – como o de grãos, de carnes e de couros –, tais espaços formaram uma estrutura que lhes permitiu expandir muito sua produção, a partir dos anos 2000, a fim de atender à demanda internacional de *commodities*.

Para se compreender tal evento, será apresentada a evolução das exportações brasileiras a partir dos anos 1950, para em seguida analisar-se a inserção brasileira no mercado global de *commodities*, bem como seus desdobramentos.

### 2.1.2 As relações comerciais do Brasil: a evolução das exportações

A estratégia de se promover a industrialização de forma articulada ao capital estrangeiro, a partir dos anos 1950, visou, de fato, integrar a economia do país ao sistema capitalista internacional. Desta forma, o objetivo consistia em “industrializar”, não somente para suprir o mercado interno, mas para atender a um mercado internacional promissor.

Conforme Selingardi-Sampaio (1988, p. 9), no período de 1950 a meados dos anos 1980, o país teria evoluído da condição de “[...] predominantemente exportador de matérias-primas em bruto ou semi-elaboradas para a de país também exportador de produtos finais.”.

Com o esgotamento do modelo de substituição de importações<sup>71</sup>, as exportações tiveram que ser ampliadas e diversificadas. Para tanto, o governo brasileiro implementou medidas, tais

---

<sup>71</sup> De acordo com Bresser-Pereira (1977, p. 126-27), o esgotamento deste modelo ocorre quando “[...] os bens de consumo simples já foram todos substituídos e agora importa substituir a importação de bens que ou utilizam uma tecnologia excessivamente complexa ou possuem economias de escala muito elevadas [...] Alguns países, que possuem um mercado interno mais amplo, logram avançar mais no processo substitutivo. Instalam a indústria automobilística, desenvolvem a indústria de insumos básicos e de bens de capital. Mas também eles devem parar em determinado momento, quando não se trata mais de diversificar infinitamente a produção, mas de ampliar a produção de setores industriais já instalados quando [...] se depende da ampliação do mercado.”.

como a criação de corredores de exportação, a formação de *trading companies*, e a instituição de incentivos cambiais, fiscais e creditícios. Além dos já citados, especificamente em relação aos investimentos estrangeiros, dentre os incentivos concedidos, destacam-se a assinatura do “Acordo de Garantia de Investimentos”, entre os governos brasileiro e estadunidense, e os estímulos às exportações oferecidos a grandes empresas, extensivos às multinacionais ou suas filiais instaladas no Brasil. (SELINGARDI-SAMPAIO, 1988, p. 23-24)<sup>72</sup>.

Baer (2009, p. 97-99), ao analisar a economia nacional no período 1968-74 (o do chamado “Milagre Econômico”), relata o notável crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), atribuindo ao setor industrial a liderança em tal expansão. Neste contexto, as exportações de produtos industrializados teriam alcançado uma maior participação, passando de 7,2% em 1965 para 27,7% em 1974, ao passo que, no mesmo período, as de café declinaram, de 42% a 12,6% do valor total exportado.

Com o “choque do petróleo”, em fins de 1973 e seus efeitos negativos na economia nacional<sup>73</sup>, o governo, temeroso de que o país adentrasse em um período de estagnação econômica, acabou optando por uma política de altas taxas de crescimento, baseada em empréstimos financeiros no exterior, acarretando uma acentuada elevação da dívida externa, por várias décadas.

Embora nos anos 1970 tenha havido forte crescimento das exportações (e vários incentivos para tal), a balança comercial apresentou saldo negativo na maior parte da década, o que se explica, em parte, de acordo com Baer (2009, p. 278), pelos “[...] ambiciosos programas de investimentos do governo e empresas multinacionais (os quais) contribuíram para o aumento da importação de bens de capital e matérias-primas”.

Os anos de 1980 caracterizaram-se por uma conjuntura econômica de endividamento externo, recessão e de inflação, porém, conforme o autor (p. 278), teria havido uma considerável abertura da economia, com aumento das exportações.<sup>74</sup> De acordo com Selingardi-Sampaio (1988, p. 23), grande parte destas exportações “[...] corresponderam aos produtos

---

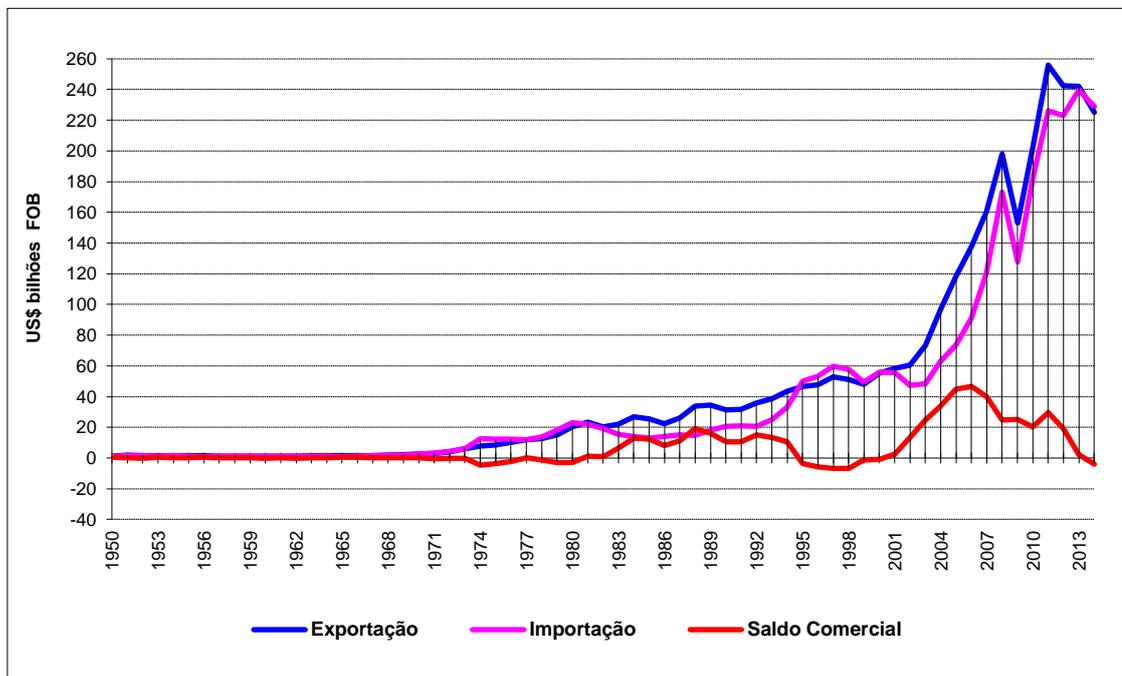
<sup>72</sup> Segundo Baer (2009, p. 96), as políticas econômicas adotadas pelos regimes pós-1964 deram ênfase ao comércio exterior e, a fim de incentivar as atividades de exportação, o governo criou mecanismos tais como revogação de tarifas, incentivos fiscais e crédito subsidiado.

<sup>73</sup> A dependência do Brasil quanto às importações de petróleo teria gerado déficit tanto na balança comercial quanto no saldo em conta corrente.

<sup>74</sup> Dificuldades enfrentadas, no início da década, para se obter empréstimos junto aos bancos estrangeiros, e os déficits em conta corrente gerados pelo pagamento de juros da dívida, levaram à necessidade de ajustes, a partir dos quais houve recuperação da economia. Tal recuperação “[...] estava ligada a um aumento exemplar das exportações [...]”. (BAER, 2009, p. 125-26).

industrializados, especialmente produtos siderúrgicos, suco de laranja, caldeiras e aparelhos mecânicos de transporte”.

Figura 2 Evolução da balança comercial brasileira – 1950 a 2013 (em bilhões de dólares)



Fonte: SECEX/MIDIC, 2016

A balança comercial recuperou-se a partir de 1981, contudo, na segunda metade da década de 1990, apresentou um saldo negativo. (FIGURA 2).

No contexto de globalização da economia capitalista, a adoção de uma política de cunho neoliberal possibilitou a abertura do país a novos investimentos, os quais aumentaram consideravelmente a partir de meados da referida década, bastante associados às privatizações. Com a implantação do Plano Real em 1994 e a valorização da moeda nacional, as importações aumentaram em detrimento das exportações, situação que veio a se reverter em fins da década, após os efeitos das crises asiática e russa ocorridas nesta época.

A fim de se diminuir o déficit comercial, algumas medidas foram tomadas, dentre as quais “[...] a desvalorização do real em 1999 que estimulou as exportações e diminuiu a demanda de importações [...]”, contribuindo para a geração de um superávit comercial a partir do ano 2001. (BAER, 2009, p. 278). Por outro lado, ainda conforme o autor (p. 278), “O dinâmico setor de exportações refletiu o elevado crescimento geral da economia mundial e a elevada demanda por muitos dos produtos que o Brasil estava exportando”.

A dependência em relação às exportações remete às considerações de Santos (2004, p 111), segundo o qual “Os países, cuja renda vem em grande parte das exportações, são

prisioneiros das crises e flutuações da economia mundial, que não tem meios para dominar. Estes países estão destinados a se voltar mais para o exterior que para o interior.”.

Como pode ser observado na figura 2 a balança comercial apresentou, ao longo da década de 2000, elevados saldos comerciais, até então não atingidos, cujo apogeu deu-se em 2006, com superávit de US\$ 46,5 bilhões. O considerável aumento das exportações, ocorrido a partir de 2001, deveu-se, sobretudo, à crescente participação de produtos básicos na pauta exportadora brasileira.<sup>75</sup> Tal crescimento, entretanto, contrasta com a tendência registrada em décadas anteriores. (TABELA 1).

A tabela 1 indica a evolução das exportações brasileiras por fator agregado, de 1965 a 2014. Assim, observa-se que, em meados dos anos 1960, os básicos predominavam no total de produtos exportados, correspondendo a 81,6% de participação. No primeiro decênio, tais gêneros aumentam quanto ao valor total (US\$ 1,3 bilhões em 1965 para US\$ 5 bilhões em 1975), e permanecem como maioria, chegando a 58% das exportações. Nas décadas seguintes, se em números absolutos o aumento foi contínuo, em termos percentuais os gêneros básicos declinaram para 33,3% em meados dos anos 1980, 27,8% em 1990, 23,6% em 1995, e 22,8% no ano 2000.

Contudo, a partir de 2001, os básicos aumentam sua participação percentual de forma progressiva, passando de 26,4% (US\$ 15,3 bilhões) no citado ano, para 36,9% (US\$ 73,02 bilhões) em 2008. No ano seguinte, ocorreu uma diminuição no valor das exportações (quando totalizou US\$ 61,9 bilhões), assim como entre 2011 e 2014 (ao declinar de US\$ 122,4 bilhões para US\$ 109,5 bilhões), e desde então tais produtos ultrapassaram os 40% das exportações, alcançando, em 2014, 48,7% do total, nível semelhante ao registrado em fins dos anos 1970<sup>76</sup>.

Por outro lado, a participação de produtos manufaturados aumentou quase que ininterruptamente, ao longo de todo o período analisado, tanto em números absolutos quanto em percentual (TABELA 1). Assim, observa-se um considerável “salto” já na primeira década, de 8,2% (US\$ 0,13 bilhões) em 1965 para 29,8% (US\$ 2,58 bilhões) em 1975, sendo que em meados dos anos 1980 já correspondiam a maioria do total exportado, ou seja, 54,9%, (totalizando US\$ 14,06 bilhões), situação que perdura até 2007, com 52,3% (US\$ 83,94 bilhões).

---

<sup>75</sup> Hespanhol (2013, p. 62) destaca o fato de que apesar do setor do agronegócio ter gerado saldos comerciais favoráveis na balança comercial brasileira, “[...] a produção de *commodities* agrícolas é altamente concentradora de terra e de renda, o que concorre para aprofundar ainda mais o já elevado nível de exclusão social da população brasileira”.

<sup>76</sup> Em 1978 os básicos corresponderam a 47,2% das exportações. (MIDIC, 2016).

Tabela 1 - Evolução das exportações brasileiras por fator agregado – 1965 a 2014

ANO	Básicos		Semimanufaturados		Manufaturados	
	Valor*	%	Valor*	%	Valor*	%
1965	1.301	81,6	154	9,7	130	8,2
1970	2.049	74,8	249	9,1	416	15,2
1975	5.027	58,0	849	9,8	2.585	29,8
1980	8.488	42,2	2.349	11,7	9.028	44,8
1985	8.538	33,3	2.758	10,8	14.063	54,9
1990	8.746	27,8	5.108	16,3	17.011	54,2
1995	10.969	23,6	9.146	19,7	25.565	55,0
2000	12.562	22,8	8.499	15,4	32.528	59,0
2001	15.342	26,4	8.244	14,2	32.901	56,5
2002	16.952	28,1	8.964	14,9	33.001	54,7
2003	21.179	29,0	10.943	15,0	39.654	54,3
2004	28.518	29,6	13.431	13,9	52.948	54,9
2005	34.721	29,3	15.961	13,5	65.144	55,1
2006	40.285	29,2	19.523	14,2	75.018	54,4
2007	51.596	32,1	21.800	13,6	83.943	52,3
2008	73.028	36,9	27.073	13,7	92.682	46,8
2009	61.957	40,5	20.499	13,4	67.349	44,0
2010	90.005	44,6	28.207	14,0	79.563	39,4
2011	122.457	47,8	36.026	14,1	92.929	36,3
2012	113.454	46,8	33.042	13,6	90.878	37,5
2013	113.023	46,7	30.526	12,6	93.800	38,7
2014	109.557	48,7	29.066	12,9	81.684	36,3

Fonte: SECEX/MIDIC, 2016. (adaptado).

\*Valores em US\$ milhões FOB

Em 2008, apesar de ter alcançado US\$ 92,68 bilhões, a participação dos manufaturados declina para menos de 50% do total, registrando 46,8% já no referido ano, tendência que prevalece nos anos subsequentes. Desta forma, em 2009 decresce para 44% (US\$ 67,34 bilhões), declinando sucessivamente até 2011, com 36,3% (US\$ 92,9 bilhões), sendo que, após ligeira recuperação nos dois anos seguintes, com 37,5% em 2012 e 38,7% em 2013 (quando alcançou US\$ 93,8 bilhões), recuou para 36,3% (US\$ 81,68 bilhões) em 2014.

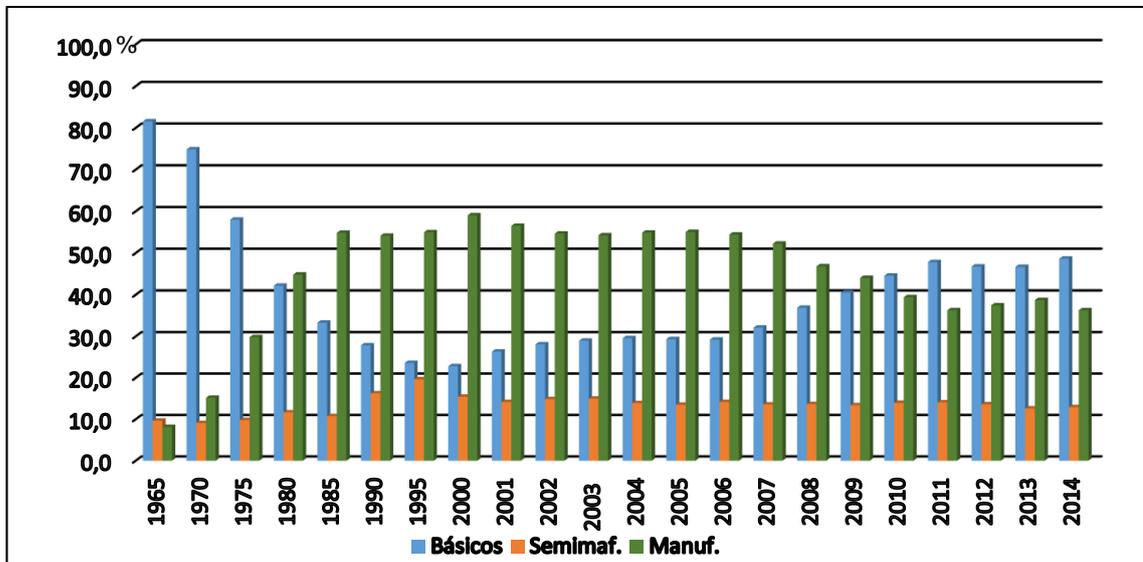
A respeito dos semimanufaturados, com base ainda na tabela 1, observa-se que, ao longo das cinco décadas em questão, houve uma participação pouca expressiva destes produtos, com destaque somente no ano de 1995, quando atingiu 19,7% do total exportado, correspondendo a US\$ 9,14 bilhões. A partir de meados da década de 2000, contudo, verifica-se, em valores absolutos, que os semimanufaturados apresentaram um crescimento mais pronunciado (em 2005 atingiram US\$ 15,96 bilhões, chegando a US\$ 36,02 bilhões em 2011, e em 2014 US\$ 29,06 bilhões), embora em termos percentuais não tenha ultrapassado a média de 12 a 14% de participação.

Comparando-se os produtos básicos com os manufaturados, percebe-se que, a partir de 1980, a participação destes últimos suplanta a dos primeiros, tanto em números absolutos quanto relativos, situação que perdura praticamente nas três décadas seguintes. Em 2010, porém, tal quadro se inverte, já que os básicos superam os industrializados, respectivamente, com US\$ 90 bilhões ou 44,6% e US\$ 79,56 bilhões ou 39,4% do total. Nos anos seguintes, tal quadro prevalece, com os gêneros básicos ultrapassando os industrializados, tanto no valor das exportações quanto na participação percentual. (TABELA 1). A evolução das exportações brasileiras por fator agregado pode ser visualizada também com base na figura 3.

Com base no exposto, verifica-se, no decorrer da segunda metade do século XX, a participação do Brasil na nova divisão internacional do trabalho, não somente como “receptor” de filiais de empresas multinacionais, mas também como exportador de produtos industrializados. Ao mesmo tempo, o país permaneceu na condição de exportador de matérias-primas, tanto para países centrais como para aqueles também subdesenvolvidos. O crescimento nas exportações de produtos básicos e semimanufaturados, ao longo dos anos 2000, reflete a importância assumida pelas *commodities* agrícolas, minerais e agroindustriais no cenário econômico nacional, o que se deve, em grande medida, à valorização destes produtos no mercado internacional, e à demanda impulsionada pela entrada de um novo parceiro comercial, que consiste na China.

Portanto, é a esta forma da participação brasileira na divisão internacional do trabalho - como exportador de produtos primários, e também de semimanufaturados - que nos reportaremos no próximo tópico.

Figura 3 Evolução das exportações brasileiras por fator agregado – 1965 a 2014



Fonte: SECEX/MIDIC, 2016. (adaptado).

2.2 A inserção do Brasil na economia globalizada como exportador de *commodities* a partir da década de 2000.

No contexto da globalização econômica contemporânea, o Brasil, nas últimas duas décadas, tem estreitado suas relações comerciais internacionais. O papel historicamente assumido pelo país na divisão internacional do trabalho, de exportador de produtos primários, é revitalizado a partir dos anos 2000, em função da crescente demanda estrangeira por *commodities*<sup>77</sup>, sobretudo agrícolas. Este fato engendra mudanças nos diversos espaços produtivos que envolvem as atividades agropecuárias e agroindustriais.

Pereira (2010, p. 351) ao analisar a inserção subordinada do Brasil na atual divisão internacional do trabalho, no contexto do agronegócio, afirma que,

<sup>77</sup> Nakahodo e Jank (2006, p. 4) definem *commodities* como “[...] produtos padronizados e não-diferenciados, cujos preços são normalmente formados em bolsas de mercadorias do próprio país ou no exterior. Como os preços das *commodities* são majoritariamente fixados pelo mercado [...] um produtor individual tem pouco ou nenhum controle sobre essa variável, o que torna a ‘liderança em custos’ a sua principal estratégia competitiva. Os principais fatores de sucesso dos produtores de *commodities* são a exploração de economias de escala e escopo, os ganhos de produtividade, a racionalização dos processos produtivos, o acesso aos recursos naturais (jazidas de minerais, disponibilidade de terras férteis e água, etc.), as condições da infra-estrutura [sic] e logística, entre outros”.

A crescente demanda mundial por produtos como a soja, milho, derivados de cana-de-açúcar e outras *commodities* têm transformado por completo o uso agrícola do território brasileiro nas últimas décadas. Uma forte política agrícola voltada para produção das *commodities* mais valorizadas no mercado externo de certo modo reafirma a posição do Brasil como país agroexportador na atual divisão internacional do trabalho.

O processo de modernização da agricultura brasileira iniciou-se nos anos 1960-70, respaldado pela técnica e pela ciência, a serviço do capital. O aumento da demanda por produtos agropecuários – tanto para o consumo interno, como, sobretudo, para a exportação de *commodities* -, evidentemente veio a exacerbar a capacidade produtiva do campo, a fim de atender aos imperativos do capitalismo globalizado. A respeito da inserção da agricultura brasileira na nova ordem globalizada, conforme Elias (2013),

Sob a égide da revolução tecnológica, dá-se a inserção do Brasil na lógica da globalização econômica. Os diversos setores econômicos passam por reestruturação produtiva desde a década de 1960, incluída a atividade agropecuária. (ELIAS, 2013, p. 13).

Assim, a agricultura passa a apoiar-se em um “[...] modelo técnico, econômico e social de produção globalizada, oferecendo novas possibilidades para a acumulação ampliada do capital[...]”, o qual a autora denomina de agronegócio globalizado. (ELIAS, 2013, p. 14).

A referida autora, ainda em alusão ao processo de reestruturação da agropecuária brasileira, acrescenta que,

[...] parte da agropecuária brasileira passou a ser um empreendimento totalmente associado à racionalidade do período técnico-científico-informacional (SANTOS, 1993, 1994, 1996), com algumas possibilidades semelhantes às dos demais setores econômicos para a aplicação de capital e para a obtenção de alta lucratividade, tornando-se mais competitiva e permitindo maior valorização dos capitais nela investidos (ELIAS, 2013, p. 16).

Neste contexto, já nos anos 1980, a política externa brasileira, ao buscar formas de ajuste macroeconômico, voltou-se para a exportação de produtos do setor primário. Em 1982, uma grave crise cambial assolou o país, provocando uma reestruturação da economia, com a adoção de medidas de ajuste conjuntural, embrionárias ao recurso da exportação de *commodities*. Em 1999, quando o “Plano Real” deu sinais de esgotamento, uma nova crise cambial levou à necessidade de reajustes econômicos. “Outra vez, como ocorrera na primeira crise da dívida em 1982, os setores primário-exportadores são escalados para gerar esse saldo comercial”. (DELGADO, 2012, p. 93). Para tanto, ainda segundo o autor, o governo implementou

mudanças na política cambial, eliminando a sobrevalorização do real, a fim de tornar o agronegócio competitivo no comércio internacional.

Como já demonstrado (TABELA 1), ao longo da década de 2000 as exportações primárias quadruplicaram seu valor em dólares, especialmente a de produtos básicos e também de semimanufaturados. A existência de um mercado mundial receptivo para produtos como carnes bovina e de frango, soja, milho, açúcar e álcool, celulose de madeira, além de produtos minerais, permitiu que estes dominassem as exportações brasileiras no decênio em questão. (DELGADO, 2012, p. 94-95).

Moreira e Santos (2009) se referem à década em questão como o período em que o Brasil passou a diversificar tanto os seus parceiros comerciais, quanto a sua pauta exportadora.

No tocante a esta última, em 2008 o país já liderava “[...] o *ranking* mundial das exportações de soja em grãos, café verde, carne bovina, açúcar, suco de laranja e fumo, e [apresentava] posições significativas nas exportações de farelo de soja, de óleo de soja e de carne de frango”. (MOREIRA; SANTOS, 2009, p. 0).

Em relação ao crescimento das exportações de gêneros básicos, nos anos 2000, Frederico (2012) afirma que,

O aumento das exportações resulta da preocupação por parte do Estado brasileiro da manutenção do saldo positivo da balança comercial para o pagamento de dívidas. Contudo, o crescimento quantitativo das exportações não tem sido acompanhado por uma melhora qualitativa, ao contrário, ao analisarmos a pauta das exportações na última década verificamos que houve um aumento da participação dos produtos básicos em detrimento dos industrializados. Temos nos especializado nas exportações de mercadorias em que somos competitivos, no caso, produtos primários, de baixo valor agregado. Este fato decorre da adoção de uma política deliberada do Estado brasileiro de incentivo à exportação e também de uma conjuntura externa favorável de ampliação da demanda e aumento dos preços das commodities. (FREDERICO, 2012, p. 8).

Assim, cria-se uma dependência das exportações de *commodities*, haja vista que “[...] entre 1995 e 2011, as exportações de produtos básicos<sup>78</sup> cresceram de 159 para 447 milhões de toneladas.” (ESPÍNDOLA, 2013, não paginado).

---

<sup>78</sup> Os básicos, denominados “*commodities* brutas”, são mercadorias sem beneficiamento industrial, como minérios de ferro, alumínio, manganês e cobre; petróleo bruto; soja em grão e farelo de soja; café em grão; fumo em folhas; carnes bovina, suína e de frango fresca “in natura”; milho em grão; algodão em bruto; frutas; etc. Os semimanufaturados, identificados como “*commodities* beneficiadas”, são produtos submetidos a pequenos processos de beneficiamento industrial no Brasil. Neste grupo, estão produtos como açúcar em bruto; celulose; alumínio em bruto, ouro não monetário, ferro gusa, semimanufaturados de ferro e aço; catodos de cobre e de níquel; óleo de soja em bruto; madeira serrada ou em estilhas; borracha sintética e artificial; etc. Os manufaturados são produtos submetidos a processo de

Em referência ao aumento da exportação de *commodities*, Ricupero (2007 apud PEDREIRA, 2014, p.7), afirma que

[...] a dependência desses produtos básicos gera duas desvantagens que podem deixar o país instável: primeiro, elas são vulneráveis às oscilações da economia mundial; e segundo, há um travamento das possibilidades de melhora da produtividade e do aumento do emprego ao interromper o desenvolvimento da estrutura industrial.

No tocante à produtividade, cabe aqui a afirmação de Porter (1989, p. 6) que, ao analisar os fatores intervenientes na prosperidade econômica de um país, destaca a sua importância, a qual considera “[...] o determinante principal, a longo prazo, do padrão de vida de um país, pois é a causa fundamental da renda nacional *per capita*”.

Especialmente em função do chamado *boom* das *commodities*, no qual o Brasil ingressou ao longo da década de 2000, diversos trabalhos foram publicados a respeito desta questão, muitos dos quais apontando para duas tendências: a do processo de desindustrialização e de reprimarização da economia, as quais serão abordadas a seguir.

### 2.2.1 Algumas tendências recentes: os processos de desindustrialização e de reprimarização da pauta exportadora

O crescimento das exportações de *commodities* em detrimento de produtos industrializados, ocorridos na última década, tem levado economistas – no meio acadêmico e na imprensa - a sinalizarem a ocorrência de um processo de desindustrialização da economia brasileira. Conforme Nakahodo e Jank (2006, p. 2),

O boom das exportações, acompanhado de um expressivo superávit da balança comercial, tem sido amplamente comemorado como uma contribuição fundamental para o equilíbrio das contas externas brasileiras. Entretanto, vários economistas vêem o crescente superávit da balança comercial com reservas, diante da valorização cambial e de suas possíveis conseqüências, sobretudo para a indústria local.

---

industrialização. Fazem parte deste grupo mercadorias como açúcar refinado; suco de laranja; óleos combustíveis; gasolina; café solúvel; etanol; alumínio em barras; laminados de ferro ou aço; óxidos e hidróxidos de alumínio; madeira perfilada; compensados; etc. Já os produtos não *commodities* são os laminados de aço, automóveis, produtos químicos e petroquímicos, calçados, máquinas e equipamentos, produtos eletroeletrônicos, chassis etc. (ESPÍNDOLA, 2013, não paginado).

Nakahodo e Jank (2006, p. 2) mencionam alguns autores que, já em meados da década de 2000, alertam para a tendência de haver no Brasil algo semelhante à ‘doença holandesa’.<sup>79</sup> Dentre eles, destacam-se Pastore e Pinotti (2006), os quais comparam a conjuntura econômica brasileira, no período em questão, ao fenômeno ocorrido na Holanda, e Bresser Pereira (2005), o qual refere-se ao fato como ‘maldição dos recursos naturais’, já que se trata da exportação de produtos de baixo custo, “[...] que utilizam recursos naturais baratos.”. A perspectiva de que a situação vivenciada na economia holandesa viesse a se concretizar no Brasil, teria levado também o economista Mendonça de Barros a afirmar que ‘[...] uma taxa de câmbio valorizada por conta de movimentações financeiras ou exportações vigorosas de produtos primários pode ser mortal para a indústria de um país [...] Esse problema vai atingir em cheio o Brasil nos próximos anos. Não tenha dúvida disso.’ (MENDONÇA DE BARROS, 2006 apud NAKAHODO; JANK, 2006, p. 3).

Palma (2005) também analisa a questão da desindustrialização em diversos países, abordando tal fenômeno sobretudo do ponto de vista do emprego industrial<sup>80</sup>. Assim, a relação entre emprego industrial e renda per capita é considerada na análise do processo de desindustrialização, sobretudo em países industrializados. Entretanto, no caso de alguns países, tal processo estaria relacionado à “doença holandesa”. Segundo o autor,

Há um grupo de países, tanto industrializados como em desenvolvimento (apesar do último incluir apenas países que tenham atingido ao menos um nível médio de renda) que exibe, um fenômeno adicional de desindustrialização [...] Este fenômeno está associado à uma onda súbita de exportações de produtos primários ou serviços (particularmente em países que

---

<sup>79</sup> A doença holandesa pode ser definida como “[...] um processo em que a descoberta de um recurso natural (gás natural, no caso da Holanda) faz com que um país passe de um grupo de referência para outro, isto é, do grupo de países que visam à geração de superávit comercial na indústria [...] para o grupo que é capaz de gerar um superávit comercial em produtos primários.” (PALMA, 2005, s/p).

Conforme Nakahodo e Jank (2006, p. 2), trata-se de um fenômeno ocorrido “[...] na Holanda na década de 1960, quando a descoberta de grandes depósitos de gás natural teve impactos distintos sobre a economia local: se, por um lado, as exportações proporcionaram um aumento da renda, por outro lado a apreciação do florim holandês - em função da entrada de divisas externas provenientes das vendas da commodity energética - tornaram as exportações dos outros produtos menos competitivas.”.

<sup>80</sup> Segundo Palma (2005), num contexto de desenvolvimento econômico de longo prazo, o aumento da produtividade agrícola provocaria mudanças na estrutura dos empregos, desencadeando dois processos: a liberação da mão de obra do campo, e, conseqüentemente, a sua absorção por setores como o industrial e o de serviços, caracterizando a fase de ‘industrialização’. Numa segunda fase, a agricultura continua absorvendo cada vez menos mão de obra, as atividades de serviço expandem o emprego, ao passo que a indústria se mantém estável quanto à participação no total de empregos. Quando o emprego industrial entra em declínio (a princípio em números relativos mas também, muitas vezes, em números absolutos) e o setor de serviços se torna a principal fonte de geração de empregos, configura-se a fase da ‘desindustrialização’.

não haviam desenvolvido esses setores anteriormente) ou, como no Cone Sul da América Latina, com uma mudança súbita na política econômica. (PALMA, 2005, não paginado).

No que se refere à mudança da pauta exportadora de produtos industriais para produtos primários ou de serviços, esta pode ocorrer, ainda conforme Palma (2005, não paginado), devido a um dos seguintes fatores:

- descoberta de recursos naturais, como ocorreu na Holanda;
- desenvolvimento de atividades de exportação- serviços, principalmente turismo (como na Grécia) e finanças (por exemplo, Hong Kong);
- mudanças na política econômica, que levaram certos países ao retorno à sua posição de “vantagem comparativa tradicional”, tais como Chile, Brasil e Argentina.

Por outro lado, há autores que, embora reconheçam um processo de desindustrialização na economia brasileira, questionam a semelhança atribuída à “doença holandesa”. Para Scheinkman (2006 apud NAKAHODO; JANK, 2006, p. 3), por exemplo, não seria um caso de “*dutch disease*”, mas de um processo causado por “[...] males nacionais, como a ausência de uma política de ciência e tecnologia adequada, a deterioração da infra-estrutura ou os altos impostos.’.

Nakahodo e Jank (2006, p. 14) também questionam a tese de que a economia brasileira teria “contraído a doença holandesa”, com base nos dados da balança comercial entre 1996 e 2005, os quais revelam que os superávits comerciais foram obtidos, ao longo deste período, não só por *commodities* mas também por produtos “não commoditizados”. Além disso, o emprego industrial, outro importante indicador da desindustrialização, embora em queda ao longo da década de 1990, encontrava-se, desde 2004, em plena recuperação. Os autores também alertam para o fato de que diversos tipos de *commodities* possuem um certo “grau de industrialização”. Neste sentido, acrescentam que

É preciso um certo cuidado com a idéia de que exportar commodities não seria uma ‘atividade industrial’ [...] não é difícil constatar que exportar soja, carnes ou suco de laranja é uma atividade tecnologicamente muito mais complexa do que extrair petróleo ou minério de ferro do subsolo. Para exportar commodities agropecuárias e agroindustriais é necessário mover uma complexa engrenagem de indústrias correlatas e prestadores de serviços de suporte: melhoramento genético, fertilizantes, agroquímicos, máquinas e implementos agrícolas, rações, medicamentos veterinários, armazéns, caminhões, trens, estradas, transporte fluvial e outros segmentos. (NAKAHODO; JANK, 2006, p. 15).

O debate a respeito do possível processo de desindustrialização da economia brasileira tem perdurado até os dias atuais. Segundo Pedreira (2014, p. 7), “Embora o país tenha um ambiente desfavorável à indústria, impedindo-a de ampliar a produtividade e a competitividade [...]”, o país não estaria sofrendo da doença holandesa, pois “[...] a valorização do câmbio observada atualmente não deriva da descoberta, exploração ou comercialização de recursos naturais escassos.” Contudo, reconhece uma grande probabilidade de que o Brasil venha a ingressar em tal processo, haja vista a valorização do câmbio e o comércio de commodities.

Por outro lado, a prioridade dada aos bens primários na pauta exportadora brasileira, tem levado estudiosos a reconhecerem um processo de reprimarização da pauta exportadora ou da economia<sup>81</sup>. Como exemplo, destaque-se o trabalho de Lamoso (2010), que aborda a inserção do Estado de Mato Grosso do Sul no comércio internacional, na década de 2000, como exportador de *commodities* como as do complexo soja, carnes e minério de ferro. Tal inserção se dá por meio da atuação de grandes “grupos exportadores”, tais como Brasil Foods, Cargill, ADM e JBS Friboi, dentre outros, refletindo o processo de reprimarização da pauta exportadora brasileira, o qual se acentua desde os anos 1990, e permanece nos anos 2000, apesar de algumas ações do governo federal, como a implementação de uma nova política industrial e do Plano de Desenvolvimento Produtivo (PDP). (LAMOSO, 2010, p. 3-7).<sup>82</sup>

Muls (2014) analisa tal processo em relação à economia mineira, afirmando que na década de 2000, surgiu “uma nova ordem econômica e política em escala mundial”, onde

[...] os países não desenvolvidos, mesmo aqueles com uma indústria já instalada, embora ainda incipiente, cujas economias se assentam sobretudo na produção agrícola e na exploração de minérios, se viram obrigados a uma exportação de bens primários, em grande escala [...] sob o reinado do capitalismo internacional, os agronegócios e a mineração se tornaram o ponto forte das economias sul-americanas e têm mostrado um crescimento bastante significativo, nos últimos anos, apesar da crise econômica e financeira internacional [...] Assim, ao invés de reforçar e ampliar a sua indústria, esses países se veem forçados a uma reprimarização de suas economias. No caso do Brasil e sobretudo de Minas Gerais, esse fenômeno é bem visível nesses últimos anos. (MULS, 2014, não paginado).

---

<sup>81</sup> Entretanto, no nosso entendimento trata-se de um processo de “reprimarização da pauta exportadora”, já que outros setores continuam a movimentar a economia nacional.

<sup>82</sup> A autora alude à Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) implementada durante o segundo “governo Lula”, a qual se refere a “[...] um conjunto [...] de medidas que visam ao fortalecimento da economia do país, tendo como base o setor secundário, ou seja, a indústria”. (DIEESE, 2008, p. 2).

Apesar de todo o empenho, iniciado há mais de meio século, para que o Brasil consolidasse a industrialização, conforme Magalhães (2012, não paginado), “[...] o país chega ao início do século XXI apresentando baixa competitividade na indústria de transformação e inserção internacional fundamentalmente baseada em *commodities* agrícolas e minerais e em semimanufaturados.”

É desta forma que o Brasil encontra-se inserido na divisão internacional do trabalho, fato a ser analisado a seguir, no que se refere à pauta exportadora, bem como aos principais países de destino das exportações.

### 2.3 A evolução da pauta exportadora brasileira e os espaços de destinos das exportações

Partindo-se da constatação do crescimento verificado na pauta exportadora brasileira, dos gêneros básicos e dos semimanufaturados, no decorrer da década de 2000, cabe analisar-se a composição da referida pauta.

Assim, com base na figura 4, pode-se observar a evolução de sete itens, quais sejam, complexo soja, carnes, produtos florestais, café, complexo sucroalcooleiro, couros e cereais, os quais são considerados *commodities*, e, portanto, produtos do chamado agronegócio.<sup>83</sup> Conforme o banco de dados da Agrostat (2016), tais itens classificam-se entre os dez principais produtos exportados pelo país, de 1997 a 2015.<sup>84</sup>

No início do período em tela, o “complexo soja” (soja em grãos, farelo e óleo de soja) já despontava como o principal item de exportação, com 23,8%, permanecendo assim ao longo de todos os anos subsequentes, à exceção de 1999 e de 2000 (quando atingiu 18,3% e 20,3%), sendo superado por uma pequena diferença percentual, pelo item “produtos florestais” (com 18,8% e 21,4% das exportações). A importância assumida pela soja e derivados na pauta exportadora pode ser verificada pelo crescimento quase que ininterrupto, a partir do ano 2000, com pequenas oscilações, atingindo os maiores picos em 2003 e 2009 (em torno de 26%), 2012 (com 27%), e em 2014, quando alcança 32,4% do total.

O item “produtos florestais”, por sua vez, após ocupar, como já mencionado, o primeiro lugar por dois anos consecutivos, manteve-se em segundo lugar até 2004, declinando, a partir

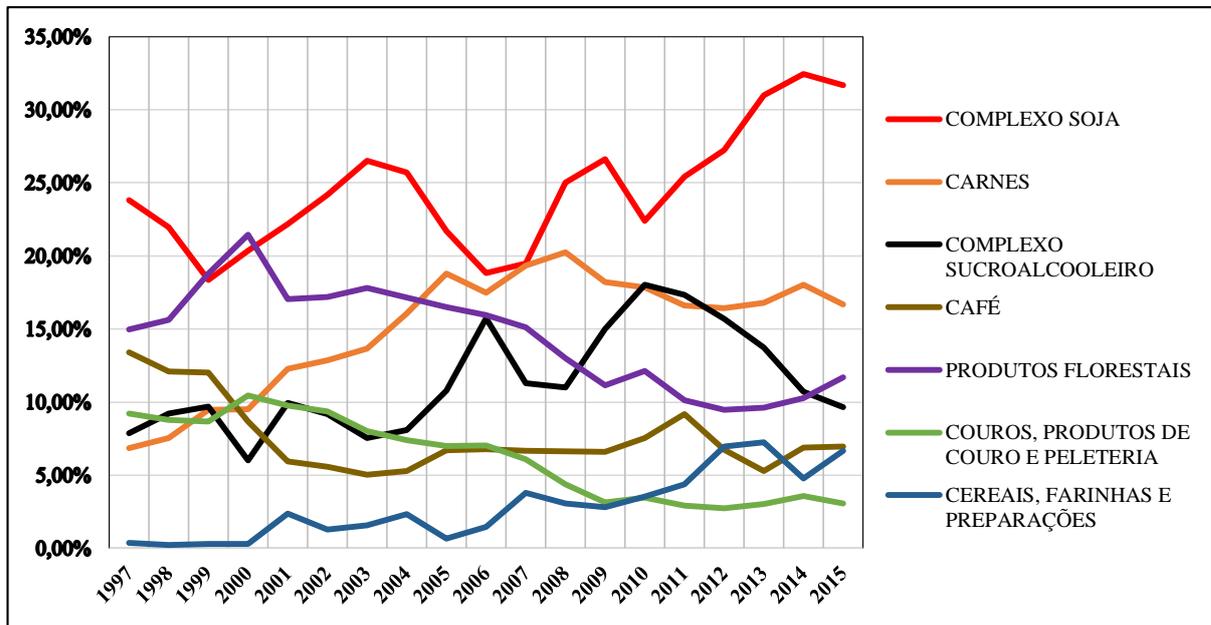
---

<sup>83</sup> Segundo classificação da Agrostat/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

<sup>84</sup> Conforme o banco de dados da Agrostat (MAPA, 2016), há ainda outros três produtos do agronegócio – fumo, sucos e fibras têxteis - que tiveram destaque nos primeiros anos do período abordado (1997 a 2015), os quais porém, declinaram após meados da década de 2000, não atingindo mais que 2,4% de participação em 2015.

do ano seguinte, para a terceira colocação. Em 2009, passou a classificar-se como o quarto principal produto, voltando a ocupar a terceira posição em 2015, com 11,7% do total.

Figura 4 - Brasil. Evolução das exportações de produtos do agronegócio – 1997 a 2015



Fonte dos dados: Agrostat/(MAPA, 2016). (adaptado)

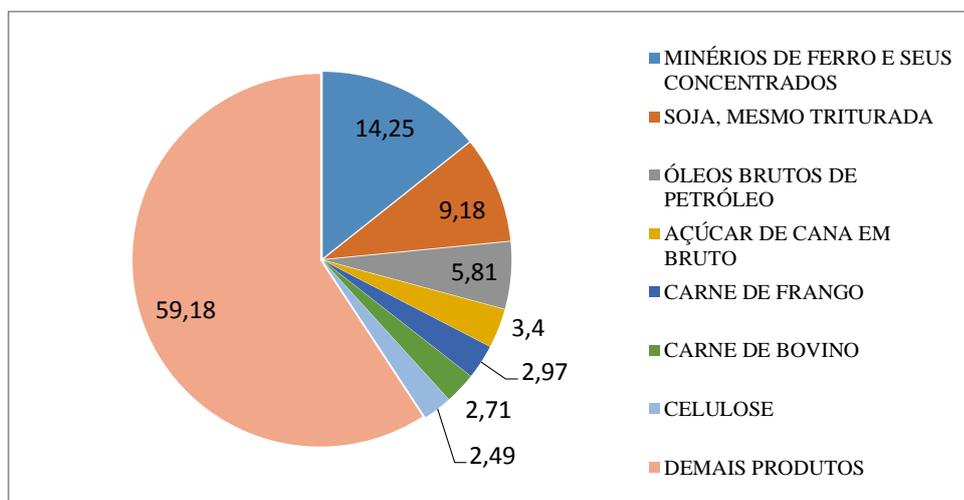
O referido item, ao declinar para a terceira posição, em meados dos anos 2000, cedeu lugar para o segmento “carnes”, o qual alcançou 18,7%, tornando-se o segundo mais importante produto de exportação. Tal posição foi mantida em todos os anos seguintes, excetuando-se 2010 e 2011, quando foi superado pelo setor “sucroalcooleiro”.

Este último teria tido maior participação somente nos anos citados (em torno de 18%), declinando sucessivamente, ficando em quarto lugar em 2015, correspondendo a 9,6% de participação. Às exportações de “café” couberam o quinto lugar, registrando, em média, na maior parte dos anos, entre 6% e 7%. Quanto ao item “cereais”, embora tenha apresentado pequena participação até 2006 (1,4%), veio a ampliá-la a partir de então, classificando-se, pois, em sexta colocação. Já em relação ao segmento de “couros”, o mesmo teve uma participação mais expressiva até por volta de 2005 (em torno de 7% a 9%), diminuindo, especialmente após 2008, perfazendo em 2015, cerca de 3% das exportações. (FIGURA 4). Mediante a análise da pauta exportadora que caracteriza a economia brasileira desde o início do presente século, constata-se uma perda de participação de produtos tradicionais como o café, o qual teria se mantido como o principal produto até meados dos anos 1960, quando correspondeu a 53% das exportações (BAER, 2009, p. 280). Por outro lado, a soja e derivados - nos dizeres do citado

autor, um “produto primário-não tradicional”, introduzida na pauta de exportação na década de 1970 – revela-se como o principal item de exportação do agronegócio.

Por outro lado, se considerar-se os produtos do agronegócio junto aos demais itens da pauta exportadora, verifica-se, com base em dados referentes ao período de janeiro a março de 2014 (MIDIC, 2015), que o principal produto de exportação brasileiro consiste em “minérios de ferro e seus concentrados”, correspondendo a 14,25% do total; em segundo lugar tem-se a “soja”, com 9,18% de participação; em terceiro, aparece o item “óleos brutos de petróleo”, com 5,81%; em quarta colocação classifica-se o “açúcar de cana em bruto”, com 3,40%; os itens “carne de frango” e “carne de bovino”, ocupam, respectivamente, quinta e sexta posição no “ranking” das exportações, com 2,97% e 2,71%; e ainda, em sétimo lugar, tem-se a celulose, com 2,49%. (FIGURA 5).<sup>85</sup>

Figura 5 - Principais produtos de exportação – Brasil - janeiro a março de 2014



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MIDIC, 2015).  
Elaborado pela autora

Quanto aos “demais produtos”, 23,54% deles abrangem “farelo e resíduos da extração de óleo de soja” (2,27%), “café cru em grão” (2,24%), “milho em grãos” (1,83), “óleos combustíveis” (1,75%), “automóveis de passageiros” (1,56%), “couros e peles” (1,41%), “ferro-ligas” (1,39%), “partes e peças para veículos, automóveis e tratores” (1,33%), “produtos semimanufaturados de ferro ou aços” (1,30%), “motores para veículos, automóveis e suas

<sup>85</sup> Entretanto, considerando-se produtos do agronegócio junto aos demais itens da pauta exportadora no período de 2000 a 2014, verifica-se que as exportações do complexo soja prevaleceram na maior parte dos anos.

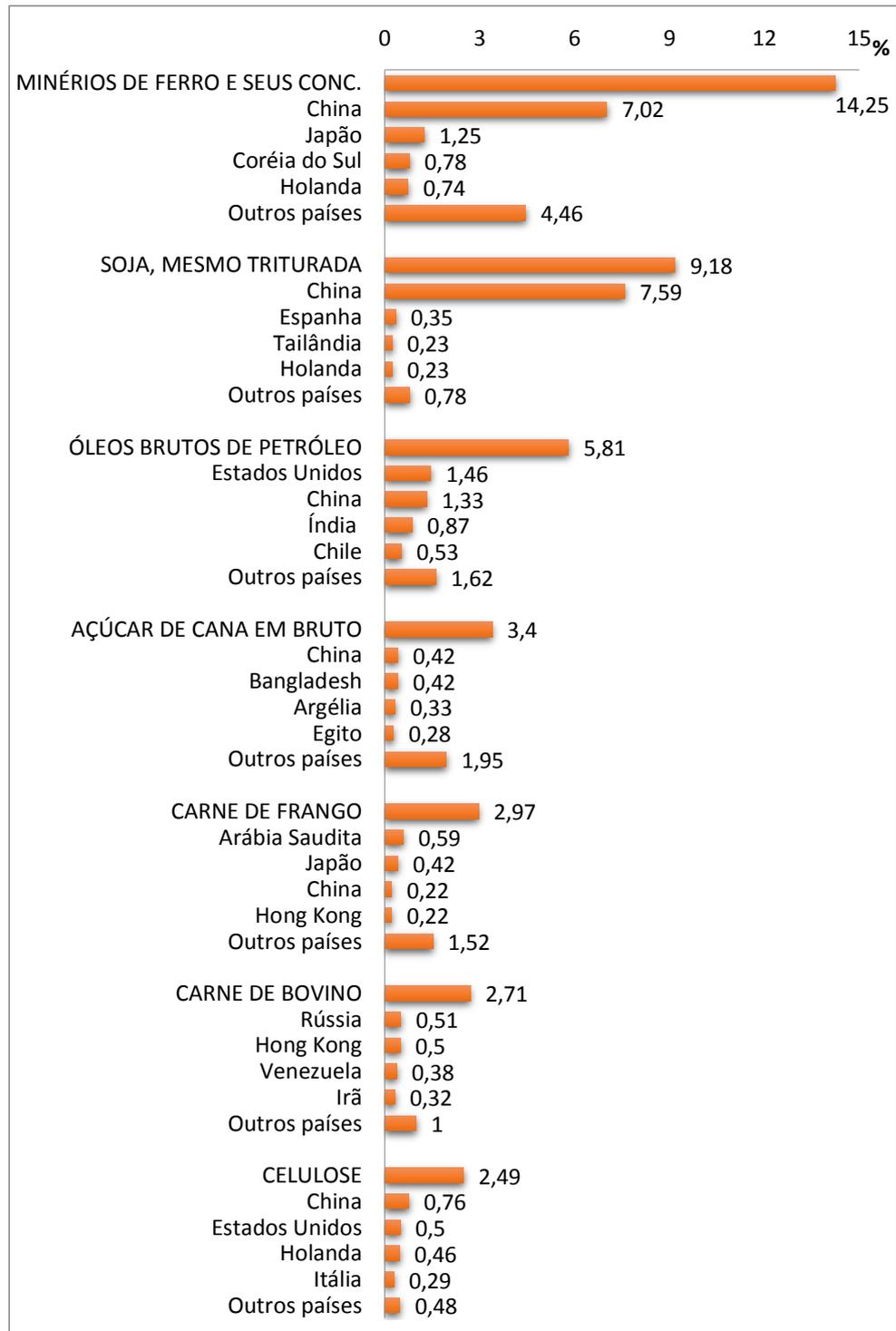
partes” (1,14%), aviões (1,13%), e outros itens, cuja participação no total exportado não atinge 1%. Por outro lado, há ainda 35,64% restantes, os quais não são especificados pelo banco de dados.

Os dados disponibilizados pelo MDIC também permitem a análise do destino das exportações brasileiras por produtos, no período de janeiro a março de 2014. Desta forma, mediante a figura 6, constata-se que, dentre os produtos que apresentam maior participação na pauta exportadora, a China constitui-se no principal mercado para quatro deles, quais sejam, “minérios de ferro e seus concentrados” (7,02%), “soja, mesmo triturada” (7,59%), “açúcar de cana em bruto” (0,42%), em igual proporção a Bangladesh, e “celulose” (0,76%). Além destes, no que se refere ao item “óleos brutos de petróleo”, o terceiro principal produto exportado, a China constitui-se no seu segundo maior comprador (1,33% do total), sendo superada somente pelos Estados Unidos (1,46%), o que significa uma diferença de apenas 0,13%). Também em relação à carne de frango, a China aparece entre os principais compradores, ocupando o terceiro lugar, juntamente com Hong Kong.

Além da China, Hong Kong e Bangladesh, outros países asiáticos que também constituem-se em destino das principais exportações são Japão (segundo maior comprador de minérios de ferro e também de carne de frango), Coreia do Sul (minérios de ferro), Tailândia (soja), Índia (óleos brutos de petróleo), Arábia Saudita (maior importadora de carne de frango), Rússia (principal mercado de carne bovina) e Irã. Outros países que se destacam como compradores das principais *commodities* brasileiras são, no que concerne aos itens “minérios de ferro” e “soja”, Holanda e Espanha (este somente soja), de “óleos brutos de petróleo”, Estados Unidos e Chile, além de “açúcar de cana em bruto” para Argélia e Egito, “carne de bovino” para Venezuela e também Hong Kong, e quanto à “celulose”, além dos Estados Unidos, como já mencionado, Holanda e Itália. (FIGURA 6).

Desta forma, observa-se que o continente asiático congrega o maior número de países de destino das exportações de *commodities* oriundas do Brasil, totalizando nove países. É no mercado asiático que produtos como “minérios de ferro e seus concentrados”, “soja”, “carne de frango” e “carne bovina” têm uma maior demanda. Por outro lado, os Estados Unidos ainda se mantêm como um importante mercado para alguns dos produtos brasileiros, assim como países europeus (como Holanda, Espanha, Itália e Rússia), latino-americanos (Venezuela e Chile) e africanos (Argélia e Egito) também são importantes compradores de *commodities* nacionais.

Figura 6 - Principais produtos e países de destino das exportações brasileiras janeiro a março de 2014



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC, 2015).  
Elaborado pela autora

A respeito do comércio no contexto dos BRICS<sup>86</sup>, verifica-se que a Índia é um importante mercado de “óleos brutos de petróleo” (terceiro produto de exportação brasileiro), ao mesmo tempo em que a Rússia se destaca como principal comprador de carne bovina. Entretanto, como demonstrou-se, é para o mercado chinês que se destinam a maior parte das exportações brasileiras.

Os membros dos BRICS têm estreitado as relações comerciais entre si e, no caso do Brasil, com todos os outros quatro pertencentes ao grupo, especialmente com a China, que será abordada no próximo tópico.

#### 2.4 As relações comerciais entre Brasil e China

A respeito das relações Brasil-China, conforme Reis (2012, p. 33), as mesmas surgiram em 1993, numa parceria estratégica entre ambos os países, sendo a primeira estabelecida pelo Brasil “[...] refletindo a perspectiva de longo prazo do relacionamento bilateral e o elevado grau de complementaridade que identificamos na relação com aquele país”. Segundo Barros e outros (2006), na primeira metade da década de 2000 a China já se constituía no principal mercado da soja em grãos brasileira, correspondendo a 32% do total.

O predomínio de *commodities* primárias na pauta exportadora brasileira, verificado no tópico anterior, ocorre, evidentemente, nas relações estabelecidas com a China, seu principal mercado.<sup>87</sup> O comércio entre ambos os países é analisado com base em dados da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), que correspondem aos meses de janeiro e fevereiro dos anos de 2012 a 2014.

---

<sup>86</sup> Em 2001, o economista Jim O’Neill criou o acrônimo BRIC em alusão a quatro países emergentes – Brasil, Rússia, Índia e China – que naquela época se destacavam no cenário econômico mundial, apresentando-se dispostos a se engajarem, cada vez mais, no processo de globalização econômica. Mais recentemente, a África do Sul também foi incluída ao seletivo grupo de países, os quais continuam, nos dias atuais, a apresentar um grande potencial econômico.

<sup>87</sup> Quanto ao destino das exportações, segundo Baer (2009, p. 281-282) no final da década de 1950 os Estados Unidos eram o principal importador dos produtos brasileiros (41% do total), posição que sofreu queda ao longo das décadas seguintes; os países da Europa Ocidental, tiveram participação durante o período, e, apesar do aumento registrado, especialmente em 1970 (cerca de 40%), declinaram para 20% em 2005. Também a América Latina teria registrado participação nas exportações brasileiras, porém somente a partir de 1970 (11,1%), atingindo um maior percentual em 1998 (24,7%), (fato atribuído em grande parte ao Mercosul), chegando em 2005 a 15,7.

Com base na tabela 2, verifica-se que, no tocante ao total das exportações, cerca de 80% dos produtos correspondem aos *gêneros básicos*. Assim, o item “minérios de ferro e seus concentrados” permaneceu, nos três bimestres analisados, com a maior participação na pauta exportadora brasileira para a China (49,4%, 57,1% e 47,9%, respectivamente), país este que, por sua vez, como já visto, constitui-se no seu principal mercado (FIGURA 7). Em segundo lugar, aparece a “soja”, a qual registrou uma queda na participação entre 2012 e 2013 de 6,8%, (de 16,2% para 9,4%), e em 2014 apresentou um aumento de 13,9%, correspondendo a 23,3% das exportações. A respeito da soja, segundo FIESP (2012), por tratar-se de um produto sujeito a sazonalidade, é comum haver uma queda nos primeiros dois meses do ano, e após o mês de março, haver um crescimento nas exportações.

O terceiro produto – “petróleo em bruto” – sofreu queda ao longo do período (de 10,1% para 7% e 5,1%), o mesmo ocorrendo com a “carne de frango” (que de 1,8% em 2012, subiu para 2,1% no ano seguinte, caindo para 1,4% em 2014), e com o “algodão” (o qual, após sofrer declínio em 2013, não registrou participação nas exportações, em 2014).

Quanto aos *semimanufaturados*, estes registraram aumento no primeiro período (de 11,4% no 1º bimestre de 2012 para 15,5% em 2013), mantendo-se, em 2014, praticamente estáveis, com 15,2%. Dentre os produtos, destacam-se a “celulose” – que embora tenha apresentado uma ligeira diminuição, (passando de 6,4% em 2013 para 5,6% em 2014), tem na China seu principal mercado -, “o açúcar em bruto” (o qual aumentou de 2,7% em 2013 para 3,4% em 2014), também um dos mais importantes produtos de exportação nacionais, e o item “couros e peles”, que teve aumento gradativo, de 1,6% em 2012 para 2,3% em 2013 e 2,6% em 2014.

Com respeito aos *manufaturados*, além de terem uma menor participação no total das exportações, sofreram queda nas vendas (de 8,5% em 2012, caíram para 5,6% em 2013 e 4,3% em 2014) (TABELA 2).

Por outro lado, conforme a tabela 3, também tomando-se por base os dados correspondentes aos dois primeiros meses dos anos de 2012 a 2014, observou-se que os principais produtos importados da China pelo Brasil são os *bens manufaturados*, os quais correspondem a cerca de 98% da pauta importadora brasileira, cabendo aos *produtos básicos* e, especialmente, aos *semimanufaturados*, uma mínima participação (respectivamente, em torno de 2% e 0,2%).

Tabela 2 - Principais produtos brasileiros exportados para a China.  
(Participação sobre o total)

	jan./fev. 2012	jan./fev. 2013	jan./fev. 2014
<b>BÁSICOS</b>	<b>79.9</b>	<b>78.7</b>	<b>80.4</b>
Minérios de ferro e seus concentrados	49.4	57.1	47.9
Soja, mesmo triturada	16.2	9.4	23.3
Petróleo em bruto	10.1	7	5.1
Carne de frango	1.8	2.1	1.4
Algodão	1.3	1.2	/
Minérios de cobre e seus concentrados	/	/	0.8
Outros	1.2	2	1.7
<b>SEMIMANUFATURADOS</b>	<b>11.4</b>	<b>15.5</b>	<b>15.2</b>
Celulose	5.9	6.4	5.6
Açúcar em bruto	/	2.7	3.4
Couros e peles	1.6	2.3	2.6
Ferroligas	1.7	1.5	1.7
Catodos de cobre	0.5	1.3	1.1
Óleo de soja bruto	1	/	/
Outros	0.6	1.4	0.8
<b>MANUFATURADOS</b>	<b>8.5</b>	<b>5.6</b>	<b>4.3</b>
Aviões	2.4	0.9	/
Polímeros plásticos	1.4	0.9	0.7
Papel e cartão para impressão	0.4	0.4	0.4
Suco de laranja congelado	0.3	0.3	0.3
Óxidos e hidróxidos de alumínio	0.3	/	0.3
Bombas e compressores	0.2	0.3	0.3
Partes e peças para veículos	0.3	0.3	/
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo-FIESP/CIESP  
(vários acessos)

Elaborado pela autora

Assim, no tocante aos *manufaturados*, os produtos que tiveram evolução foram os aparelhos eletroeletrônicos ou componentes ligados a este ramo, tais como “partes de aparelhos transmissores ou receptores” (de 5,0 % para 5,2%), “partes de máquinas para processamento de dados” (de 3,3% para 4,0%), “motores, geradores e transformadores elétricos” (de 2,6% para 2,8%), e “circuitos impressos para aparelhos de telefonia” (de 2,6% para 3,8%), e o de “circuitos integrados” (de 2,1% para 2,7%). Além destes, também destaca-se o item “plataformas de exploração/perfuração”, o qual consistiu no principal produto importado no 1º bimestre de 2014. Outro item que registrou aumento, apesar de sua menor participação, é o de “tecidos de fibras têxteis sintéticas ou artificiais” (que passou de 1,6% para 1,8% nos dois primeiros anos e manteve-se estável em 2014). (TABELA 3)

A respeito das exportações da China para o Brasil, o fato de serem majoritariamente de produtos manufaturados sofisticados, ou de alta tecnologia, remete à afirmação de Ouro-Preto

(2012, p. 70), segundo o qual este país, apesar de manter ainda mais da metade de sua população na área rural, possui um amplo setor industrial e desenvolveu um comércio internacional baseado, de maneira crescente, na exportação de produtos com teor tecnológico cada vez mais elevado.

Por outro lado, é para a China que se destinam as principais *commodities* agrícolas e minerais brasileiras, tendência esta já constatada por Moreira e Santos (2009, p. 70-71), ao afirmarem que em 2008 ela já havia superado os Estados Unidos na condição de “principal destino das exportações brasileiras”.

Tabela 3 - Principais importações brasileiras da China – (Participação sobre o total)

	jan./fev. 2012	jan./fev. 2013	jan./fev. 2014
<b>BÁSICOS</b>	2,1	1,9	1,9
Filés de merluza congelados	0,6	0,5	0,4
Coques e semicoques de hulha	0,4	/	0,2
Alho	/	0,2	0,1
Outros	1,1	1,2	1,2
<b>SEMIMANUFATURADOS*</b>	0,2	0,2	0,2
<b>MANUFATURADOS</b>	97,7	97,9	97,9
Partes de aparelhos transmissores ou receptores	5,0	5,0	5,2
Plataformas de exploração/perfuração	/	/	5,4
Máquinas automáticas para proc. de dados	3,4	2,1	2,1
Partes de máquinas para processamento de dados	3,3	3,9	4,0
Laminados planos de ferro ou aços	2,6	/	1,7
Motores, geradores e transformadores elétricos	2,6	2,4	2,8
Circuitos impressos para aparelhos de telefonia	2,6	2,8	3,8
Aparelhos de telefonia celular	2,3	1,6	/
Circuitos integrados	2,1	2,4	2,7
Compostos heterocíclicos, seus sais e sulfonamidas	1,9	2,0	1,8
Apar. eletromecânicos ou térmicos, uso doméstico	1,9	1,4	1,7
Aparelhos transmissores ou receptores	1,6	1,7	1,4
Tecidos de fibras têxteis, sintéticas ou artificiais	1,6	1,8	1,8
Bombas e compressores	1,4	1,6	1,5
Brinquedos, jogos e artigos para diversão	/	/	1,5
Tecidos de malha	1,4	/	1,5
Outros	62,5	69,1	67,5
<b>TOTAL</b>	100	100	100

Fonte: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo-FIESP/CIESP (vários acessos)

Elaborado pela autora

\*Produtos não especificados

Neste contexto, o Estado de Minas Gerais e o município de Uberlândia, têm estreitado suas relações comerciais com diversos países asiáticos, particularmente com a China, fato que será abordado a seguir.

### CAPÍTULO 3 O “LOCAL” UBERLÂNDIA: REVELANDO O ESPAÇO ESTUDADO E O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE AGROINDUSTRIAL

De acordo com o método explanatório por nós adotado, chegamos agora ao ponto central, ao núcleo de nossa explanação, qual seja, explicar, segundo nossa interpretação, como o local Uberlândia veio a se transformar em um espaço de incidência, de grande parte dos processos econômicos de abrangência global até aqui relacionados.

#### 3.1 O Estado de Minas Gerais no comércio de *commodities*

Segundo Santos (2000, p. 132), a divisão internacional do trabalho consiste num processo, cuja resultante é a divisão territorial do trabalho. Assim sendo, a participação do Brasil na divisão internacional do trabalho como exportador de *commodities* primárias mantem-se com base na própria divisão territorial do trabalho estabelecida entre Estados, e entre as diversas localidades voltadas para as atividades agrárias e agroindustriais.

Neste contexto insere-se Minas Gerais, tradicional produtor de gêneros agropecuários, o quinto Estado brasileiro que mais exportou produtos vinculados ao agronegócio em 2014 (MINAS, 2014).<sup>88</sup> Apesar de não classificar-se entre as primeiras colocações, esta unidade da federação despontou com 14,53% de participação no PIB<sup>89</sup> e cerca de 8% no total das exportações do agronegócio em nível nacional. Ao longo do ano em questão, as exportações mineiras alcançaram US\$ 29,32 bilhões, dos quais US\$ 8,09 bilhões foram relativos ao comércio do agronegócio. (FAEMG, 2015).

Embora o principal produto exportado por Minas Gerais seja o minério de ferro, correspondendo a 41,7% do total, vários gêneros vinculados ao agronegócio compõem o rol de exportação, tais como café, soja e derivados, açúcar *in natura*, e carnes de aves, de bovinos

---

<sup>88</sup> Conforme a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – (CNA, 2014), uma das formas de avaliação do desempenho do agronegócio, em nível nacional, consiste naquela realizada através do “índice de competitividade do agronegócio”, criado pela referida instituição. No *ranking* de competitividade em 2011, o Estado de Minas Gerais classificou-se em sexto lugar, tendo à sua frente os Estados de São Paulo, Santa Catarina, Distrito Federal, Paraná e Rio Grande do Sul. Tal índice leva em conta os seguintes indicadores: infraestrutura, educação, saúde, ambiente macroeconômico, inovação e mercado de trabalho.

<sup>89</sup> Entre os anos de 2002 e 2014, o PIB do agronegócio mineiro teria evoluído, apresentando um crescimento de 482,06%. (FAEMG, 2015).

e de suínos. Os principais produtos exportados, em 2014, foram o café, com US\$ 4,11 bilhões, cabendo aos produtos do complexo soja o segundo lugar, com US\$ 843,1 milhões. Quanto ao segmento de carnes, destacam-se a carne de aves, totalizando US\$ 332 milhões (1,1%), a de bovinos congelada, com US\$ 297 milhões (1%) e a de suínos, somando US\$ 147 milhões (ou 0,5%). Além destes, quanto ao ramo de couros (couros preparados e couros curtidos), o total exportado foi de US\$ 149 milhões (0,5%) (DATAVIVA, 2015).

Desta forma, conforme informações da Federação da Agricultura e Pecuária de Minas Gerais (FAEMG, 2015), em relação à produção de grãos, em 2014, Minas classificou-se em sexto lugar na produção de soja, através de 3.345.549 toneladas produzidas, correspondendo a 3,87% do total nacional. Além disso, ao longo dos últimos 15 anos (de 2000 a 2015), a produtividade média aumentou em cerca de 50,24%. O Estado também se destaca pelas atividades de processamento de grãos do país, sendo responsável por cerca de 8,4% das operações, antecedido apenas por Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná (respectivamente, com 18,9%, 15,9% e 13,9%).

A respeito da pecuária, os dados indicam a classificação do Estado em segunda colocação quanto à produção de bovinos (11,4% do total do país), terceira para aves de postura (9,5%) e quinta para frangos de corte (9,1%). (FAEMG, 2015).

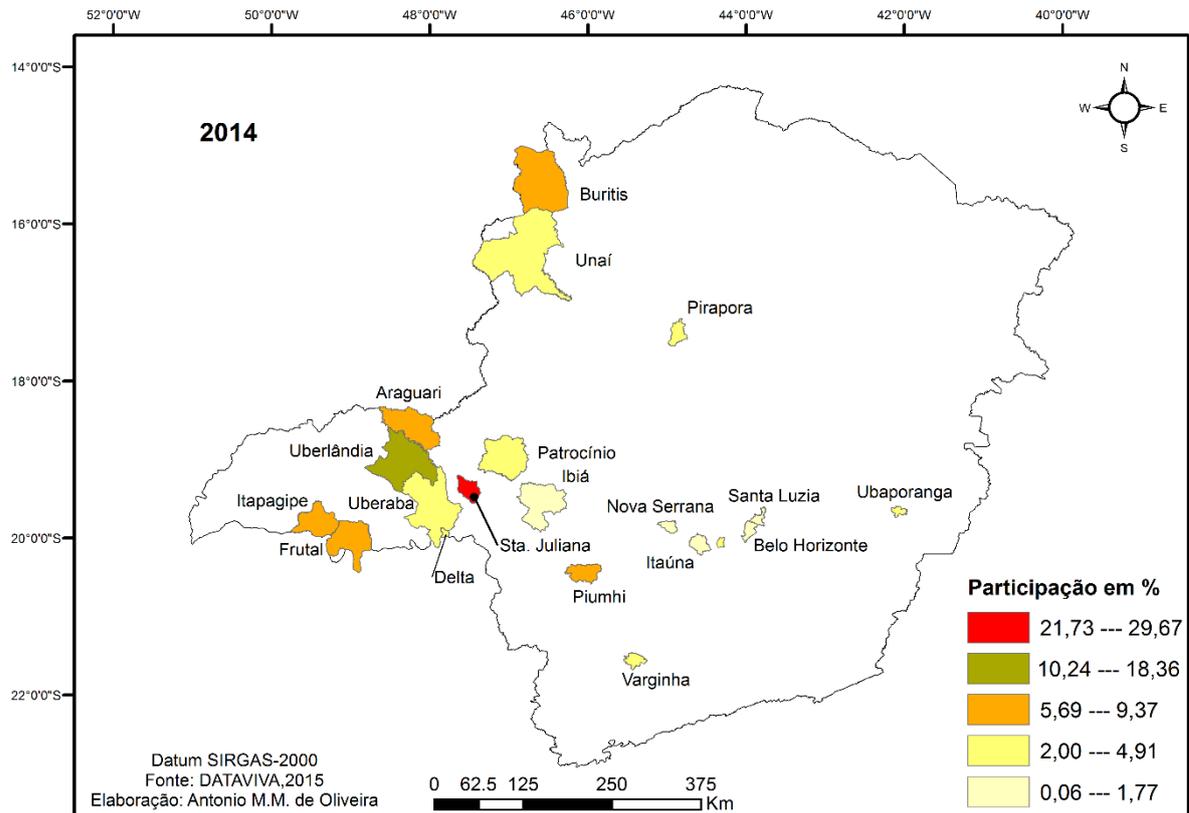
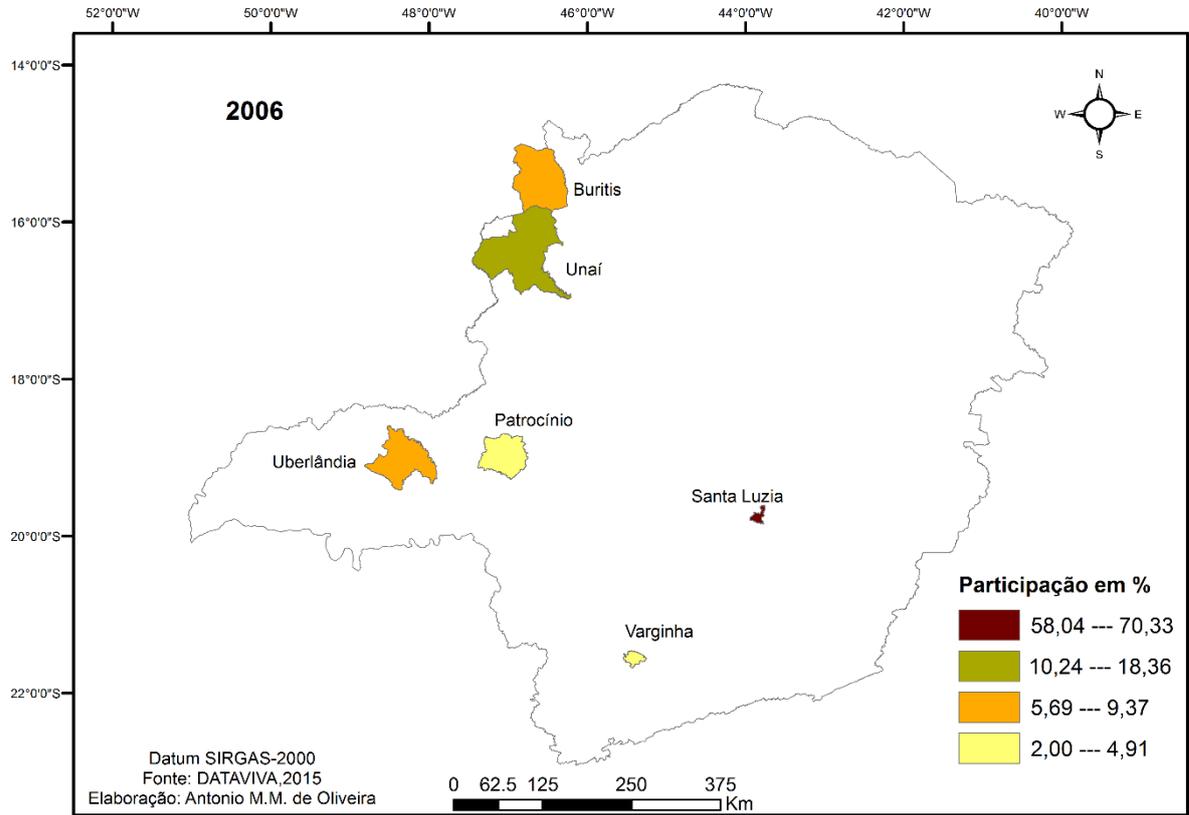
Os dados apresentados indicam, embora de forma sintética e não aprofundada, a importância que o agronegócio vem assumindo em Minas Gerais, assim como revelam a participação deste Estado na divisão territorial do trabalho, voltada para a produção e comercialização de soja, carnes e seus derivados, e também couros “curtidos” e “preparados”.

Diversos são os municípios que participam desta divisão territorial como produtores e/ou exportadores de *commodities*. No caso da soja (em grãos), a figura 7 apresenta, respectivamente para os anos de 2006 e de 2014, as principais localidades exportadoras. Assim, observa-se uma evolução no número de municípios exportadores de soja em grão, bem como na participação de alguns deles, sendo que as maiores concentrações, nos dois anos em questão, ocorrem em localidades situadas nas porções centro-oeste e noroeste do Estado, ou seja, em áreas de cerrado.<sup>90</sup>

---

<sup>90</sup> Tratam-se de áreas cujos espaços agrícolas sofreram o avanço da monocultura da soja após os anos 1970, dentro do contexto da política implementada pelo governo federal, de ocupação da região centro-oeste e das áreas de cerrado brasileiro.

Figura 7 – Evolução da participação dos municípios na exportação de soja - Minas Gerais – 2006-2014



Com respeito à participação dos municípios, verifica-se que, enquanto em 2006 Santa Luzia (situado na região metropolitana de Belo Horizonte-RMBH) aparecia como o principal município exportador mineiro, seguido por Unaí (Noroeste de Minas), em 2014 os maiores exportadores localizam-se na região do Triângulo Mineiro, quais sejam, Santa Juliana, Uberlândia, Frutal e Araguari. Especificamente em relação à Uberlândia, houve uma considerável evolução na sua participação, que passou de 8,3% em 2006 para 12% em 2014, constituindo-se, pois, no segundo principal exportador do Estado. (FIGURA 7).

No que se refere às exportações de carnes, os dados se referem a 2014, e revelam que, no segmento “aves”, o destaque coube ao município de Passos (sul/sudoeste de Minas) com 32%, e Uberaba com 24% (Triângulo Mineiro), seguidos por Sete Lagoas (RMBH), São Sebastião do Oeste (Oeste de Minas), com 1,1%, cabendo à Uberlândia a menor participação (0,9%). Todavia, no tocante às exportações de suínos, Uberlândia praticamente divide a pauta exportadora com Patrocínio (também situado no Triângulo Mineiro), os quais apresentaram, respectivamente, 45% e 55%. Quanto à carne bovina, são também dois municípios do “Triângulo” que detêm as maiores porcentagens, Araguari e Ituiutaba, os quais exportam, respectivamente, 36% e 22% da carne congelada, além de 33% e 51% da carne bovina *in natura*.

E quanto às exportações do ramo de couros, conforme Dataviva (2015), comparando-se os dados de 2006 com os de 2014, verifica-se que, no tocante a “couros preparados”, no primeiro ano os municípios com maior participação foram São Sebastião do Paraíso (sul/sudoeste de Minas) e Uberlândia, respectivamente com 74% e 23% de participação, cabendo a Ipatinga (Vale do Rio Doce), Claraval e Cambuí (ambos no sul/sudoeste de Minas) os demais 3% do total exportado. Em 2014, Uberlândia lidera as exportações, totalizando 93%, ficando São Sebastião do Paraíso com apenas 5% de participação, e os demais municípios (já citados para o ano de 2006), juntamente com Belo Horizonte, respondendo, em conjunto, por 2% do total.

Já quanto às exportações de “couros curtidos”, enquanto em 2006 o principal município exportador consistiu em Itaúna (oeste de Minas) com 63% do total, seguido de Ipatinga com 22% e Uberlândia com 6,4%, (além de São Sebastião do Paraíso, Sete Lagoa e Divinópolis, respectivamente com 5,5%, 3,2% e 0,57%), em 2014, Uberlândia detém a maior participação (89%), seguida por Itaúna (8,3%), São Sebastião do Paraíso (2,1%) e Ipatinga (0,19%).

O município de Uberlândia participa da divisão territorial do trabalho vinculada ao agronegócio como produtor e exportador de *commodities*, tais como as dos setores de soja, de carnes e de couros. A fim de que se possa compreender tal fato, no próximo segmento será feita a caracterização do município em foco, para em seguida analisar-se a atuação das empresas

agroindustriais globalizadas que se encontram instaladas em seu território, bem como sua articulação ao mercado global de *commodities*.

### 3.2 Situando Uberlândia nos contextos regional e nacional

O município de Uberlândia se localiza no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, na porção oeste de Minas Gerais, uma das doze mesorregiões do Estado, segundo classificação do IBGE (MINAS GERAIS, 2012) (FIGURA 8). Tal região encontra-se subdividida em sete microrregiões a saber: Ituiutaba, Uberlândia, Patrocínio, Patos de Minas, Frutal, Uberaba, e Araxá.

Assim, é na microrregião de Uberlândia que se situa o município em estudo, juntamente com outros nove, quais sejam, Araguari, Araporã, Canápolis, Cascalho Rico, Centralina, Indianópolis, Monte Alegre de Minas, Prata e Tupaciguara.

Uberlândia possui uma posição geográfica favorável, com acesso a rodovias consideradas importantes no cenário nacional, que interligam cidades e regiões, tais como a BR 050, a BR 365 e a BR 452, além da Ferrovia Centro-Atlântica. (FIGURA 9).

No contexto da mesorregião, a malha rodoferroviária existente favorece a interligação de Uberlândia com os demais municípios, e, conseqüentemente, as operações voltadas para o agronegócio. Conforme Coelho (2011, p. 40-42),

[...] Essa rede rodoviária, além da presença dos trilhos da Ferrovia Centro-Atlântica no município, fortaleceu a economia uberlandense e trouxe fatores importantes para a instalação dos grandes armazéns e complexos de processamento de grãos dos grupos do agronegócio moderno as margens dessas infraestruturas de transporte.<sup>91</sup>

Lacerda (2005, p. 200-201), ao analisar a origem das cargas destinadas ao porto de Santos através da ferrovia, afirma que,

O corredor em bitola métrica da FCA tem origem em Brasília e Goiânia, atravessa o Triângulo Mineiro – passando pelas cidades de Araguari, Uberlândia e Uberaba – e segue pelo noroeste do Estado de São Paulo até Campinas, onde encontra o corredor em bitola mista que provê o acesso a Santos. Esse corredor atende a importantes áreas produtoras agrícolas, como o Triângulo Mineiro, produtor de soja, e o noroeste de São Paulo, produtor de açúcar e de álcool.

---

<sup>91</sup> No início dos anos 1980, Pessôa (1982, p. 92) já indicava a tendência de Uberlândia tornar-se um centro armazenador de produtos agropecuários do Brasil Central, em função da infra-estrutura de transportes e de armazenagem existentes.

Figura 8 - Localização do município de Uberlândia, MG.

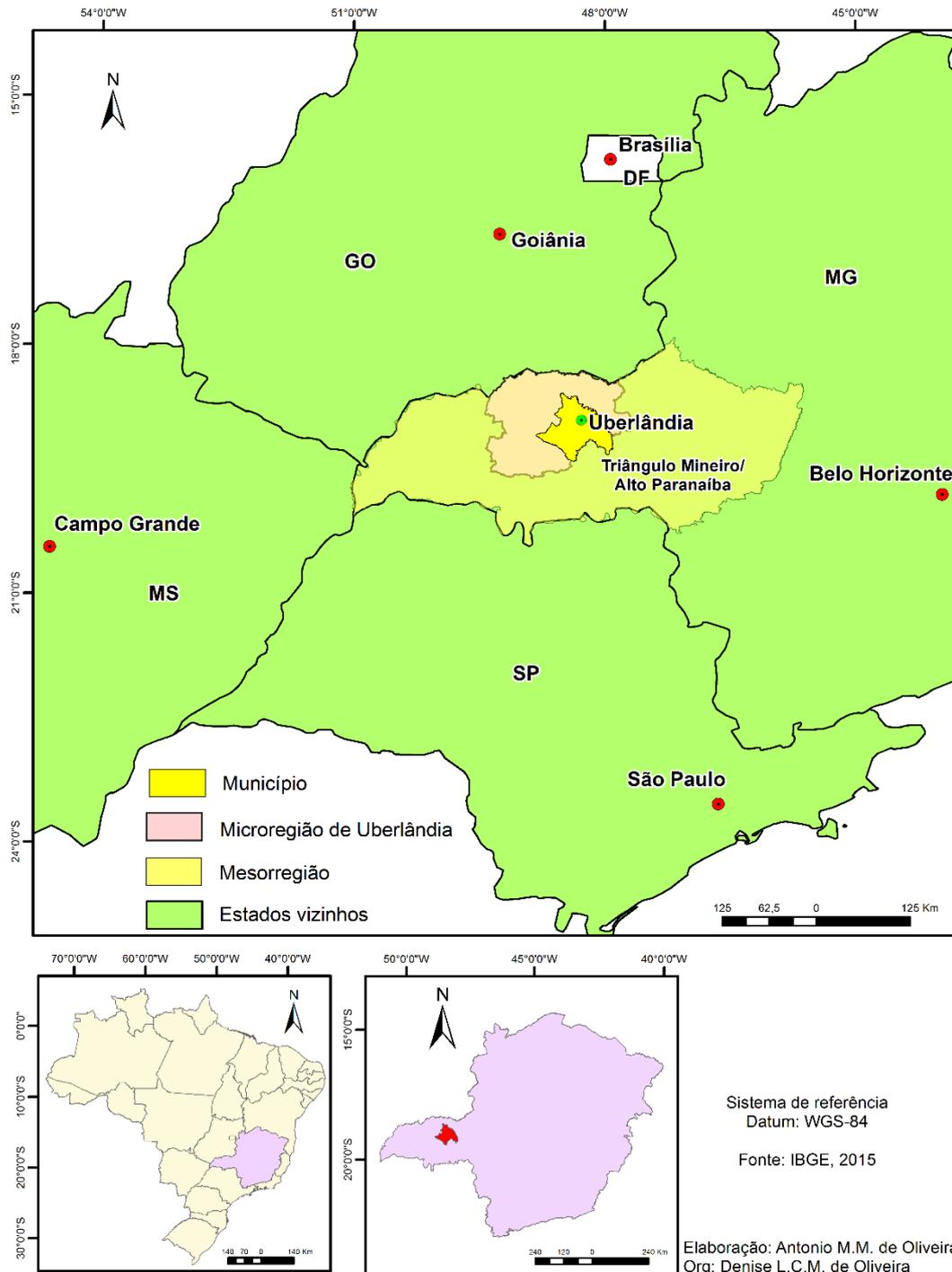
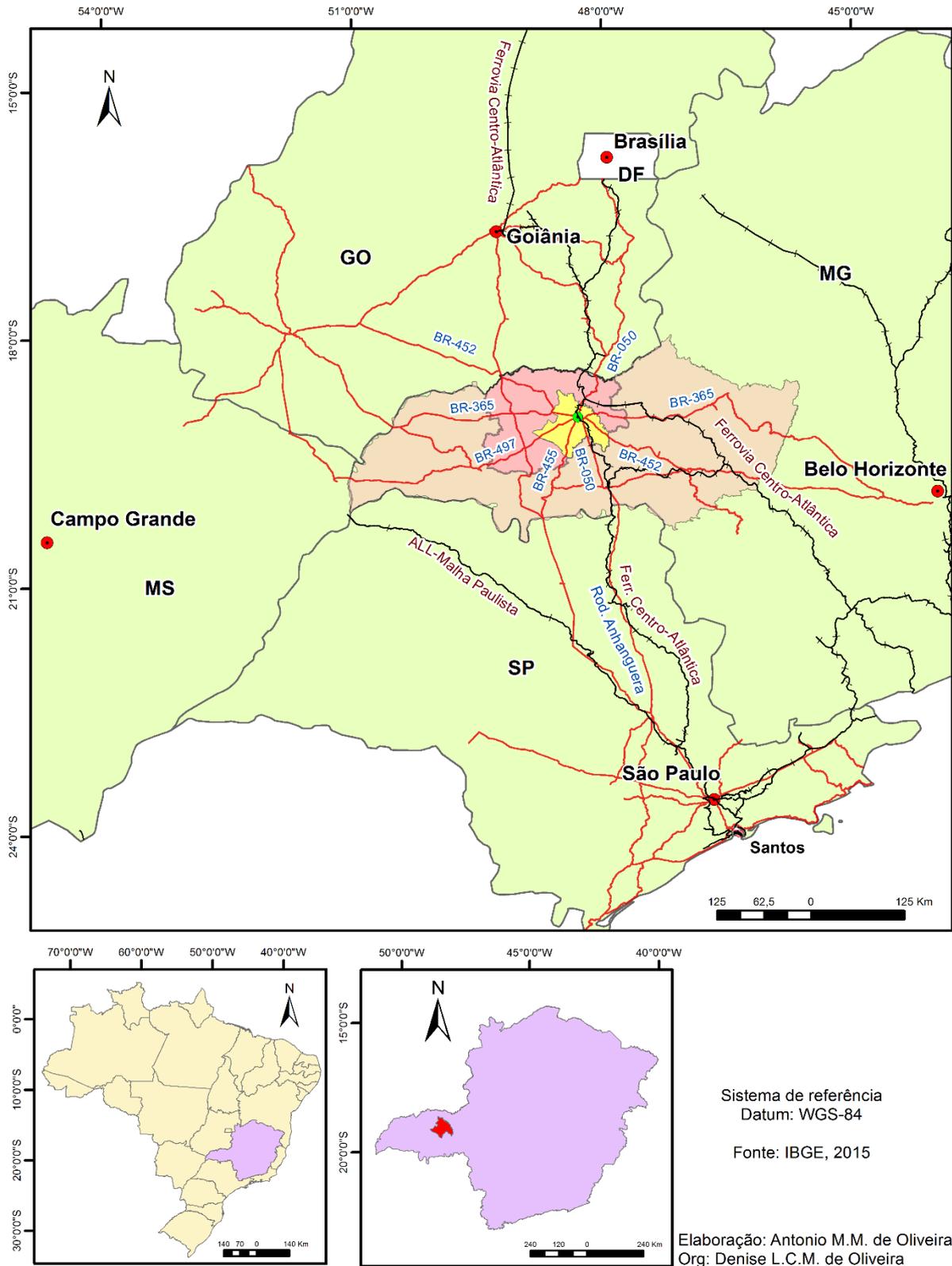


Figura 9 – Rodovias e ferrovias - Uberlândia, M.G.



Desta forma, no tocante ao agronegócio, tal estrutura viária na qual Uberlândia se insere favorece a distribuição de produtos agropecuários e agroindustriais e, conseqüentemente, as exportações de *commodities* como grãos, carnes e couros.

Na próxima seção serão apresentados os principais fatores intervenientes e aspectos relativos à dinâmica econômica do município, desde o período de formação, com ênfase ao processo de industrialização e ao desenvolvimento da atividade agroindustrial.

### 3.3 A dinâmica econômica do espaço local

O desenvolvimento econômico de Uberlândia deu-se, ao longo de sua trajetória, através da influência tanto de fatores endógenos (entendendo-os como aqueles que se desenvolveram ou que são inerentes ao local) quanto exógenos (cujas causas ou origens são externas). Os fatores endógenos seriam, sobretudo, a posição geográfica, o capital local e a existência de uma elite que exerceu um papel decisivo no florescimento de diversas atividades desenvolvidas no território.

A posição geográfica constitui-se num fator de fundamental importância desde o período de formação territorial – ao possibilitar a ocupação e o povoamento do território e da região -, e posteriormente, ao ensejar a estruturação de uma malha rodoferroviária, que permitiu o desenvolvimento de múltiplas atividades econômicas, articulando Uberlândia às escalas geográficas regional e nacional.

Assim, podemos também entender a posição geográfica desfrutada por Uberlândia como um “recurso do território”, o qual foi como que “ativado” ao longo do processo de desenvolvimento econômico local. Trata-se de uma “vantagem locacional”, que confere ao município uma especificidade territorial.

A presença de capitais locais, aliada (muitas vezes pertencente) a uma elite “de espírito empreendedor”, consistiram em fatores que estimularam investimentos em diversos setores, tal como o agroindustrial, através de empresas surgidas nos anos 1960 e 1970, a partir de capitais do próprio município.

Por outro lado, fatores exógenos que abrangem desde a chegada da ferrovia, em fins do século XIX, as políticas governamentais de incentivo à modernização e industrialização da agricultura das áreas de cerrado, e os investimentos de capitais de origem nacional e estrangeira, muito dos quais voltados para o setor agroindustrial, a partir dos anos 1980, também estimularam o desenvolvimento econômico local. Mais recentemente, desde os anos 2000, a demanda internacional por *commodities* agrícolas e agroindustriais (particularmente por parte

da China) também tem consistido num fator externo de grande influência na economia local, particularmente no agronegócio.

A seguir será abordado um breve histórico da formação econômica e territorial, e a influência dos referidos fatores.

### 3.3.1 Formação econômica e territorial

A origem de Uberlândia remonta ao início do século XIX, através de terras formadas por [...] sesmarias outorgadas pelo governo imperial [...] (GUIMARÃES, 2010, p. 76), as quais eram ocupadas pela atividade agropecuária. A partir do desbravamento do então Sertão da Farinha Podre<sup>92</sup> em terras pertencentes à Uberaba, surge, em 1852, um povoado denominado Freguesia de São Pedro de Uberabinha. Contudo, somente em 1888 passou da condição de vila a de município, e em 1929 recebeu a denominação de Uberlândia.

Com respeito à atividade agropecuária, verifica-se que a mesma se fez presente desde o início da ocupação e povoamento da região, ou seja, da primeira metade do século XIX, período em que, após o “ciclo da mineração”, a agricultura voltou a ter importância econômica no país. No Triângulo Mineiro, terminava a fase da exploração mineradora, e iniciava-se, assim, a fase de colonização (PESSÔA, 1982).

A referida fase remete à figura do mineiro João Pereira da Rocha, o qual teria adquirido terras devolutas<sup>93</sup> na região do Sertão da Farinha Podre, com o intuito de desenvolver a agricultura e também a pecuária. Além destas atividades, estabeleceu uma fábrica de anil, cujo produto era comercializado em São Paulo e Rio de Janeiro, configurando-se “[...] os primeiros contatos do comércio triangulino com esses estados do Sudeste”. (PESSÔA, 1982, p. 43).

A partir de 1827, chegaram à região outras famílias, que ao adquirirem terras, passaram a se dedicar à roça, além da criação de gado. A primeira delas foi a família Carrejo, a qual

---

<sup>92</sup> No século XVIII, durante o chamado “ciclo da mineração”, terras mineiras e outras áreas despertaram o interesse de desbravadores, em busca de riquezas minerais, tais como as do atual Estado de Goiás. Para se chegar nestas áreas, a região do Triângulo Mineiro, então denominada Sertão da Farinha Podre, tornou-se atrativa, servindo de rota para os bandeirantes, a maior parte provenientes do Estado de São Paulo. (PESSÔA, 1982).

<sup>93</sup> A princípio, tratavam-se de terras localizadas onde se situa o município de Araguari, que receberam a denominação de Fazenda São Francisco. Aos poucos, João Pereira, junto a seu grupo, foi expandindo sua ocupação, atingindo também terras “na confluência do Rio das Velhas com o Uberaba-legítimo (atual Uberabinha)”, além de terras no ocidente, à beira do córrego denominado de São Pedro. A concessão de terras devolutas deu-se através de carta de sesmaria, pelo Governador da Capitania, sob as ordens do Rei de Portugal. (PESSÔA, 1982, p. 40-41).

adquiriu terras devolutas e também parte da Sesmaria de São Francisco, de propriedade de João Pereira. Conforme Pessôa (1982, p. 43),

Através de uma divisão equitativa das terras, formaram-se quatro propriedades: Olhos d'água, Tenda, Lage e Marimbondó. Desta forma ficou constituído o bloco da família Carrejo, que daria origem à cidade de Uberlândia, posteriormente.

O processo de povoamento e colonização da área teve continuidade, havendo a redistribuição de terras entre as famílias que passaram a ocupar a região.<sup>94</sup> Além da roça, “[...] a criação de gado nos campos naturais e o uso do carro de bois, alargando o caminho para a estrada de rodagem, de trânsito comercial, foram os fatores que contribuíram para o desenvolvimento dessa área.” (PESSÔA, 1982, p. 43).

O impulso ao desenvolvimento econômico teria ocorrido na época da emancipação do município (1888), a qual coincide com a chegada da ferrovia à região triangulina.<sup>95</sup>

Em fins da década de 1880, a ferrovia chega ao Triângulo Mineiro. Segundo Guimarães (2010), a extensão dos trilhos até a citada região se deu em função de, nesta época, já haver no cenário político nacional, a perspectiva de transferência da capital federal para o interior do país. “A Companhia Mogiana tratou de aproveitar sua posição favorável e, [...] avançou pelo território mineiro, buscando garantir o direito de exploração de promissoras áreas. Portanto, em abril de 1889, inauguravam-se as estações de Sacramento, Conquista e Uberaba [...]”. (GUIMARÃES, 2010, p. 63).

Em Uberlândia, os trilhos da Mogiana chegam em 1895, porém tratava-se apenas de “[...] um ponto de passagem entre as ‘pontas de trilhos’ de Uberaba, que já tinha uma importância no comércio de gado, e de Araguari, que distribuía produtos para Goiás” (SOARES

---

<sup>94</sup> Segundo Arantes (1958, apud PESSÔA, 1982, p. 54), houve um intenso fluxo imigratório, o qual abrangeu o período de 1820 a 1842.

<sup>95</sup>No contexto de expansão da cafeicultura no país, houve um grande incentivo ao transporte ferroviário, com a construção de várias ferrovias, destacando-se a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, em 1872. Fruto de investimentos oriundos do capital cafeeiro, tal ferrovia foi projetada, a princípio, para interligar Campinas às áreas produtoras de café adjacentes, “[...] dirigindo-se no sentido da rota do Anhanguera, acompanhando a fronteira de São Paulo com Minas Gerais em direção à Goiás”. (GUIMARÃES, 2010, p. 2). Contudo, a Mogiana aos poucos foi se estendendo a outras áreas, tais como Ribeirão Preto e Franca, prolongando seus trilhos até as margens do Rio Grande, divisa entre Minas Gerais e São Paulo, local onde havia uma ponte pela qual transitava parte das mercadorias comercializadas entre os dois Estados.

Em 1971 a Companhia Mogiana, juntamente com outras quatro ferrovias paulistas, passaram a constituir a Fepasa (Ferrovias Paulistas S/A), a qual, em 1998, após ser transferida para o governo federal, foi adquirida pela Ferrobán. Porém, desde 2002, o trecho da antiga Mogiana é controlado pela Ferrovia Centro-Atlântica.

et al., 2010, p. 165). A partir de 1913, a ferrovia atinge o sul de Goiás, fato que leva à perda de importância destas duas cidades – sobretudo Araguari - no contexto regional.

Em contrapartida, considerando-se a sua posição geográfica favorável, Uberlândia torna-se um importante entreposto comercial para a região, adquirindo um ritmo de crescimento que supera os demais municípios. Para tanto, a implantação de rodovias foi fundamental, através da construção da ponte Afonso Pena, em 1909, sobre o Rio Paranaíba – interligando os municípios de Itumbiara (GO) e Centralina (MG) e, principalmente, da criação da Companhia Mineira de Auto-Viação Intermunicipal, em 1912. Com respeito à construção da ponte Afonso Pena, Godoi (2007) esclarece que,

[...] dois são os fatores importantes relacionados a esta infraestrutura. O primeiro é a possibilidade de escoamento da produção de Goiás com maior facilidade, e o segundo está contido no investimento realizado pela Cia. Mineira de Auto-Viação do Triângulo, uma empresa privada [...] abre a estrada que ligava Uberlândia a Itumbiara (GO) passando por esta ponte, o que demonstra o início dos investimentos para que esta região fosse uma canalizadora da produção por ferrovias e rodovias. (GODOI, 2007, p. 32)

A respeito da Cia. Mineira de Auto-Viação, conforme CAMACHO (2004 apud SOARES et al., 2010, p. 165), tal empreendimento “[...] foi gradualmente consolidando um capital comercial que, através da rodovia, estabelecia um tripé ferrovia-rodovia-ponte, transformando a cidade no terceiro centro de comércio da região”. Assim, produtos industrializados provenientes de São Paulo chegavam até Uberlândia pelos trilhos da Mogiana, e eram comercializados regionalmente.

Por outro lado, também estabeleceu-se um comércio de alimentos, produzidos nas áreas agrícolas do Triângulo, assim como de Goiás e Mato Grosso, em direção às áreas ocupadas com a cafeicultura, tais como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

A crescente articulação entre as cidades e os povoados do Triângulo fez com que o comércio assumisse o papel principal na divisão territorial do trabalho na região. No caso de Uberlândia, a importância desta atividade também se explica pelo fato da industrialização não ter conseguido desenvolver-se com eficácia na cidade, atuando, basicamente, no setor de beneficiamento de matérias-primas. Além disso, a deterioração da malha viária – devido ao fim do apoio governamental à Cia. de Auto-Viação Intermunicipal - e a insuficiente produção de

energia teriam contribuído para o fraco dinamismo industrial até as primeiras décadas do século XX (SOARES et al., 2010, p. 166).<sup>96</sup>

Neste contexto, aos poucos Uberlândia foi se consolidando como polo de comércio atacadista. Segundo Cleps (2000), a partir da década de 1930, houve um acentuado desenvolvimento do comércio em atacado, a princípio voltado para o ramo de “secos e molhados”. Entretanto,

Com a construção de Brasília entre 1957 e 1960, promove-se a especialização de alguns atacadistas locais, que passaram a especializar-se na distribuição de um único produto. Surgiram assim, os atacadistas de materiais de construção, de combustíveis, de peças de reposição para automóveis, dentre outros. [...] a maioria dessas empresas emergentes [...] teve suas atividades iniciadas com pequeno capital familiar o qual originou-se, basicamente, das atividades rurais, através do comércio e beneficiamento de cereais, do comércio de bebidas entre outros. (CLEPS, 2000, p. 13)

É no citado período que surgem grandes empresas que tornaram Uberlândia um polo atacadista de abrangência nacional até os dias de hoje. Tal posição foi alcançada tanto em função da localização e da infraestrutura criada na área de transportes – ferroviário, rodoviário e, mais recentemente, também aeroviário – como pelo desenvolvimento do setor de telecomunicações.

Conforme Godoi (2007, p. 33) a respeito do referido setor, este tem início por volta de 1919, quando, no contexto de expansão das primeiras linhas telefônicas no país, um político local, chamado Tito Teixeira, adquire a concessão de serviços de telefonia em Uberlândia, surgindo a primeira empresa telefônica do município. Nos anos 1950, a empresa foi adquirida pelo empresário Alexandrino Garcia, originando a Companhia de Telecomunicações do Brasil Central (CTBC).

A partir de então, outras empresas ligadas aos serviços de telecomunicações são implantadas, criando-se uma infraestrutura que tornou Uberlândia capaz de exercer um papel central na rede urbana regional. Para Godoi (2007),

Uberlândia não se consolidou apenas em função de um só tipo de agente, exemplificado na imagem dos famosos atacadistas. [...] a centralidade de Uberlândia deriva também do suporte comunicacional oferecido pelo desenvolvimento dos serviços ligados às tecnologias de informação e comunicação. Essa conjectura não exclui o papel dos atacadistas, mas acrescenta os serviços de tecnologia de informação que, enraizados na cidade,

---

<sup>96</sup> Como será abordado no próximo tópico, o desenvolvimento industrial se inicia de fato, a partir dos anos 1930.

possibilitam a comunicação com outros locais, a transmissão de dados, e as negociações de empresas – inclusive estrangeiras – a partir dos centros de atendimento e de contato (GODOI, 2007, p. 16).

Com a criação da CTBC em 1954, surge o Grupo Algar, por iniciativa de Alexandrino Garcia, imigrante português que, a partir de uma máquina de beneficiamento de arroz, conseguiu acumular capital a ser investido no ramo de telefonia. Nas décadas seguintes, o Grupo Algar consolidou-se não só no ramo de telecomunicações, como também no setor agroindustrial, dentre outros<sup>97</sup>.

Segundo Godoi (2007, p. 42) o desenvolvimento de Uberlândia teria sido impulsionado pela ação de uma elite local composta tanto por comerciantes atacadistas<sup>98</sup> como pelos primeiros empresários do setor de telecomunicações. Assim, a autora analisa o papel da elite local no desenvolvimento do setor de telecomunicações, não só através do já mencionado exemplo de Alexandrino Garcia, como também do político Rondon Pacheco. Natural de Uberlândia e pertencente à família tradicional, foi deputado federal em 1947, chefe da casa civil no governo de Costa e Silva, em 1968, e governador de Minas Gerais em 1971. Dentre os seus feitos, destaca-se o acompanhamento da expansão da CTBC, no Triângulo Mineiro e para além dele, e o impedimento de que esta empresa fosse estatizada, durante o período militar. Assim,

[...] através de ações como as de Rondon Pacheco, podemos compreender como a *CTBC* não sofre estatização [...] pois no governo militar, uma das prioridades era a estatização, e quase todas as empresas de telefonia, [...] não resistiram as pressões. No caso da empresa parece ter sido imprescindível a participação do político local Rondon Pacheco. (GODOI, 2007, p. 52-53)

Além disso, na década de 1960, Rondon Pacheco também conseguiu acionistas para a instalação de uma usina hidrelétrica no município.

Outros autores também destacam o papel da elite uberlandense no processo de formação e desenvolvimento do território local. Neste sentido, Soares e outros (2010) descrevem algumas ações, as quais são relatadas a seguir.

Segundo os autores,

---

<sup>97</sup> Atualmente, o Grupo Algar atua nos setores de TIC (Algar Tech, Algar Telecom), Agro (Algar Agro e Algar Farming), Serviços (Algar Aviation, Algar Mídia, Algar Segurança) e Turismo (Grupo Rio Quente). (ALGAR, 2015).

<sup>98</sup> Os principais exemplos seriam os grupos Martins e Peixoto, os quais iniciaram suas atividades, respectivamente, nos anos 1953 e 1961, ambos vindo a projetar-se, nas décadas seguintes, no ramo distribuidor-atacadista em nível nacional. (CLEPS, 2000, p. 13).

A elite local remodelou a cidade, segundo sua imagem, construindo, assim, um lugar que materializava seus princípios políticos, econômicos, culturais. Ao mesmo tempo, foram sendo introjetados no cotidiano dos seus moradores, valores e modos de vida que pudessem projetar Uberlândia na divisão interregional do espaço mineiro, num primeiro momento, e posteriormente, em nível nacional. (SOARES et al., 2010, p. 172).

Assim, ainda no final do século XIX, alguns projetos políticos foram idealizados, tais como a construção da Mogiana e a instalação da energia elétrica em 1909, e, já no século XX, a construção de estradas de rodagem (1912), além da criação de uma Universidade (1969) e de um Distrito Industrial, no início da década de 1970.

Segundo os autores (p. 172-173),

Esses projetos estiveram associados aos grupos dominantes, que se colocavam como construtores de uma cidade, que deveria ter como princípios realizações grandiosas, progressismo exacerbado e modernização conservadora, instrumentos para sua acumulação [...]. Esse grupo é composto por uma elite política e econômica que vem se perpetuando no poder há várias décadas, empregando um discurso que privilegia o progresso da cidade e o caráter ordeiro de seus habitantes, na busca inexorável do desenvolvimento do município. [...] em sua concepção centralizadora e controladora do espaço, manteve e preservou uma sociedade disciplinada, regulada e vigiada, em um espaço urbano no qual deveria se territorializar [sic] o progresso e a modernidade para fundamentalmente manter a sua dominação político-econômica no município e na região.

Ainda, conforme Soares e outros (2010, p.173),

Também deve ser considerado o dinamismo das atividades de caráter rural e urbano, tais como, a industrialização vinculada ao agronegócio; a terciarização, identificada pela diversificação e ampliação do comércio e da prestação de serviços; a construção de “fixos” associados às infraestruturas de transportes, comunicações, energia e saneamento ambiental que possibilitaram a geração de múltiplos fluxos. Estes ampliaram o volume, a intensidade e a abrangência das interações espaciais entre Uberlândia e o espaço interurbano, reforçando o comando da vida econômica e social do Triângulo Mineiro. O capital local e o papel desempenhado pelas elites locais, em decorrência de seus projetos políticos, projetaram a cidade na região e no cenário nacional.

Dessa forma, Uberlândia foi, aos poucos, adquirindo importância na rede urbana regional e interregional.

Paralelamente ao desenvolvimento dos setores de comércio e de telecomunicações, Uberlândia também desenvolveu a atividade industrial e agroindustrial, além de manter sua tradição agropecuária, atualmente vinculada ao agronegócio. Assim, entendemos que a indústria (e, em especial, a agroindústria) teve uma atuação importante na formação e

desenvolvimento da economia local, fato a ser abordado a seguir, com base, sobretudo, no estudo realizado por Martins (2000).

### 3.3.1.1 Origens e desenvolvimento da indústria: a especialização produtiva na atividade agroindustrial

Segundo Pessôa (1982), no século XIX, em meio ao desenvolvimento da agropecuária, surgem atividades fabris, sendo que a pioneira teria sido uma indústria de ferraria, fabricante de instrumentos para o setor agrícola.

Martins (2000) analisa a gênese da atividade industrial uberlandense, a partir desta época, segundo o qual o processo de desenvolvimento industrial de Uberlândia teve origem nas atividades manufatureiras, de base artesanal. “As manufaturas, instaladas em Uberlândia ainda no final do século XIX, realizavam beneficiamento de produtos agrícolas e pecuários (produzidos localmente ou vindos de outras regiões), para sua posterior comercialização.” (MARTINS, 2000, p. 65).

Os primeiros estabelecimentos industriais surgiram a partir da manufatura e do capital acumulado através do comércio, voltados, sobretudo, para a transformação de produtos agropecuários (beneficiamento de arroz, fábrica de banha, curtumes), além de fábricas de móveis e calçados, cerâmica, dentre outros.

A indústria nascente apresentava, pois, “[...] um alto grau de complementariedade com a agricultura [...]”, já que “[...] pequenas unidades industriais produziam bens que eram utilizados na produção agrícola (ferragens para carros, facas, foices, machados) e transformavam produtos agrícolas (produção de tecidos a partir da lã e do algodão, engenho de cana).” (MARTINS, 2000, p. 65). Tal complementariedade veio a se refletir, posteriormente, no desenvolvimento e no fortalecimento da agroindústria nas economias local e regional. Ressalte-se, aqui, a semelhança que tais traços essenciais apresentam com os processos iniciais de desenvolvimento industrial verificados em muitas cidades do interior paulista, como por exemplo, Rio Claro, Piracicaba e Limeira. (SELINGARDI-SAMPAIO, 1987; 2009).

Ao adentrar o século XX, o município continuava a ter na agropecuária sua principal atividade econômica, com a presença de chácaras e de grandes propriedades rurais. Além da horticultura, cultivava-se cana, feijão, arroz e milho. O caráter predominantemente rural de Uberlândia pode ser comprovado, ainda, com base na população, a qual vivia, em sua maior parte, no campo. (PESSÔA, 1982, p.47).

No tocante ao desenvolvimento industrial, foi a partir do início da década de 1930 que ele ganha alento, porém, de forma ainda bastante vinculada às atividades agrícolas e comerciais. A presença de capitais locais foi fundamental para a industrialização do município, embora também tenha havido a participação de capitais externos.

O processo de industrialização de Uberlândia foi classificado por Martins (2000) em três fases, de acordo com as respectivas tendências de localização industrial.

A primeira fase, ocorrida entre as décadas de 1930 a 1965, denominada “Industrialização Incipiente”, foi assim chamada pelo fato de que a indústria não havia ainda “se consolidado como um pilar da economia urbana”, apresentando bastante dependência da atividade comercial.

Os estabelecimentos se localizavam de forma dispersa pelo espaço urbano, conforme a estrutura das antigas manufaturas. Nas décadas de 1920 e 1930, a indústria de charque era a de maior destaque, ocorrendo ainda a instalação de diversos estabelecimentos industriais, a maior parte do ramo de alimentos, além de serrarias e oficinas de máquinas agrícolas e para engenhos de cana. As fábricas se localizavam “[...] nas saídas da cidade, principalmente próximo à estação ferroviária, para facilitar o escoamento da produção.” (SOARES, 1988, apud MARTINS, 2000, p. 66).

Entretanto, estes estabelecimentos ainda se encontravam fortemente vinculadas ao comércio regional. Conforme Guimarães (1990, apud MARTINS, 2000, p. 66),

As principais atividades comerciais eram: o beneficiamento de arroz e as charqueadas, que embora fossem apenas três, eram grandes empreendimentos fornecedores para o mercado nacional. As demais atividades eram, em grande medida, de apoio ao núcleo urbano, e portanto dependentes do comércio regional.

No período em questão, a industrialização, impulsionada pelo crescimento urbano, acabou por imprimir um novo ritmo ao processo de urbanização. Nas décadas de 1940 e 1950, “[...] Uberlândia viveu um intenso processo de desenvolvimentos urbano e industrial, em que essas duas dimensões interagem.” (MARTINS, 2000, p. 67). O crescimento demográfico foi considerável, respectivamente de 30,01% e 60,08%, e a população urbana cresceu 61,8% no primeiro decênio, e 100,3% no segundo. Assim, com o aumento populacional ampliava-se o mercado consumidor urbano bem como o potencial de oferta de mão de obra a ser absorvida pelo setor industrial. Tais processos refletiam, mesmo que palidamente, a urbanização e a industrialização que se aceleravam, na escala nacional.

Em 1940, a cidade já possuía 163 estabelecimentos industriais, chegando, em 1960, a um total de 199 unidades. (MARTINS, 2000). Com respeito à atividade agroindustrial, destaque-se que em 1953 é fundada a “Moinho Sete Irmãos”, de processamento de trigo e cereais.

Assim, ao longo desse período, transformações socioeconômicas ocorridas em nível regional e nacional, engendraram uma nova realidade econômica na cidade, onde a indústria passa a ser um setor fundamental da economia, em condições de atingir um novo patamar.

No período de 1965 a 1980, ocorre a segunda fase de industrialização, denominada por Martins (2000) de “Concentração Industrial”, caracterizada pela implantação da “Cidade Industrial” (posteriormente encampada pelo Distrito Industrial), e a progressiva concentração das atividades industriais naquele espaço.

Conforme o autor (p. 68-69), no início dos anos 1960, havia diversos fatores que favoreciam o desenvolvimento industrial de Uberlândia, quais sejam:

- o desenvolvimento de diversos ramos industriais
- a modernização de sua base tecnológica e organizacional
- a intensificação do processo de urbanização
- a conjuntura econômica nacional aliada a políticas industriais descentralizadoras.

A expansão econômica e industrial vivenciada pelo país a partir da segunda metade de 1950, com base no Plano de Metas do governo JK, acabou repercutindo no desenvolvimento econômico e industrial do Triângulo Mineiro, e, assim sendo, do município de Uberlândia. Desta forma, várias políticas foram implementadas, especialmente nos anos 1960 e 1970, com o intuito de promover a desconcentração industrial, em nível estadual e nacional.

Neste contexto, ainda segundo Martins (2000, p. 70) é inaugurado em 1965 um espaço voltado para a instalação de estabelecimentos industriais, denominado de ‘Cidade Industrial’, com o objetivo de atrair capitais externos ao município e à região. Neste espaço, as indústrias encontravam a infra-estrutura necessária, assim como incentivos tais como doação de terrenos e isenção de impostos.

Em 1971, a Cia. de Distritos Industriais de Minas Gerais instalou o Distrito Industrial de Uberlândia, próximo à Cidade Industrial, na zona norte do município. No ano seguinte, o Distrito Industrial “encampou” parte da Cidade Industrial, vindo à administrá-la. Conforme Soares (1988, apud MARTINS, 2000, p. 71), “A implantação do Distrito Industrial atraiu várias indústrias localizadas nas áreas mais centrais da cidade, que se transferiram até ele, além das novas que ali se instalaram, produzindo uma concentração no espaço da produção.”

Assim, de acordo com Martins (2000, p. 71), a indústria em Uberlândia atingiu um novo padrão de desenvolvimento, “[...] pela instalação de estruturas industriais modernas, pela produção em larga escala e pela articulação da produção industrial da cidade ao mercado e à produção nacionais.” O setor industrial uberlandense passou a receber investimentos, além do capital nacional e local, também de capital estrangeiro, em diversos ramos industriais. Destaque-se que, na fase em questão, houve a implantação de uma unidade da empresa Souza Cruz, bem como da empresa processadora de grãos ABC de Minas (atual Algar Agro), a serem abordadas nas próximas seções.<sup>99</sup>

Assim se delineou a consolidação da importância econômica da indústria para o município, bem como de sua autonomia em relação à atividade comercial, tornando Uberlândia um importante polo industrial (MARTINS, 2000).

A terceira fase, referente ao período de 1980 em diante (até meados dos anos 1990), foi chamada pelo autor (p.74) de “Recente”, na qual ocorre o surgimento de novos espaços industriais, havendo uma dispersão espacial da indústria, para áreas fora do Distrito Industrial.

Embora os anos de 1980 para a economia brasileira tenham sido de recessão, com queda nos investimentos, em Uberlândia,

[...] ocorreram investimentos industriais de grande porte [...] particularmente no seu início. Provavelmente, este foi um reflexo ainda do movimento ocorrido nas décadas anteriores, em que a indústria de Uberlândia ingressou num novo padrão, que envolvia empresas de maior porte.” (MARTINS, 2000, p. 75).

Entretanto, como veremos no próximo tópico, ainda em meados da década de 1980 ocorreu a instalação de dois grandes estabelecimentos, Cargill (de processamento de grãos) e Braspelco (de couros), os quais vieram a reforçar a atividade agroindustrial do município.

Um estudo mais recente sobre a atividade industrial uberlandense é o de Mesquita (2011). Embora o autor tenha analisado a microrregião de Uberlândia, o destaque se dá para o município em foco, por ser o mais industrializado dentre os demais. A pesquisa abrange o período de 1996 a 2007, no qual verificou-se uma especialização produtiva voltada para a indústria de alimentos e de bebidas, destacando-se as agroindústrias de soja e de carnes. Tal constatação vem a auxiliar na corroboração de nossa tese, no que tange à importância destes segmentos no processo de expansão da atividade agroindustrial.

---

<sup>99</sup> SOUZA CRUZ (2015); ALGAR-AGRO (2015).

Como será demonstrado a seguir, a atividade agroindustrial intensificou-se no município a partir dos anos 1970, no contexto da modernização agrícola e de incentivo à “agroindustrialização” das áreas de cerrado. Desde então, esta atividade tem se expandido, contribuindo para a dinâmica econômica do espaço local.

### 3.3.2 Proposta de periodização da atividade agroindustrial

O tópico anterior foi baseado na bibliografia existente, por sinal escassa, por serem os trabalhos citados as únicas fontes a que tivemos acesso, a respeito da atividade industrial do município de Uberlândia.

No presente segmento, propomos, com base em nossa própria investigação e segundo as informações e evidências encontradas, uma periodização da atividade agroindustrial uberlandense.

A partir de meados do século XX intensifica-se o processo de industrialização do país, com a adoção de políticas de incentivo à modernização do parque industrial brasileiro, bem como à implantação da infraestrutura necessária para o seu desenvolvimento. Tal processo, como já abordado, foi ensejado através da política de substituição de importações, fortalecendo, assim, a indústria de bens de capital.

O setor agrícola também recebe um grande estímulo à modernização, passando a estreitar as suas relações com o setor industrial, particularmente com as indústrias fabricantes de insumos, máquinas e equipamentos. Por outro lado, as inovações tecnológicas introduzidas no campo aumentam a produção e a produtividade agrícolas, ampliando, pois, a oferta de matérias-primas para as indústrias processadoras.

Assim, estreitam-se os laços entre a atividade agropecuária e as indústrias “à montante” ou “antes da porteira” (fabricantes de máquinas, equipamentos, fertilizantes, sementes e agroquímicos) e aquelas que se encontram à “jusante” ou “depois da porteira” (processadoras de matérias-primas de origem agropecuária), ou seja, as agroindústrias.<sup>100</sup>

Tais vínculos produtivos são estabelecidos em alguns espaços agrícolas do território nacional, que se modernizam em face da expansão das relações de produção capitalistas no campo brasileiro, cuja tradição agrária, aliada a outros fatores endógenos ou “recursos do território”, os tornam atrativos a investimentos de capitais locais, nacionais e estrangeiros.

---

<sup>100</sup> Os termos “a montante” e “à jusante” remetem ao conceito de complexo agroindustrial, aqui usado seletivamente, e não em sua totalidade.

Como abordado no capítulo 2, com a inserção brasileira na chamada nova divisão internacional do trabalho, vigente a partir do período pós-segunda guerra mundial, empresas multinacionais instalam filiais no país, muitas das quais voltadas para a produção de insumos agrícolas, assim como para o processamento de produtos primários.

A modernização que se desenrola no espaço agrário brasileiro<sup>101</sup> atinge as áreas de cerrado, e, assim sendo, o Triângulo Mineiro. Uberlândia vivencia tal processo, refletindo-se, pois, na atividade agroindustrial, ao receber empresas tanto de capital local quanto externo ao município (nacional e estrangeiro), dentre as quais agroindústrias processadoras de soja, de carnes e de couros.

Com isto posto, o desenvolvimento da agroindústria de Uberlândia, a partir da década de 1970, pode ser dividido em três períodos, os quais serão abordadas a seguir.

### 3.3.2.1 Primeiro Período - 1970 /1984 – A modernização da agricultura

O desenvolvimento agroindustrial do município de Uberlândia adquire um novo dinamismo a partir dos anos 1960-70, refletindo as mudanças ocorridas na agricultura regional e nacional.

As áreas de cerrado, e portanto, as do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, incluem-se nos espaços agrícolas do território nacional, que estrategicamente, foram incorporados à expansão capitalista no campo. Tal quadro delineou-se no contexto de ocupação das chamadas “fronteiras agrícolas”, e de modernização da agricultura.

Para Cleps Júnior (1998, p. 125), “A expressão física principal das ‘fronteiras’ consiste numa reorganização do espaço pela intensificação da produção agrícola ou da ocupação demográfica em zonas consideradas como ‘vazias’, segundo critérios geralmente subjetivos”. Ainda conforme o autor (p. 125), preconiza-se a ideia do cerrado como uma “[...] área vazia de população, de capital, de exploração e produção”.

Neste sentido, a ação do Estado se faz presente, haja vista o papel das políticas implementadas pelos governos federal e estadual de incentivo à ocupação de áreas de cerrado, fundamentais para que ocorressem mudanças na produção agropecuária (por exemplo, com a introdução de monoculturas como a soja).<sup>102</sup>

---

<sup>101</sup> O que evidentemente não significa que tenha ocorrido da mesma forma e intensidade em todo o país.

<sup>102</sup> Dentre estes programas, Cleps Júnior (1998, p. 126-128) destaca o Programa de Crédito Integrado (PCI), criado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), articulado “ao programa federal denominado Corredores de Exportação”, o Programa de Assentamento Dirigido do Alto

No contexto do processo de modernização agrícola regional e nacional, o espaço agrário uberlandense também se modernizou. Tal processo foi primeiramente analisado por Pessoa (1982), a qual elenca alguns aspectos que caracterizariam tal processo no município, quais sejam:

- aumento na utilização de tratores e de arados;
- crescente utilização de sementes melhoradas, fertilizantes e defensivos<sup>103</sup>;
- diminuição da força humana e crescimento da força mecânica (e também mecânica e animal) na agricultura, através do uso de tratores, para atender à exigência de culturas tais como as de arroz e de soja.
- desenvolvimento das vias de transporte do município, facilitando o contato com municípios difusores de modernas tecnologias, como, por exemplo, São Paulo;
- sistema de armazenagem de produtos agropecuários, o qual aumentou consideravelmente a partir dos anos 1960, com capacidade de armazenar a produção local e regional, além da de outros Estados, caracterizando o município como entreposto comercial.<sup>104</sup>
- a implantação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), em 1964, com programas de crédito e de extensão rural, os quais foram continuados, a partir de 1975, pela EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais).
- “a instalação de uma unidade do POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados)”.

A referida autora considera o período de 1950-1975 como uma segunda etapa de desenvolvimento rural de Uberlândia<sup>105</sup>, cujas características principais, seriam, além da

---

Paranaíba (PADAP), e o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), o qual visava “[...] o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias da região Centro-Oeste e do oeste de Minas Gerais, mediante a ocupação racional de áreas com características de cerrados e seu aproveitamento em escala empresarial”. Além destes, também houve, a partir de 1978, a implementação Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados- PRODECER (CLEPS JÚNIOR, 1998, p. 128; 132).

<sup>103</sup> Como estímulo ao uso de modernos insumos por parte dos agricultores, a autora destaca a implantação dos programas FUNFÉRTIL (Fundo de Estímulos Financeiros ao Uso de Fertilizantes e Implementos Minerais) e FUNDAG (Fundo Especial de Desenvolvimento Agrícola), respectivamente em 1966 e 1968.

<sup>104</sup> Para a armazenagem, o município contava com a Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais (CASEMG), assim como com o Centro de Comercialização de Cereais, para a comercialização de produtos, o qual possibilitava contato direto com as bolsas de São Paulo e de Chicago. (PESSÓA, 1982, p.92).

<sup>105</sup> A primeira teria iniciado em 1920. Conforme a autora, (1982, p. 47-49), pode-se dizer que a ocupação inicial do município de Uberlândia, “[...] esteve relacionada a uma estrutura caracterizada pela grande propriedade, pela exploração direta dos estabelecimentos rurais pelos proprietários e pelos baixos níveis de produtividade e rendimento na atividade agropecuária, tal como ocorreu nas áreas de cerrado. A atividade agrícola estava restrita às áreas de vegetação original de mata, sendo praticada com técnicas

introdução de modernos insumos agrícolas, a expansão da lavoura temporária, sobretudo, através da introdução da sojicultura, e o aumento das áreas ocupadas com pastagens. Apesar da manutenção de cultivos tradicionais, a soja é introduzida no município, devido à crise do café, algodão e amendoim. (PESSÔA, 1982, p. 55).

Tal quadro teria se delineado num contexto de intensa migração campo-cidade e do processo de industrialização do município. Assim, ainda de acordo com a autora citada (p. 89), as grandes transformações na agricultura uberlandense teriam ocorrido em função também da industrialização e do desenvolvimento do setor terciário, embora tenham sido possibilitadas, sobretudo, pela posição geográfica do município.

Desta forma, percebe-se que a posição geográfica (e as conseqüentes relações propiciadas ao município com outras localidades, intra e interregionalmente) – fator endógeno fundamental, desde o período de formação econômica e territorial – permanece como um importante recurso do território, a beneficiar as diversas atividades econômicas, dentre as quais a agricultura. Por outro lado, o processo de industrialização se desenvolve de forma ainda bastante atrelada à atividades agrícola e pecuária, haja vista as empresas agroindustriais que se instalam, nesta fase, no espaço local.

O período em tela é iniciado em 1970, por tratar-se do ano a partir do qual a agroindústria se expande, e a soja é introduzida no município. No nosso entendimento trata-se de um marco temporal no processo de agroindustrialização, haja vista que a disseminação desta cultura motivará a instalação de indústrias processadoras de grãos nos períodos posteriores. Contudo tal processo já havia sido impulsionado, na década anterior, com a implantação, em 1962, da CALU - Cooperativa Agropecuária Limitada de Uberlândia, indicando que em princípios da década de 1960, os vínculos do setor primário com a atividade industrial se faziam presentes em relação à produção leiteira. Destinada à aquisição e distribuição do leite produzido em Uberlândia e municípios vizinhos, fabricava queijos, manteiga e outros produtos derivados. Além disso, alguns produtores forneciam leite para fábricas de balas do município. (PESSÔA, 1982, p.121-123). (FIGURA 10).

Como observado na figura 10, em 1964 houve a instalação das granjas Rezende e Planalto, voltadas para o setor avícola, tendo a primeira uma atuação decisiva, nas décadas seguintes, para que se consolidasse o complexo de carnes no município.

---

tradicionais. Ao lado dessa agricultura de subsistência desenvolveu-se, também, a criação de gado, inicialmente para abastecer os mercados locais, expandindo-se posteriormente para outras áreas regionais e extra-regionais”.

Figura 10 - Uberlândia – principais agroindústrias por ano de instalação, ramos e produtos  
Décadas de 1960 e 1970

Empresa	ano de instalação	Ramo/produto (s)
Cooperativa Agropecuária Ltda. de Uberlândia (CALU)	1962	Alimentício/leite e derivados
Granja Planalto	1964	Avicultura
Granja Rezende	1964	Avicultura
Cocal Alimentos	1970	Alimentício/beneficiamento de arroz
Daiwa do Brasil	1973	Têxtil/Preparação e fiação de fibras de algodão
ABC de Minas**	1978	Têxtil/Processamento de algodão
Souza Cruz	1978	Fumo/Processamento de fumo

Fonte: Empresas do Brasil (2016); \*Pesquisa direta  
Elaborado pela autora

É importante lembrarmos que, nesta época, houve a criação da “Cidade Industrial” em 1965, e, posteriormente, a instalação do Distrito Industrial em 1971, atraindo investimentos locais e externos ao município<sup>106</sup>, incentivando, pois, o desenvolvimento industrial e agroindustrial.

Em 1970 surge a Cocal Alimentos e, em 1973, tem-se a implantação de uma filial da empresa japonesa Daiwa, de preparação e fiação de fibras de algodão. Como já mencionado, em 1978 duas empresas foram implantadas, a ABC de Minas (de origem local), a princípio voltada para o processamento de algodão, e, posteriormente (como se verá, na fase seguinte), para o de grãos, e a Souza Cruz, do ramo de fumo, de origem nacional<sup>107</sup>. (FIGURA 10).

É a partir desta fase que se estruturam os chamados Complexos Agroindustriais (CAIS), onde se destaca o complexo soja, o qual, conforme Cleps Júnior (1998, p. 151), “[...] tornou-se o símbolo da modernização agroindustrial no Brasil”.

A partir dos anos 1980, os setores de grãos e de carnes consolidam-se no município, tanto através da reestruturação de empresas já instaladas em décadas anteriores, como pela implantação de outros estabelecimentos, nacionais e estrangeiros. Além disso, também o ramo de couros recebe novos investimentos, questões a serem abordadas no próximos tópico.

### 3.3.2.2 Segundo Período – 1985/1999 - Implantação de empresas agroindustriais nacionais e estrangeiras.

<sup>106</sup> Como já relatado segundo Martins (2000).

<sup>107</sup> Fundada por um imigrante português em 1903, no Rio de Janeiro, em 1914, entretanto, o controle acionário da empresa foi assumido pela norte-americana British American Tobacco.

Conforme Pessôa (1982), no início dos anos 1980, a economia do município ainda se sustentava na atividade agropecuária e nas unidades de beneficiamento de produtos primários. A autora deixa claro tal quadro, ao afirmar que

Como município integrante do Triângulo Mineiro, Uberlândia tem ainda hoje, na agropecuária, e nas indústrias decorrentes das atividades rurais, a base de sua economia. Assim, destacam-se os cultivos e beneficiamento do arroz, milho, e mais recentemente, da soja. O cultivo da soja vem evoluindo nos últimos três anos de maneira explosiva nas regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. (PESSÔA, 1982, p. 53).

Em relação ao cultivo da soja, é a partir do início desta fase, ou seja, 1985, que tal cultura registra um maior incremento no município. Conforme dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEADATA, 2015), no citado ano a produção de soja alcança 27 mil toneladas, contrastando com o período anterior, no qual a quantidade produzida não ultrapassou 11 mil toneladas. Nos anos seguintes, a produção da soja cresceu de forma contínua, refletindo a expansão da atividade agroindustrial, analisada a seguir.

No tocante ao desenvolvimento agroindustrial, pode-se dizer que tal período caracterizou-se, pela consolidação dos segmentos de grãos e de carnes. Assim, ocorre a implantação de um grande estabelecimento multinacional, a Cargill (em 1986)<sup>108</sup> e também a reorganização técnico-produtiva de unidades já existentes, como a ABC (atual Algar Agro, em 1985), voltadas para o processamento de grãos (empresas que serão analisados no item 4.1.1) Além das referidas empresas, nesta fase, como se verá a seguir, também a Rezende Alimentos (Granja Rezende) passou a se dedicar ao processamento de soja e fabricação de ração (FIGURA 11).

A instalação destas empresas deu-se num período em que, conforme Müller (1982, p. 33), o complexo soja ainda era recente no país, apesar de caracterizar-se por um “[...] elevado grau de internacionalização, constituindo-se, por isso mesmo, na mais expressiva manifestação da revolução agrária em curso no país.” (grifo do autor).

Segundo Cleps Júnior (1998, p. 141-142), a instalação de grandes empresas dos ramos de grãos e de carnes, na região Centro-Oeste e em outras áreas de cerrado, teria ocorrido na segunda metade dos anos 1980. Nesta década, houve a implantação de programas de apoio ao desenvolvimento agroindustrial destas áreas, particularmente ao setor de grãos, alguns destes financiados pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

---

<sup>108</sup> Embora no *site* da empresa conste a implantação da unidade fabril em 1986 (CARGILL, 2015), o *site* “Empresas do Brasil” aponta o ano de 1981 como início das atividades da empresa no município.

Entretanto, o final da referida década caracterizou-se pela diminuição de crédito estatal, e aumento de recursos privados.

Figura 11 - Uberlândia – principais agroindústrias por ano de instalação, ramos e produtos - Décadas de 1980/1990

ABC de Minas/Algar Agro	1985	Processamento de soja
Frigorífico Luciana	1985	Alimentício/Abate de bovinos e suínos
Cargill	1986	Alimentício/Processamento de grãos
Braspelco/Xinguleder	1986	Couros/curtimento de couro
Brasfrigo*	1990	Alimentício/Processamento de vegetais
Frigorífico Real	1993	Alimentício/Abate de bovinos
Frigorífico São Pedro	1996	Alimentício/Abate de suínos
Laticínio Uberleite	1997	Alimentício/Laticínios
Sabor de Minas	1999	Embutidos

Fonte: Empresas do Brasil (2016); \*Pesquisa direta  
Elaborado pela autora

Neste sentido, entre 1989 e 1993 foram lançados o Programa Nacional de Desenvolvimento Rural (PNDR) – o qual “[...] contribuiu para consolidar a agropecuária de grãos e a pecuária em bases empresariais e modernas” - e o Programa Nacional de Desenvolvimento Agroindustrial (PNDA) – voltado para indústrias processadoras e outras do ramo alimentício, cuja alocação de recursos passou a ser feita pelo mercado. (CLEPS JÚNIOR, 1988, p. 145).

No caso da soja, conforme o autor supracitado (p. 161), teria havido um verdadeiro “boom” nas áreas de cerrado, em função de algumas vantagens, as quais transcrevemos a seguir:

- “a maior produtividade da soja no cerrado em relação à região sul do Brasil, e a sua melhor qualidade, devido ao seu reduzido teor de umidade e maior presença de óleo e proteínas, permitiram a obtenção de um prêmio associado a uma melhor cotação no mercado internacional”;
- “as economias de escalas obtidas nas unidades agroindustriais de até duas mil ton/dia levaram as fábricas a se instalarem próximas às regiões produtoras”;
- “a proximidade com as regiões produtoras trouxe vantagens competitivas de localização, ao diminuir os custos de movimentação de cargas associadas à operação industrial - entre a fábrica esmagadora e a área produtora”;
- “os produtores agrícolas passaram a negociar mais diretamente com a indústria, depositando a soja diretamente nos seus armazéns, reduzindo os custos de intermediação comercial”;

- “a formação de mercados regionais estimulou o deslocamento de empresas agroindustriais da cadeia grãos-farelo-aves”;

- “a política de incentivos fiscais e condições especiais dadas por alguns estados favoreceram a instalação de indústrias nas regiões dos cerrados”.<sup>109</sup>

No caso de Uberlândia, em fins da década de 1990, o complexo soja encontrava-se estruturado por três empresas, ABC, Rezende e Cargill, cujas capacidades de processamento de soja somadas alcançavam 1.720.000 toneladas por ano. (CLEPS JÚNIOR, 1998, p. 202).

Em relação ao setor de carnes, houve a implantação de quatro estabelecimentos, Frigorífico Luciana, em 1985, Frigorífico Real em 1993, Frigorífico São Pedro, em 1996 e Sabor de Minas Alimentos, em 1999. (FIGURA 11). Contudo, cabe aqui abordar a Rezende Alimentos (antiga Granja Rezende), cuja atuação, nesta fase, foi decisiva para que se consolidasse o complexo de carnes no município.

Cleps Júnior (1998) analisou a atuação desta empresa, especialmente quanto à reestruturação produtiva ocorrida a partir dos anos 1980. Segundo o autor, a então Granja Rezende, voltada para a produção de matrizes, até fins dos anos 1970 possuía uma fábrica de rações, um abatedouro de aves e um incubatório para a produção de aves de corte. A partir de 1978, passou a incluir todos os segmentos da avicultura de corte (da criação ao abate).

Entretanto, após enfrentar dificuldades financeiras, a partir de 1986, a empresa reestrutura-se, ampliando suas instalações, tais como granjas e abatedouro de aves (o qual foi também modernizado), e construindo um novo incubatório. Além disso, houve a implantação de um abatedouro de suínos e de bovinos, o que demonstra uma inovação em sua linha de produtos, a que o autor se refere como “diversificação horizontal”. Neste sentido, institui um programa de melhoramento genético, voltado para a criação de suínos.

Por outro lado, a empresa passou a desenvolver, também, um “processo de verticalização”, vindo a atuar tanto no processamento de soja, como no de carnes.

O processo de verticalização, ou seja, a diversificação “para trás” (na soja e rações) e “para frente” (industrialização de produtos alimentares finais como subprodutos da soja e carnes) da Rezende Alimentos nasceu da sua atuação na venda de matrizes, da criação própria e abate de aves e na produção de rações a partir da soja e milho. Vislumbrando também a tendência de diminuição no mercado de aves de corte (pintos de um dia), uma vez que as empresas do segmento passam pelo mesmo processo de diversificação, a Rezende ingressa

---

<sup>109</sup> Na região Centro-Oeste, Mato Grosso foi um dos Estados em que condições favoráveis como incentivos governamentais e baixo custo de terras viabilizaram a introdução da monocultura da soja, nos anos 1970 e 80, estruturando-se, nas décadas seguintes, uma cadeia produtiva de grãos e carnes. (VIEIRA, 2009).

no ramo da produção agroalimentar de gêneros finais de consumo, como os produtos derivados de carnes.<sup>110</sup> (CLEPS JÚNIOR, 1998, p. 211).

Assim, o estabelecimento passou a atuar tanto no complexo grãos-farelo-óleo quanto no de grãos-rações-carnes.

Ainda segundo Cleps Júnior (1998, p. 209), em 1996, a empresa “[...] figurava no *ranking* das maiores organizações em Patrimônio Líquido, aparecendo em 44º lugar entre os 300 maiores grupos do Brasil, [...] atuando nos setores de Carne e Pecuária, Alimentos e Transporte e Armazenagem.” Desta forma, encontrava-se estruturada em quatro estabelecimentos, a Granja Rezende S.A, Rezende Alimentos S.A, Rezende Óleo Ltda. e Rezende Armazéns Gerais. A atuação nos ramos de carnes bovina e suína concretiza-se em 1997, com a inauguração de um novo frigorífico. Por conseguinte, certamente não foi ao acaso que o efetivo de suínos apresenta um substancial aumento a partir de então, saltando de um total de 45 mil cabeças no referido ano, para 293 mil cabeças em 1999. (IPEADATA, 2015)

Apesar de toda esta reestruturação, a Rezende ainda manteve, até os anos 1990, a liderança nas vendas de matrizes de corte para empresas como a Chapecó, Frangosul, Perdigão e Sadia (as quais adquiriam as aves de um dia para os seus produtores integrados). (CLEPS JÚNIOR, 1998, p. 209).

Entretanto, em 1999, o Grupo Sadia, grande empresa de capital nacional, voltada para os ramos de carnes e ração, ao encontrar uma estrutura técnica e produtiva favorável criada pela Rezende, adquire as instalações desta empresa (SADIA, 1999), iniciando suas atividades no município, no ano seguinte.<sup>111</sup>

Tal fato nos leva a considerar o ano de 2000, portanto, como o início de um novo período no setor agroindustrial uberlandense, tanto pelo ingresso da Sadia, como da ADM do Brasil, empresa multinacional processadora de soja. Além disso, o florescimento da economia do agronegócio no país, especialmente após 2004, particularmente no tocante ao comércio de *commodities* como as do complexo soja e de carnes, reforça a especialização produtiva do território local na produção destes gêneros, e a articulação do mesmo à esfera global.

---

<sup>110</sup> A respeito da possibilidade de diminuição da demanda por aves de corte, tal fato parece não se concretizar, pois no próprio município em estudo, a Granja Planalto, fundada em 1964, voltada para a avicultura, permanece em atividade até os dias atuais, cujo mercado, conforme pesquisa direta, abrange todos os Estados brasileiros, além de países sul americanos.

<sup>111</sup> Nesta ocasião, a Rezende possuía “[...] uma capacidade de abate de 32,3 milhões de frangos/ano, 642,6 mil suínos/ano, de fabricação de 35 mil toneladas/ano de produtos industrializados, além da produção de ovos, pintos comerciais e rações”. (SADIA, 1999, s/p).

Ainda com respeito ao segundo período, ocorreu a instalação da empresa Braspelco (Brasil Peles e Couros), de capital nacional, instalada em 1986, em função de Uberlândia situar-se em região de tradição pecuária. (FIGURA 11). A esse respeito, é importante destacar o aumento registrado no efetivo de bovinos no município (que passou de 207 mil cabeças em 1986 para 237 mil cabeças em 1992)<sup>112</sup> possivelmente como reflexo da instalação desta unidade processadora de couros no espaço local. Empresa de grande porte, cuja matriz se localizava neste município, chegou a ter 19 filiais distribuídas pelo território nacional. A importância do segmentos de couros na pauta exportadora do município (a ser analisada no capítulo 4), sobretudo na primeira metade da década de 2000, certamente se deve à atuação desta empresa, cuja magnitude pode ser avaliada pelo seu faturamento em 2003, que chegou a US\$ 240 milhões de dólares, sendo considerada a maior empresa exportadora deste ramo no país. (BRASPELCO..., 2003).

### 3.3.2.3 Terceiro Período - 2000 até os dias atuais – A inserção no mercado globalizado de *commodities*

Em meio à trajetória econômica trilhada pela economia brasileira no período em tela, voltada para a política de fomento ao agronegócio, alguns territórios locais passam a ser cada vez mais articulados ao comércio global de *commodities*.

Neste período, o município apresenta uma dinâmica socioeconômica que pode ser verificada pelo forte crescimento demográfico (de 501.214 habitantes em 2000 para 604.013 em 2010, com estimativa de 669.672 em 2016<sup>113</sup>), pela elevada taxa de urbanização (em torno de 97%)<sup>114</sup>, e por indicadores como o PIB, que alcançou a cifra de 21,4 bilhões de reais em 2012, classificando-se como o terceiro maior em nível estadual e o primeiro da região do Triângulo Mineiro<sup>115</sup>. Além disso, o IDH municipal evoluiu de 0,702 em 2000 para 0,789 em 2010, nível acima da média do Estado e também nacional. (UBERLÂNDIA, 2015)<sup>116</sup>.

---

<sup>112</sup> IPEADATA (2015).

<sup>113</sup> IBGE (2016).

<sup>114</sup> Índice alcançado desde 1991.(CEPES, 2014).

<sup>115</sup> A terceira maior contribuição entre as regiões de planejamento.

<sup>116</sup> Outros importantes indicadores apontados, para o período entre 2000 e 2010 consistem na renda per capita média, a qual teria crescido 30,2%; nas taxas de extrema pobreza e de pobreza, que sofreram queda, respectivamente, de 1,71% para 0,70% e de 9,0 % para 2,98%. Além destes, também o índice de Gini (que mede o grau de concentração de renda) também declinou de 0,56 para 0,50, significando diminuição na desigualdade. (UBERLÂNDIA, 2015).

Por outro lado, dentre as atividades responsáveis pelo seu dinamismo econômico, predominam aquelas voltadas para o setor terciário, principalmente de serviços – as quais correspondem a 46% do total de estabelecimentos, bem como a 46,8% do número de pessoas empregadas –, e o comércio varejista e atacadista, com 34% dos estabelecimentos e 24% de pessoal ocupado. As atividades do setor secundário aparecem em segundo lugar – totalizando 7,4% de estabelecimentos e 17,5% de empregados –, entre elas predominando a indústria de transformação. Quanto à agropecuária, esta atividade corresponde a 4,2% do total de empresas, cuja participação no total de empregos é de cerca de 3%.<sup>117</sup>

A respeito da indústria, embora não seja a principal atividade econômica, esta se mantém no espaço local, sustentando parte significativa da economia do município e da região, representando 35% do PIB.<sup>118</sup> Neste contexto, a agroindústria permanece como um agente econômico importante na dinâmica do território.

Como pode ser observado na figura 12, a nova fase de agroindustrialização iniciada a partir do ano 2000, caracteriza-se pela implantação de estabelecimentos vinculados ao agronegócio de carnes e de soja, que correspondem à Sadia S/A e à ADM do Brasil., tendo ambas iniciado suas atividades no começo do período em questão. Mais recentemente, em 2009, as instalações da Sadia são incorporadas pela Brasil Foods (BRF), um dos grandes grupos empresariais de origem nacional, que, segundo Oliveira (2012), detém o “monopólio do território” no setor de carnes, assim como também as empresas ADM e Cargill, no de soja.

Outros ramos de empresas agroindustriais instalados foram representados pela Itambé em 2004, e a Cooperativa dos Produtores Rurais do Triângulo M./Alto Paranaíba (COTRIAL), em 2006, (ambas de laticínios), e a TCMA Algodoeira, em 2007 (de fiação de algodão).

Também datam deste período a instalação de duas unidades do grupo JBS, uma voltada para a fabricação de conserva de vegetais (JBS Vegetais, atualmente extinta) e outra para o ramo de curtimento de couro - JBS Couros, respectivamente implantadas em 2004 e 2010. (FIGURA 12).

---

<sup>117</sup> O setor secundário inclui também os segmentos “extrativista mineral” e “serviços industriais de utilidade pública”. Há ainda o setor de “construção civil”, com 7,4% de estabelecimentos, e empregando 7,9% de pessoal. (UBERLÂNDIA, 2015).

<sup>118</sup> A agropecuária corresponde a aproximadamente 2%, cabendo ao setor de serviços a maior “fatia”, ou seja, 63% do PIB. (IBGE, 2013).

Figura 12 - Uberlândia – principais agroindústrias por ano de instalação, ramos e produtos  
Década de 2000

Sadia*	2000	Alimentício/abate de aves, suínos e processamento de carnes
ADM do Brasil	2002	Alimentício/processamento, refino e envase de óleo de soja
Itambé	2004	Alimentício/laticínios
JBS Vegetais	2004	Alimentício/fabricação de conservas de legumes e outros vegetais
Triângulo Mineiro Açúcar e Álcool	2006	Biocombustível/álcool
Cooperativa dos Produtores Rurais do Triângulo M./Alto Paranaíba (COTRIAL)	2006	Alimentício/Preparação do Leite
TCMA Algodoeira	2007	Preparação e fiação de fibras de algodão
Brasil Foods (BRF)	2009	Alimentício/ abate de aves, suínos e processamento de carnes
JBS Couros	2010	Processamento de couros

Fonte: Empresas do Brasil (2016), \*Dalla Costa (2009).

Elaborado pela autora

No tocante às agroindústrias do complexo soja, destaque-se que a atuação destes estabelecimentos envolve vínculos com a atividade agrícola não somente em nível local, mas também regional. Neste sentido, Pereira (2012, p. 86) analisa a atuação das empresas do setor de grãos (Cargill, ADM, Bunge e Algar-Agro) no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, região que considera como “[...] um espaço estratégico para grandes *tradings* estrangeiras e também nacionais [...]”. Conforme o autor (p. 86),

[...] a moderna produção agrícola da região só ocorre pela presença de empresas que, não se envolvendo diretamente na atividade de plantio, realizam, no entanto, o trabalho de comercialização (compra e venda) e processamento do que é produzido (este é o caso das *tradings* Cargill, ADM, entre outros grupos), criando nexos de dependência entre produtores e agentes que comercializam a produção.

Assim sendo, o município de Uberlândia, ao sediar unidades de algumas das principais indústrias processadoras de grãos atuantes no país “[...] desempenha a função de centro agroindustrial [...] tornando-se o centro polarizador e de convergência de grande parte da produção agrícola regional”. (PEREIRA, 2012, p. 88-90).

Além das indústrias processadoras, Uberlândia se destaca no contexto regional, ainda segundo o autor (p. 91), ao agregar

[...] um conjunto de empresas que dão suporte técnico (infraestruturas de armazenamento, produção e revendas de sementes, veículos especiais e insumos), financeiro (é importante centro para a tomada de crédito) e científico (divide com Uberaba a direção executiva de um Arranjo Produtivo Local de Biotecnologia que envolve empresas voltadas para o agronegócio.

Assim, no período em tela houve a implantação, em Uberlândia, de duas unidades de empresas multinacionais da área de biotecnologia, a Monsanto e a Syngenta, as quais vinculam-se à produção agrícola de grãos, destacando-se a soja.

A expansão e magnitude do segmento de soja, no município, na década de 2000, pode ser avaliada também com base na evolução da sojicultura, cuja produção manteve a tendência ao crescimento praticamente contínuo, registrado na década anterior, passando de 84 mil toneladas em 2001 para 131 mil em 2005 (época do *boom* das *commodities*), totalizando, ao final da década, 144 mil toneladas de grãos. (IPEADATA, 2015).

Por outro lado, Mesquita (2011, p. 145) demonstra a importância da agroindústria de soja e de carnes neste período, ao afirmar, em referência ao valor da transformação industrial, que,

[...] a agroindústria processadora de grãos em Uberlândia, mesmo com a perda de participação relativa de 58,9% em 1996 para 35,9% em 2007, mantém-se como o mais importante ramo da produção de alimentos e bebidas local. A agroindústria processadora de carnes concebe o mais alto crescimento percentual, passando de 5,9% para 27,6%.

Em relação ao ramo de carnes e à presença da Sadia (atual BRF), cabe aqui fazermos um paralelo com os estudos de Borges (2006) e Vieira (2009), que analisam a implantação de unidades deste segmento, respectivamente em Goiás e Mato Grosso.

A análise de Borges se refere à microrregião do sudoeste goiano, a qual teria vivenciado duas ‘ondas’ de agroindustrialização. A primeira, iniciada por volta dos anos 1970, caracterizou-se pela consolidação do complexo soja e de leite, e a segunda, a partir de meados dos anos 1990, pela inserção do complexo carnes, cujo “agente principal” consiste em uma

unidade da Perdigão, instalada em Rio Verde. Conforme o autor (p. 106), tal ‘onda’ entretanto, “[...] não eliminou as marcas e nem a dinâmica da primeira ‘onda’, apenas veio coexistir no mesmo espaço, aproveitando-se dos recursos do território, e inserindo outros”.

Já o estudo de Vieira (2009) se refere aos municípios situados na “área sob influência da BR-163”,<sup>119</sup> a chamada “área concentrada”, a qual abrange as localidades de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso. A autora afirma que os anos 2000 teriam se caracterizado pela expansão da produção de grãos (soja e milho). Contudo, a “crise agrícola”<sup>120</sup> ocorrida no citado período, levou à necessidade de se diversificar as atividades produtivas, através da associação dos ramos de grãos (já consolidado) com o de carnes, instalado nesta década. Segundo Vieira (2009, p. 87), instala-se uma cadeia de carne e grãos, “[...] onde os empresários do agronegócio ganham com a associação de produção de grãos à criação de animais e aos outros processos produtivos que surgem [...] o esmagamento de grãos, a fabricação de ração e o abatimento dos animais [...]”.

Assim sendo, trata-se de “uma nova fase do agronegócio”, caracterizada pela implantação de uma unidade do grupo Sadia em Lucas do Rio Verde, da Perdigão em Nova Mutum e da Anhambí Alimentos em Sorriso. Conforme a autora (p. 90), tal fase não deve ser interpretada como de “[...] ruptura total com o modelo técnico-produtivo existente antes de 2000, já que [...] há permanências e mudanças em termos de técnica, de trabalho e de organização espacial”. Para a autora teria havido o ‘antes de 2000’ e o ‘depois ou a partir de 2000’, fase de “[...] instauração da cadeia carne/grãos [...] um marco temporal fundamental no processo de consolidação e intensificação da concentração da agricultura moderna e do agronegócio nesta área da BR – 163”. (VIEIRA, 2009, p. 90).

Em Uberlândia, o complexo carnes já se encontrava estruturado anteriormente à fase em questão (através da Granja Rezende), entretanto, a implantação da Sadia a partir de 2000, sem dúvida, veio a alicerçar tal segmento, haja vista tratar-se de uma empresa de projeção nacional e internacional, atuante, inclusive como multinacional em outros países. Em relação ao complexo soja, o mesmo também já se encontrava formado – pela atuação da Algar-Agro, Cargill e da própria Rezende – contudo, a implantação da ADM em 2002, fortaleceu a concentração agroindustrial deste setor, por certo ampliando – juntamente com a presença da Sadia – o vínculo carnes/grãos no espaço local.

---

<sup>119</sup> A referida área também vivenciou – assim como o Triângulo Mineiro - nas décadas de 1970 e 80 a modernização da agricultura e ocupação de áreas de fronteiras pela cultura da soja.

<sup>120</sup> Segundo a autora (p. 88-89), tal crise estaria relacionada tanto a problemas do mercado externo (como a desvalorização do preço da soja), como do mercado interno (dificuldades com o comércio devido ao custo do frete, dentre outros), além de endividamento por parte dos produtores rurais.

Apesar do ramo de carnes não ser novo no município, a vinda da Sadia marcou o início de uma nova fase de desenvolvimento agroindustrial. A importância assumida pelo complexo carnes na pauta exportadora do país - constituindo-se, desde 2001, num dos principais itens de exportação, oscilando entre o segundo e o terceiro lugares – refletiu-se nos espaços ocupados pelo setor de carnes, tal como no município em estudo (FIGURA 4).

Contudo, analisando-se o setor de carnes do município, no tocante à produção avícola, verifica-se que o efetivo de galináceos pouco evoluiu ao longo da década de 2000, registrando um incremento apenas em 2001 (quando atingiu o pico de 14,5 milhões de cabeças), não ultrapassando, nos anos seguintes, o total de 60 milhões de aves. Por outro lado, no tocante à suinocultura, como já destacado, houve uma evolução desde 1999, mantendo-se um crescimento praticamente ininterrupto, nos anos seguintes (período, portanto, em que a Sadia passou a atuar no município), atingindo, em 2007, um total de aproximadamente 650 mil cabeças. (IPEADATA, 2015).

Em relação ao ramo de couros, o mesmo já se destacava desde os anos 1980, através da Braspelco, a qual atuou até aproximadamente fins da década de 2000, quando teria arrendado suas instalações para a unidade do grupo JBS, a JBS Couros. A importância deste segmento, no período em foco não significou, entretanto, um maior incremento na pecuária do município, pois o número efetivo de bovinos manteve-se semelhante ao das décadas anteriores (em torno de 230 mil cabeças de gado). (IPEADATA, 2015).

Analisando-se os três períodos mais intensos do desenvolvimento da atividade agroindustrial no município, após 1970, verifica-se que estes ocorrem a partir de processos cuja origem é exógena à área (tanto a modernização agrícola como a implantação de agroindústrias nacionais e estrangeiras fizeram parte de políticas do governo federal voltadas para a ocupação das áreas de cerrado) e ao país (a inserção no comércio de *commodities* reflete o processo de globalização da economia).

Se considerarmos o desenvolvimento da atividade agroindustrial com base nas quatro categorias analíticas propostas por Santos (1992, p. 50) “estrutura, processo, função e forma<sup>121</sup>”, podemos dizer que Uberlândia possui uma estrutura econômica e produtiva desenvolvida a partir de processos iniciados nas fases anteriormente descritas (de modernização da agricultura

---

<sup>121</sup> Santos (1992) utiliza as referidas categorias para analisar o espaço geográfico em sua totalidade. Para a presente pesquisa, recorreremos a tais conceitos a fim de se abordar especificamente o espaço agrário e agroindustrial uberlandense, contudo, sem a pretensão de um maior aprofundamento.

e de (agro)industrialização).<sup>122</sup> Tais processos conferiram ao município aspectos que o caracterizam como um espaço agrário e agroindustrial, dando-lhe uma forma que, embora não seja exclusiva (já que congrega também várias atividades dos setores de comércio e de serviços, além de diversos ramos industriais<sup>123</sup>), se mantém na atualidade. Conforme Santos (1992, p. 50-51)

Forma é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado de objetos [...] As formas são governadas pelo presente, e conquanto se costume ignorar o seu passado, este continua a ser parte integrante das formas. Estas surgiram dotadas de certos contornos e finalidades-funções. [...] a função está diretamente relacionada com a sua forma. [...] é a atividade elementar de que a forma se reveste. Esta última pode ou não abranger mais de uma função [...] As formas ou artefatos de uma paisagem são o resultado de processos passados ocorridos na estrutura subjacente.

Na presente fase, os “objetos”<sup>124</sup> implantados (as empresas agroindustriais) se coadunam àqueles já existentes, em um espaço cuja forma “agrária e agroindustrial”, já estabelecida em períodos precedentes, permanece, e cuja função produtiva de gêneros primários e semimanufaturados é reforçada e revitalizada, porém, em um cenário de globalização da produção e dos mercados. Portanto, o que há é uma mudança na escala geográfica à qual o território se articula, que consiste na escala global.

O município, ao abrigar “novos” e “antigos” atores econômicos e demais agentes do território (empresas agroindustriais, produtores rurais, sindicatos, poder público), cujas ações vinculam-se ao “moderno agronegócio”, intensifica a sua função de produtor e exportador de *commodities*, contribuindo para a participação do Brasil na atual divisão internacional do trabalho.

Neste contexto, a partir do ano 2000, a tradicional função vinculada à especialização produtiva do território nos segmentos de soja, de carnes e de couros, não apenas se mantém mas revigora-se, em virtude da expansão da demanda por *commodities*, produzidas e exportadas pelo município.

---

<sup>122</sup> Para Santos (1992, p. 50), a estrutura se refere “à inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção [...]” e processo significa “[...] uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança”.

<sup>123</sup> A serem abordados no próximo tópico.

<sup>124</sup> Santos (2006, p. 63) considera elementos tais como fábricas, fazendas, portos, rodovias e ferrovias, como “objetos técnicos”, que fazem parte de um “sistema de objetos” o qual, ao interagir com um “sistema de ações”, compõem o espaço geográfico.

Nesta fase atual, entendemos que Uberlândia caracterize-se, pois, como um espaço agroindustrial globalizado, ao abrigar empresas dos segmentos de soja, de carnes e de couros, cujas ações – voltadas para a produção e comercialização de *commodities* – envolvem as diversas escalas geográficas, da local à global.

Assim sendo, os estabelecimentos agroindustriais, embora em menor número em relação aos demais, se destacam no espaço industrial uberlandense, mantendo sua tradição como importante agente na dinâmica econômica e territorial local. Tal panorama se sustenta, na atualidade, em função da inserção do município na economia do “agronegócio globalizado” (ELIAS, 2013), ao participar da divisão territorial do trabalho como produtor e exportador de *commodities* agrícolas e agroindustriais. A presença de empresas mundiais como a Cargill, a ADM, a Brasil Foods, a Algar Agro, além da JBS Couros, são fundamentais neste processo, as quais se inserem na atividade industrial do município.

Com isto posto, antes de enfocá-las, será apresentado o panorama atual da indústria de Uberlândia, no que se refere à sua estrutura por ramos, e no tocante às suas dimensões, dentre outros aspectos.

### 3.3.3 Panorama atual da indústria de transformação

A intenção de se analisar a atividade industrial do município como um todo, conduziu à constatação da inexistência (ou a não divulgação) de um cadastro ou banco de dados, por parte da Prefeitura Municipal e de outros órgãos como a Associação Comercial e Industrial de Uberlândia (ACIUBE), o qual pudesse fornecer informações básicas relativas à atividade industrial, tais como razão social dos estabelecimentos e respectivos ramos.

Desta forma, o único banco de dados disponível a que se teve acesso consiste no Cadastro Industrial do Centro Industrial e Empresarial do Estado de Minas Gerais/Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (CIEMG/FIEMG), relativo ao ano de 2013. Os dados e informações disponíveis (ramos, pessoal ocupado e porte dos estabelecimentos) foram organizados e agrupados em tabelas e quadros, através dos quais foi possível caracterizar-se a estrutura industrial do município, tanto por ramos com por número de pessoal ocupado.

Assim, trata-se de uma amostra da indústria local, e ao mesmo tempo, de um ponto de partida, para o estudo do espaço industrial uberlandense. Cabe esclarecer, portanto, que a

presente pesquisa evidentemente não abarca todos os estabelecimentos existentes no município.<sup>125</sup>

A caracterização e análise da atividade industrial do município de Uberlândia que se segue tem como base informações do Cadastro CIEMG/FIEMG), além de pesquisa direta junto a alguns dos estabelecimentos industriais. Tal procedimento foi necessário tanto para a corroboração de algumas informações constantes no cadastro, como para a inclusão de estabelecimentos que, embora se soubesse da sua localização no município, não se encontravam cadastrados pelo Sistema CIEMG/FIEMG.

Considerando-se que o referido cadastro abrange não somente empresas que se classificam como “indústrias”, mas também “comércio” e “serviços”, fez-se uma triagem a fim de selecionar somente os estabelecimentos industriais e, dentre estes, aqueles que se enquadram como “indústria de transformação”<sup>126</sup>.

Através do referido cadastro, foi possível obter-se as seguintes informações relativas às empresas industriais de Uberlândia, quais sejam: razão social, endereço, telefone, setor de atividade, produtos, porte, número de empregados e destino das exportações.

No que se refere aos “setores de atividades” constantes do Cadastro, dadas a abrangência e a grande variedade dos mesmos, a sistematização dos dados foi feita com base na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE - versão 2,0), publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007). Mediante a referida classificação e feitas as devidas adaptações, a partir das “divisões de atividades” da CNAE, foi possível definir-se a estrutura industrial do município por ramos, bem como através do número de pessoas ocupadas, a estrutura dimensional dos estabelecimentos industriais e de seus respectivos ramos.

A respeito da estrutura industrial de Uberlândia, os dados da tabela 4 correspondem a 320 estabelecimentos industriais, distribuídos em 20 ramos.

Desta forma, com base na variável número de estabelecimentos, verifica-se que o ramo mais representativo corresponde à fabricação de produtos alimentícios, totalizando 49 estabelecimentos ou 15,3 % do total, seguido pelo de “metalurgia” (47 ou 14,6%)<sup>127</sup>, “confecção

---

<sup>125</sup> O Banco de Dados Integrados do município, disponibilizado no portal eletrônico da Prefeitura Municipal, aponta um número de estabelecimentos industriais bem maior do que o contemplado em nossa amostra, contudo, não revela os ramos, tampouco a razão social dos estabelecimentos.

<sup>126</sup> Exceto estabelecimentos de manutenção e reparação de máquinas e equipamentos e de instalação industrial, embora a CNAE versão 2.0 classifique-os como indústria de transformação.

<sup>127</sup> Inclui também estabelecimentos classificados de acordo com a CNAE como “fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos”.

de artigos do vestuário e acessórios”(40 ou 12,5%), “impressão e gravação” e “fabricação de produtos de minerais não-metálicos” (ambos 24 ou 7,5%), “máquinas e equipamentos” e “produtos químicos” (ambos 17 ou 5,3%), “preparação do couro e fabricação de artefatos de couro” e “fabricação de móveis” (ambos 16 ou 5%).

Os diversos ramos industriais podem ser classificados também, segundo a variável número de pessoal ocupado. Conforme demonstrado na tabela 5, ao todo, a indústria de transformação emprega 18.657 trabalhadores, distribuídos pelos 20 ramos.

Tabela 4 - Indústria de transformação: ramos e número de estabelecimentos – Uberlândia (MG) - 2013.

RAMOS INDUSTRIAIS	Nº ESTABELECEMENTOS	% DO TOTAL
Fabricação de produtos alimentícios	49	15,3
Metalurgia	47	14,6
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	40	12,5
Impressão e gravação	24	7,5
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	24	7,5
Fabricação de máquinas e equipamentos	17	5,3
Fabricação de produtos químicos	17	5,3
Preparação do couro e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	16	5,0
Fabricação de móveis	16	5,0
Fabricação de produtos diversos	15	4,6
Fabricação de produtos de borracha e material plástico	10	3,1
Fabricação de produtos de madeira	9	2,8
Fabricação de bebidas	8	2,5
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	8	2,5
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	7	2,1
Fabricação de produtos têxteis	6	1,8
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	2	0,6
Fabricação de produtos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	3	0,9
Fabricação de produtos do fumo	1	0,3
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e biocombustíveis	1	0,3
<b>TOTAL</b>	<b>320</b>	<b>100</b>

Fonte: CIEMG/FIEMG (2013) e pesquisa direta.

Elaborado pela autora.

Mediante a tabela 5, observa-se que, assim como na classificação quanto à variável número de estabelecimentos, o ramo “fabricação de produtos alimentícios” destaca-se em primeiro lugar, apresentando o maior número de pessoas ocupadas (4984), correspondendo a 27% do total de empregados na indústria de transformação. Em segundo lugar aparece a

“fabricação de bebidas”, cujos 8 estabelecimentos somam 1774 ou 9,5% do pessoal ocupado. O ramo “preparação do couro e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados”, ocupa o terceiro lugar com 1647 ou 8,8%. Entretanto, o gênero “fabricação de produtos do fumo”, embora em número de estabelecimentos represente apenas 0,3% do total, ocupando o penúltimo lugar, por possuir uma única unidade industrial no município, quanto ao pessoal ocupado, classifica-se na quarta posição, abrangendo 1416 empregados (7,5%).

Tabela 5 - Indústria de transformação: pessoal ocupado por ramo – Uberlândia (MG) - 2013.

RAMOS INDUSTRIAIS	Nº PESSOAL OCUPADO	% DO TOTAL
Fabricação de produtos alimentícios	4984	27,0
Fabricação de bebidas	1774	9,5
Preparação do couro e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	1647	8,8
Fabricação de produtos do fumo	1416	7,5
Metalurgia	1307	7,0
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	1051	5,6
Fabricação de produtos químicos	974	5,2
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	906	5,0
Fabricação de produtos têxteis	832	4,4
Impressão e gravação	618	3,3
Fabricação de máquinas e equipamentos	604	3,2
Fabricação de produtos diversos	504	2,7
Fabricação de móveis	416	2,2
Fabricação de produtos de borracha e material plástico	400	2,1
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	390	2,0
Fabricação de produtos de madeira	282	1,5
Fabricação de produtos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	260	1,3
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	184	1,0
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e biocombustíveis	62	0,3
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	46	0,2
<b>TOTAL</b>	<b>18657</b>	<b>100</b>

Fonte: CIEMG/FIEMG (2013) e pesquisa direta.  
Elaborado pela autora.

Em quinto lugar aparece a metalurgia - segundo principal ramo em número de estabelecimentos -, com 1307 ou 7% do pessoal ocupado. Também já destacado pela

quantidade de unidades industriais, o ramo de “confecções de artigos do vestuário e acessórios” ocupa a sexta colocação (com 1051 empregados ou 5,6%), seguido pelo de “produtos químicos” (974 ou 5,2%), “de minerais não metálicos” (906 ou 5%) e o de “produtos têxteis” (832 ou 4,4%). O ramo de “impressão e gravação” (em quarto lugar quanto ao número de estabelecimentos), classifica-se em décimo, quanto ao pessoal empregado, (com 618 ou 3,3%), quase equiparando-se ao de “máquinas e equipamentos” (604 ou 3,2%). Quanto aos demais ramos, estes absorvem de 0,2 a 2,7% da mão de obra empregada no setor industrial (TABELA 5).

Considerando-se o objetivo deste trabalho, que focaliza a agroindústria, nos reportaremos à análise apenas dos ramos “produtos alimentícios” e de “preparação de couros”. Tais ramos, por sua vez, foram classificados em um ou mais sub-ramos<sup>128</sup>, conforme o (s) produto (s) fabricado (s) pelos estabelecimentos. Estes, por sua vez, foram elencados, em ordem decrescente, segundo o número de pessoal ocupado e respectivo porte<sup>129</sup>.

Como pode ser observado na figura 13, o ramo “fabricação de produtos alimentícios” subdivide-se em sete diferentes tipos de atividades (sub-ramos), que abrangem uma gama diversificada de produtos, analisados a seguir:

- A fabricação de óleos e gorduras vegetais e animais envolve três empresas de grande porte (Cargill; BRF; Algar-Agro), e uma de médio porte (ADM), responsáveis, sobretudo, pela produção de farelo e óleo vegetal.

- O setor de abate e fabricação de produtos de carne é representado por uma grande empresa (BRF), e por três estabelecimentos de pequena dimensão (Frigorífico Real; Frigorífico São Pedro; Sabor de Minas Alimentos), envolvendo as três linhas de animais – bovina, suína e de aves. Em relação ao setor de carnes, tem-se ainda, a Granja Planalto, empresa de médio porte que, embora não seja indústria (pois dedica-se à avicultura), encontra-se voltada para o sub-ramo em questão.

- A respeito da produção de laticínios, a mesma se destaca tanto pelo número de estabelecimentos (10), quanto pelo fato de incluir empresas grandes (Itambé e Calu) e médias (Sorveteria Tarumã e Doce Tempo), e vários outros de menores dimensões (Docelândia, Doces Fama, Sorveteria Emell, Sorvetes Frutos do Cerrado, Trilat Leite e Derivados, Bona Fruta Sorvetes, Pistachios Sorvetes), fabricando produtos como leite e derivados, doces e sorvetes.

<sup>128</sup> Os sub-ramos correspondem aos grupos da classificação CNAE 2.0, definida pelo IBGE (2007).

<sup>129</sup> O porte dos estabelecimentos foi classificado com base no Cadastro Industrial do CIEMG/FIEMG (2013) da seguinte maneira: P- Pequeno (de 10 a 49 pessoas ocupadas); M – Médio (de 50 a 249 pessoas ocupadas); G – Grande (250 ou mais pessoas ocupadas).

Figura 13 - Estabelecimentos industriais do ramo “fabricação de produtos alimentícios” por sub-ramo, produtos, pessoal ocupado e porte – Uberlândia, M.G., 2013.

Nome	Sub-ramo	Produtos	Pessoal ocupado	Porte
Cargill *	fabricação de óleos e gorduras vegetais e animais	farelo e óleo de soja	908	Grande
BRF*	fabricação de óleos e gorduras vegetais e animais/ abate e fabricação de produtos de carne	margarina e ração animal/ abate de aves e de suínos/frigorífico	570	Grande
Itambé	laticínios	leite em pó	380	Grande
Erlan*	fabricação de outros produtos alimentícios	bombons, balas	350	Grande
Calu	laticínios	leite e derivados	294	Grande
Algar Agro)	fabricação de óleos e gorduras vegetais e animais	farelo e óleo de soja	252	Grande
Frigorífico Real	abate e fabricação de produtos de carne	carnes bovina e suína	220	Médio
ADM do Brasil*	fabricação de óleos e gorduras vegetais e animais	óleo vegetal	219	Médio
Cocal Alimentos	moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais	Arroz e feijão	189	Médio
Monsanto do Brasil*	moagem e fabricação de produtos de origem vegetal não especificados anteriormente	sementes	170	Médio
Scala	fabricação de outros produtos alimentícios	massas alimentícias	144	Médio
Soveteria Tarumã	laticínios	sorvetes	122	Médio
Junco	fabricação de outros produtos alimentícios	balas e artigos para festas	115	Médio
Doce Tempo	laticínios	doces	78	Médio
Chocolates Imperial*	fabricação de outros produtos alimentícios	bombons, balas	77	Médio
Lunar	moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais	farinha e farelo de trigo	67	Médio
Granja Planalto	avicultura	pintos de um dia	64	Médio
Ric Sar Pães e Bolos	fabricação de outros produtos alimentícios	panificação industrial	60	Médio
Arroz Resende	moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais	arroz	54	Médio
Sabor Minas	fabricação de outros produtos alimentícios	salgados	51	Médio
Cajubá*	torrefação e moagem de café	café	49	Pequeno
Docelândia	laticínios	doces	48	Pequeno
Frigorífico São Pedro	abate e fabricação de produtos de carne	carnes bovina e suína	40	Pequeno
Pet Food Brasil	moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais	ração animal	33	Pequeno
Doces Fama	laticínios	doces	32	Pequeno
Ki Biscoito	fabricação de outros produtos alimentícios	panificação industrial	31	Pequeno
Sorveteria Emell	laticínios	sorvetes	28	Pequeno

Continuação

Continuação

Figura 13 - Estabelecimentos industriais do ramo “fabricação de produtos alimentícios” por sub-ramo, produtos, pessoal ocupado e porte – Uberlândia, M.G., 2013.

Chocolates Tarumã	fabricação de outros produtos alimentícios	bombons, balas	26	Pequeno
Cerealista Santa Maria	moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais	arroz	25	Pequeno
Sorvetes Frutos do Cerrado	laticínios	sorvetes	24	Pequeno
Biosuple Nutrição Animal	moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais	ração animal	24	Pequeno
Pró-Lanche	outros produtos alimentícios	panificação industrial	20	Pequeno
Provare	outros produtos alimentícios	salgados	18	Pequeno
Cerealista Brasil Central	moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais	Arroz	18	Pequeno
Tradição Mineira	fabricação de outros produtos alimentícios	panificação industrial	17	Pequeno
Trilat Leite e Derivados	laticínios	mussarela e manteiga	17	Pequeno
Pró-Sabor	fabricação de outros produtos alimentícios	panificação industrial	15	Pequeno
Bom Café	torrefação e moagem de café	Café	14	Pequeno
Cimilho	moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais	farinha e derivados de milho, exceto óleo	14	Pequeno
Guiscond Condimentos e Conservas	fabricação de outros produtos alimentícios	condimentos	13	Pequeno
Janaina Alimentos	idem	biscoitos	12	Pequeno
Ki Pão de Queijo	idem	panificação industrial	12	Pequeno
Sabor de Minas Alimentos	abate e fabricação de produtos de carne	produtos de carne	12	Pequeno
SKID Alimentos	fabricação de outros produtos alimentícios	salgados	11	Pequeno
Extra Farma	moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais	ração animal	11	Pequeno
Bona Fruta Sorvetes	laticínios	sorvetes	10	Pequeno
Pistachios Sorvetes	idem	Idem	10	Pequeno
Ibisco-Fábrica de Sabores	fabricação de outros produtos alimentícios	condimentos	10	Pequeno
Cerealista Maestri	moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais	Arroz	6	Pequeno
Total**			4984	

Fonte: CIEMG/FIEMG, 2013 e pesquisa direta

Elaborado pela autora

Nota: \* empresa exportadora \*\*Total de 49 (quarenta e nove) empresas

- O sub-ramo moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais também apresenta um considerável número de estabelecimentos (11), os quais produzem desde gêneros básicos, como arroz, feijão, farinha de trigo e de milho (Cocal Alimentos, Lunar, Arroz Rezende, Cerealista Santa Maria, Cerealista Brasil Central, Cerealista Maestri, Cimilho), até ração animal (Pet Food Brasil, Biosuple Nutrição Animal, Extra Farma). Além destes, destaca-se a Monsanto do Brasil, empresa dedicada à produção de sementes de milho e de soja, daí ser incluída no sub-ramo moagem e fabricação de produtos de origem vegetal, não especificados anteriormente.<sup>130</sup>

Assim, o ramo alimentício, além de classificar-se em primeiro lugar quanto ao número de estabelecimentos e de pessoal ocupado, apresenta uma grande diversidade de sub-ramos e produtos, bem como abrange estabelecimentos de grande, médio e sobretudo, de pequeno porte. (FIGURA 13)

O ramo “preparação do couro e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados”, possui dezesseis estabelecimentos, dois de porte grande (JBS Couros<sup>131</sup> e Braspelco,<sup>132</sup> respectivamente, com 950 e 350 pessoas ocupadas), voltados para a atividade de “curtimento e outras preparações do couro”. Todos os outros são de porte pequeno, distribuídos nos diversos sub-ramos, os quais abrangem fabricação de artigos para viagem e artefatos de couro, e também fabricação de calçados e de partes de calçados. (FIGURA 14)

Ainda com relação à estrutura dimensional dos estabelecimentos, verifica-se que as empresas industriais de grande e médio porte somam 67 estabelecimentos (21% do total de 320), o que significa que a maioria das unidades industriais (79% ou 253 estabelecimentos do total) são de pequenas dimensões.

---

<sup>130</sup> Entretanto, trata-se também de uma empresa da área de biotecnologia, questão a ser analisada no capítulo 4.

<sup>131</sup> O grupo JBS possuía duas plantas industriais no município, uma responsável pelo curtimento de couro, e outra pelo processamento de vegetais. Em outubro de 2014, a JBS Vegetais iniciou o encerramento de suas atividades em Uberlândia. Segundo informações obtidas junto ao citado estabelecimento, a aquisição da Seara Brasil, em 2013, teria levado o grupo a um processo de reestruturação, e o conseqüente fechamento de unidades industriais. No caso de Uberlândia, conforme nos informou a gerência da empresa, havia a possibilidade de que funcionários da unidade industrial em extinção, fossem transferidos para a JBS Couros.

<sup>132</sup> Atualmente (2016) a empresa possui somente escritório no município, sem exercer atividade fabril.

Figura 14 - Estabelecimentos industriais do ramo “preparação do couro e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados” por sub-ramo, produtos, pessoal ocupado e porte – Uberlândia, M.G., 2013.

Nome	Sub-ramo	Produtos	Nº de pessoal ocupado	Porte
JBS Couros	curtimento e outras preparações de couro	couro	950	G
Braspelco Ind. E Com.	idem	curtimento de couro	350	G
Portati*	fabricação de artigos para viagem e de artefatos diversos de couro	bolsas	45	P
Multi Componentes para Calçados	fabricação de partes para calçados de qualquer material	saltos, solas, solados	45	P
Kappanga Ind. e Com.	fabricação de artigos para viagem e de artefatos diversos de couro	bolsas	38	P
Gotta Calçados	fabricação de calçados	calçados	29	P
Paulo Sérgio Araujo Silva	fabricação de calçados	calçados	27	P
M. G. Ind. E Com. De Couros (a)	curtimento e outras preparações de couro	curtimento de couro	26	P
Ellen Modas	fabricação de calçados	calçados	24	P
Ketlyn Calçados	idem	idem	21	P
Indústria de Botinas Pluma	idem	idem	20	P
Czianne	idem	idem	16	P
Moda Couro Ind. E Com. De Calçados	idem	idem	16	P
Shopping Capas	idem	calçados e acessórios	15	P
LN Bolsas	fabricação de artigos para viagem e de artefatos diversos de couro	artigos para viagem	14	P
Hattan Ind. E Com. De Calçados	fabricação de calçados	calçados	11	P
TOTAL **			1647	

Fonte dos dados: CIEMG/FIEMG, 2013 e pesquisa direta

Elaborado pela autora

Nota: \* empresa exportadora

\*\*Total de 16 (dezesesseis) empresas

Com respeito às empresas exportadoras, a tabela 6 demonstra que, do total de 320 indústrias, somente 12 (3,75%) exportam seus produtos.

- Dentre as indústrias exportadoras, 7 (58,5%) pertencem ao ramo alimentício, 2 (16,6%) ao ramo de couros, sendo as demais cada qual pertencente a um ramo específico (fabricação de fumo, de produtos químicos e de móveis), correspondendo cada, a 8,3% do total.

- A tabela 6 também revela a participação de cada estabelecimento exportador em relação ao seu respectivo ramo, evidenciando que, à exceção do ramo “fabricação de produtos do fumo”, composto unicamente pela própria empresa exportadora, em todos os outros a porcentagem de empresas exportadoras em relação ao total de estabelecimentos é baixa.

Tabela 6 - Número de empresas exportadoras por ramos. Uberlândia (MG), 2013.

Ramos	Empresas exportadoras	% em relação ao ramo	% em relação ao total
Fabricação de produtos alimentícios	7	14,2	58,5
Fabricação de produtos do fumo	1	100	8,3
Preparação do couro e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	2	12,5	16,6
Fabricação de produtos químicos	1	5,80	8,3
Fabricação de móveis	1	6,25	8,3
TOTAL	12*	/	100

Fonte: CIEMG/FIEMG, 2013.

Elaborado pela autora

Nota: \*Corresponde a 3,75% do total de 320 empresas.

Conforme se verifica na figura 15, o ramo alimentício possui 7 estabelecimentos que exportam seus produtos, quais sejam:

- farelo e óleo de soja: Cargill (Alemanha, França, Holanda, Itália, Estados Unidos, Arábia Saudita, Japão e China) e ADM (China e Estados Unidos);
- carnes e derivados : BRF ( Bolívia, Chile, Paraguai, Colômbia, Venezuela, Romênia);
- bombons e balas: Erlan (Argentina, Bolívia, Chile, Uruguai, Venezuela e África do Sul) e Chocolates Imperial (Argentina, Angola e Estados Unidos);
- sementes de soja e milho: Monsanto (Estados Unidos, Itália e Japão);
- café: Cajubá (Inglaterra).

Quanto ao segmento de couros, além de ser o terceiro mais importante em termos de pessoal ocupado (graças sobretudo à presença da JBS Couros), o ramo destaca-se pela atividade de exportação, através da referida empresa (a ser analisada no capítulo 4)<sup>133</sup> e da Portati, a qual,

<sup>133</sup> Como se verá no próximo capítulo, o setor de “couros e peles de animais” constitui-se num dos principais itens de exportação do município de Uberlândia.

embora de pequeno porte, exporta bolsas para diversos países (Chile, Venezuela, Guatemala, Portugal). (FIGURA 15).

As demais empresas exportadoras e os respectivos países de destino dos produtos correspondem à Souza Cruz (Angola), Resinas Tropicais (Alemanha e México), Monsanto (Estados Unidos, Japão e Itália), e Lugram Móveis (Estados Unidos e Inglaterra).

No tocante aos países de destino das exportações, através da figura 15 constata-se que:

a) O comércio de exportação realizado pelas empresas industriais localizadas no município, envolve países de vários continentes (América Latina, América do Norte, África, Europa, Ásia);

b) No que se refere à **América Latina**, tal comércio se destina a Argentina, Paraguai, Uruguai, Venezuela (países membros do Mercosul), além de Bolívia, Chile, Colômbia (associados ao citado bloco econômico) e Guatemala. As principais empresas exportadoras são BRF e Erlan, seguidas pela Portati e, em proporção menor, pela Chocolates Imperial. À exceção da empresa Portati (do ramo de couros, fabricante de bolsas), todas as outras tratam-se de indústrias alimentícias (BRF, cujos produtos de exportação são carnes e derivados; Erlan e Chocolates Imperial, ambas fabricantes de balas e bombons).

Figura 15 - Estabelecimentos industriais exportadores, produtos e país (es) de destino das exportações – Uberlândia (MG) - 2013.

Nome	Produtos	País (es) de destino das exportações
Souza Cruz	fumo e cigarros	Angola
Cargill	farelo e óleo soja	Alemanha, Árabia Saudita, China, Estados Unidos, França, Holanda, Itália, Japão
JBS Couros	couros semi e acabados	China, Tailândia, Itália, Hungria, México
Resinas Tropicais Ind. E Com.	resinas	Alemanha; México
Portati	bolsas	Chile; Guatemala; Venezuela; Portugal
BRF	carne <i>in natura</i>	Bolívia; Chile; Paraguai; Colômbia; Venezuela; Romênia
Erlan	bombons/balas	Argentina; Estados Unidos; África do Sul; Bolívia; Chile; Uruguai; Venezuela
ADM do Brasil	óleo vegetal	China; Estados Unidos
Cajubá	café	Inglaterra
Monsanto do Brasil	sementes	Estados Unidos; Japão; Itália
Lugram Móveis	móveis	Estados Unidos; Inglaterra
Chocolates Imperial	bombons/balas	Angola; Argentina; Estados Unidos

Fonte: CIEMG/FIEMG, 2013 e pesquisa direta.

Elaborado pela autora.

c) **Os países europeus** destinatários das exportações das indústrias de Uberlândia são todos membros da União Européia. A Cargill - principal exportadora para o continente - comercializa seus produtos com a França, Itália, Alemanha e Holanda; as empresas BRF, Monsanto e Cajubá – todas do ramo alimentício - mantêm relações comerciais, respectivamente, com Romênia, Itália e Inglaterra. Além das já mencionadas, a Portáti (bolsas), além de países latino-americanos, exporta também para Portugal; a Lugram (fabricante de móveis) para a Inglaterra; e a Resinas Tropicais (do ramo de produtos químicos) para a Alemanha. Além disso, a empresa JBS (de couros), exporta para Itália e Hungria.

d) As exportações para o **continente asiático** são, quase todas, do ramo alimentício, o qual destina seus produtos para a Arábia Saudita, Japão e China. As empresas exportadoras são Cargill (exporta para os três países), ADM (somente para a China) e Monsanto (para o Japão). Por outro lado, a JBS Couros também destina seus produtos para o mercado asiático, especificamente para China e Tailândia.

e) No que se refere aos **países africanos**, somente dois deles importam produtos fabricados pelos estabelecimentos industriais de Uberlândia, África do Sul (da Erlan) e Angola (empresas Souza Cruz e Chocolates Imperial).

f) Em relação à **América do Norte**, os Estados Unidos se constituem no principal destinatário dos produtos, haja vista que seis estabelecimentos exportam para este país, cinco do ramo alimentício (Cargill, ADM, Erlan, Chocolates Imperial, Monsanto) e um fabricante de móveis (Lugram). Além do referido país, também o México importa produtos de Uberlândia, da empresa Resinas Tropicais, do ramo de fabricação de produtos químicos, e também da JBS.

### 3.3.3.1 As empresas agroindustriais

A existência no município de Uberlândia tanto de estabelecimentos considerados agroindústrias, quanto de estabelecimentos industriais que não se caracterizam como tal, permite a classificação dos mesmos em dois compartimentos industriais: “compartimento de indústrias vinculadas à agropecuária” e “compartimento de indústrias não vinculadas à agropecuária”.<sup>134</sup>

Assim, com base na tabela 7, observa-se que, do total de 320 estabelecimentos industriais analisados, 30 ou 9% correspondem a agroindústrias, significando que a maioria

---

<sup>134</sup> Adota-se aqui tal nomenclatura, para distinguir os dois conjuntos de estabelecimentos fabris do município de Uberlândia, com base em Toledo (2013), o qual também identificou os referidos compartimentos ao estudar o espaço industrial da Região Administrativa de Bauru (SP).

(290 ou 91%) constituem-se em estabelecimentos que não possuem vínculo (pelo menos direto)<sup>135</sup> com a atividade agropecuária. No que se refere ao pessoal ocupado, existem 7315 pessoas empregadas nas agroindústrias, contra 11342 nos demais estabelecimentos do município, ou seja, a maior parte da mão de obra industrial (61%) se concentra em estabelecimentos desvinculados do setor agropecuário (TABELA 7).

Tabela 7 - Compartimentos de indústrias vinculadas à agropecuária e não vinculadas à agropecuária, por número de estabelecimentos e pessoal ocupado - Uberlândia (MG) – 2013.

Compartimentos	Nº de estabelecimentos	Participação (%)	Pessoal ocupado	Participação (%)
Indústrias vinculadas à agropecuária (agroindústrias)	30	9,0	7315	39,0
Indústrias não vinculadas à agropecuária	290	91,0	11342	61,0
<b>TOTAL</b>	<b>320</b>	<b>100,0</b>	<b>18657</b>	<b>100,0</b>

Fonte: CIEMG/FIEMG, 2013 e pesquisa direta  
Elaborado pela autora.

Analisando-se especificamente os estabelecimentos agroindustriais, no tocante à distribuição por ramos, pode-se dizer que a imensa maioria corresponde às indústrias alimentícias (23 ou 76,6%), seguida dos ramos “preparação de couro e fabricação de artefatos de couro” (3 estabelecimentos ou 10 %), “fabricação de produtos têxteis” (2 ou 6,6%), “fabricação de produtos do fumo” e “fabricação de biocombustíveis” (ambos com 1 estabelecimento ou 3,3% do total) (TABELA 8).

Ainda com respeito à tabela 8, ao considerar-se o número de agroindústrias no total de cada ramo industrial, analisado isoladamente, constata-se que, à exceção dos ramos de cigarro e de biocombustível, o único ramo cuja participação é expressiva corresponde ao alimentício, com 47%, seguido pelo de produtos têxteis, com 33%, cabendo ao ramo de couros uma proporção bem menor, de 18,7%.

<sup>135</sup> Alguns estabelecimentos, embora classificados no compartimento de indústrias não vinculadas à agropecuária, possivelmente mantenham vínculo com a referida atividade (como, por exemplo, fabricantes de insumos e de máquinas e equipamentos agrícolas).

Tabela 8 - Número de estabelecimentos agroindustriais por ramos e participação - Uberlândia (MG) – 2013.

Ramos	Nº de agroindústrias	Participação (%) em relação ao ramo	Participação (%) em relação ao total
Fabricação de produtos alimentícios	23	47	76,6
Fabricação de produtos do fumo	1	100	3,3
Fabricação de produtos têxteis	2	33	6,6
Preparação do couro e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	3	18,70	10
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e biocombustíveis	1	100	3,3
TOTAL:	30	/	100%

Fonte: CIEMG/FIEMG, 2013.

Elaborado pela autora.

A figura 16 apresenta algumas das empresas agroindustriais do município<sup>136</sup>, seus respectivos ramos e pessoal ocupado, a qual permite as seguintes constatações:

- O compartimento industrial vinculado à agropecuária é formado por 9 estabelecimentos de grande porte, outros 9 de porte médio e 12 de pequenas dimensões;
- Dos 14 estabelecimentos industriais de grande porte que compõem o total investigado, 9 ou 64% tratam-se de agroindústrias;
- Analisando-se os 30 estabelecimentos no conjunto, verifica-se que a maioria das agroindústrias (23 ou 76,6%) pertence ao ramo “fabricação de produtos alimentícios”;
- A empresa Souza Cruz, maior estabelecimento industrial do município, quanto ao número de pessoas ocupadas, constitui-se também na sua maior agroindústria, seguida pela JBS Couros. O ramo “fabricação de produtos alimentícios” aparece a partir do terceiro lugar, com a empresa Cargill, para logo a seguir, ceder lugar à “fabricação de produtos têxteis”, através da Daiwa do Brasil Têxtil. Esta, por sua vez, é sucedida pela BRF, e Itambé, ambas do ramo

<sup>136</sup> Como já relatado, tal análise constitui-se numa amostra da atividade industrial/agroindustrial do município, com base, sobretudo, no banco de dados da FIEMG/CIEMG (2013). Assim, é importante esclarecer que existem estabelecimentos agroindustriais do município (tais como unidades de beneficiamento de cereais e frigoríficos) que optamos por não incluir na figura 16 pela falta de informação quanto ao total de pessoas ocupadas.

alimentício. Desta forma, pode-se dizer que, entre os 8 primeiros estabelecimentos agroindustriais, há uma intercalação entre os ramos fumo, couro, alimentício e têxtil, sendo, portanto, a partir da oitava empresa, a Calu Laticínios, que a agroindústria alimentícia passa a predominar.

Figura 16 - Agroindústrias, ramos e pessoal ocupado – Uberlândia (MG) – 2013.

Agroindústria	Ramo	Pessoal ocupado
Souza Cruz	fabricação de produtos do fumo	1416
JBS Couros	preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	950
Cargill	fabricação de produtos alimentícios	908
Daiwa do Brasil Têxtil	fabricação de produtos têxteis	688
BRF	fabricação de produtos alimentícios	570
Itambé	idem	380
Braspelco Ind. E Com.	preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	350
Calu	fabricação de produtos alimentícios	294
Algar Agro	idem	252
Frigorífico Real	idem	220
ADM do Brasil	idem	219
Cocal Alimentos	idem	189
Monsanto do Brasil	fabricação de produtos de origem vegetal	170
Scala	idem	144
Doce Tempo	idem	78
Lunar	idem	67
Triângulo Mineiro Açúcar e Alcool	fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e biocombustíveis	62
Arroz Resende	fabricação de produtos alimentícios	54
Cajubá	idem	49
Docelândia	idem	48
Frigorífico São Pedro	idem	40
Doces Fama	idem	32
M. G. Ind. E Com. De Couros	preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	26
Cerealista Santa Maria	fabricação de produtos alimentícios	25
TCMA Algodoeira	fabricação de produtos têxteis	21
Trilat Leite e Derivados	fabricação de produtos alimentícios	17
Cimilho	idem	14
Bom Café	idem	14
Sabor de Minas Alimentos	idem	12
Cerealista Maestri	idem	6
<b>TOTAL: 30</b>		<b>7315</b>

Fonte: CIEMG/FIEMG, 2013 e pesquisa direta  
Elaborado pela autora.

As agroindústrias podem ser agrupadas, também, de acordo com os tipos de atividades e/ou produtos, da seguinte forma:

- a) cigarros e fumo: Souza Cruz;
- b) curtimento de couro: JBS Couros; Braspelco; M.G. Ind. E Com. De Couros;
- c) fibras têxteis: Daiwa do Brasil Têxtil; TCMA Algodoeira;
- d) farelo e óleo de soja: Cargill; Algar-Agro; ADM;
- e) carnes e derivados: BRF; Frigorífico Real; Frigorífico São Pedro; Sabor de Minas Alimentos;
- f) beneficiamento de cereais: Cocal Alimentos; Arroz Rezende; Cerealista Santa Maria; Cerealista Maestri;
- g) doces, leite e seus derivados: Calu Laticínios; Itambé; Docelândia; Doces Tempos; Doces Fama; Trilat Leite e Derivados;<sup>137</sup>
- h) sementes de milho e de soja: Monsanto do Brasil;
- i) café: Cajubá e Bom Café;
- j) beneficiamento de trigo e de milho: Lunar; Cimilho;
- k) massas alimentícias: Scala
- l) biocombustível: Triângulo Mineiro Açúcar e Álcool.

- Comparando-se as figuras 15 e 16, verifica-se que a maior parte das empresas agroindustriais realizam atividades de exportação, pois dos 12 estabelecimentos que exportam seus produtos, 7 (58% do total) tratam-se de agroindústrias, sendo 5 alimentícias, uma fabricante de produtos do fumo, e uma do ramo de couros.

A análise ora efetuada a respeito do município de Uberlândia permite afirmar que sua estrutura industrial caracteriza-se como tradicional, com o predomínio de ramos de baixa intensidade tecnológica.

Entretanto, apesar da indústria não ser a principal atividade econômica do município, a existência de um espaço industrial composto por empresas de grande porte, algumas de projeção nacional e internacional, e a ausência de estudos – sobretudo no âmbito da Geografia Industrial – que desvendem sua importância na dinâmica econômica e territorial locais, justificam a presente investigação.

Com relação ao *compartimento das indústrias vinculadas à agropecuária (agroindústrias)*, embora estas sejam minoria em comparação às demais, este reúne diversos

---

<sup>137</sup> As empresas Docelândia, Doces Tempos, Doces Fama e Trilat, embora não realizem o beneficiamento do leite, foram consideradas agroindústrias, pelo fato de fabricarem laticínios.

estabelecimentos de grande porte, alguns inclusive de origem estrangeira, muitos dos quais atuando em escala internacional.

A existência de empresas voltadas para a produção de adubos e fertilizantes, de sementes agrícolas, de máquinas e equipamentos para agropecuária, e de máquinas para indústrias de alimentos, bebidas e fumo<sup>138</sup>, sugere um possível vínculo das mesmas à montante do processamento industrial e agroindustrial existente no município.

O ramo alimentício é o que possui o maior número de estabelecimentos, muitos dos quais agroindústrias de grande e médio porte, a maior parte pertencente a empresas multinacionais, que atuam em escala global, através da produção e comercialização de *commodities* agrícolas e agroindustriais. Neste contexto, destacam-se os segmentos de soja, carnes e couros, os quais vêm ocupando parte significativa da pauta exportadora brasileira, há mais de uma década. Tal fato suscita um estudo a respeito destes atores econômicos, cujas ações no território local, integradas à política do governo federal de fomento ao agronegócio, contribuem para a articulação de Uberlândia ao mercado globalizado.

---

<sup>138</sup>Conforme CIEMG/FIEMG (2013).

## CAPÍTULO 4 UBERLÂNDIA: UM ESPAÇO LOCAL ARTICULADO AO MERCADO GLOBAL

### 4.1 As escalas local e global

O processo de globalização desencadeado nas últimas décadas do século XX trouxe para o cerne do debate acadêmico a abordagem a respeito das dimensões local e global. No âmbito da Geografia, as análises se voltam para a articulação das escalas geográficas – local, nacional e global – e, particularmente na Geografia Econômica, surgiram trabalhos que tratam desta temática.

A obra “Spatial Divisions of labour”, de 1995<sup>139</sup>, da geógrafa britânica Doreen Massey, foi um dos primeiros estudos que trouxeram à tona a discussão da relação local-global, demonstrando que, se de um lado cada local é único e diferente, de outro só pode ser entendido se analisado no contexto global. Neste sentido, cabe aqui a afirmação do filósofo Michel Serres (1990, apud SANTOS, 2006, p. 313) de que ‘[...] nossa relação com o mundo mudou. Antes, era local-local; agora é local-global [...]’.

Assim sendo, o espaço local, por si só, não permite explicar as causas de sua configuração socioeconômica e produtiva, se analisado isoladamente, ou seja, sem que se considere as relações estabelecidas com outras escalas espaciais. Tal propósito requer o entendimento tanto dos aspectos endógenos, inerentes à localidade, como de fatores ou eventos exógenos, advindos de outras esferas.

A atual divisão internacional do trabalho que caracteriza a economia globalizada envolve vários países e continentes, ocorrendo, pois, em escala global. Todavia, se nem todos os países participam do mercado globalizado, ou se participam em condições desiguais, o fato é que aqueles que vivenciam tal participação o fazem através de localidades que se inserem na divisão territorial do trabalho.

Para Santos (2006, p. 339), no contexto do processo de globalização econômica, haveria uma ordem global e uma ordem local. Conforme o autor,

A ordem global funda as escalas superiores ou externas à escala do cotidiano [...] A ordem local funda a escala do cotidiano [...] A ordem global é ‘desterritorializada’, no sentido de que separa o centro da ação e a sede da ação. Seu ‘espaço’, movediço e inconstante, é formado de pontos, cuja existência funcional é dependente de fatores externos. A ordem local [...] é a

---

<sup>139</sup> A primeira edição da referida obra foi publicada em 1984.

do espaço banal, espaço irreduzível [...] porque reúne numa mesma lógica interna todos os seus elementos: homens, empresas, instituições, formas sociais e jurídicas e formas geográficas”.

De acordo com Silveira (1996, p. 66), para que a ordem global se imponha à ordem local, é preciso que haja “[...] a profusão de discursos e imagens que, contribuindo para criar a ‘necessidade’ e a vocação pela globalização nos lugares, facilita a instalação e a obediência às novas organizações, normas e objetos”.

Por outro lado, a ideia da globalização tratar-se de um fenômeno inevitável, tal como analisa Massey (2008), também reforça a imposição da ordem econômica globalizada. Segundo a autora,

[...] a forma específica de globalização que estamos experimentando no momento (capitalista neoliberal, conduzida por multinacionais etc., etc.) é considerada uma e sua única forma. Objeções a essa globalização particular encontram, frequentemente, a irônica réplica de que ‘o mundo, inevitavelmente, irá se tornar mais interconectado’. A globalização capitalista torna-se [...] uma manobra discursiva que, de um só golpe, obscurece a possibilidade de visualizar formas alternativas. É a globalização capitalista nesta forma particular que, portanto, é considerada inevitável. (MASSEY, 2008, p. 127-128).

Com a nova ordem mundial capitalista instaurada a partir dos anos 1990, espaços locais articulam-se às esferas nacional e global, tanto pela instalação e/ou intensificação de atividades produtivas de grandes empresas, em geral multinacionais, como pela ampliação do comércio de exportações. Em referência à atuação das empresas no contexto da globalização econômica, Santos (2006, p. 205, baseado em Savy e Veltz, 1993) afirma que ‘o novo espaço das empresas é o mundo’.

Assim sendo, o “discurso da globalização como inevitável” a que Massey (2008) se refere, serve, certamente, para justificar a implementação, por parte dos governos nacionais, de políticas de incentivo à atividade de exportação, que acabam por articular as escalas local, nacional e global. Neste sentido, a autora, em referência à participação dos países subdesenvolvidos no mercado globalizado, afirma que,

No Sul é esta compreensão do espaço do futuro (como espaço comercial global sem limites) que permite a imposição de programas de ajustamento estrutural e seus substitutos. É esta compreensão da inevitabilidade dessa forma de globalização que torna legítima a imposição de políticas voltadas para a exportação na economia de um país a outro, a priorização das exportações sobre a produção para consumo local. É este discurso, desta forma específica de globalização, que é um importante componente da contínua

legitimação da visão de que há um modelo específico de ‘desenvolvimento’, um caminho para uma forma de ‘modernização’. (MASSEY, 2008, p. 128).

Tal discurso, sem dúvida, “vai ao encontro” das estratégias de expansão de grupos econômicos, tais como os vinculados ao agronegócio.

A articulação do Brasil ao mercado internacional ganha um novo dinamismo a partir dos anos 2000. Embora as relações comerciais brasileiras com o exterior tivessem se intensificado já desde meados do século XX – com crescimento na exportação de produtos industrializados, – no período mais recente elas assumem um novo significado, pelo fato de se estabelecerem no contexto de valorização de produtos considerados *commodities*, tais como os do complexo soja, de carnes e de couros.

Neste sentido, a análise da dimensão espacial local remete à ideia de lugar. Conforme Santos (2006, p. 314), “Cada lugar é, à sua maneira, o mundo. [...] Mas, também, cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais. A uma maior globalidade, corresponde uma maior individualidade”. Portanto, os eventos que ocorrem em nível mundial repercutem de formas distintas nas diversas localidades, de acordo com as condições ou especificidades locais. Cabe aqui a afirmação de Benko e Pecqueur (2001, p. 38), segundo os quais,

Nosso mundo "global" é assim um mosaico composto de uma multiplicidade de regiões e de localidades, que não são, longe disto, necessariamente equivalentes. Contrariamente às predições mais sombrias, os 'territórios' com suas especificidades não são apagados sob os fluxos econômicos da mundialização.

No caso de Uberlândia, o desenvolvimento da atividade agroindustrial, ocorrido ao longo dos três períodos analisados, aliado à privilegiada posição geográfica e à condição de entroncamento rodoferroviário, dentre outros fatores, ensejou, a partir da década de 2000, a sua articulação à esfera econômica globalizada.

Conforme Santos (2006, p. 337) “Não existe um espaço global, mas, apenas, espaços da globalização [...] O Mundo, porém, é apenas um conjunto de *possibilidades*, cuja efetivação depende das *oportunidades* oferecidas pelos lugares”. (destaque do autor). Neste sentido, Santos (1997, p. 50-51) aponta como um dos aspectos que caracterizam os “espaços globalizados”, a exacerbação das especializações produtivas.

Os referidos “espaços da globalização” seriam aqueles onde os agentes hegemônicos (tais como empresas e instituições financeiras) se manifestam, conforme as “oportunidades” encontradas nas diversas localidades. Ainda segundo Santos (2006, p. 338), “É o lugar que

oferece ao movimento do mundo a possibilidade de sua realização mais eficaz. Para se tornar espaço, o Mundo depende das virtualidades do Lugar”. Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente. (SANTOS, 2006, p. 339).

Com base em todas essas afirmações, podemos dizer que a especialização produtiva em gêneros agropecuários e agroindustriais foi intensificada pela ação de empresas nacionais e estrangeiras, permitindo que Uberlândia tivesse um *upgrade* em sua condição agroindustrial tradicional e se definisse plenamente como um local voltado para a produção e exportação de *commodities*, e, portanto, articulado à escala global (particularmente aos países asiáticos), o que será analisado nas próximas seções deste capítulo.

#### 4.2 Empresas nacionais e estrangeiras e a articulação local-global: as agroindústrias de soja, de carnes e de couros

Como visto no capítulo 3, o desenvolvimento econômico e, neste contexto, da atividade agroindustrial de Uberlândia, desenrolou-se com base tanto em fatores endógenos como exógenos ao município. O entrelaçamento destes fatores teria possibilitado ao município uma estrutura produtiva capaz de articulá-lo, no período pós-2000, ao mercado globalizado de *commodities*.

Conforme revelado, no tocante ao setor industrial, Uberlândia possui um compartimento formado por estabelecimentos vinculados à atividade agropecuária que, embora sejam minoria em comparação aos demais, reúne empresas de grande e médio porte, algumas inclusive de origem estrangeira, atuando no mercado internacional. Dentre tais estabelecimentos, destacam-se as agroindústrias processadoras de soja, de carnes e de couros, as quais, por constituírem-se em objeto de estudo da presente pesquisa, serão descritas e analisadas a seguir.

Porém, cabe esclarecer que, para a obtenção de dados e informações das empresas em questão, adotou-se o procedimento tanto de pesquisa de campo (pesquisa direta) quanto de forma indireta, através de consulta aos *sites* das mesmas (dentre outras fontes secundárias disponibilizadas via internet), haja vista que nem todos os estabelecimentos se dispuseram a colaborar com nossa investigação.

Em relação à pesquisa direta, a mesma foi feita com base em questionário, através do qual procurou-se obter informações sobre aspectos como “localização” (as razões para a implantação do estabelecimento no município); “produção” (local de origem das matérias-primas e de insumos); “mercados” (Estados, regiões e países de destino dos produtos);

“concorrência, cooperação e governança” (principais concorrentes da empresa, vínculos com entidades ou associações voltadas para o agronegócio, instituições cujas ações afetam o funcionamento da empresa, o papel do poder público local no desenvolvimento do ramo). Além disso, através do questionário também buscou-se identificar as formas de armazenamento e comercialização dos produtos.

Entretanto, a dificuldade em se obter as referidas informações junto às empresas (seja por não responderem ou por responderem parcialmente ao questionário) não permitiu uma avaliação mais aprofundada em relação a vários dos aspectos investigados. Outrossim, o limitado acesso às informações também inviabilizou a verificação de possíveis relações/vínculos produtivos (*linkages* industriais) dos estabelecimentos pesquisados entre si (por exemplo, entre os pertencentes aos ramos de soja e de carnes), e entre estes e outras indústrias (tais como fornecedoras de matérias-primas semielaboradas, insumos e equipamentos).

Apesar dos percalços acima relatados, as informações obtidas por meio dos questionários, somadas àquelas disponibilizadas nos *sites* das empresas (em alguns casos podendo-se contar somente com esta última fonte) permitiram caracterizar os estabelecimentos investigados, e avaliar-se a atuação dos mesmos na articulação de Uberlândia ao mercado internacional de *commodities*.

#### 4.2.1 A agroindústria da soja

A soja constitui-se numa importante leguminosa, fonte de proteínas, fibras e minerais, sendo utilizada tanto na alimentação humana quanto animal. Para tanto, a agroindústria ou indústria processadora de soja realiza o esmagamento dos grãos para a extração de óleo bruto, cujo resíduo se constitui no farelo. O óleo bruto pode ser destinado para ramos industriais como os de produtos cosméticos e farmacêuticos, assim como para a indústria alimentícia, na fabricação de derivados de soja (óleo refinado, lecitina, temperos, margarinas, e outros). Já o farelo é destinado, em grande medida, à produção de ração animal. (APROSOJA, 2015).<sup>140</sup>

Segundo a Associação dos Produtores de Soja do Brasil (APROSOJA, 2015), a soja apresenta um uso diversificado, o qual varia de acordo com o mercado (interno ou externo). Assim, de cada safra de soja, 49% dos grãos *in natura* são destinados para o processamento

---

<sup>140</sup> Conforme Cleps Júnior (1998, p. 151), do ponto de vista do complexo agroindustrial, a soja estaria vinculada tanto à produção de grãos-farelo-óleo como de grãos-rações-carnes.

agroindustrial, 44% para exportação, e 7% para outros fins. Do total da soja processada, 79% corresponde ao farelo, e 21% ao óleo. Em relação ao farelo, cerca de 52% é voltado para o mercado externo, sendo 48% para o consumo doméstico (ração animal). Já a fabricação do óleo encontra-se, majoritariamente (cerca de 77%) destinada ao mercado interno, cabendo 23% à exportação.

A respeito da importância do complexo soja (grão, óleo e farelo) na pauta exportadora nacional, dados referentes ao ano de 2014 revelam que tais produtos representaram, juntos, 14% de toda a exportação brasileira, totalizando US\$ 31,41 bilhões. Em relação ao PIB as exportações do complexo soja representaram 1,81%, sendo que as exportações totais tiveram 13,01% de participação. (CONAB, 2015). Além disso, 70% da produção nacional de soja e derivados é destinada ao mercado externo. (APROSOJA, 2015).

Segundo Müller (1982), a introdução do cultivo da soja no Brasil e sua industrialização ocorrem por volta dos anos 1960, expandindo-se na década seguinte, em função da demanda internacional de países europeus<sup>141</sup>. Conforme o citado autor (p. 33), em referência à década de 1970, “[...] a ampliação das capacidades de esmagamento e de refino, secagem e estocagem por parte de empresas transnacionais e nacionais acha-se ligada ao mercado internacional”. Assim, pode-se dizer que tanto a expansão da monocultura quanto da agroindústria da soja encontram-se vinculadas ao comércio de exportação.

Por outro lado, tal disseminação ocorre no contexto de modernização e industrialização do campo brasileiro, processos estes que, como já abordado, tiveram influência direta da ação do Estado. Assim sendo, para Müller (1982, p. 34), a expansão verificada nas exportações se explicaria não só pela demanda internacional, mas também “[...] pela revolução agrária posta em marcha fundamentalmente pelo Estado ao ‘planejar’ a agricultura para o lucro”.

A respeito da expansão da produção de soja e derivados, Cleps Júnior (1998, p. 88) afirma que,

[...] em pouco mais de vinte anos a soja passou a ser a cultura de maior importância tanto na agricultura como na agroindústria, ocupando o segundo lugar depois do milho na produção nacional de grãos, sendo ainda o maior segmento exportador. As mudanças de hábitos de consumo – principalmente do óleo de cozinha – e no aumento da demanda de outros produtos derivados, como o farelo utilizado na ração animal, foram os grandes responsáveis por sua expansão.

---

<sup>141</sup> Contudo, segundo Cleps Júnior (1998, p. 86) a soja foi introduzida no país em 1919, no Rio Grande do Sul, sendo que sua expansão teria ocorrido a partir dos anos 1960-70.

Diversas empresas do ramo de óleos vegetais instalaram-se no país, especialmente nos anos 1970. Müller (1982, p. 38) revela que, no início desta década, elas somavam 22, e em 1978 totalizavam 59 estabelecimentos, a maior parte tratando-se de empresas nacionais (de propriedade em grupo e individual).

Todavia, empresas transnacionais também foram implantadas e, embora em número reduzido (em 1978 correspondiam a 3 estabelecimentos), superavam as nacionais em patrimônio líquido, faturamento e número de empregados. Por outro lado, a ação do Estado voltada para atrair empresas transnacionais pretendia “[...] promover a industrialização de soja no país”, visando atender o mercado interno e as exportações de manufaturados. (MÜLLER, 1982, p. 40-42).<sup>142</sup>

Assim, com base no citado autor (p. 62), pode-se dizer que, no início dos anos 1980, o comércio internacional do complexo soja era “[...] dominado por pequeno número de grandes empresas [...]”. Dentre estas, as transnacionais apresentavam-se hegemônicas no mercado mundial, destinando seus produtos para Estados Unidos, Europa e América do Sul (fato que contrasta com o período do anos 2000 em diante, quando a China passou a ser um dos principais mercados).

A vinculação do complexo soja ao mercado externo brasileiro advém do período de expansão da soja no centro-oeste e demais áreas de cerrado, a exemplo do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Tal expansão teria resultado,

[...] na instalação de indústrias de óleos, farelos, rações, tanto por empresas agroindustriais nacionais como por cooperativas e filiais de multinacionais do comércio de grãos, reconfigurando as relações tanto em níveis regionais como também com os mercados nacional e internacional. (CLEPS JÚNIOR, 1998, p. 88).

No tocante às agroindústrias instaladas em Uberlândia, como já colocado, o município recebeu, a partir dos anos 1980, investimentos diretos voltados para o setor de soja, através das empresas Algar-Agro, Cargill e ADM,<sup>143</sup> as quais serão apresentadas a seguir.

---

<sup>142</sup> No que concerne às empresas nacionais, entretanto, o referido autor (p. 40) esclarece que, estas por sua vez, pertenciam a grupos ou cooperativas, e acabavam convertendo-se, de alguma forma, em transnacionais, ao ingressarem “[...] no padrão de comportamento internacionalizado imposto ao complexo pelas transnacionais e incentivado pelas políticas estatais”.

<sup>143</sup> Além da Granja Rezende, a qual será abordada no tópico referente à agroindústria de carnes.

#### 4.2.1.1 A empresa Algar-Agro

As informações relativas à empresa Algar Agro foram obtidas tanto através do *site* da empresa, quanto por meio de pesquisa direta, através de questionário.

Situada no Distrito Industrial, a Algar Agro constitui-se na empresa mais antiga do complexo soja instalada em Uberlândia. Pertencente ao Grupo Algar (de origem local), trata-se de uma empresa de capital fechado, cuja sede localiza-se no próprio município. (FIGURA 17).

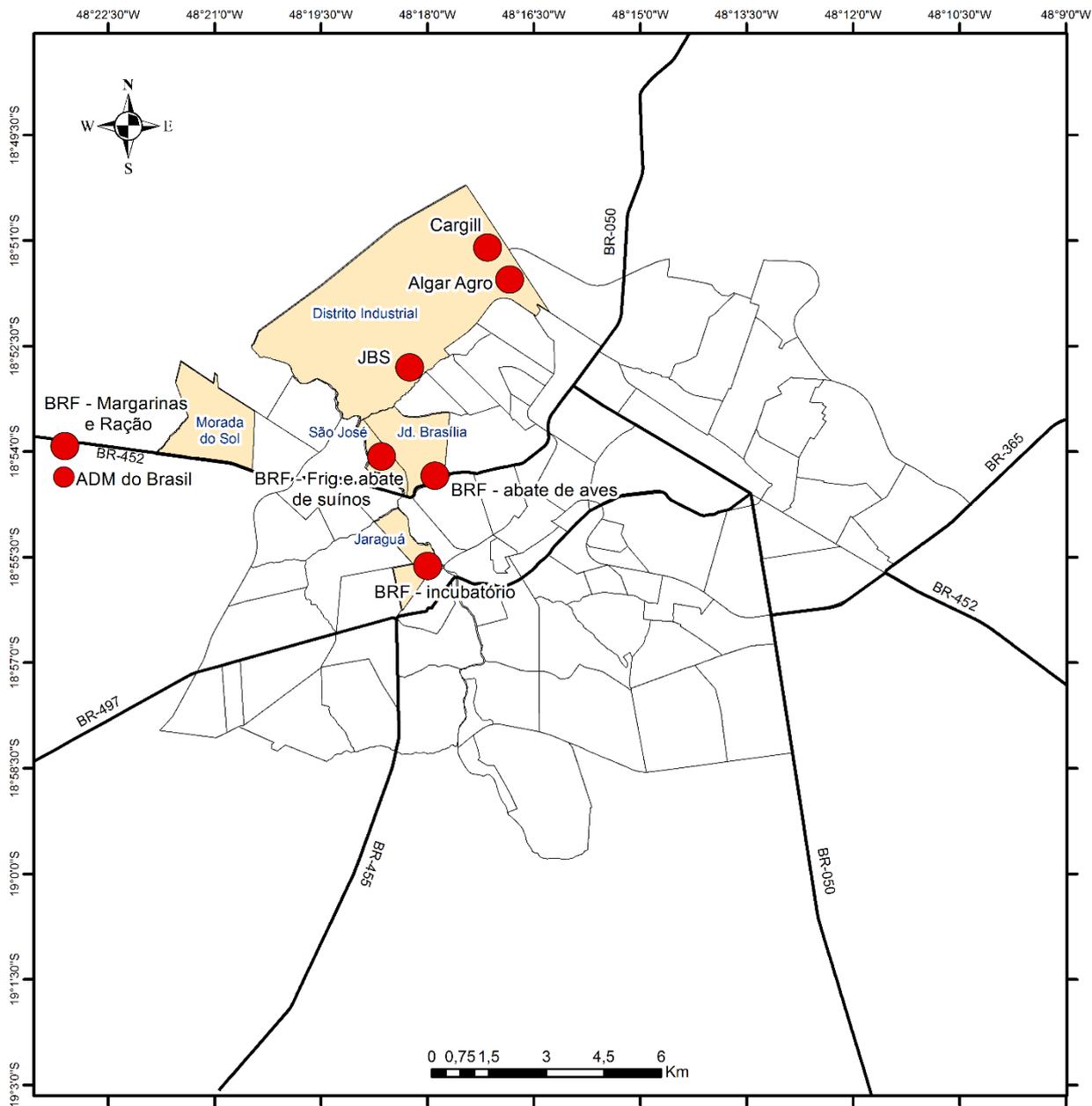
O início das atividades da empresa deu-se a partir do processo de diversificação dos negócios por parte do Grupo Algar, em 1978, quando adquiriu a empresa Fujiwara, localizada em Uberlândia, voltada para o esmagamento de algodão. Após alguns anos, em 1985, a empresa substituiu o algodão pela soja, passando a operar também no refino de óleo.

Com o passar dos anos, a empresa ampliou sua capacidade de esmagamento e de armazenagem, através, inclusive, da aquisição de silos em municípios próximos a Uberlândia.

Em 2006, expande suas atividades produtivas, ao inaugurar uma unidade em Porto Franco, no Maranhão, constituindo-se na primeira empresa a produzir óleo de soja neste Estado. A localização desta unidade se justifica pelo fato de permitir o acesso, através de eixos rodoviários e ferroviários, ao terminal portuário de Itaqui (MA), facilitando assim a aquisição da soja na região do MAPITOPA, “[...] região que abrange os estados de Maranhão, Piauí, Tocantins, Pará e nordeste do estado do Mato Grosso, e é considerada uma nova fronteira agrícola do país [...]”, permitindo também o escoamento de produtos para o mercado externo. (ALGAR-AGRO, 2015).

Apesar de ampliar sua produção para o Estado maranhense, bem como o seu mercado consumidor, em 2008 o óleo de soja produzido pela Algar, até então denominado ABC, passa a se chamar ABC de Minas. Contudo, desde 2012, devido à extensão do mercado para as regiões norte e nordeste, a marca do óleo de soja e demais produtos assume o logotipo somente de “ABC”.

Figura 17 - Localização das agroindústrias de soja, de carnes e de couros - Uberlândia, M.G. - 2015



**Agroindustrias - porte**

- grande (acima de 250 pessoas ocupadas)
- média ( 50 a 249 pessoas ocupadas)

- Bairros
- Rodovias

Fonte: Pesquisa direta  
 Elaboração: Antonio M. M. de Oliveira  
 Org: Denise L.C.M. de Oliveira

Outra mudança ocorrida, no contexto de reestruturação do Grupo Algar como um todo, se refere à própria denominação da empresa, que se denominava ABC INCO e, a partir de 2009, adotou o nome de Algar Agro.

Especificamente em relação à unidade de Uberlândia, com respeito à sua localização, embora a mesma se deva ao fato de seus fundadores serem do próprio município, sabe-se que suas atividades de processamento de soja iniciam-se justamente no período da agroindustrialização vivenciada pelo município, no contexto do Triângulo Mineiro e das áreas de cerrado, com destaque para o setor da soja.

Com respeito à procedência da matéria-prima, ou seja, da soja, esta é cultivada por produtores rurais de Uberlândia e de municípios vizinhos (Araguari, Buritis, Capinópolis, Coromandel, Paracatu, Patos de Minas, Patrocínio, Sacramento, Tupaciguara, Uberaba e Unaí). Assim, a empresa não possui propriedades rurais para o cultivo da soja, adquirindo-a, portanto, de produtores, os quais recebem um adiantamento de recursos financeiros antes da safra, como forma de estímulo à produção.

A armazenagem dos grãos é feita em silos da própria empresa, situados em vários dos municípios onde a soja é originada, tais como Capinópolis, Coromandel, Paracatu, Patrocínio, Sacramento, Tupaciguara e Unaí.

Assim, os grãos são destinados ao estabelecimento industrial da empresa para processamento, e também para o mercado externo, e, excepcionalmente, ao mercado interno, para indústrias processadoras e fábricas de rações, situadas em Minas Gerais.

Em relação aos insumos utilizados no processo produtivo, tais como embalagens, rótulos e contêineres, os mesmos provêm de empresas situadas em Uberlândia, assim como de outros dois municípios mineiros (Cascalho Rico e Indianópolis), e ainda, dos Estados de Goiás, São Paulo e Rio Grande do Sul.

As atividades do estabelecimento consistem no esmagamento de soja, e na fabricação de óleo refinado (em lata e embalagem pet, sob a marca “ABC”) e de farelo (moído e ensacado, denominado “Raçafort”). Atualmente, a referida unidade apresenta capacidade de armazenamento de 180 mil toneladas de grãos e de esmagamento de 1,8 mil toneladas de soja por dia.

Quanto à destinação dos produtos, segundo pesquisa direta realizada junto ao estabelecimento, tanto o óleo quanto o farelo de soja produzidos na unidade industrial de Uberlândia são comercializados somente no mercado interno, em Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Assim sendo, a empresa informou não realizar atividades de exportação, embora no “Cadastro de Exportadores de Soja” do Ministério da Agricultura,

Pecuária e Abastecimento, de fevereiro de 2015, conste que o estabelecimento exporta soja em grãos para a Rússia. De qualquer forma, sabe-se que a empresa realiza atividades de exportação, através de sua unidade situada em Porto Franco (MA), a qual se encontra interligada ao Terminal Portuário de Itaqui.

Apesar de, desde 2008, a empresa ter lançado uma linha de azeite, molhos e extratos de tomate,<sup>144</sup> é no processamento de soja que mantém sua tradição, liderando o mercado de óleo de soja de Minas Gerais, e classificando-se em quarto lugar no país.

#### 4.2.1.2 As multinacionais Cargill e ADM

No contexto da globalização, a atuação de empresas pertencentes a grandes grupos econômicos transcende os espaços nacionais, não apenas por meio de unidades produtivas e escritórios comerciais situados em outros países, mas também pela inserção no mercado globalizado. Tratam-se de empresas multinacionais, cuja atuação ocorre em escala global.

Assim sendo, em Uberlândia existem duas unidades de empresas multinacionais voltadas para o processamento de grãos, a Cargill e a ADM (Archer Daniels Midlands), ambas de origem estadunidense, que serão analisadas a seguir.

##### 4.2.1.2.1 Cargill

Com sede principal nos Estados Unidos, em Minnesota, a origem da empresa remonta ao ano de 1865. Entretanto, no Brasil passou a atuar somente em 1965, ou seja, um século mais tarde, expandindo-se de tal forma, que atualmente suas atividades abrangem cerca de 156 municípios, em 16 Estados brasileiros. Neste contexto, possui 19 estabelecimentos industriais, 182 armazéns e transbordos, 22 escritórios, totalizando aproximadamente 9000 funcionários.

As atividades desenvolvidas pela empresa, no país, atualmente, abrangem as seguintes áreas:

- *Agrícola*, a qual envolve os segmentos de:

a) “açúcar e etanol”, ao qual a empresa se dedica desde 2006, com a aquisição e implantação de usinas, a partir de uma parceria com o Grupo Moema, destinadas à

---

<sup>144</sup> O *site* da empresa menciona somente óleo e farelo de soja como produtos fabricados pelas duas unidades produtivas, assim como, o questionário aplicado junto à unidade de Uberlândia reforça tal informação, o que nos leva a supor que os demais produtos da marca “ABC” provenham de estabelecimentos terceirizados.

produção de açúcar e etanol, além de cogeração de energia a partir do bagaço da cana. Além da produção, a empresa dedica-se à comercialização de açúcar e à exportação de álcool.

b) “algodão”: através de uma unidade de negócios, a empresa atua tanto na comercialização para o mercado interno como externo ao país.

c) “comércio e processamento de soja e outros grãos”: através de diversas unidades de processamento e escritórios distribuídos por diversos municípios (segmento a ser analisado no tópico a seguir)

d) “biodiesel”: atividade iniciada recentemente, através de uma unidade situada em Três Lagoas (MS).

- *Alimentos*: produtos de consumo, *food service*, nutrição animal e um centro de inovação

- *Industrial*: com estabelecimentos localizados em vários municípios, cujos produtos classificam-se em:

a) “amidos industriais” (tais como amidos, amidos pré-gelatinizados e modificados, xaropes de glicose, dextroses, maltodextrinas, ácido cítrico, dextrinas, goma xantana, LBG e carragena), voltados para os ramos de papel, têxtil, químico, de adesivos, de mineração, farmacêutico, dentre outros, destinados ao mercado nacional e internacional.

b) “especialidades industriais” tais como óleos vegetais, ésteres, polióis, ácidos graxos, ésteres sintéticos, e outros, cuja produção se concentra na unidade industrial localizada no município de Mairinque (SP).

- *Financeiro*: o grupo “atua no segmento financeiro com operações estruturadas, no âmbito de sua cadeia produtiva e também fora dela, provendo financiamentos para o setor agrícola, pessoas físicas (produtores rurais) e jurídicas. Algumas das operações estão concentradas no Banco Cargill S.A., instituição financeira nacional com licenças comerciais e de investimentos.” (CARGILL, 2015). Além disso, possui uma unidade de negócio em gerenciamento de risco.

- *Serviços portuários*: possui cinco terminais portuários, dos quais quatro destinam-se ao embarque de grãos: Guarujá (SP), Paranaguá (PR), Santarém (PA) e Porto Velho (RO), sendo que o terminal do Guarujá é *joint venture*, formada pela Cargill Agrícola (60%) e pelo grupo Louis Dreyfus Commodities (40%).

A implantação de uma unidade do grupo Cargill em Uberlândia deu-se no início dos anos 1980, momento do processo de agroindustrialização das áreas de cerrado. Assim, conforme Cleps Júnior (1998, p. 202),

Aproveitando-se de incentivos e vantagens de localização, tanto do centro produtor de matéria-prima quanto do mercado consumidor, a empresa foi a primeira das transnacionais a acompanhar o grande movimento de crescimento da produção de grãos da região do cerrado brasileiro

Segundo Borges (2006, p. 89), nesta mesma década a empresa em questão teria instalado armazéns de grãos e escritórios de vendas no sudoeste goiano, área que também modernizou-se em função da agroindústria da soja. Ainda conforme o autor, tais armazéns mantinham vínculo com a unidade instalada em Uberlândia, ao destinar parte dos grãos armazenados para a mesma.

Considerado o terceiro maior estabelecimento do município (com 908 pessoas ocupadas, em 2013, segundo informações da CIEMG/FIEMG), representa uma de suas principais empresas multinacionais vinculadas ao agronegócio.

A unidade situada no Distrito Industrial do município, realiza o processamento de soja, a produção de farelo e de óleo, e o processamento de milho, para a produção de amidos industriais e outros ingredientes (adoçantes e acidulantes), produzidos pela própria empresa.<sup>145</sup> (FIGURA 17).

A empresa destina seus produtos para Alemanha, França, Itália, Estados Unidos, Arábia Saudita, Japão e China, este último, como já analisado, um mercado que se encontra cada vez mais receptivo às *commodities* brasileiras, particularmente a soja e seus derivados. A comercialização destes produtos evidencia a importância da unidade de Uberlândia na atuação do grupo Cargill, no agronegócio brasileiro, haja vista que se trata de “[...] uma das maiores exportadoras de soja em grãos do País e uma das maiores indústrias em processamento.” (CARGILL, 2015).

Além do complexo soja, o estabelecimento também exporta outros produtos que compõem a pauta exportadora do município (a ser visto no próximo tópico), que consistem nos “amidos industriais” (como por exemplo, a dextrina).

---

<sup>145</sup> A Cargill possui também outras unidades processadoras de soja e/ou fabricantes de seus derivados, nos seguintes municípios: Mairinque (SP), Ponta Grossa (PR), Três Lagoas (MS), Primavera do Leste (MT), Rio Verde (GO) e Barreiras (BA), e de fabricação de amidos industriais em São Miguel do Iguaçu (PR), Castro (PR) e Porto Ferreira (SP).

#### 4.2.1.2.2 ADM do Brasil (Archer Daniels Midlands)

A empresa ADM (Archer Daniels Midlands) possui origem estadunidense, tendo sido fundada em 1923, na cidade de Minneapolis (Minnesota). A princípio voltada para o ramo de semente de linhaça, expande seus negócios nos anos seguintes, sendo que em 1929, já operava com duas fábricas de esmagamento de grãos, alcançando a condição de líder no setor de soja dos Estados Unidos. Entre os anos 1940 e 50, passou a desenvolver novos produtos, tais como resina e proteína de soja, e no início da década de 1970, também a dedicar-se à moagem de milho, ao adquirir uma fábrica no Estado de Iowa.

A expansão do grupo continua nas décadas seguintes, nos Estados Unidos e também em outros países, da seguinte forma:

- no início dos anos 1980, instala uma planta industrial na Ásia, em Hong Kong, e adquire fábricas do grupo “Unilever” na Alemanha e na Holanda, expandindo-se, portanto, no continente europeu;

- em 1994, inicia operações no setor de óleos e grãos na China;

- no ano 2000, através de uma parceria com a empresa Wilmar International Ltd, constrói cinco unidades processadoras de soja na China; além disso, implanta empresas do ramo alimentício, e mais recentemente, de ração também;

- na Índia, adquire fábrica, ampliando a capacidade produtiva de oleaginosas no país;

- expande suas atividades voltadas para a produção de óleo vegetal em países asiáticos, e também latino-americanos.

Atualmente, a empresa possui sua sede global em Chicago (Illinois), sendo a cidade de Decatur, situada no mesmo Estado, sua sede na América do Norte. Além destas, também possui sedes nas cidades de Rolle (na Suíça) e em Cingapura, representando a atuação do grupo nos continentes europeu e asiático. Neste sentido, a cidade de São Paulo constitui-se na sede da ADM na América do Sul.

Em relação às operações da empresa no Brasil, estas teriam se iniciado em 1974, quando da compra de uma indústria processadora de soja, ano em que adquire uma unidade industrial também na Holanda. No entanto, foi a partir de 1997 que a empresa iniciou seu processo de expansão no território nacional, ao adquirir as operações de grãos da Glencore, incluindo uma sede em São Paulo, cerca de trinta e três elevadores de grãos e uma planta de processamento de fertilizantes. A partir de então, ampliou sua atuação no segmento de grãos, através da

originação<sup>146</sup> e da implantação de silos de armazenagem, além de outros setores, como biodiesel, etanol e cacaueteiro. Assim, sua estrutura produtiva encontra-se organizada da seguinte forma:

- *originação e processamento de grãos*: a empresa origina por ano cerca de onze milhões de toneladas de sementes oleaginosas, milho e trigo, cujo processamento industrial atinge aproximadamente 4 milhões de toneladas de soja por ano, que é destinada a diversos produtos, tais como óleos vegetais, ração animal e biodiesel.

- desta forma, comercializa duas marcas de óleo de soja “Concórdia” e “Corcovado”.

- opera diversos silos com capacidade total de armazenagem de 2,2 milhões de toneladas;

- *possui fábricas de fertilizantes* em áreas tradicionais na produção agropecuária, Catalão (GO), Paranaguá (PR), Uberaba (MG), Rondonópolis (MT) e Rio Grande (RS);

- *no segmento de “açúcar e álcool”*, possui uma usina em Limeira do Oeste (MG), cuja capacidade de produção é de 1,5 milhão de toneladas anuais;

- *na produção de biodiesel*, tornou-se uma das líderes nacionais, através de uma fábrica em Rondonópolis (MT) e outra em Joaçaba (SC);

- *na produção cacaueteira*, o grupo também se destaca, pois detém a segunda maior processadora de cacau do Brasil, localizada em Ilhéus (BA), fornecendo matéria-prima para indústrias alimentícias brasileiras e de outros países sul-americanos;

- na área de *logística e serviços portuários*, a empresa possui uma subsidiária (SARTCO), a qual realiza transporte fluvial nas hidrovias Tietê-Paraná e Paraguai-Paraná, assim como operações nos portos de Santos (SP), Tubarão (ES), Paranaguá (PR), São Francisco do Sul (SC), Rio Grande (RS), Ponta da Madeira (MA) e Aratu (BA). A empresa conta com 23 rebocadores, 73 barcaças, 140 vagões e 180 caminhões. Em 2012, adquiriu um terminal portuário no Pará, a fim de facilitar a exportação de seus produtos, com a previsão de vir a atuar também no processamento de palma, com a instalação de uma planta industrial no Estado do Pará.

Como já visto, a ADM possui uma unidade produtiva instalada em Uberlândia desde o início dos anos 2000, voltada para o processamento, refino e envase de óleo de soja. (FIGURA17). Embora não se trate do único estabelecimento da empresa destinado a esta atividade (pois possui outros três em Rondonópolis (MT), Campo Grande (MS) e Joaçaba

---

<sup>146</sup> Expressão utilizada pelas empresas processadoras que se refere à aquisição de grãos produzidos em propriedades rurais, mediante contrato prévio, inclusive com fornecimento de insumos, e até mesmo de “pagamento adiantado” pela safra, como forma de estímulo ao produtor.

(SC)), a posição geográfica de Uberlândia favorece as relações comerciais da empresa, através de rodovias e ferrovias que permitem o acesso aos portos onde são realizadas operações de embarque rumo ao mercado externo.

Além de estar entre os vinte maiores estabelecimentos industriais do município, a empresa destaca-se, sobretudo, pela produção de uma das principais *commodities* agroindustriais exportadas pelo Brasil atualmente, que consiste no óleo de soja. Assim, a empresa faz parte do seleto grupo de empresas exportadoras do município, tendo como mercados os Estados Unidos e a China, o principal parceiro comercial do país.

#### 4.2.1.3 A Monsanto e a Syngenta Seeds e o vínculo com a agroindústria da soja

As políticas de incentivo ao setor do agronegócio implementadas no país, na década de 2000, abrangeram também atividades da área de biotecnologia<sup>147</sup>. Assim, o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) instituiu ações voltadas para a inovação neste setor, com base na Política de Desenvolvimento da Biotecnologia (PDB), de 2007.

A referida política encontra-se estruturada em “áreas setoriais priorizadas”, dentre as quais, a agropecuária-<sup>148</sup> sendo que, para a referida área, a meta seria a de “[...] promover e incentivar as atividades do agronegócio para incrementar a produtividade e a competitividade dos produtos agropecuários, por intermédio da introdução de tecnologias que gerem produtos de alto valor agregado ou inovadores.” (MAPA, 2010, p. 14).

Assim, haveria um conjunto de ações voltadas para a “biotecnologia agropecuária”, a qual teria como um de seus objetivos “Investir no fortalecimento da base de exportação das empresas brasileiras para exploração de novos nichos do mercado de produtos agropecuários”. (MAPA, 2010, p. 15). Dentre as formas de aplicação da biotecnologia na agricultura, tem-se aquelas voltadas ao controle de pragas e doenças das lavouras, bem como à produção de sementes.

---

<sup>147</sup> Conforme definido pelo MAPA (2010), “Tecnicamente, o termo biotecnologia representa um conjunto de tecnologias que ‘utilizam sistemas biológicos, organismos vivos ou seus derivados para a produção ou modificação de produtos e processos para uso específico’, bem como para gerar novos serviços e produtos úteis para os diversos segmentos industriais e para a sociedade.

<sup>148</sup> “As áreas setoriais priorizadas foram definidas com base nos grandes eixos de atuação da biotecnologia, onde o mercado atualmente já se mostra organizado, sendo estas a área [sic]da saúde humana, da agropecuária, industrial e ambiental”. (MAPA, 2010, p. 13).

Em Uberlândia, constatamos a existência de duas empresas voltadas para a pesquisa e produção de sementes, a Monsanto e a Syngenta<sup>149</sup>.

A Monsanto é uma empresa de origem estadunidense, surgida no início do século XX, porém no Brasil, veio a atuar em 1963, através da instalação de uma sede em São Paulo. Contudo, sua primeira unidade fabril foi implantada em 1976, em São José dos Campos (SP), município caracterizado como polo tecnológico, pela concentração tanto de empresas como de centros de pesquisa de alta tecnologia.

No município em estudo, a Monsanto passou a atuar em 2001, com a inauguração de um complexo de pesquisa e produção de sementes, além de defensivos agrícolas. Embora não tenhamos obtido informações diretamente com a empresa, é provável que haja vínculo com as unidades locais da Cargill e ADM, pois conforme Toledo e Castillo (2009, p. 52),

No Brasil a Monsanto é a única empresa privada que desenvolve sementes geneticamente modificadas. Num grande movimento de concentração, ao longo da década de 1990, esta empresa comprou a divisão de sementes de outras grandes empresas como a Cargill, a Bunge, a ADM e a Maggi, para as quais, através de alianças, hoje, fornece sementes modificadas. No momento da negociação da compra da produção, estas empresas repassam as sementes aos agricultores.

Por outro lado, o município também conta com um centro de pesquisa (Estação Experimental) pertencente à Syngenta, multinacional suíça, voltada para a pesquisa e comercialização de sementes de milho e de soja. Além disso, a empresa possui unidade de beneficiamento de sementes em Ituiutaba, localidade também situada no Triângulo Mineiro.

A presença, portanto, de unidades de pesquisa e de beneficiamento de sementes no município, indica um provável vínculo produtivo à montante do complexo soja.

#### 4.2.2 A agroindústria de carnes

Com base em Borges (2006, p. 108), pode-se dizer que, no contexto nacional, a indústria de carnes tem sua origem nas primeiras décadas do século XX, quando, com a expansão da pecuária, surgem os primeiros frigoríficos nas regiões sudeste e sul. Até a década de 1940, teria havido predomínio dos frigoríficos estrangeiros, havendo, a partir de então, uma

---

<sup>149</sup> As informações de ambas foram obtidas pelos *sites* das empresas (MONSANTO, 2015) e (SYNGENTA, 2015).

ruptura com o monopólio exercido pelo capital estrangeiro neste ramo<sup>150</sup>. Em 1951, durante o governo Getúlio Vargas, foram estabelecidas medidas que vieram a ampliar o número de frigoríficos nacionais pelo Brasil Central. Contrastando com a política de industrialização do país, vigente naquela época, voltada para a abertura ao capital estrangeiro, segundo o autor,

[...] a grande reação aos frigoríficos estrangeiros veio dos pequenos açougueiros de origem imigrante, que passaram a investir em pequenos matadouros em São Paulo, Rio de Janeiro e outros estados, aproveitando a conjuntura nacional. Esses cresceram mais rapidamente que os grandes, uma vez que estavam mais informados sobre o mercado, e possuíam uma flexibilidade de produção muito maior. Neste sentido, nota-se que, ao contrário da indústria nacional que se internacionalizava, o setor de carnes é um caso oposto, pois se nacionalizava. (BORGES, 2006, p. 108).

Ainda conforme o mesmo autor (p. 110), além dos frigoríficos no Brasil Central, entre os anos 1940 e 1970 ocorre a implantação de agroindústrias (aves e suínos) pelo sul do país, a princípio voltadas para o mercado interno, e posteriormente também para o externo, as quais consolidam-se na citada região.

Dalla Costa (1998) analisa o surgimento de três agroindústrias, Sadia, Perdigão e Seara, no oeste de Santa Catarina, nas décadas de 1940 e 50, a partir da iniciativa de famílias de imigrantes estrangeiros. O autor aborda a consolidação destas empresas no ramo de carnes (algumas também dedicavam-se a outras atividades) na região de origem e, posteriormente, em outros Estados. Dedicadas inicialmente ao abate de suínos, aos poucos foram diversificando suas atividades, com destaque para o segmento avícola. Na década de 1970, “[...] quando o país iniciou o processo de exportação de frangos, a Seara, junto com a Sadia e a Perdigão, formou o primeiro ‘pool’ de exportadores nacionais”. (DALLA COSTA, 1998, p. 42).

Em 1980, a Seara é adquirida pela Ceval, importante agroindústria do setor de soja, também catarinense, a qual, a partir desta década, passou a se dedicar ao ramo de carnes.

Tais empresas, em princípio, intensificaram a atuação na região sul, e, com o passar do tempo, adotaram estratégias de ocupação do território nacional. O processo de expansão teria se iniciado pela Sadia nos anos 1960, ao qual outras empresas, tais como Ceval<sup>151</sup> e Perdigão,

---

<sup>150</sup> Como exemplo, tem-se a instalação em 1949, do Frigorífico Mataboi, em Araguari, no Triângulo Mineiro.

<sup>151</sup> Em 1997 o Grupo Bunge adquire a Ceval, e no ano seguinte a marca Seara “torna-se uma empresa independente e controlada pela Mutual Inv. Ltda.” (SEARA, 2016). Nos anos 2000 o seu controle foi transferido para a Cargill, posteriormente para o Grupo Marfrig e, em 2013, foi adquirida pela JBS Friboi.(OLIVEIRA, 2012).

aderiram nas décadas seguintes, intensificando-se, nos anos 1990. Conforme Dalla Costa (1998, p.47)

[...] na década de 90 surge o desafio de produzir carnes, tanto suínas como de aves, nas novas regiões de fronteira agrícola nacional, tanto no Centro-Oeste como no Norte e Nordeste. Nestas regiões desenvolveu-se uma larga produção de grãos, sobretudo soja e milho, elementos fundamentais na fabricação de rações, e, além disso, a produção nestas regiões facilitou a distribuição de tais mercadorias para o mercado local e regional. Com isto, verificou-se uma preocupação entre as principais empresas do setor em instalar plantas industriais nestas regiões.

Dentre os exemplos de instalação de filiais de empresas do setor de carnes em áreas de fronteira agrícola – nas quais já havia, em geral, um setor de grãos previamente estruturado -, tem-se as unidades da Sadia implantadas, nos anos 1990, em municípios de Várzea Grande (MT), Campo Verde (MT) e Campo Grande (MS). Tal tendência veio a se estender na década seguinte, haja vista a instalação de fábricas da citada empresa em Brasília (DF), Lucas do Rio Verde (MT) e Buriti Alegre (GO) (DALLA COSTA, 2009), e de unidades da Perdigão em Rio Verde (GO) e Nova Mutum (MT) (BORGES, 2006; VIEIRA, 2009). Neste contexto, pode-se dizer que a implantação da Sadia em Uberlândia, no início da referida década, também teria feito parte da estratégia de dispersão das agroindústrias de carnes pelo interior do país.

A disseminação da agroindústria de carnes no território nacional, na década de 2000, pode ser associada, em grande parte, à importância deste segmento na pauta exportadora do país. Como já demonstrado, no contexto do agronegócio, as “carnes” constituem-se um dos principais itens de exportação nacional.

Em meio à expansão do segmento de carnes na pauta exportadora do país, ao final da década (2009) Sadia e Perdigão tornam-se uma única empresa, assumindo a razão social de Brasil Foods (BRF).

Sposito e Santos (2012, p. 246) mencionam a Brasil Foods e a JBS Friboi como exemplo de multinacionais brasileiras que se internacionalizaram na década de 2000. Segundo Oliveira (2012, p. 10), tratam-se, respectivamente, das maiores empresas mundiais de carnes de aves e suínos e de carne bovina. Esta última teria adquirido “[...] a Swift argentina, a Swift Foods & Company norte-americana, a Inalca italiana, a Smithfield Beef norte-americana, a australiana Tasman [...]”, além de ter se associado ao grupo nacional Bertin. [...] Neste setor, há ainda o grupo Unilever e a Doux Frangosul.”

Entretanto, a JBS, nos últimos anos, realizou novas aquisições, tornando-se “líder global no processamento de aves”. A empresa também se destaca por ter sido a primeira companhia brasileira, do setor de carnes, a abrir seu capital na bolsa de valores. (JBS, 2015).

Já o grupo Marfrig, por sua vez, também de origem nacional, fundado em 1986, encontra-se voltado para o processamento de carnes bovina, ovina, de aves e de peixes, e também para a fabricação de industrializados. Com diversos estabelecimentos além de centros de distribuição, a empresa também possui unidades industriais distribuídas por diversos países e continentes (Argentina, Chile, Uruguai, Estados Unidos, países europeus como Inglaterra e Irlanda do Norte, países asiáticos, com destaque para a China, além da Austrália na Oceania). Também possui centros de distribuição no Chile e Argentina, e escritório de vendas no Peru, Estados Unidos, Inglaterra, Emirados Árabes, China e Hong Kong.

Após a exposição da magnitude do setor de carnes no contexto nacional e internacional, cabe agora nos reportamos à análise deste segmento em Uberlândia. Como já colocado, o município possui uma grande empresa, a Brasil Foods (BRF), e outras de pequenas dimensões (Frigorífico Real, Frigorífico Luciana, Frigorífico São Pedro e Sabor de Minas Alimentos), além da Granja Planalto, a qual, embora não se classifique como indústria, encontra-se vinculada ao setor de carnes. Todavia, para o propósito deste trabalho, que consiste na análise de empresas agroindustriais articuladas ao agronegócio e ao comércio global de *commodities*, nossa abordagem se restringirá apenas a Brasil Foods, a qual será feita a seguir.

#### 4.2.2.1 Brasil Foods: uma empresa nacional de atuação em escala global

Considerando-se que a unidade da Brasil Foods localizada em Uberlândia corresponde à antiga Sadia S/A, primeiramente abordaremos o histórico desta empresa, com base em Dalla Costa (2009).

A Sadia S/A surgiu na década de 1940, em Concórdia (SC), a princípio voltada para moagem de trigo e abate de suínos. As dificuldades com transporte e distribuição de produtos, além da concorrência de outros frigoríficos, levou à necessidade da empresa buscar proximidade junto a um dos seus principais mercados consumidores da época, a cidade de São Paulo. Assim sendo, ainda na referida década, instalou na capital paulista uma filial comercial, e, em 1953, uma unidade fabril (Moinho da Lapa S/A).<sup>152</sup>

---

<sup>152</sup> Contudo, as dificuldades ainda enfrentadas com a distribuição de mercadorias de Concórdia para São Paulo e Rio de Janeiro fizeram com que a empresa investisse em transporte aéreo, criando, em 1955, a Sadia Transporte Aéreo, posteriormente empresa Transbrasil, de aviação comercial.

Na década seguinte, em 1964, a empresa implantou a Frigobrás (Companhia Brasileira de Refrigeríficos), também na capital paulista, cujos objetivos abrangiam “[...] da industrialização e comércio de produtos alimentícios até a instalação de matadouros, frigoríficos e fábricas de conservas enlatadas, carnes, gorduras e laticínios, passando pela exportação de carnes em geral e outras atividades correlatas”. (DALLA COSTA, 2009, p. 153). Em 1967, instalou um escritório comercial, aos poucos se expandindo no mercado nacional, através de uma rede de filiais localizadas em vários municípios.

Com o decorrer do tempo, a empresa diversificou suas atividades, incorporando também o abate e industrialização de frangos e perus, carnes enlatadas e outros derivados. Em fins dos anos 1970 passou a realizar atividades do complexo soja (esmagamento do grão e fabricação de farelo para ração animal), expandindo, nos anos seguintes, o número de fábricas voltadas para este setor. Cleps Júnior (1998), ao analisar a cadeia agroindustrial brasileira envolvendo os ramos de soja e de carnes, na década de 1990, afirma que a Sadia (assim como as empresas Ceval e Perdigão) integrava a cadeia produtiva de grãos-óleos-carnes. Contudo, em 1997, a companhia teria transferido as atividades de esmagamento de soja para a ADM (Archer Daniels Midlands). (DALLA COSTA, 2005, p. 17).

No que tange à participação da empresa no mercado internacional, Dalla Costa (2009) afirma que a Sadia teria iniciado suas atividades de exportação já em 1967, comercializando derivados de carnes bovina e suína, e alguns anos mais tarde, também frango e derivados, tornando-se a maior exportadora nacional deste segmento.

Entretanto, foi a partir dos anos 1990, no contexto de globalização econômica, que o processo de internacionalização intensificou-se, através de algumas estratégias adotadas pela companhia, apontadas pelo citado autor (p. 160 a 163), as quais elencamos a seguir:

- no início dos anos 1990, a Sadia implantou escritórios comerciais em cidades de diversos países e continentes, como Tóquio (Japão), Buenos Aires (Argentina), Dubai (Emirados Árabes) e Milão (Itália);

- em 1993, a Sadia e a empresa Tres Arroyos formaram uma *joint venture*, na Argentina, surgindo a Sadia Trading Sur;

- em 1994, foi criada a Unidade de Negócio Internacional, com o objetivo de internacionalizar as operações da empresa, mesmo ano em que inaugurou o restaurante “Beijing Brasil”, na China (uma *joint venture* entre a Companhia e o Ministério da Agricultura daquele país), e um escritório nos Estados Unidos;

- posteriormente, foram instalados escritórios comerciais também na Inglaterra, Alemanha, Rússia, China, Turquia, Uruguai, Chile e Panamá;

- embora a marca “Sadia” tenha se consolidado nos anos 1990 no mercado internacional, a implantação de fábricas em outros países ocorreu somente na década seguinte, em 2007, quando instalou uma fábrica em Kaliningrado, na Rússia (ao se unir a uma empresa local), país este que se constituía em importante mercado consumidor da empresa, além de uma unidade adquirida na Holanda.

Apesar da internacionalização da empresa, e de sua crescente participação no comércio exterior de carnes, sendo responsável, em 2008, “por 42% das exportações brasileiras deste segmento” (DALLA COSTA, 2009, p. 151), segundo o autor, havia a perspectiva de uma desaceleração nas vendas, em função da crise internacional ocorrida neste mesmo ano<sup>153</sup>.

Não ao acaso, em 2009 surgiu a Brasil Foods ou BRF<sup>154</sup>, através da associação de duas empresas nacionais, a Sadia e a Perdigão, ambas do ramo de carnes, as quais “[...] eram negócios familiares que cresceram e se expandiram, tornando-se grandes players do mercado de alimentos no Brasil e, posteriormente, no exterior, com produtos que chegam a mais de 110 países.” (BRF, 2015).

Para que a fusão das marcas fosse autorizada (a qual concretizou-se somente em 2012), pelo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), a empresa teve que cumprir o Termo de Compromisso de Desempenho (TCD), o qual consistiu na venda de ativos (composto por fábricas, abatedouros, granjas e incubatórios), os quais foram negociados com a empresa Marfrig. Outra exigência para a aprovação da nova companhia, se refere à alienação de algumas marcas do grupo (tais como Rezende, Tekitos, Dorian), bem como a suspensão das marcas “Perdigão” e “Batavo” em alguns de seus produtos. “Em troca, a BRF recebeu a totalidade da participação acionária detida na Quickfood S.A., sediada na Argentina [...] e o pagamento adicional da importância de 350 milhões de reais.”

Com 47 estabelecimentos distribuídos pelo país, e outros 11 no exterior, a BRF produz alimentos resfriados e congelados de carne *in natura* e congelada, tais como aves especiais inteiras e cortes de aves “Chester” e peru, pratos prontos congelados, categorias em porções e produtos em fatias (embutidos). Além destes, também produz margarina, especialidades doces, sanduíches, maionese, e ração animal, sob as marcas “Sadia”, “Perdigão”, “Batavo”, “Elegê”, “Qualy”, e outras. “A BRF é responsável por 14% do comércio de aves mundial.” (BRF, 2015).

---

<sup>153</sup> O autor remete à crise financeira ocorrida nos Estados Unidos, no segundo semestre de 2008.

<sup>154</sup> Entretanto, conforme Dalla Costa (2009, p. 157), em 2001 surge em São Paulo a BRF Trading, através da qual Sadia e Perdigão já realizavam atividades de exportação.

Em relação ao mercado internacional, a atuação da BRF já advém, em grande parte (e não exclusivamente, já que é formada também pela antiga “Perdigão) da própria internacionalização da Sadia.

Sposito e Santos (2012, p. 60-61), abordam alguns modelos explicativos da “globalização das multinacionais dos países periféricos”, citando a Sadia e a Perdigão como exemplos de empresas que “ao monetizar os recursos naturais” encontrariam “[...] facilidades de matérias-primas, de produção e de distribuição suficientes para proporcionar uma forte atuação no mercado interno e externo”.

No que se refere à atuação do grupo já como Brasilfoods no mercado internacional, segundo informações do *site* da empresa, a articulação ocorre através de 15 centros de distribuição localizados em diversos países. Assim, com a marca “Sadia”, a empresa tem liderado o mercado de diversos países do Oriente Médio, mantém 19 escritórios de venda no exterior, através dos quais atua em cerca de 120 países, em cinco continentes;

- possui sete unidades industriais na Argentina, duas na Europa (Inglaterra e Holanda) e uma em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos;

- através de uma parceria com a empresa Dah Chong Hong Limited (DCH), um importante *player*, a BRF vem atuando no mercado de Hong Kong e Macau, no varejo e *food services*.

A magnitude do grupo pode ser avaliada pela receita obtida em 2014, pois, “[...] as vendas líquidas totalizaram R\$31,7 bilhões e o lucro líquido consolidado foi de R\$2,2 bilhões, ambos considerando os resultados consolidados da companhia [...]” (BRF, 2015).

No Brasil, a BRF possui 47 unidades industriais, distribuídas pelas cinco regiões do país, dentre as quais, a localizada em Uberlândia.

A implantação da Brasil Foods em Uberlândia remete à história da antiga “Sadia”, instalada no município em fins dos anos 1990, e adquirida pela BRF no processo de fusão Sadia-Perdigão, já descrito, ocorrido a partir de 2009.

“A história da Sadia em Uberlândia começou em dezembro de 1999, com a aquisição do controle acionário da Granja Rezende.”<sup>155</sup> (SADIA, 2006). Conforme Dalla Costa (1998), em 1989 a Sadia S/A (a exemplo de outras companhias), no contexto de expansão e de interiorização da agroindústria de carnes no território brasileiro, instalou um escritório de vendas no município em estudo. Entretanto, no tocante às atividades produtivas, estas passaram a ser desenvolvidas pela empresa no município, como já abordado, após a aquisição das

---

<sup>155</sup> Rezende Alimentos, já abordada anteriormente.

instalações da Rezende Alimentos, em 1999 (que incluiu granja, abatedouro de aves e de suínos, e prédio voltado para o processamento industrial), com início das atividades no ano seguinte.

A partir de então, ao adquirir as instalações da referida granja, a empresa iniciou um processo de expansão desta unidade produtiva. Em 2006, instalou uma fábrica de margarinas (voltada para a marca “Qualy”), a primeira do Estado de Minas Gerais. (pois a empresa em questão, embora tradicional no ramo de carnes, passou a produzir margarinas desde 1991). Com a fábrica, a empresa previa um aumento na demanda por óleo de soja, e com isso, favoreceria produtores e beneficiadores do Estado mineiro. (SADIA, 2006). Além disso, a unidade situada em Uberlândia passou a ser a única do Grupo Sadia a desenvolver as três linhas de animais (frango, peru e suínos).

Com a aquisição da marca “Sadia” pela Brasil Foods, as instalações industriais localizadas em Uberlândia – a exemplo das demais unidades do grupo – foram transferidas para esta última, a qual vem se mantendo como a única grande empresa do setor de carnes, voltada para o agronegócio internacional, e uma das maiores do município, em número de pessoal ocupado.<sup>156</sup>

Assim, com base em pesquisa direta, a unidade da BRF de Uberlândia encontra-se estruturada da seguinte forma:

Localizada no município em virtude de sua situação geográfica (com fácil acessibilidade, devido às vias de transportes), e apontando como desvantagem apenas a “concorrência da mão de obra”, a atual BRF mantém a mesma linha de produtos da sua antecessora, ou seja, carnes de frango, peru e suína *in natura* (resfriada e congelada), e produtos derivados (embutidos), além de fabricar margarinas e rações.

Desta forma, a empresa possui quatro estabelecimentos no município, assim distribuídos: fábrica de rações e de margarinas, além de granja, situadas na rodovia BR 365, na zona rural; um incubatório no Bairro Jaraguá; um abatedouro de aves, no Jardim Brasília; e um abatedouro de suínos e frigorífico, no Bairro São José. A maior parte dos referidos estabelecimentos localizam-se próximos à Rodovia BR 365. (FIGURA 17).

As matérias-primas e insumos utilizadas na fabricação dos produtos consistem, para as carnes *in natura* e processados, frangos, perus e suínos, e condimentos diversos; para a ração, milho e farelo de soja; e para a margarina, basicamente, leite e óleo de soja.

---

<sup>156</sup> Em junho de 2016 a empresa anunciou a transferência da fábrica de margarinas para o Estado do Paraná. A razão principal para tal medida seria o fim da isenção de dois terços do ICMS concedido pelo governo estadual, desde a inauguração da fábrica, em 2006. Contudo, o encerramento da produção nesta fábrica ocorreria de forma gradativa, sendo que 80% do quadro de funcionários seriam remanejados para outras operações na própria unidade de Uberlândia. (LEMOS, 2016 b).

No tocante à procedência das matérias-primas, as de origem animal provêm tanto de uma propriedade rural da própria empresa como de produtores integrados, de Uberlândia e de outros municípios situados no Triângulo Mineiro. Quanto aos ingredientes da ração (a qual destina-se à granja e às propriedades integradas), assim como aos da margarina, a empresa não informou a origem dos mesmos. Segundo informações do Relatório Anual BRF (BRF, 2015) os insumos utilizados nas fábricas de ração são obtidos junto a produtores rurais, empresas cerealistas, cooperativas ou *traders*.

Neste sentido, algumas pesquisas revelam exemplos de integração entre empresas de grãos e carnes. Borges (2006, p. 90) demonstra que a Cargill, em 2004, teria instalado uma unidade beneficiadora em Rio Verde (GO), com o intuito de atender a demanda de farelo de soja, por parte da Perdigão, também localizada no citado município. Conforme o autor, a presença desta agroindústria de carnes consistiu num dos ‘recursos do território’ que teria atraído a implantação da Cargill nesta localidade.

Também o estudo de Vieira (2009, p. 118-119), ao analisar a unidade da Sadia em Lucas do Rio Verde (MT), que se encontrava em vias de implantação, constitui-se num exemplo elucidativo a respeito da cadeia produtiva de grãos e carnes. Segundo a autora, o milho utilizado na produção de ração viria tanto de produtores como de *tradings* instaladas no entorno deste município, tais como Bunge, ADM e Cargill, além do fato de contar com a presença da AMAGGI, localizada próxima à futura fábrica que, segundo a autora, “[...] foi construída com o objetivo de aproveitar a proximidade da fábrica de rações da Sadia, de modo que o farelo de soja seja enviado por tubos ou esteiras diretamente para ser transformado”.

No caso de Uberlândia, supomos que também haja um vínculo produtivo entre os ramos de carnes e de grãos, ou seja, que a BRF obtenha (ainda que parcialmente), tanto o farelo (para a ração) como o óleo (para a margarina) de agroindústrias processadoras de soja situadas no município. Embora não tenhamos obtido esta informação, caso a empresa realize o esmagamento de grãos, certamente existe uma demanda pela soja *in natura*, para a transformação em farelo. Desta forma, a existência no espaço local de uma concentração de agroindústrias processadoras de soja - Cargill, Algar-Agro e ADM - sugere um possível vínculo destas empresas com a BRF.

Especificamente quanto à ADM, a suposição do provável vínculo se baseia no fato de que, em 1997, esta empresa adquiriu o setor de esmagamento de soja da Sadia, comprometendo-se a fornecer matéria-prima para as unidades do grupo.<sup>157</sup> Em 2000, a Sadia instalou-se em

---

<sup>157</sup> Dalla Costa (2005, p. 17).

Uberlândia, e após dois anos, a ADM também implantou uma unidade fabril no município, por sinal situada próxima à fábrica de rações da Sadia, atual BRF. (FIGURA 17).

Quanto à *origem dos insumos* (condimentos, equipamentos, peças), estes podem vir tanto através de fornecedores de Uberlândia, como de outros municípios do Triângulo Mineiro e de Minas Gerais, assim como de outros Estados (a empresa não concede informações sobre fornecedores e clientes).

A respeito das formas de armazenamento dos produtos, este serviço é terceirizado pela BRF para a empresa Brasfrigo S/A.<sup>158</sup>, de armazenagem refrigerada (e também para outras empresas situadas em Uberlândia ou fora do município). Trata-se de um “porto seco”, que apenas armazena a produção, sendo que a distribuição é realizada (ou subcontratada) pela própria empresa (BRF).

Assim, a produção destinada ao mercado interno abrange a comercialização de embutidos e margarinas, para praticamente todos os Estados brasileiros. No que se refere à participação no mercado internacional (considerado o principal mercado da empresa), este se dá através das exportações de carne *in natura* (de frango, peru e suína), os quais são comercializados sobretudo para países sul-americanos como Bolívia, Chile, Paraguai, Colômbia, Venezuela, além da Romênia no continente europeu.

Ainda em relação à BRF, vale destacar aspectos como “concorrência, cooperação e governança”. Assim sendo, os principais concorrentes da empresa estariam em outros Estados, sendo que a respeito de “cooperação e governança”, a empresa menciona convênios com entidades ou associações, tais como CIEMG, FIEMG, SENAI, SESI, SENAC, SESC, Associação Comercial e Industrial do município, Sindicato Patronal e também com universidades. Por outro lado, foram apontados instituições ou órgãos cujas ações, normas e convenções afetam o funcionamento da empresa, tais como Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Carteira do Comércio Exterior do Banco do Brasil, Secretaria do Comércio Exterior e Agência de Promoção de Exportações e Investimentos.

Pelo exposto a respeito das empresas de grãos (soja) e de carnes, verifica-se que as mesmas constituem-se em exemplos de atores econômicos, cujas ações – particularmente no comércio de *commodities* agrícolas e agroindustriais -, articulam espaços locais à escala econômica global.

---

<sup>158</sup> Informação concedida pela empresa Brasfrigo S/A, empresa do ramo de “armazenagem frigorífica”, que atua em Uberlândia como filial de empresa situada em Itajaí (SC).

#### 4.2.3 A agroindústria de couros

Conforme já abordado, a atividade pecuária se desenvolve no Triângulo Mineiro desde o início do processo de ocupação e formação territorial, que remonta à primeira metade do século XIX. Em Uberlândia, com o desenvolvimento da manufatura, em fins do aludido século, surgem alguns curtumes e também fábricas de calçados, dentre outros ramos vinculados à atividade agropecuária<sup>159</sup>.

No decorrer do século XX, tanto as atividades de curtimento quanto de fabricação de produtos de couro (calçados e artefatos) se mantiveram no município. Em meados dos anos 1980, houve a implantação da Braspelco, grande indústria processadora de couros, cuja expansão consagrou-a como uma das maiores empresas deste ramo no país. Mais recentemente as instalações da empresa passaram a ser ocupadas pelo Grupo JBS, o qual, juntamente com estabelecimentos voltados, sobretudo para a fabricação de calçados e bolsas, compõe o ramo coureiro do município.

No Brasil, a indústria processadora de couros cresceu nas últimas décadas, em função tanto da tradicional demanda do ramo calçadista, quanto das indústrias automotiva e moveleira. Segundo Cristellotti (2011, p. 2), a indústria de curtumes encontra-se inserida na cadeia produtiva

[...] que vai da pecuária (gado de corte) e criação de outros tipos de rebanhos, basicamente ovinos e caprinos, até a produção de carne e outros produtos para consumo humano, ração animal, leite e laticínios, peles brutas, couro semi-acabado [sic] (Wet Blue, Crust) ou acabado e produtos em couro, entre os quais se destacam os setores calçadista, moveleiro, automotivo e de vestuário.

Especificamente no tocante à produção de couros, conforme Santos e outros (2002, p. 60), a mesma se inicia “[...] na atividade pecuária, seguida pelo abate dos animais, o descarte nos abatedouros e a aplicação de conservantes. A pele, nesse estágio, é tratada no frigorífico ou vendida para os curtumes, onde será submetida a outros processos até que se obtenha o couro”.

Os citados autores (p.60) descrevem as etapas do processamento industrial do couro da seguinte forma:

“• Curtume de Wet Blue – Desenvolve o primeiro processamento de couro, qual seja, logo após o abate, o couro salgado ou em sangue é despelado, graxas e gorduras são removidas e há o primeiro banho de cromo e o couro passa a exibir um tom azulado e molhado.

---

<sup>159</sup> Aspectos já abordados conforme Pessôa (1982) e Martins (2000).

- Curtume Integrado – Realiza todas as operações, processando desde o couro cru até o couro acabado.
- Curtume de Semi-Acabado [sic] – Utiliza como matéria-prima o couro wet blue e o transforma em couro crust (semi-acabado).
- Curtume de Acabamento – Transforma o couro *crust* em couro acabado.”

De acordo com Santos e outros (2002, p. 59), a tradicional indústria de curtumes vêm passando por mudanças, em função do fornecimento da matéria-prima, que tornou-se cada vez mais atrelado aos frigoríficos, os quais, desde os anos 1970, passaram a se deslocar para o Centro-Oeste brasileiro. Por outro lado, mudanças em nível internacional também teriam afetado a produção e o mercado de couros, tais como a ampliação deste segmento nos países subdesenvolvidos, e a consequente participação destes no comércio mundial.

Neste contexto, Cunha e outros (2009, p. 2-4), analisam a conjuntura mundial ao longo da década de 2000 para o ramo de couros, cuja produção, tradicionalmente realizada em países desenvolvidos, têm sido ampliada em países subdesenvolvidos, devido a fatores como oferta de matéria-prima e de mão de obra barata, além do crescimento da indústria calçadista nos mesmos. Assim, destacam o Brasil como um dos principais produtores e exportadores mundiais de couros, cuja participação teria evoluído de 6,5% em 2004 para 9,6% em 2008, classificando-se como terceiro principal país exportador

Por outro lado, China, Hong Kong e Itália lideram, respectivamente, as importações mundiais deste item, ao mesmo tempo que também se destacam nas exportações de calçados. (CUNHA et al., 2009, p. 5). Tal fato condiz com a ampliação das exportações brasileiras de couros para o mercado asiático, especialmente para a China<sup>160</sup>. Ressalte-se que a partir do ano 2000, as exportações deste segmento evoluíram no país, passando de 29 milhões de dólares no referido ano, para 2,3 bilhões em 2007, e, após uma queda em 2009 (quando registraram 1,2 bilhão), atingiram, em 2014, 3 bilhões de dólares. (DATAVIVA, 2015).

O crescimento do ramo de couros, e, conseqüentemente das exportações nacionais deste segmento, pode ser atribuído, em grande medida à política de incentivos por parte do governo federal, através de empréstimos concedidos pelo BNDES. Como exemplo, tem-se os empréstimos realizados em 2004 a empresas do complexo couro-calçadista, cujos valores corresponderam a 165 milhões de reais. Dentre as empresas contempladas, destaca-se a Braspelco (Brasil Peles e Couros), cuja concessão, no valor de 34 milhões de reais, destinou-se à construção de uma nova unidade, no Estado de Goiás. (RELATÓRIO BNDES, 2004, p. 56).

---

<sup>160</sup> Questão a ser analisada nas próximas seções deste capítulo.

A Braspelco destacou-se na produção e comercialização de couros no município e no setor de couros nacional, até meados dos anos 2000, chegando, em 2004, a empregar cerca de cinco mil funcionários e a exportar para 50 países. Nesta época, a empresa teria feito investimentos com o intuito de alcançar uma capacidade produtiva que permitisse ampliar suas exportações para um faturamento acima de 150 milhões de dólares (apostando na desvalorização do real e na alta do couro). Entretanto, em 2006, tornou-se inadimplente, tendo o BNDES como um de seus principais credores, arrendando suas instalações para o Grupo Bertin. (CASO BRASPELCO..., 2008).

No entanto, em 2010 a empresa teria arrendado suas instalações para o Grupo JBS<sup>161</sup>, uma das mais antigas empresas brasileiras, atuante no segmento de carne bovina, que também veio a se consolidar, mais recentemente, no ramo de couros. Com base em informações concedidas pela empresa, a seguir abordaremos a atuação deste grupo em nível nacional e no município estudado.

#### 4.2.3.1 O Grupo JBS e o ramo de couros

O Grupo JBS<sup>162</sup> (João Batista Sobrinho) é de origem nacional, tendo surgido na década de 1950, em Anápolis (GO), com atividades de processamento de carne bovina. Assim, de um pequeno frigorífico, instalado no citado município em 1953, cuja capacidade diária de processamento não ultrapassava a de cinco cabeças de gado, a JBS expandiu suas operações neste segmento, ao longo das décadas, alcançando, em 2001, uma capacidade de abate de 5,8 mil cabeças por dia.

Na primeira metade dos anos 2000 o grupo aumenta o número de unidades no Brasil e também na Argentina, e em 2005, inicia seu processo de internacionalização, através da aquisição da Swift-Armour, grande empresa argentina, exportadora de carne bovina. Nos anos seguintes, a empresa realiza novas aquisições, tais como Swift Company e a divisão de bovinos da Smithfield Foods, nos Estados Unidos, e a Tasman Group, na Austrália. Além disso, também passa a investir na bolsa de valores brasileira.<sup>163</sup>

---

<sup>161</sup> A informação sobre o arrendamento foi concedida pela unidade local do Grupo JBS. Quanto ao ano de instalação desta empresa no município, a informação consta no site “Empresas do Brasil”.

<sup>162</sup> A maior parte das informações foram extraídas do *site* da empresa.

<sup>163</sup> A JBS tornou-se a primeira companhia do setor frigorífico no Brasil a negociar suas ações na bolsa de valores a partir de março de 2007. Desde então, seus papéis são comercializados no Novo Mercado da BM&FBovespa, sob o código JBSS3, no mais elevado nível de governança corporativa do mercado de capitais brasileiro. O controle da companhia, atualmente, é exercido pela FB Participações, com 43,97% das ações, enquanto 52,7% tem livre flutuação no mercado. (JBS, 2015).

Em 2009 a JBS incorpora o grupo Bertin, detentor do segundo maior frigorífico brasileiro, ao mesmo tempo em que, ao adquirir o controle acionário da Pilgrim's Pride, ingressa no mercado norte-americano de aves. Neste mesmo ano é inaugurada a divisão de couros.

No ano de 2012, além de expandir sua capacidade anual de processamento de bovinos em 2 milhões de cabeças, a companhia passa a atuar no segmento avícola nacional, vindo, no ano seguinte, a se consolidar neste setor, através da aquisição da empresa Seara Brasil.

Atualmente, o Grupo JBS atua em quatro segmentos, estruturados da seguinte forma: JBS Carnes (linha bovina), JBS Foods (linha de frango, suínos, perus, aves e industrializados), JBS Novos Negócios (o qual abrange produção de biodiesel, colágeno bovino, envoltórios para indústria de embutidos, sabonetes, além de uma unidade voltada para a gestão de resíduos sólidos e uma transportadora), e JBS Couros. Assim sendo, a companhia atua em diversas atividades, tais como,

[...] no processamento de carnes bovina, suína, ovina e de frango e no processamento de couros. Além disso, comercializa produtos de higiene e limpeza, colágeno, embalagens metálicas, biodiesel, entre outros. O diversificado portfólio do grupo conta com marcas [...] como Swift, Friboi, Maturatta, Cabana Las Lilas, Pilgrim's, Gold Kist Farms, Pierce e 1855. Essa variedade de produtos e a presença em 24 países de 5 continentes (entre plataformas de produção e escritórios) atendem mais de 300 mil clientes em mais de 150 nações. (JBS, 2015).

No segmento de couros, a JBS produz couros *wet blue*, semiacabado e acabado, para os ramos automobilístico, moveleiro, e de fabricação de calçados e artefatos de couro.

A maioria das unidades do Grupo JBS se dedica ao processamento do couro *wet blue*, várias delas situadas na região Centro-Oeste, de tradição pecuária. Segundo Cristellotti (2011, p. 13), a JBS concentra a maior parte da produção nacional de couro *wet blue*, correspondendo a aproximadamente 70% do total.

Em relação à Uberlândia, a unidade se encontra instalada no Distrito Industrial desde 2010, cuja localização, no município, se deve à facilidade na distribuição dos produtos acabados para o mercado consumidor, constituindo-se numa das únicas do país que realizam as etapas de semiacabamento e acabamento de couros (FIGURA 17). Os demais estabelecimentos se localizam nos municípios de Cascavel (CE), Itumbiara (GO), Lins (SP) e Montenegro (RS), assim como também há unidades em países vizinhos (Argentina e Uruguai) e no continente asiático (Vietnã e China).

Assim, constatamos que a unidade da JBS situada em Uberlândia abrange as etapas de fabricação do couro semiacabado e acabado já descritas<sup>164</sup>, ou seja, de transformação do couro curtido (*wet blue*) em couro semiacabado (*crust*), e, posteriormente, em couro acabado. Tal constatação nos faz supor que o estabelecimento não mantenha, portanto, um vínculo direto com a atividade pecuária local e regional, já que não realiza a primeira etapa, ou seja, de elaboração do couro *wet blue*. Assim sendo, é provável que a referida matéria-prima advenha de outras unidades do grupo, localizadas nos Estados de Goiás e Mato Grosso, nos quais concentra a maior parte das unidades fabricantes de couro curtido.

Por outro lado, o fato da JBS possuir “centros de distribuição” na Itália, Estados Unidos e China (por sinal, os principais mercados de couros do Brasil e também do município), além de um terminal portuário em Santos (SP), evidencia o vínculo do grupo (e do ramo “couros”) com o mercado externo. Neste contexto, como já relatado, a unidade de Uberlândia exporta seus produtos para China e Itália (dentre outros países), questão a ser analisada nas próximas seções.

Em relação à magnitude do grupo no ramo de couros e no mercado internacional, segundo o Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil (CICB, 2016), a JBS liderou em 2013, o *ranking* dos maiores exportadores de peles e couros do país, ultrapassando o valor de 100 milhões de dólares, seguida, respectivamente, das empresas Mastrotto Brasil, Durlicouros e Vancouros.<sup>165</sup> Em 2014 as exportações globais do grupo atingiram 16,2 bilhões de dólares. (JBS, 2015).

Após o exposto em relação às empresas agroindustriais situadas em Uberlândia, voltadas para os segmentos de soja, carnes e de couros, cabe, a seguir, analisar a sua articulação ao mercado globalizado de *commodities* agrícolas e agroindustriais. Como se verá, muitos dos itens que compõem a pauta exportadora do município, tratam-se de produtos processados e/ou comercializados pelas empresas Cargill, ADM, Algar Agro, Brasil Foods e JBS Couros.

---

<sup>164</sup> SANTOS et al. (2002).

<sup>165</sup> *Ranking* das empresas com exportações maior que 10 milhões de dólares em 2013. (CICB, 2016).

### 4.3 O “lugar” Uberlândia no Brasil e no mundo

Como demonstrado anteriormente, o crescimento das *commodities* na pauta exportadora brasileira, pode ser atribuído, em grande medida, à crescente demanda por parte de países asiáticos, especialmente da China.

Ao longo da década de 2000, entre os Estados que exportaram *commodities* para o continente asiático, Minas Gerais manteve o posto de segundo maior exportador (exceção feita ao ano de 2004, quando ficou em terceira colocação, sendo superado por São Paulo e Paraná). Desde 2010, o Estado mineiro vem ocupando a primeira posição no “*ranking*” das exportações destinadas a países asiáticos, cabendo a São Paulo o segundo lugar. A respeito dos países de destino, verifica-se que, após 2007, a China constitui-se no principal mercado para as exportações de Minas Gerais, especificamente, de produtos básicos, como *minérios de ferro*, *metais* e produtos do *complexo soja*<sup>166</sup>, os quais, somados, ultrapassam 90% da pauta exportadora. (DATAVIVA, 2015).

Em relação ao *complexo soja*, o mercado chinês tem se apresentado como o principal destino das exportações de Minas Gerais<sup>167</sup>. Como observado na figura 18, tal situação acentuou-se a partir de 2006, quando o comércio de soja e derivados para a China somou 187,71 milhões de dólares, correspondendo a 50,3% do valor total exportado pelo Estado. Após 2008, o aumento no valor das exportações foi crescente, alcançando, em 2013, 625,11 milhões de dólares ou 61,5%. Apesar do ligeiro declínio registrado em 2014, em termos absolutos – quando as exportações somaram 581,8 milhões de dólares –, tal valor representa 70% da soja e derivados exportados pelo Estado mineiro (FIGURA 18).

---

<sup>166</sup> O complexo soja abrange os seguintes produtos: soja em grão, farelo de soja e óleo de soja. Conforme Cleps Júnior (1998, p. 151), a “[...] cadeia agroindustrial de oleaginosas estende sua atuação por um conjunto de mercados, dos quais se destacam: a produção e o comércio de grãos; a produção de óleos vegetais (óleo bruto e refinado) e a produção de rações (farelo). Além disso, para melhor compreensão das estratégias das empresas [...], pode-se considerar a configuração de diferentes encadeamentos na produção de soja, a saber: a produção de grãos-farelo-óleo e de grãos-rações-carne”.

<sup>167</sup> As exportações do complexo soja de Minas Gerais para a China compreendem a soja em grãos e o óleo de soja. O farelo de soja tem como principal mercado consumidor o continente europeu, embora, a partir de 2009, tenha passado a destinar suas exportações também para vários países asiáticos. (DATAVIVA, 2015).

Figura 18 - Exportações do complexo soja para a China e total exportado (em milhões de dólares) – Minas Gerais – 2000 a 2014.



Fonte: DATAVIVA, 2015.

Elaborado pela autora

Dentre os municípios mineiros que destinam parte das exportações do *complexo soja*, e de outros produtos tais como os do complexo carnes e de couros para a China, destaca-se Uberlândia, o qual vem, crescentemente, participando da divisão internacional do trabalho como exportador de *commodities*, fato que será analisado no tópico a seguir.

4.3.1 A participação de Uberlândia na divisão internacional do trabalho: a pauta exportadora do período de 2000 a 2014.

4.3.1.1 As exportações de *commodities* agrícolas e agroindustriais

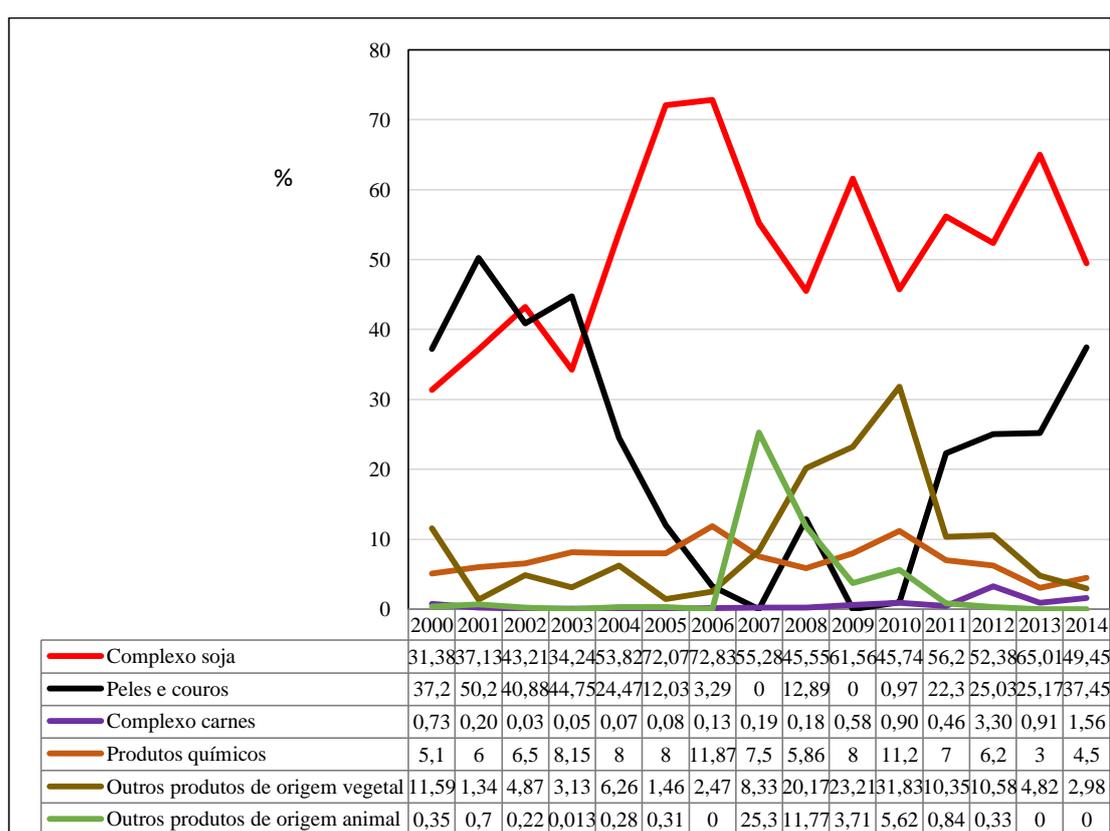
Com base nas informações do Banco de Dados DATAVIVA, disponibilizado pelo Governo do Estado de Minas Gerais – o qual dispõe de dados e informações econômicas relativas aos Estados e municípios brasileiros –, foi possível identificar os produtos exportados pelo município de Uberlândia, bem como os países de destinos das exportações, para o período de 2000 a 2014.

Assim, no que se refere à pauta exportadora, pode-se dizer que abrange majoritariamente, produtos classificados como básicos ou *commodities* brutas (tais como soja em grão, milho em grão, carnes *in natura*, café) e semimanufaturados ou *commodities*

processadas<sup>168</sup> (couros curtidos, couros preparados, farelo e óleo de soja, açúcar em bruto), embora também exporte manufaturados (tais como produtos químicos, maquinários, etc.).

A figura 19 demonstra a participação dos principais produtos exportados pelo município, os quais encontram-se assim classificados: *complexo soja*; *couros de animais*; *complexo carnes*; *produtos químicos*; *outros produtos de origem vegetal*; *outros produtos de origem animal*. Considerando-se o período abordado, verifica-se que os produtos de exportação que mais se destacam consistem naqueles do chamado *complexo soja* e do segmento *couros*<sup>169</sup>.

Figura 19 - Principais produtos exportados – Uberlândia (MG) – 2000 a 2014.



Fonte: DATAVIVA, 2015.

Elaborado pela autora

Assim, observa-se que o chamado *complexo soja* apresentou, já nos primeiros anos da década de 2000, uma expressiva participação (entre 31% e 43%), sobressaindo-se em relação aos demais a partir de 2004, ao responder por 53,8% das exportações. Em 2005 e 2006, alcançou 72%, e nos anos seguintes, manteve uma participação de 45% a 65%, registrando, em 2014, 49,45% do total exportado.

<sup>168</sup> Segundo classificação de Nakahodo e Jank (2006).

<sup>169</sup> Segundo classificação do Banco de Dados DATAVIVA (2015), tal segmento inclui “couros e peles curtidos de bovinos ou de eqüídeos” e “couros preparados de bovinos ou eqüídeos”.

O segmento *couros* destacou-se entre os anos de 2000 e 2003 (respectivamente 37,25% e 44,75%, além de em 2001 ter respondido por 50,29% das exportações), declinando sensivelmente a partir de 2005. Contudo, desde 2011 tal segmento vem recuperando a sua participação nas exportações uberlandenses, chegando, em 2014, a 37,45% do total (FIGURA 19).

O *complexo carnes* abrange aves<sup>170</sup>, carnes (de aves, suína e bovina), miúdos comestíveis e órgãos de animais, e, embora tenha composto as exportações ao longo de todo o período abordado, apresentou uma baixa participação na maior parte dos anos. Desta forma, até 2008 a pauta restringiu-se somente à comercialização de aves, sendo que, a partir de 2009, ocorre uma diversificação dos produtos, e um incremento na participação deste ramo, sobretudo através das exportações de carne de aves.

Tal participação, embora modesta em comparação ao *complexo de soja e couros*, torna-se representativa no contexto nacional, por tratar-se, como já abordado, do segundo principal segmento de exportação do agronegócio. Neste sentido, o aumento das exportações de carnes após 2009 ocorreu justamente quando a unidade da Sadia, já instalada desde 2000, passou a representar a Brasil Foods (BRF), uma empresa de atuação em escala mundial, vinculada ao comércio de *commodities*, e única do ramo, até onde se tem notícia, a realizar atividades de exportação no município.

Além da soja e derivados, o município exporta *outros produtos de origem vegetal*, item que inclui produtos diversos, como tabaco (enrolado e processado), café, açúcar (in natura, de confeito e de outros tipos), milho, farelo, amido de milho ou féculas. Até meados dos anos 2000, a participação destes produtos na pauta exportadora teria variado entre 1,5% a 12%, destacando-se em 2008, 2009 e 2010 (respectivamente, 20,17%, 23,21% e 31,83% das exportações), com declínio nos anos posteriores, respondendo, em 2014, por apenas 2,98% do total.

O segmento *outros produtos de origem animal*, que inclui leite concentrado e ovos, teve uma maior representatividade apenas em 2007 (quando atingiu 25,3%), permanecendo com pequena participação nos demais anos, não apresentando em 2013 e 2014, participação nas exportações.

A figura 19 destaca ainda o ramo *produtos químicos*<sup>171</sup>, o qual participou da pauta exportadora do município ao longo de todo o período em questão. Apesar de apresentar uma

---

<sup>170</sup> Considera-se este item, embora não seja produto agroindustrial, por vincular-se ao ramo de carnes.

<sup>171</sup> Os produtos químicos em questão abrangem, em ordem de importância, ácidos carboxílicos, colofonia, misturas perfumadas, produtos de limpeza, dentre outros.

participação que varia em torno de 5% a 11% (mais expressiva somente em 2006 e 2010, respectivamente 11,87% e 11,2%), supera as exportações dos ramos de *produtos de origem vegetal* e de *produtos de origem animal* na maior parte do período abordado, e, em alguns anos, até mesmo de *couros*.

Além destes, Uberlândia também exportou, no decorrer do período em tela, diversos outros itens - semimanufaturados e manufaturados -, a saber: *produtos alimentares* como chocolate e cereais; *bebidas* como cerveja e suco de frutas; *artigos têxteis* tais como algodão cru e fios de algodão; *calçados*; *maquinários* como máquinas para pulverização, de processamento de tabaco e de alimentos, colheitadeiras; *produtos odontológicos*, dentre outros<sup>172</sup>.

A respeito dos dois principais segmentos de exportação (*complexo soja* e *couros*) a figura 20 permite compará-los pelos respectivos produtos, possibilitando, assim, avaliar a importância destes nas exportações do município. Desta forma, verifica-se que entre 2000 e 2003, o item “couros e peles curtidos de bovinos ou equídeos” teve a maior participação nas exportações (entre 37% e 50% do total) – participação que pode ser atribuída a Braspelco - declinando sucessivamente nos anos seguintes, vindo a recuperar-se somente a partir de 2011, atingindo em 2014, 6,88%. Já a participação do item “couros preparados de bovinos e equídeos” foi praticamente nula durante a década de 2000 (com exceção de 2008, quando respondeu por 12,89% das exportações). Apenas a partir de 2011 apresentou um incremento, e em 2014 alcançou 30,57% das exportações (por sinal, o mais alto percentual registrado ao longo do período), superando todos os demais produtos, o que certamente possa ser atribuído à presença da JBS Couros, instalada em 2010.

Todavia, como já demonstrado, no conjunto, desde 2004 o *complexo soja* obteve a maior participação (apesar de uma queda em 2014), permanecendo como o principal segmento de exportação do município, cabendo ao de *couros*, na maior parte dos anos, o segundo lugar nas exportações (FIGURA 19).

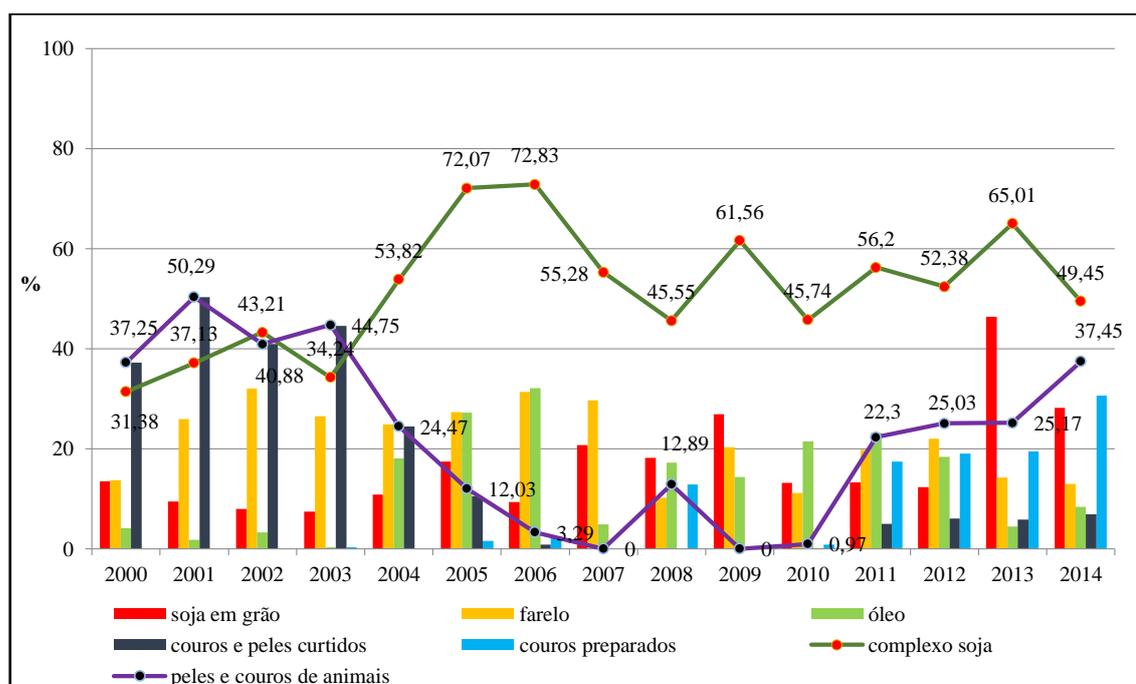
Com respeito ao *complexo soja*, observa-se que, de 2001 a 2005, o “farelo de soja” foi o item que apresentou maior participação (entre 24 e 32%), com destaque ainda em 2006 (quando atingiu 31,4%, porém não mais como o principal produto), 2007 e 2012 (respectivamente 29,66% e 21,95%). Em relação ao “óleo de soja”, houve uma maior

---

<sup>172</sup> Os produtos mencionados referem-se àqueles que estiveram presentes nas exportações do município na maioria dos anos analisados. Outros produtos também aparecem na pauta exportadora ao longo do período, porém, com menos frequência, tais como artigos de vestuário, materiais plásticos, instrumentos para análise química, tratores e até mesmo aviões.

participação frente aos demais itens, apenas nos anos de 2006 (32,08%), 2010 (21,44%) e 2011 (23,16%). Assim, coube à “soja em grãos” o predomínio na pauta exportadora nos anos de 2008 e 2009 (respectivamente 18,14% e 26,89%), e em 2013, quando alcançou 46,39% do total. Em 2014, caiu para 28,17% (sendo superada pelo item “couros preparados”, com 30,57%), contudo, ainda classifica-se como o principal item, em comparação aos demais do complexo soja (FIGURA 20).

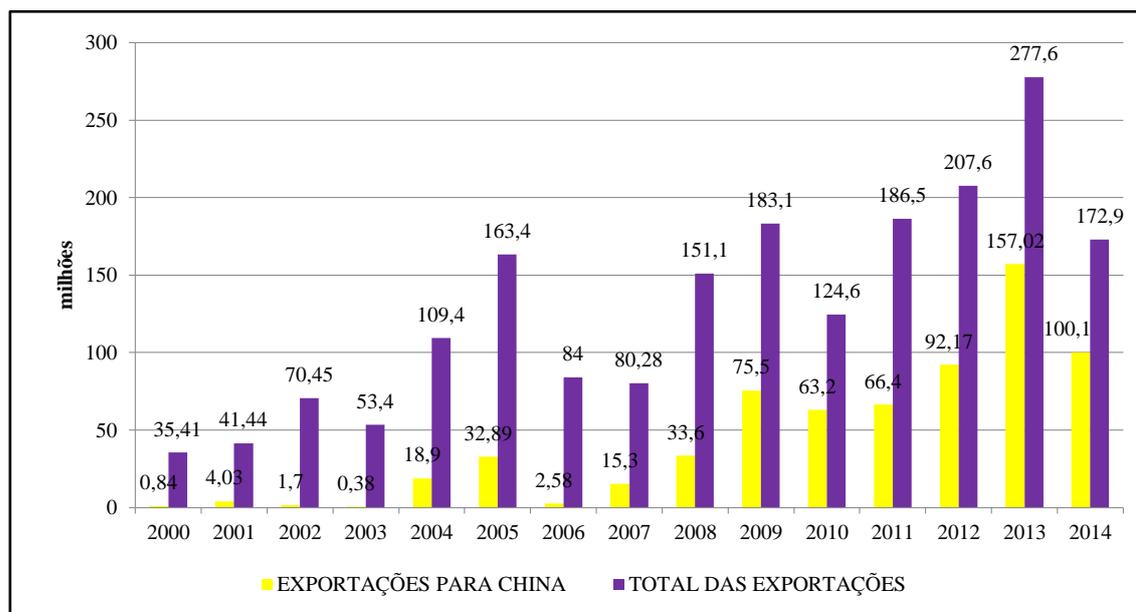
Figura 20 - Exportações do complexo soja e de couros por produto – Uberlândia (MG) – 2000 a 2014.



Fonte: DATAVIVA, 2015.  
Elaborado pela autora

Considerando-se o *complexo soja* no que se refere ao valor das exportações, com base na figura 21, verifica-se que as exportações de Uberlândia evoluíram, quantitativamente, ao longo dos anos 2000 e na presente década, com algumas oscilações no decorrer deste período, alcançando 172,9 milhões de dólares em 2014. Analisando-se cada produto, isoladamente, em valores exportados, constata-se, de 2000 a 2005, que o “farelo de soja” se destaca, sendo que a partir de 2006, na maioria dos anos, o destaque coube à “soja em grãos” ou ao “óleo de soja”. (FIGURA 22).

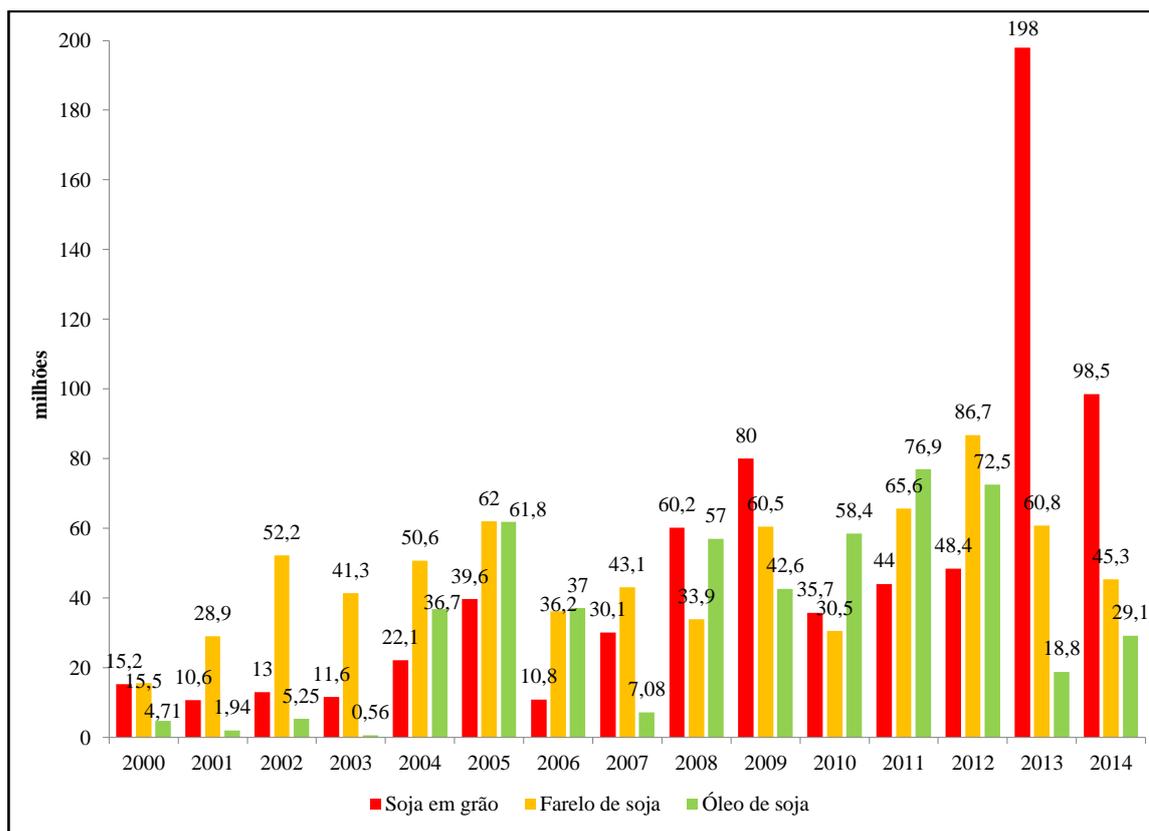
Figura 21 - Complexo soja: valor exportado para a China e total das exportações (em milhões de dólares) – Uberlândia (MG) – 2000 a 2014.



Fonte: DATAVIVA, 2015.

Elaborado pela autora

Figura 22 - Exportações do complexo soja por produto (em milhões de dólares) – Uberlândia (MG) – 2000 a 2014.



Fonte: DATAVIVA, 2015.

Elaborado pela autora

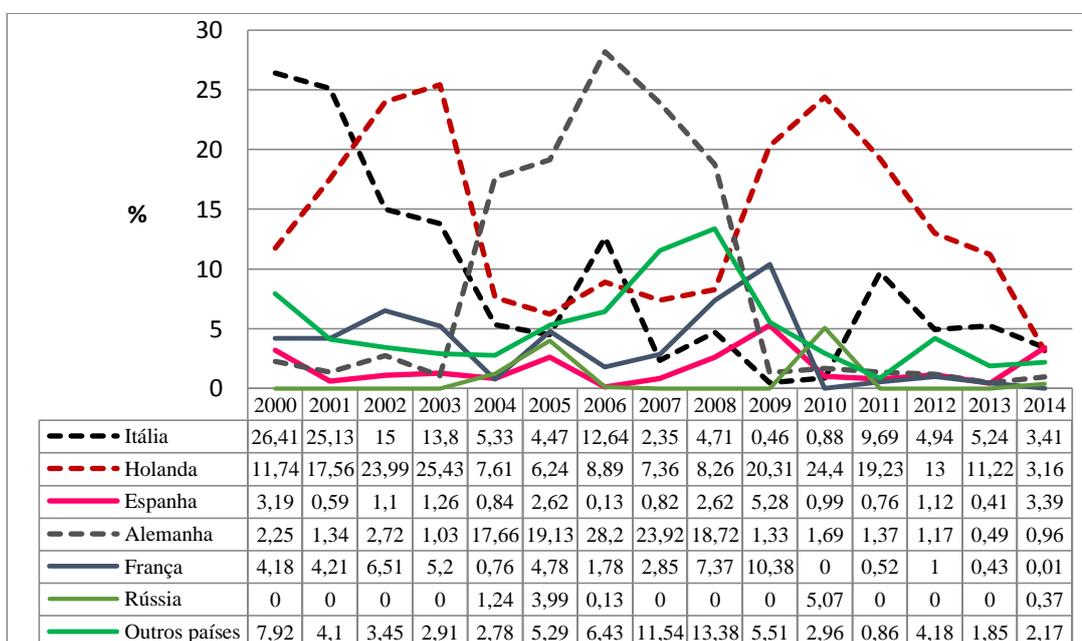
#### 4.3.2 Os espaços de destino das exportações uberlandenses

No tocante ao destino das exportações, verificou-se que, no decorrer do período analisado, Uberlândia estabeleceu relações comerciais com diversos países, pertencentes aos continentes asiático, europeu, das Américas do Norte, Central e do Sul, e também da África.

No que se refere à Europa, destacam-se três países, Itália, Holanda, Espanha e Alemanha. Com respeito à Itália, esta foi o principal destino das exportações do município, em 2000 e 2001 (26,4% e 25,13%), declinando sucessivamente nos anos seguintes. Com exceção de 2006 e 2011, quando teve uma ligeira recuperação em relação aos anos anteriores, apresentou uma baixa participação no decorrer do período (FIGURA 23). Dentre os produtos exportados, predominam os de *couros* e os do *complexo soja*, sobretudo o farelo, cuja participação em 2014 foi de 61,8%.

Em relação à Holanda, sua participação nas exportações uberlandenses foi crescente entre 2000 e 2003 (de 11,7% para 25,4%), declinando posteriormente. Embora a partir de 2009 tenha elevado a sua participação, em 2014 recebeu somente 3,4% das exportações do município. O “farelo de soja” prevaleceu como o principal produto comercializado para este país, seguido da soja em grão e do óleo de soja, além de *outros produtos de origem vegetal* (farelo e milho), e, em proporção menor, também *produtos químicos*.

Figura 23 - Europa: países de destino das exportações do município de Uberlândia (MG) – 2000 a 2014.



Fonte: DATAVIVA, 2015.

Elaborado pela autora

Já no tocante à Alemanha, a sua participação foi mais expressiva entre 2004 e 2008 (em torno de 17% e 28%), sendo que nos anos seguintes não ultrapassou 1,7% das exportações. A pauta exportadora destinada ao mercado espanhol abrange, além de produtos do segmento *couros* e do *complexo soja*, (especialmente grãos e farelo), *produtos químicos* como “colofonia” e “ácido carboxílico”, além de “maquinários” e “artigos do vestuário”.

Outros países europeus – tais como França, Reino Unido, Portugal e Rússia<sup>173</sup> importam, embora em menor proporção, produtos de Uberlândia, especialmente a “soja em grãos” e o “farelo de soja”. Entretanto, tais países também constituem-se num importante mercado consumidor para *produtos químicos* como “colofonia”, “ácidos” e “sabão” (tais como França, Reino Unido e Portugal), “artigos de vestuário” e “madeira serrada” (para França), produtos de *couros* (Portugal), “calçados”, “artigos têxteis”, “produtos de material plástico” (Portugal); *maquinários* (Rússia) e “açúcar in natura” (Rússia); além de “glândulas e outros órgãos” (Suíça).

No conjunto, verifica-se que houve um declínio da participação dos países europeus como destino das exportações oriundas de Uberlândia. Entretanto, permanecem, ainda, como um importante mercado consumidor para o município, especialmente para as exportações do “farelo de soja”.

Outro importante destino para as exportações uberlandenses consiste nos Estados Unidos, tradicionalmente um dos principais parceiros comerciais do Brasil. Apesar da queda na sua participação após 2005 vem mantendo-se como um importante mercado para produtos, tais como os do segmento de *couros*, *produtos de origem vegetal* (como “açúcar” e “tabaco”), *metais*, e *produtos químicos* como a dextrina<sup>174</sup>, além de “chocolates”, “sementes” e “móveis”.<sup>175</sup> Entretanto, conforme informações do CIEMG (2013), o município também exporta para o mercado norte-americano produtos do *complexo soja*, através das empresas ADM e Cargill (FIGURA 24).

---

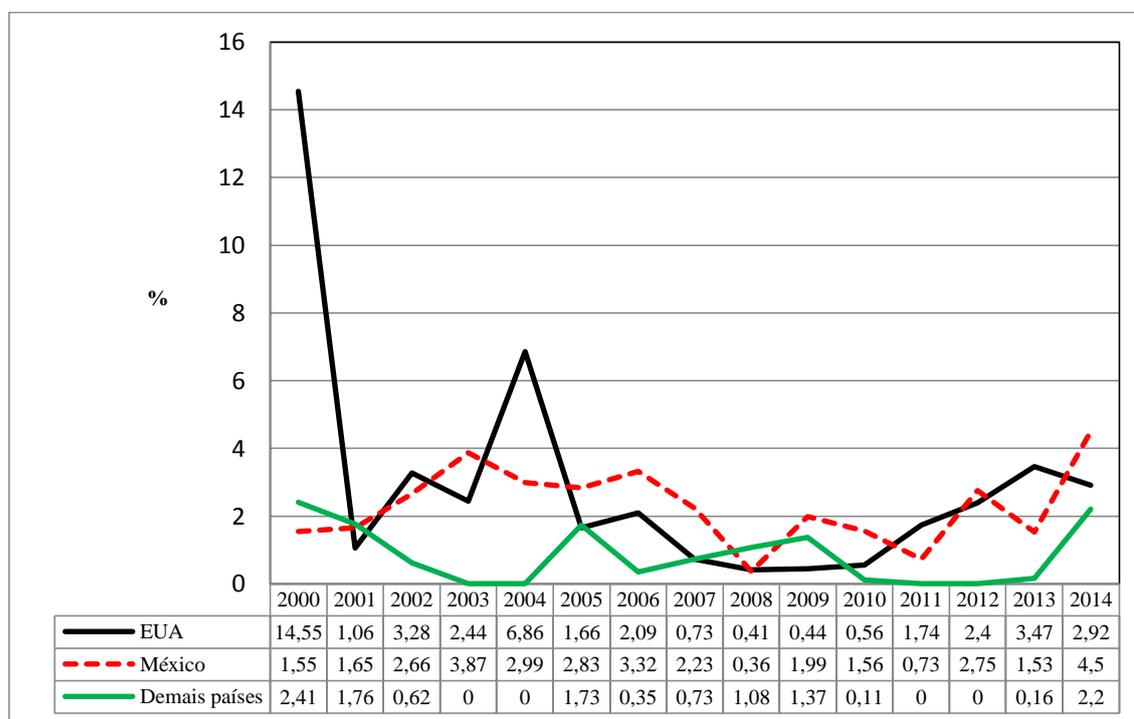
<sup>173</sup> Pertencente ao grupo dos BRICS, a Rússia importa sobretudo “óleo de soja”.

<sup>174</sup> Amido industrial fabricado pela Cargill.

<sup>175</sup> Produtos exportados, respectivamente, pelas empresas “Chocolates Imperial”, “Erlan”, “Monsanto” e “Lugram”. (FIGURA 15)

A figura 24 destaca ainda o México, cuja participação transcorreu no decorrer de todo o período em análise.<sup>176</sup> Dentre “demais países” tem-se Cuba e Guatemala (os quais, apesar da baixa participação ao longo dos anos, mantiveram-se, até 2014, como destino das exportações).

Figura 24 - Américas do Norte e Central: países de destino das exportações do município de Uberlândia (MG) – 2000 a 2014.



Fonte: DATAVIVA, 2015.

Elaborado pela autora

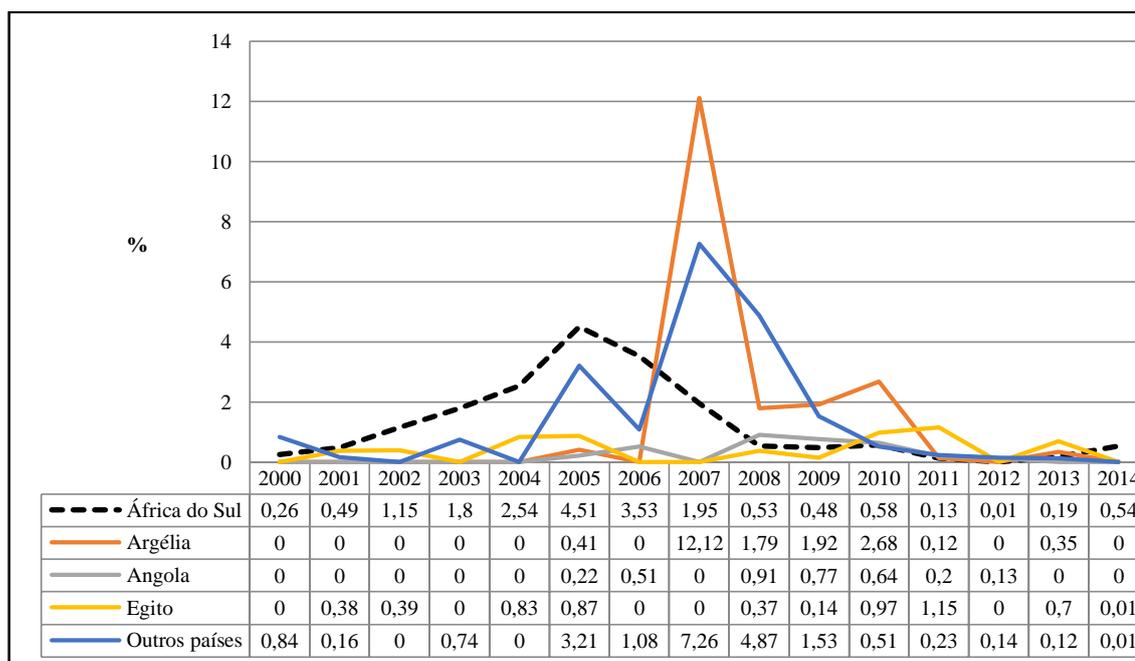
A figura 25 apresenta a África do Sul<sup>177</sup> como principal país importador do continente africano para produtos como “açúcares”, “amido e féculas”, e do *complexo soja* e de *couros*.<sup>178</sup> Outro país destacado, sobretudo em 2007, é a Argélia, através da importação de leite concentrado (produto que se manteve na pauta exportadora para este país, ao lado de “derivados de soja”, “açúcares”, e “materiais plásticos”).

<sup>176</sup> Segundo o cadastro industrial CIEMG/FIEMG (2013), a única empresa que tinha o México como mercado consumidor é a “Resinas Tropicais”. Entretanto, em 2014 este país classificou-se como o segundo principal mercado para o ramo de couros. (DATAVIVA, 2015)

<sup>177</sup> País pertencente ao grupo dos BRICS.

<sup>178</sup> A empresa “Erlan” comercializa “balas, bombons e chocolates” para este país. (FIGURA 15)

Figura 25 - África: países de destino das exportações do município de Uberlândia (MG) – 2000 a 2014.



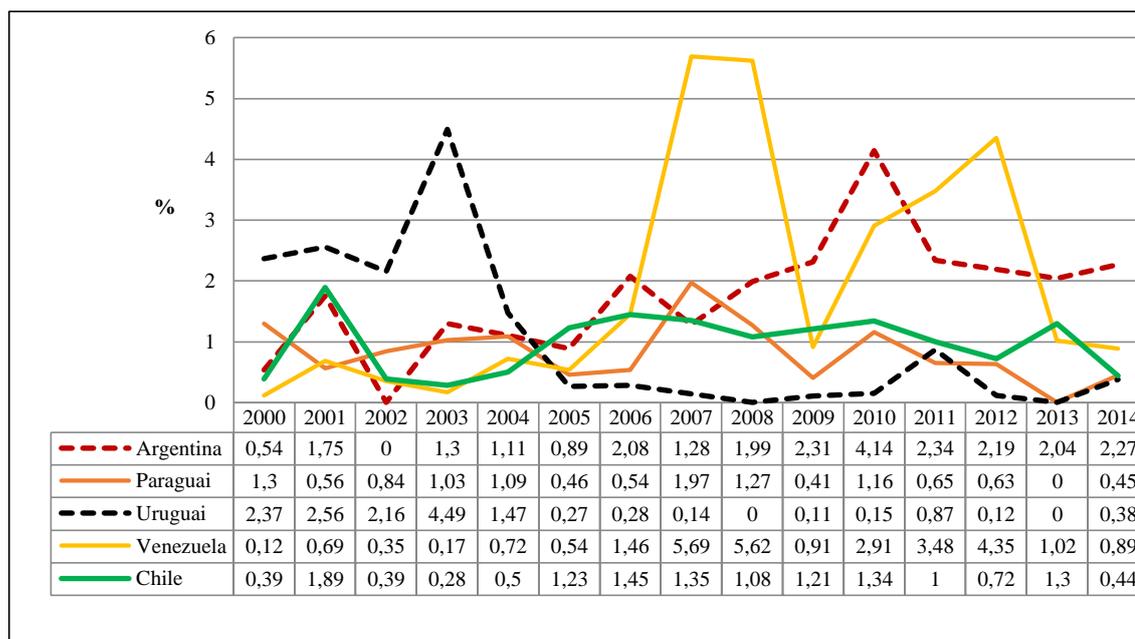
Fonte: DATAVIVA, 2015.

Elaborado pela autora

Com base na figura 26 verifica-se, ainda, que Uberlândia mantém relações comerciais com vários países da América do Sul, exportando os seguintes itens: *produtos químicos*, *maquinários* e *produtos de origem vegetal* (tais como farelo, milho, açúcares, tabaco, amidos e féculas) para Argentina, Paraguai e Chile; *produtos de origem animal* para o Paraguai; *produtos odontológicos* (Paraguai e Uruguai) e *produtos alimentares* como “balas, bombons e chocolate” para o Paraguai<sup>179</sup>, e ainda, *peles e couros* para o Uruguai. Além destes, outros países para os quais o município também exporta são Venezuela, Bolívia, Colômbia, Peru, Equador e Guiana, para os quais destina, sobretudo *produtos de origem vegetal* (milho, amido e féculas) *produtos químicos*, de *origem animal* e também do *complexo soja*.

<sup>179</sup> Conforme a figura 15 a empresa “Erlan” também exporta “balas, bombons e chocolates” para diversos países sul-americanos como Chile, Bolívia, Venezuela, Argentina, Uruguai.

Figura 26 - América do Sul: países de destino das exportações do município de Uberlândia (MG) – 2000 a 2014.



Fonte: DATAVIVA, 2015.

Elaborado pela autora

Entretanto, é para o continente asiático que Uberlândia vem destinando crescentemente suas exportações, particularmente produtos do *complexo soja*, de *peles e couros* (os quais, como se verá a seguir, tem na China o seu principal mercado) e, em menor proporção, do *complexo carnes*.

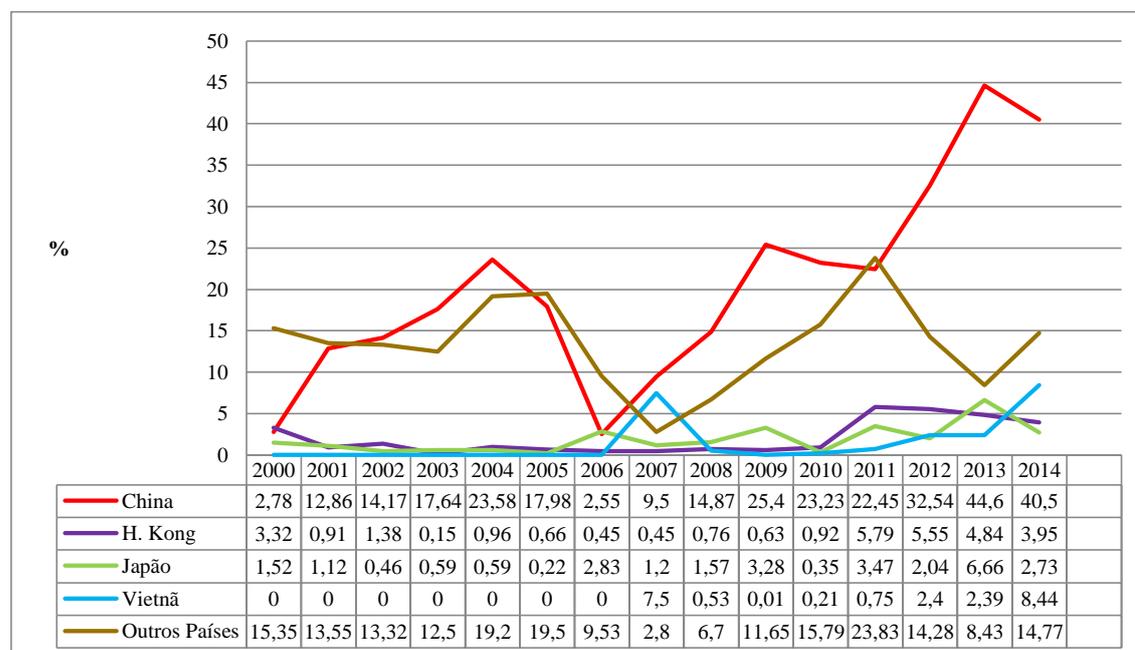
#### 4.3.2.1 A articulação de Uberlândia ao mercado asiático, particularmente à China

A participação de Uberlândia no comércio internacional tem se caracterizado pelo estreitamento das relações comerciais com diversos países da Ásia. Como pode ser observado na figura 27, a ampliação do mercado consumidor asiático desenvolveu-se paulatinamente, ao longo da década de 2000, consolidando-se a partir de 2009, quando a China tornou-se o principal parceiro comercial do município. Além deste país, Uberlândia tem exportado para Hong Kong, Japão, Índia, Vietnã, dentre vários outros países (FIGURA 27).

As exportações para o mercado asiático consistem, principalmente, nos produtos do complexo *soja*<sup>180</sup> e de *couros de animais*, os quais, além da China, destinam-se a

<sup>180</sup> Cabe aqui uma observação sobre o “farelo de soja”, o qual, embora tenha como principal mercado o continente europeu, também é comercializado para vários países asiáticos, como o Japão, Indonésia, Vietnã, Coréia do Sul e Tailândia.

Figura 27 - Ásia: países de destino das exportações do município de Uberlândia (MG) – 2000 a 2014.



Fonte: DATAVIVA, 2015.

Elaborado pela autora

Hong Kong Japão, Índia<sup>181</sup>, Indonésia, Vietnã, Tailândia, Coréia do Sul, Paquistão, Malásia, Taiwan, Cingapura, Arábia Saudita, Bangladesh, Emirados Árabes (no caso dos três últimos, somente do complexo soja). Por outro lado, Uberlândia também exporta *outros produtos de origem vegetal* (milho; café, açúcar) ao Vietnã, Coréia do Sul, Arábia Saudita, Síria, Israel e Malásia; também são comercializados *produtos de origem animal* (especialmente carnes de aves e suína) para Hong Kong, Vietnã, Emirados Árabes; *produtos químicos* para Japão, Indonésia, Emirados Árabes, Síria<sup>182</sup>; *móveis* para a Arábia Saudita; *materiais plásticos* para Síria e *maquinários* para Israel.

Um fato a ser destacado em relação aos países asiáticos, diz respeito ao Vietnã, o qual, embora tenha apresentado uma baixa participação nos destinos das exportações uberlandenses ao longo dos anos, em 2014 classificou-se como o segundo principal mercado, com 8,44% do

<sup>181</sup> As exportações de Uberlândia para este país, assim como a Rússia, baseiam-se, quase que exclusivamente no item “óleo de soja”.

<sup>182</sup> Em relação à exportação de produtos químicos para a Ásia, parece haver tendência à ampliação, pois conforme Nogueira (2015), a “Start Química”, empresa de origem local que já realiza atividades de exportação há mais de vinte anos (para América Latina, África e também os Estados Unidos), pretende estender seu mercado para este continente, particularmente Oriente Médio e China. Como verificado em nossa pesquisa, trata-se do maior estabelecimento do ramo químico.

total (FIGURA 27). Apesar de uma pauta diversificada (composta por açúcares, milho e *produtos de origem animal*), desde 2010 destaca-se como importador de *couros* e de *carnes*.

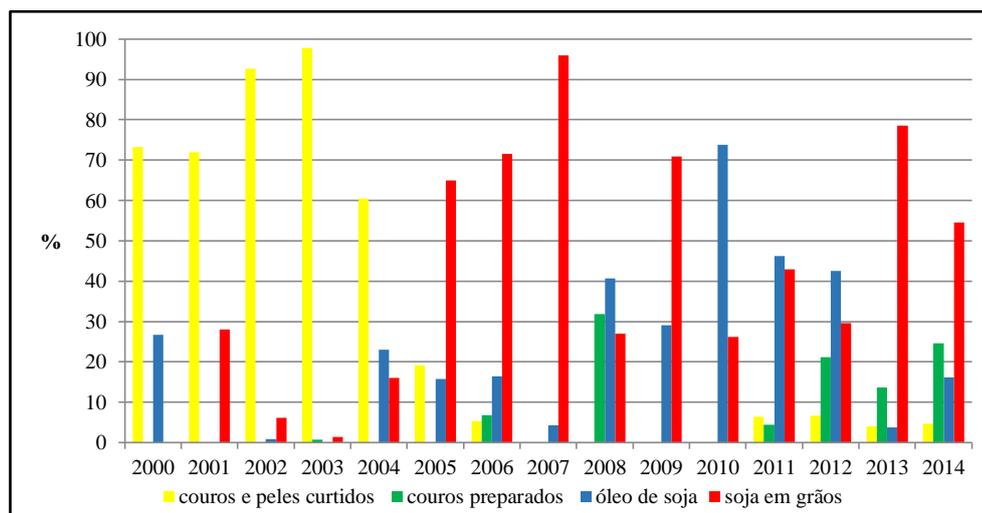
No que se refere à China, constata-se uma evolução na sua participação nos destinos das exportações de Uberlândia já na primeira metade da década de 2000, e, à exceção do ano de 2006, seu crescimento foi quase que ininterrupto, colocando-a à frente dos outros países asiáticos e de todos os demais países de destino, alcançando, em 2014, 40,5% do total (FIGURA 27).

Quanto aos produtos destinados ao mercado chinês, estes se referem aos produtos do *complexo soja* (“óleo de soja” e “soja em grãos”) e de *couros* (“couros e peles curtidos” e “couros preparados”). Conforme já relatado, quanto ao primeiro segmento, há duas empresas no município que comercializam tais produtos para a China, a ADM e a Cargill (CIEMG, 2013), sendo que no que se refere ao de *couros*, cabe à JBS as exportações para este país.

Em relação ao *complexo soja*, o valor das exportações para a China, em 2014, correspondeu a 100,1 milhões de dólares, ou 58% do total exportado (FIGURA 21). Considerando-se as exportações por produto, a partir da figura 28 pode-se dizer que, desde 2005, a “soja em grãos” consiste no principal produto de exportação, quando respondeu por 65% das exportações. De lá para cá, apesar do declínio observado em 2008, 2010 e 2012 (momentos em que atingiu menos de 30% das exportações), tornou-se, na maioria dos anos, o item de maior participação, atingindo, em 2014, 54,5% do total. Além disso, observa-se ainda que nos anos em que houve declínio da “soja em grãos”, o “óleo de soja” consistiu no principal produto de exportação, o que demonstra a importância do *complexo soja* nas relações comerciais com a China. (FIGURA 28).

Além de soja e derivados, como já mencionado, o município também exporta para este país produtos de origem animal, classificados no grupo de *couros*. No início da década 2000, o item “couros e peles curtidos” representava a maior parte das exportações (em 2003, chegou a atingir 97% do total exportado), participação esta que desde 2007 tornou-se nula, vindo a recuperar-se a partir de 2011, porém de forma modesta, registrando, em 2014, apenas 4,72% de participação. Já o item “couros preparados”, cuja participação foi quase nula até o final do decênio passado – exceção feita a 2003, 2006 e 2008 -, passou a ter um maior incremento nos últimos anos, representando, em 2014, 24,65% do total comercializado com a China, classificando-se em segundo lugar, quanto ao total das exportações (FIGURA 28).

Figura 28 - Exportações do município de Uberlândia (MG) para a China por produto – 2000 a 2014.



Fonte: DATAVIVA, 2015.

Elaborado pela autora

#### 4.3.2.2 A articulação local-global através dos segmentos de soja, carnes e couros

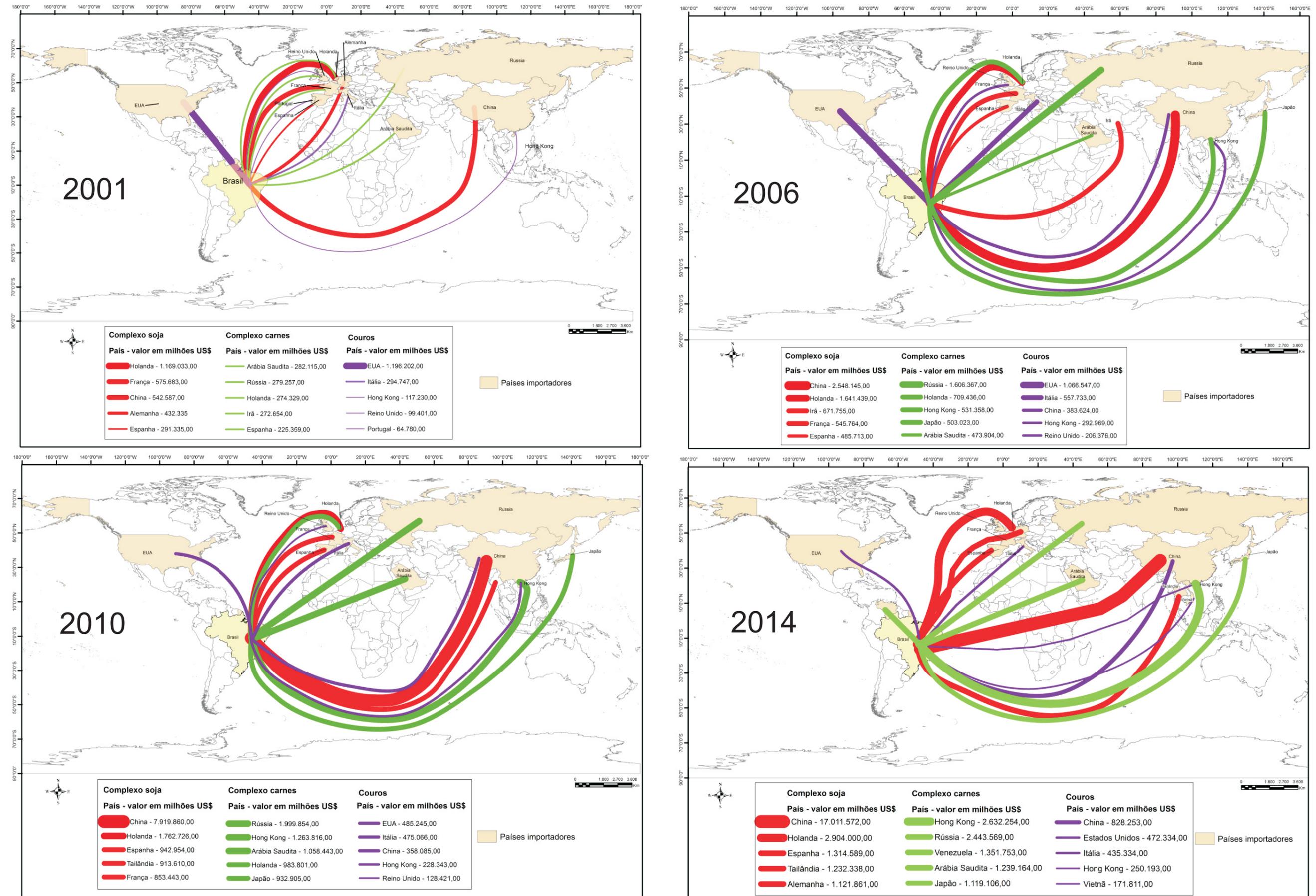
Mediante o exposto, pode-se dizer que Uberlândia articula-se à esfera internacional através, sobretudo, das exportações de *commodities* agrícolas e agroindustriais. Os produtos do complexo soja, de carnes e de couros prevalecem na pauta exportadora do município, num fluxo contínuo, destinado a vários países e continentes, atuando pois, em escala global.

A articulação de Uberlândia ao comércio globalizado de *commodities*, e, particularmente ao mercado asiático, verificada a partir dos anos 2000, pode ser melhor compreendida com base na figura 30, a qual permite uma análise evolutiva das principais exportações do município e de sua respectiva distribuição geográfica. A análise foi feita com base nos anos de 2001, 2006, 2010 e 2014, e nos cinco principais destinatários das exportações do *complexo soja*, *complexo carnes* e do ramo de *couros* para cada um dos cenários.

Entretanto, primeiramente, para uma melhor compreensão deste quadro, a figura 29 apresenta as exportações do Brasil e os respectivos países de destino destes segmentos, nos referidos cenários, a qual permitiu as seguintes constatações:

No primeiro cenário em tela – 2001 –, destacam-se as exportações do *complexo soja* para o continente europeu, sobretudo para a Holanda. No ramo de *couros*, o principal importador consiste nos Estados Unidos, seguido pela Itália. E quanto às exportações de *carnes*, ainda pouco expressivas, são direcionadas à Arábia Saudita e Rússia.

Figura 29. Brasil: evolução histórica dos produtos de exportação e de destinos do complexo soja, complexo carnes e couros - anos 2001, 2006, 2010 e 2014.



Fonte: AGROSTAT, 2016  
 Elaboração: Antonio M.M. de Oliveira  
 Org: Denise L.C.M. de Oliveira

Em 2006, a China assume a primeira colocação como destino do *complexo soja*, cabendo à Holanda o segundo lugar. Também no *complexo carnes* este país se classifica nesta mesma posição, sendo superado apenas pela Rússia. Assim, observa-se uma intensificação no fluxo de exportações destes dois segmentos em direção à Ásia (quando o complexo carnes já era considerado o segundo principal item de exportação do agronegócio), ao passo que no ramo de *couros*, apesar da participação da China e Hong Kong, os principais destinos continuam a ser Estados Unidos e Itália.

No terceiro cenário, ou seja, em 2010, intensificam-se as exportações para o continente asiático, fato observado, sobretudo, pelo valor comercializado do *complexo soja* para a China, (o qual mais do que triplica em relação ao cenário anterior, passando de US\$ 2,5 bilhões para US\$ 7,9 bilhões), além da participação da Tailândia, embora a Europa prevaleça como destino dos produtos deste segmento. No *complexo carnes*, as exportações também sofrem um incremento, mantendo a Rússia em primeira colocação, seguida de Hong Kong e Arábia Saudita, (as quais ultrapassaram US\$ 1 bilhão), colocando a Holanda e Japão em quarto e quinto lugar respectivamente (embora estes últimos também tenham aumentado o valor exportado em relação a 2006). E quanto ao ramo de *couros*, permanecem os países de destino do cenário anterior, contudo, todos sofrem uma queda nos valores exportados, inclusive os Estados Unidos, seu principal mercado.

Contudo, em 2014, a China, além de permanecer na primeira posição como destino das exportações de *soja* (as quais ultrapassaram US\$ 17 bilhões), impulsionou o segmento de *couros*, tornando-se o seu principal importador. Assim sendo, Estados Unidos e Itália, tradicionais mercados deste segmento, ocupam segundo e terceira colocação, seguidos de Hong Kong (que passou a liderar o complexo carnes) e Vietnã. (FIGURA 29).

Ainda em referência a este último cenário, pode-se dizer que no conjunto, com base no valor das exportações, verificou-se um crescimento dos três ramos analisados em direção ao continente asiático, especialmente devido à expansão do mercado chinês para os segmentos de *soja* e de *couros*. Por outro lado, no *complexo carnes*, também tem havido uma crescente demanda da carne exportada pelo Brasil pelo referido mercado<sup>183</sup>

Apesar da permanência da Europa como um importante mercado para as exportações do *complexo soja*, é sobretudo ao mercado asiático que o Brasil se encontra vinculado.

---

<sup>183</sup> Em relação à carne de frango, por exemplo, Hong Kong, Arábia Saudita e Japão figuravam entre os cinco principais importadores em 2013. (EUA..., 2014).

Já quanto às exportações do município de Uberlândia e aos respectivos países de destino, com base na figura 30, pode ser feita a seguinte análise:

Em 2001, no que se refere ao *complexo soja*, observa-se, que as exportações concentraram-se sobretudo no continente europeu (respectivamente na Holanda, França, Hungria e Itália), além da China, a qual classificou-se em terceiro lugar nas exportações. Em contrapartida, no ramo de *couros* – na época o mais importante segmento da pauta exportadora do município – a Itália figurava como o principal destino e único país europeu a importar produtos deste segmento. Os demais países importadores de *couros* consistem na China, Cingapura e Taiwan, o que demonstra uma articulação ao mercado asiático já no início da década de 2000. O ramo de *carnes*, por sua vez, aparece com o Paraguai como o único destino das exportações (que se referem a aves<sup>184</sup>).

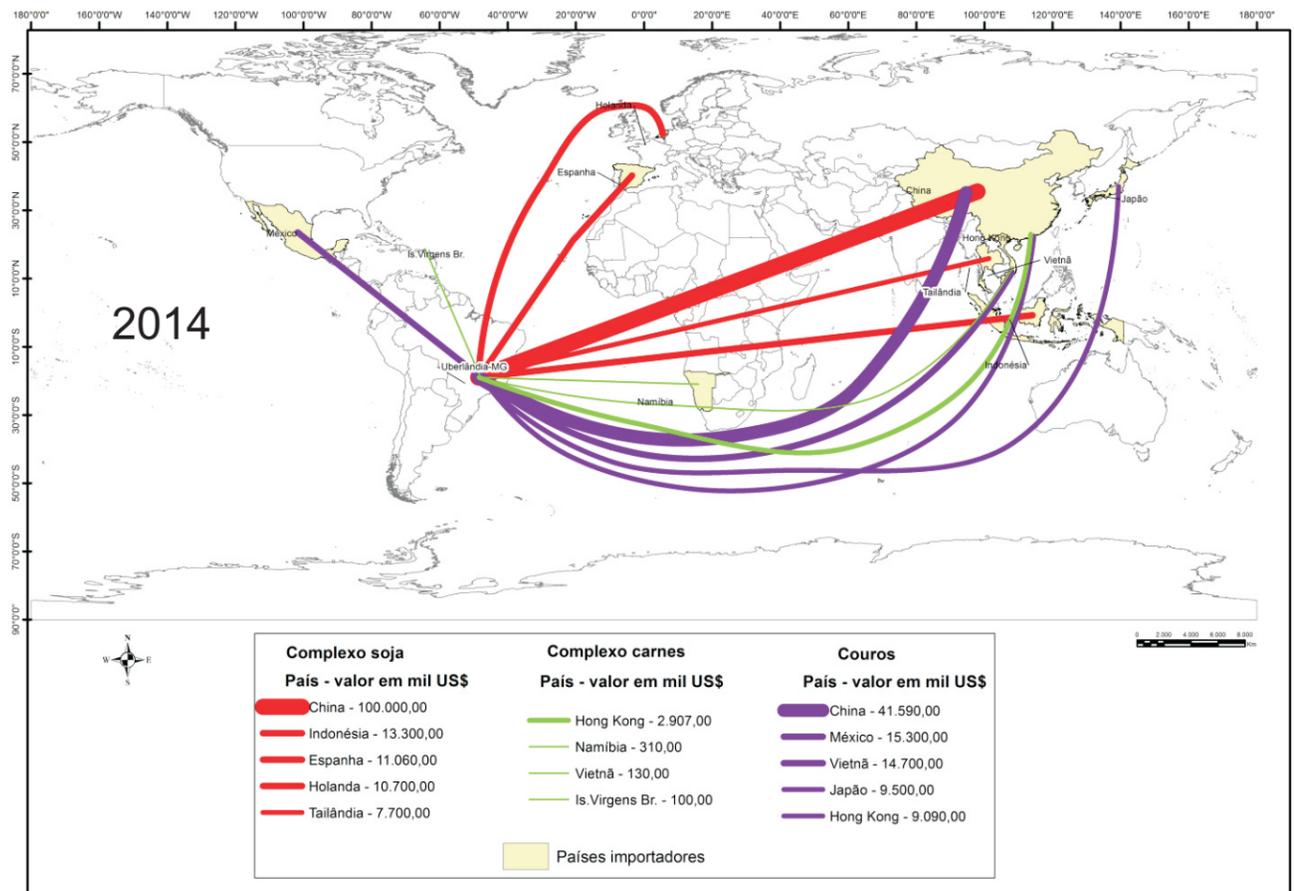
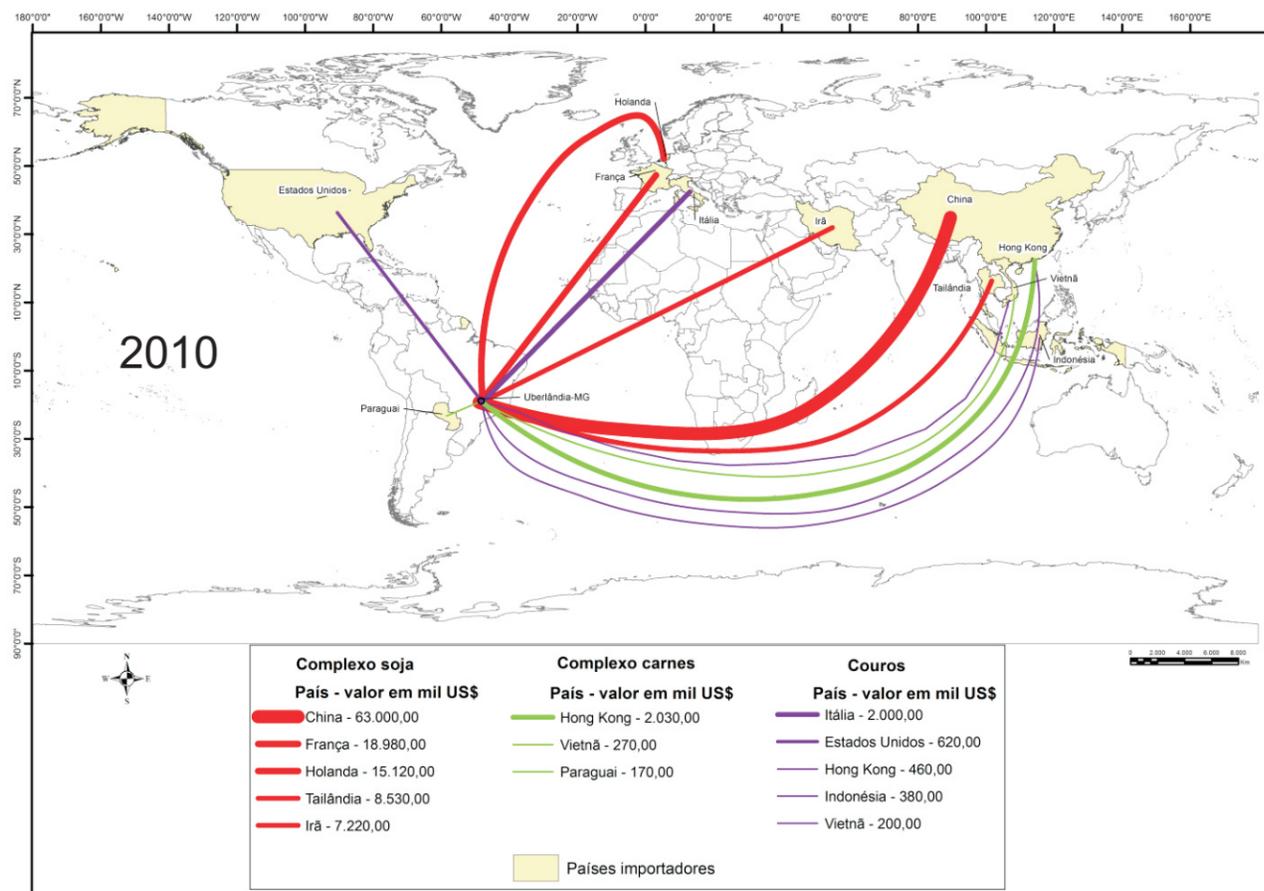
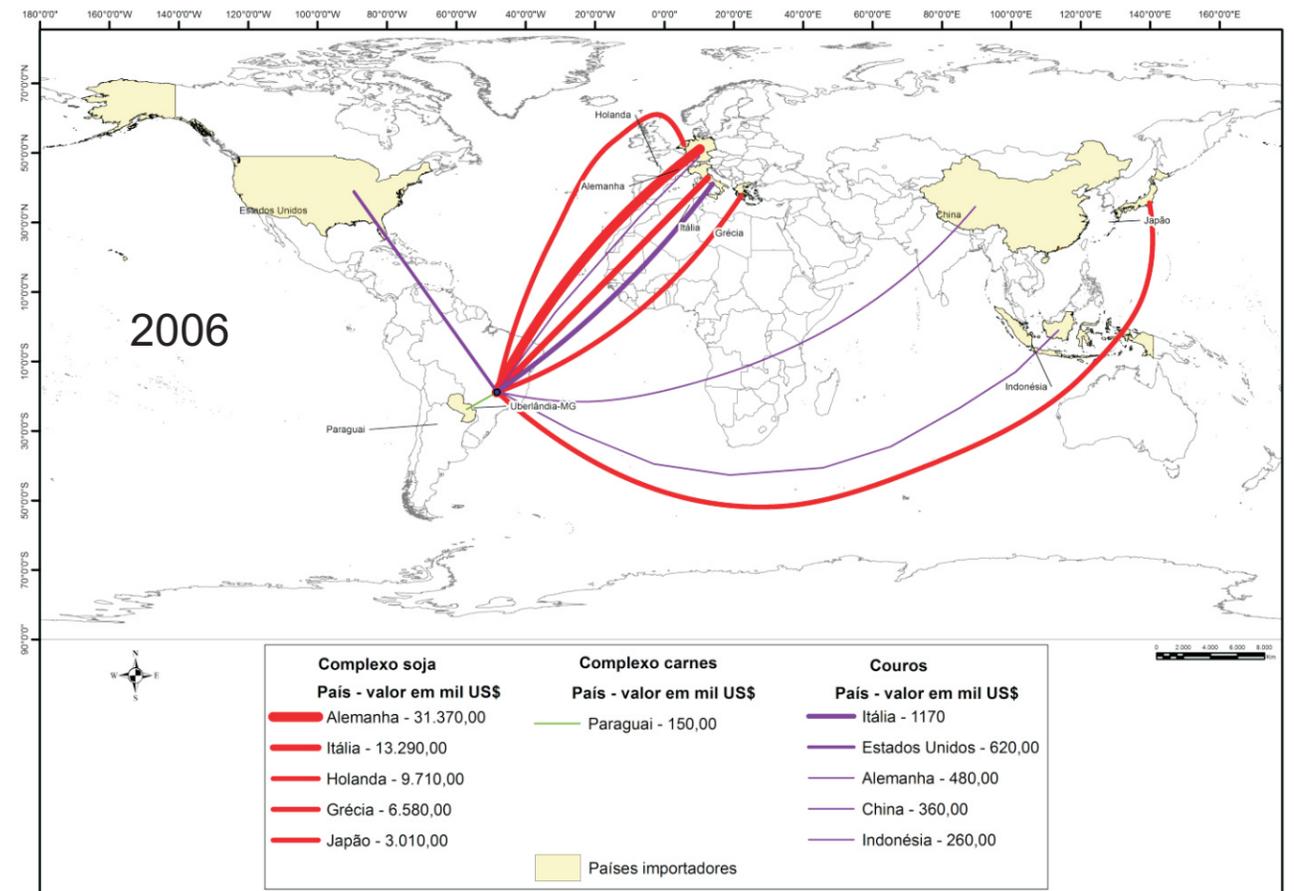
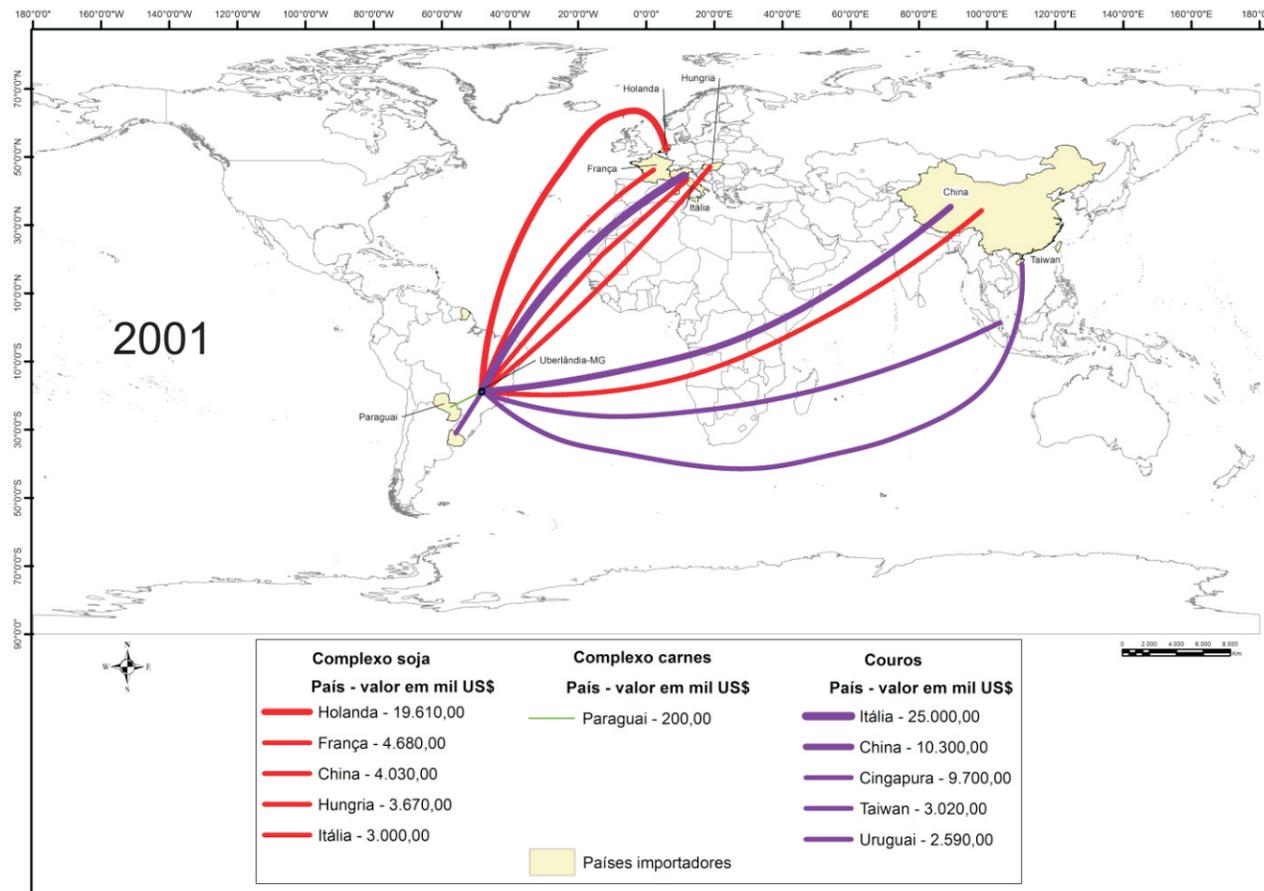
No ano de 2006, os países europeus ainda prevalecem como importadores de produtos dos *complexo soja*, porém, com Alemanha e Itália em primeiro e segundo lugares, seguidas por Holanda e Grécia, cabendo ao Japão, país asiático, o quinto lugar nas exportações. A Itália permanece como o principal destino da indústria de *couros*, seguida pelos Estados Unidos, Alemanha, China e Indonésia. No segmento de *carnes*, o Paraguai consiste no destino das exportações, de forma análoga ao ano de 2001. Desta forma, no conjunto dos três ramos, verifica-se que até meados dos anos 2000, as exportações permaneceram concentradas em direção à Europa.

A partir de 2010, entretanto, observa-se um deslocamento do fluxo de exportações do continente europeu para o asiático, o qual tornou-se o principal mercado para produtos do complexo soja e de carnes. A China adquire a primeira posição nas exportações do *complexo soja*, seguida pela França e Holanda (esta que já havia sido o principal mercado em 2001, e que permaneceu ao longo dos anos como um importante destino para soja e derivados). Além do mercado chinês, Tailândia e Irã também constituem-se num dos principais destinos para os produtos do complexo soja. No setor de *couros*, a Itália continuou a ser o principal país importador, seguida pelos Estados Unidos, Hong Kong, Indonésia e Vietnã, o que demonstra um predomínio de países asiáticos. No que concerne ao *complexo carnes*, houve uma

---

<sup>184</sup> Único produto de exportação do complexo carnes até 2008, tendo apenas o Paraguai como parceiro comercial na maioria dos anos.

Figura 30. Uberlândia: evolução histórica dos produtos de exportação e de destinos do complexo soja, complexo carnes e couros - anos 2001, 2006, 2010 e 2014.



Fonte: DATAVIVA, 2016  
 Elaboração: Antonio M.M. de Oliveira  
 Org: Denise L.C.M. de Oliveira

diversificação quanto aos destinos das exportações, através de dois países asiáticos já citados, Hong Kong e Vietnã, apesar do Paraguai ter permanecido como um importante mercado.

Em 2014, adensa-se o fluxo das exportações em direção aos países do continente asiático, com aumento, inclusive, no valor das exportações. A China mantém-se como o principal país importador do *complexo soja*, respondendo por US\$ 100 milhões do valor exportado, assim como desponta em primeiro lugar no comércio de couros. (FIGURA 30).

A figura 30, portanto, ao ensejar uma análise temporal das exportações, em quatro cenários verificados ao longo do terceiro período de desenvolvimento agroindustrial do município, demonstra que houve um estreitamento das relações comerciais entre Uberlândia e diversos países asiáticos.

A China (o principal mercado importador de *commodities* brasileiras tal como as do *complexo soja* e de *couros*) se fez presente em todos os anos analisados, em pelo menos um dos segmentos citados, alcançando em 2014, o primeiro lugar em ambos. Todavia, na maior parte do período, além deste país, destacam-se Vietnã, Tailândia, Hong Kong, Indonésia, e outros, que também mantiveram relações comerciais com o município.

A articulação ao mercado asiático já se evidenciava no início do período abordado, ou seja, em 2001, não somente pela articulação ao mercado chinês, mas pelas exportações de *couros* direcionadas à Cingapura e Taiwan. Em 2006, o vínculo com os países asiáticos se sustenta através do Japão (no *complexo soja*) e da China e Indonésia no ramo de *couros*, todos os três com uma participação menor em comparação aos países europeus. Em 2010, a China já se apresentava como o principal destino do *complexo soja*, (cujo valor das exportações chega a US\$ 63 milhões), a qual, somada à participação da Tailândia e do Irã, colocam o continente asiático à frente dos demais na demanda por produtos deste segmento. Outros dois países asiáticos que despontam como os principais destinos das exportações são Hong Kong e Vietnã, tanto do *complexo carnes*, como do ramo de *couros*, este último contando também com a Indonésia. Em 2014, este país representa o segundo maior mercado de soja e derivados logo após a China, assim como a Tailândia permanece no rol dos principais destinos destas exportações. No *complexo carnes*, Hong Kong – que, seguindo a tendência nacional, ocupa o primeiro lugar - e Vietnã, permanecem como importadores deste segmento, assim como também compõem, juntamente com a China e o Japão, o mercado asiático para o segmento de *couros*.

No que se refere ao *complexo carnes*, vale destacar ainda que, apesar do valor exportado ser menos expressivo em comparação aos outros segmentos, os dois últimos cenários analisados se inserem no contexto de diversificação deste setor no município, que passou a exportar

também carne de aves, refletindo a ampliação do mercado externo, e a crescente demanda de países asiáticos.

Por outro lado, quanto ao *complexo soja*, mesmo com o predomínio da China como destino das exportações, o vínculo com o mercado europeu permanece, sobretudo através da Holanda, a qual, após ocupar a primeira posição em 2001, se manteve, durante todos os demais anos analisados, (apesar de uma queda na participação), como um dos principais mercados. Tal fato condiz com a pauta exportadora nacional, na qual este país vem ocupando a segunda colocação (FIGURA 29). Além da Holanda, no tocante ao continente europeu, se mantiveram como destino das exportações do ramo de soja, França e Espanha, suplantando inclusive (de forma diversa ao contexto nacional) respectivamente em 2010 e 2014, o valor exportado para o mercado holandês.

Ainda com respeito à Europa, a Itália destacou-se nas exportações de *couros* nos três primeiros anos analisados (além de classificar-se, até 2006, como um dos principais destinos do complexo soja), posição que, em 2014, passou a ser ocupada pela China. Entretanto, a Itália, apesar de não estar mais entre os cinco primeiros continuou a ser um dos destinos das exportações de couros do município, (DATAVIVA, 2015), assim como um dos principais mercados do país. De forma análoga, os Estados Unidos, que vinham ocupando desde 2006 o segundo lugar nas exportações de Uberlândia (e o primeiro no país), também não figuram mais em 2014 entre os principais destinos, cedendo lugar ao México. Em nível nacional, a China consiste no maior importador de couros, cabendo aos Estados Unidos e Itália, respectivamente, a segunda e terceira colocações (FIGURA 29).

A referida articulação do município ao comércio internacional de *commodities* ocorre através da atuação das empresas processadoras de soja, de carnes e de couros, fato que pode ser verificado, com base nas seguintes constatações:

- As agroindústrias Cargill, ADM, Brasilfoods e JBS Couros comercializam seus produtos para diversos países, muitos dos quais consistem nos principais destinos das exportações do município;

- A Cargill e ADM exportam para a China, o principal importador de produtos do complexo soja. No caso da Cargill, além deste país, a empresa exporta seus produtos para Alemanha, Holanda, França, Itália, Arábia Saudita e Japão, os quais também correspondem aos principais destinos das exportações de soja e derivados do município (FIGURA 30);

- Ainda com respeito às empresas Cargill e ADM, ambas têm os Estados Unidos como um de seus mercados consumidores, o qual importou soja em grão do município por vários anos

(2003, 2004, 2006 a 2008 e 2014) (DATAVIVA, 2015), embora não se classifique entre os principais destinos das exportações do complexo soja;

- No tocante à *Brasilfoods* - reconhecida nacionalmente como uma das principais empresas exportadoras de carnes de aves -, supomos que, apesar da unidade local ter informado exportar somente para países sul-americanos (além da Romênia), a companhia comercialize seus produtos para os principais destinos das exportações revelados, tal como Hong Kong, que desponta, desde 2010, como o maior importador de carnes do município (época em que a BRF passou a atuar no espaço local). Além disso, conforme o *site* da empresa (BRF, 2015), o referido país consiste num dos mercados em que o grupo empresarial vem atuando no continente asiático.

- Quanto ao ramo de couros, na primeira metade dos anos 2000, os principais destinos deste segmento (Itália, China e Estados Unidos), consistiam nos mesmos mercados da empresa *Braspelco*<sup>185</sup>. Já nos anos de 2010 e 2014, as exportações relacionam-se à presença da JBS Couros, pois dentre os países para o qual a empresa exporta, encontram-se os principais destinos do couro exportado pelo município, quais sejam, Itália, China, e México. (FIGURA 30).

Pelo exposto, constata-se que, a articulação de Uberlândia ao mercado globalizado de *commodities* abrange países de diversas localizações e níveis de desenvolvimento, haja vista a participação tanto de países desenvolvidos (como Estados Unidos, Itália e Japão) como de economias emergentes, tais como China e Indonésia. A referida articulação ocorre através do comércio de gêneros primários e semimanufaturados, significando que o “local” ora analisado apresenta forte dependência da atividade agropecuária e agroindustrial.

A análise dos quatro cenários ao longo da década de 2000, confirmou que houve uma intensificação da especialização produtiva do município, em gêneros agropecuários e agroindustriais, fato atribuído à inserção do Brasil no mercado global de *commodities*. A concentração de empresas agroindustriais pertencentes a grandes grupos econômicos, em uma fase de crescente demanda internacional por produtos tais como do complexo soja, do complexo carnes e de couros, acabou expandindo a capacidade produtiva do espaço local, articulando-o à esfera econômica global.

No próximo capítulo, serão retomadas as principais constatações alcançadas com base na pesquisa, bem como discutida a comprovação da tese proposta. Além disso, serão feitas algumas reflexões sobre a conjuntura econômica nacional (e, neste contexto, de Uberlândia) e

---

<sup>185</sup> Conforme informações para o ano de 2003. (BRASPELCO..., 2003).

internacional e, assim, do caminho trilhado pela economia brasileira no início do século XXI, no que tange à atividade industrial e agroindustrial.

## CAPÍTULO 5 RETOMANDO A PROBLEMÁTICA E A TESE: REFLEXÕES A PARTIR DA INVESTIGAÇÃO REALIZADA

Queremos crer que a análise a respeito do desenvolvimento da atividade agroindustrial no município de Uberlândia, e de sua participação na divisão territorial do trabalho, no contexto de inserção do Brasil no mercado globalizado de *commodities*, tenha permitido responder à problemática inicialmente apresentada, bem como corroborar a tese proposta.

Em meio à trajetória econômica trilhada pela economia brasileira a partir de 2000, voltada para as atividades vinculadas ao agronegócio, alguns espaços locais passam a ser cada vez mais articulados ao comércio globalizado de *commodities*.

Com isto posto, a tese por nós defendida foi de que lugares onde a atividade agroindustrial tenha surgido e se desenvolvido, principalmente com base em fatores e agentes endógenos à área, mas também contando com alguns fatores de alcance nacional e internacional, podem, em função de uma conjuntura histórica excepcional de eventos, vir a conhecer grande expansão produtiva, com paralela intensificação da especialização local, ao receber e refletir estímulos positivos advindos das escalas geográficas superiores, como a nacional e a global.

Mediante a pesquisa realizada, constatamos que, de fato, como havíamos inicialmente suposto, tal realidade se verifica no município de Uberlândia, situado na região do Triângulo Mineiro Alto Paranaíba, no Estado de Minas Gerais, cuja conjunção de fatores endógenos e exógenos ao local, ensejou o desenvolvimento e expansão da atividade agroindustrial. Assim, a tradição agropecuária, aliada à posição geográfica favorável e à excelente estrutura viária (permitindo a articulação do município a demais localidades, Estados e regiões do país), constituem-se nos principais fatores endógenos que teriam possibilitado o desenvolvimento agroindustrial.

Por outro lado, fatores de origem exógena, tais como os programas governamentais de incentivo à modernização agrícola e à industrialização do campo brasileiro, implementadas nos anos 1960 e 1970 e, mais recentemente, as políticas de fomento ao agronegócio, além da crescente demanda, sobretudo da China, e da alta valorização de *commodities* agrícolas e agroindustriais no mercado internacional, vieram a contribuir para a consolidação e expansão da atividade agroindustrial no município. Assim, por força de uma conjuntura histórica de eventos favoráveis, sua capacidade de produção foi vigorosamente expandida e intensificada sua especialização produtiva nos ramos de soja, de couros e de carnes, ao articular-se às escalas geográficas nacional e global.

Os aludidos processos de modernização e de industrialização do campo brasileiro refletem eventos de ordem política e econômica ocorridos no pós-segunda guerra, tanto em nível nacional - como a forte ação do Estado que, no intuito de promover a industrialização do país, adota políticas de desenvolvimento (tal como a de substituição de importações) – quanto na esfera externa, eventos tais como a internacionalização do capital financeiro e produtivo, e a nova divisão internacional do trabalho, ensejando a entrada de empresas multinacionais no Brasil.

Por conseguinte, após os anos 1970, a industrialização atinge o espaço agrário, de um lado por meio do emprego de insumos agrícolas a montante da atividade agrícola (que passaram a ser produzidos no próprio país, mediante a substituição de importações, inclusive por empresas multinacionais) e, por outro, à jusante desta atividade, com a implantação de agroindústrias, nacionais e estrangeiras, estruturando os chamados complexos agroindustriais (CAIs). Contudo, mais do que uma integração técnica entre agricultura e indústria, a formação dos CAIs representou uma integração de capitais no setor agrícola, cuja modernização só foi possível através da inserção do capital financeiro. (DELGADO, 2012).

Neste contexto, o desenvolvimento da agroindústria em Uberlândia – embora tenha suas origens já em fins do século XIX e início do XX - teria ocorrido de forma mais incisiva a partir de 1970, período em que esta atividade apresentou uma intensa expansão, refletindo as mudanças ocorridas na agricultura nacional, surgidas de políticas voltadas para a modernização e industrialização agrícola, inclusive das áreas de cerrado, onde se situa a localidade em questão. O referido ano pode ser considerado como um marco temporal no desenvolvimento e especialização local na agroindústria, o que nos levou a uma proposta de periodização a partir do mesmo.

O primeiro período (de 1970 a 1984), denominado de “Modernização da Agricultura”, caracterizou-se pela crescente utilização de modernos insumos agrícolas e pela introdução da sojicultura, além da instalação de diversos estabelecimentos, incluindo-se a implantação da empresa de capital local Algar-Agro, uma das atuais processadoras de soja do município. Entretanto, a instalação das Granjas Rezende e Planalto, ambas de origem local, em meados da década de 1960, demonstra que o desenvolvimento da agroindústria de carnes vinculada ao segmento avícola (a qual veio a consolidar-se posteriormente), já teria recebido um impulso na citada década.

No período seguinte (de 1985 a 1999), por nós intitulado “Implantação de empresas agroindustriais nacionais e estrangeiras”, como reflexo dos processos de modernização e de

industrialização da agricultura já aludidos, Uberlândia recebeu estabelecimentos agroindustriais de origem nacional e estrangeira, consolidando-se nos segmentos de soja e de carnes.

Em relação à agroindústria de soja, a instalação da multinacional Cargill em 1986 demonstra a tendência, apontada por Cleps Júnior (1998), de implantação de grandes estabelecimentos de grãos e de carnes, nesta época, nas regiões de cerrado. Também em meados dos anos 1980, outras duas empresas já instaladas no espaço local passaram a se dedicar ao processamento de soja, a Algar-Agro (então ABC) e a Rezende Alimentos (Granja Rezende), esta última também voltada para a produção de farelo.

Tal período caracterizou-se também por forte ação do Estado, através de programas de apoio ao desenvolvimento agroindustrial das áreas de cerrado, inclusive voltados para o setor de grãos, alguns deles sob o financiamento do BNDES.<sup>186</sup>

Quanto ao segmento de carnes, apesar da implantação de alguns frigoríficos, o destaque coube à Rezende Alimentos, a qual, ao passar por um processo de reestruturação produtiva, veio a ampliar suas instalações e diversificar sua linha de produtos, atuando não somente no segmento avícola, mas também no de suínos e de bovinos. Contudo, apesar do crescimento e da projeção nacional alcançada pela empresa, em fins dos anos 1990 o Grupo Sadia veio a adquirir as instalações da Rezende

Ainda com respeito ao período em questão, no ramo de couros houve a implantação de uma grande empresa de capital nacional, a Braspelco, a qual tornou-se uma das principais exportadoras deste segmento no país.

A partir de 2000, Uberlândia adentra um novo período, o qual denominamos de “A inserção no mercado globalizado de *commodities*”, no qual a presença e a atuação, tanto dos estabelecimentos instalados anteriormente (Algar-Agro em 1978, Cargill e Braspelco, em meados dos anos 1980), como daqueles implantados na fase atual (no início da década Sadia e ADM e, ao final da mesma, a instalação da JBS Couros, além da transição da Sadia para Brasil Foods), ensejaram a articulação do espaço local ao mercado globalizado de *commodities*. O florescimento da economia do agronegócio no país, no decorrer da década em questão, particularmente no comércio de produtos do complexo soja, de carnes e de couros, intensificou a especialização produtiva local, articulando o município à esfera global.

Apesar do município possuir uma economia multifacetada, com o predomínio do setor terciário, a indústria sustenta parte significativa da economia local, pois corresponde a 35% do

---

<sup>186</sup> Conforme já relatado, segundo Cleps Júnior (1998).

PIB (IBGE, 2013), com diversos ramos e sub-ramos, além da presença de estabelecimentos articulados ao comércio internacional, por meio de atividades de exportação.

Assim, com base na análise de 320 estabelecimentos cadastrados no Sistema CIEMG/FIEMG (2013), foi possível traçar-se um perfil do setor industrial, constatando-se que, no conjunto da indústria de transformação, há o predomínio do ramo alimentício, tanto em número de estabelecimentos (com 49 ou 15% do total) quanto no de pessoas ocupadas (4984 empregados ou 27% do total). Outros ramos representativos quanto ao total de estabelecimentos são “metalurgia”, “confeção de artigos do vestuário e acessórios” e “impressão e gravação”, “produtos de minerais não-metálicos”, “máquinas e equipamentos” e “produtos químicos”. Quanto ao número de empregados, destacam-se “fabricação de bebidas”, “preparação do couro e fabricação de artefatos de couro” e “fabricação de produtos do fumo”, dentre outros. Ao todo, os estabelecimentos empregam 18657 trabalhadores, distribuídos por 20 ramos.

Em relação à estrutura dimensional dos estabelecimentos, segundo o pessoal ocupado, verificou-se, em grande parte dos ramos investigados, que a maioria das unidades industriais (79% ou 253 do total de 320) são de pequenas dimensões, sendo que as de médio e grande porte somam 67 estabelecimentos (21% do total).

A análise dos diversos ramos e sub-ramos que compõem a estrutura industrial do município em tela revelou também a existência tanto de um “compartimento de indústrias vinculadas à atividade agropecuária” quanto de um “compartimento de indústrias não vinculadas à agropecuária”.

Com relação ao compartimento vinculado à agropecuária, embora corresponda a somente 30 unidades ou 9% do total dos estabelecimentos, ele responde por cerca de 40% do emprego industrial, ao reunir diversos estabelecimentos de grande e médio porte. Analisando-se os estabelecimentos agroindustriais, no tocante à distribuição por ramos, pode-se dizer que a imensa maioria corresponde às indústrias alimentícias (23 ou 76,6%), seguidas dos ramos “preparação de couro e fabricação de artefatos de couro” (3 estabelecimentos ou 10%), “fabricação de produtos têxteis” (2 ou 6,6%), “fabricação de produtos do fumo” e “fabricação de biocombustíveis” (ambos com 1 estabelecimento ou 3,3% do total)

No tocante ao comércio de exportação, de um total de 12 empresas que realizam tal atividade, 7 delas, ou 58%, tratam-se de agroindústrias, sendo 5 alimentícias, uma fabricante de produtos do fumo e uma do ramo de couros. Dentre tais estabelecimentos, encontram-se as empresas Cargill, ADM, Brasil Foods e JBS Couros, as quais consistiram, juntamente com a Algar-Agro, em objeto da presente análise.

Assim sendo, pode-se dizer que, em relação às exportações, os estabelecimentos industriais não vinculados à agropecuária apresentam uma participação pouca expressiva, destacando-se porém, no conjunto da indústria de transformação, à medida em que representam o compartimento com maior número de unidades (correspondendo a 290 ou 91% do total) e que emprega a maioria da mão de obra industrial (11342 ou 61%).

No conjunto dos dois compartimentos analisados, constatou-se que a estrutura industrial do município caracteriza-se como tradicional, com a presença de ramos de baixa intensidade tecnológica.

Entretanto, a pesquisa revelou a presença de estabelecimentos de grande porte, alguns, inclusive, pertencentes a empresas multinacionais, dentre os quais, os dos segmentos de soja, carnes e de couros. Tais unidades vêm atuando através da produção e comercialização de *commodities* agrícolas e agroindustriais, o que pode ser verificado pela pauta exportadora do município, no período de 2000 a 2014.

Ao longo de todo o período analisado, verificou-se que as exportações abrangem predominantemente produtos básicos ou *commodities* brutas (soja em grão, carnes *in natura*, café, milho, e outros) e semimanufaturados ou *commodities* processadas (couros curtidos, couros preparados, farelo e óleo de soja, açúcar em bruto, e outros), embora também incluam manufaturados, com destaque para o ramo de *produtos químicos*. Contudo, os principais produtos exportados consistem no *complexo soja* e no segmento de *couros*.

O *complexo soja* (que inclui soja em grão, farelo e óleo de soja) apresentou, desde o início da década de 2000, uma expressiva participação, sendo que a partir de 2004 tornou-se o principal segmento de exportação. Entre 2000 e 2005, o principal produto consistiu no farelo de soja, sendo que, a partir de 2006, o destaque coube, na maioria dos anos, à soja em grãos ou ao óleo de soja.

O item *couros* (couros curtidos e couros preparados,) sobressaiu-se em vários anos do período em questão, destacando-se entre 2000 e 2003 e, após um declínio, recuperou-se a partir de 2011, período em que a empresa JBS passou a atuar no município.

O *complexo carnes* apresentou uma baixa participação na maior parte dos anos (em comparação aos produtos de *soja* e *couros*), apresentando-se, entretanto, como representativo, por tratar-se do segundo principal segmento de exportação do agronegócio nacional. Além disso, a partir de 2009 houve aumento nas exportações, especialmente de carnes de aves, período em que a unidade da Sadia – que já vinha atuando no município desde 2000 – passou a representar o Grupo Brasil Foods, uma das principais empresas exportadoras deste segmento no Brasil.

Ainda com respeito a gêneros básicos e semimanufaturados, a pesquisa revela que Uberlândia exportou, durante o período, *outros produtos de origem vegetal* (tais como tabaco enrolado e processado, café, açúcar, milho, dentre outros), com destaque somente entre 2008 e 2010, e também *outros produtos de origem animal* (leite e ovos), cuja maior representatividade ocorreu apenas em 2007, sem registro de participação nos últimos anos analisados.

Além dos produtos vinculados à atividade agroindustrial, o município também exporta gêneros industrializados, destacando-se os *produtos químicos* que, embora tenham apresentado participação mais expressiva somente em 2006 e 2010, superaram os produtos de origem vegetal e de origem animal, na maioria dos anos. O município também exportou, ao longo do período analisado, itens como chocolate e cereais; bebidas como cerveja e suco de frutas; artigos têxteis; calçados, maquinários e produtos odontológicos, dentre outros.

Quanto aos espaços de destino das exportações, verificou-se que Uberlândia manteve relações comerciais com vários países e continentes, destacando-se Europa (Itália, Holanda, Espanha, Alemanha, França e Rússia), as Américas do Norte (Estados Unidos e México), Central (Guatemala e Cuba) e do Sul (Argentina, Paraguai, Uruguai, Venezuela e Chile), a África (África do Sul e Argélia), e a Ásia (China, Hong Kong, Japão, Vietnã, Tailândia, Indonésia).

Entretanto, é com o continente asiático que o município estreitou e intensificou suas relações comerciais, especialmente com a China, principal parceiro comercial do Brasil. As exportações para o referido mercado consistem sobretudo nos produtos do *complexo soja* e de *couros*, além de *carnes* de aves e suína, *outros produtos de origem vegetal*, *produtos químicos*, *móveis*, *materiais plásticos* e *maquinários*.

Para a China, especificamente, a pauta exportadora de Uberlândia abrange produtos do *complexo soja* (óleo de soja e soja em grãos) e também *couros*. É o país para o qual a evolução das exportações deu-se desde o início da década de 2000, crescendo quase que ininterruptamente, colocando-o à frente dos outros países asiáticos e de todos os demais destinos, alcançando, em 2014, 40,5% do total de participação.

A articulação de Uberlândia ao mercado globalizado de *commodities*, no período pós-2000, também foi avaliada através das principais exportações do município (que consistem no *complexo soja*, *couros* *carnes*), e na respectiva distribuição geográfica dos cinco principais países de destino, com base em quatro cenários, ou seja, nos anos de 2001, 2006, 2010 e 2014. A análise, que também foi feita para o Brasil, permitiu importantes constatações, a seguir sintetizadas:

- Em 2001, Uberlândia tinha na Europa o seu principal mercado, destinando os produtos do *complexo soja* principalmente à Holanda e França, e os do ramo de *couros* à Itália. Contudo, a articulação ao mercado asiático já se evidenciava, tanto pelas exportações do *complexo soja* e de *couros* direcionadas à China, como também de *couros* à Cingapura e Taiwan. Quanto ao ramo de *carnes*, este tinha no Paraguai o seu único mercado.

- Em 2006, o vínculo com a Ásia se sustenta pelas exportações do *complexo soja* para o Japão, e de *couros* para China e Indonésia, embora ainda com uma participação menor em comparação à Europa, representada especialmente pela Alemanha, Holanda e Itália no segmento de *soja*, e por este último país na liderança do ramo de *couros*, seguido pelos Estados Unidos. Por outro lado, o Paraguai permanece como o destino das exportações de *carnes*.

- Em 2010, a China já se apresentava como o principal destino do *complexo soja*, o que, somado à participação da Tailândia e Irã, coloca o continente asiático à frente dos demais países na demanda por produtos deste segmento. Hong Kong e Vietnã também se destacam como destinos das exportações do *complexo carnes* (cabendo ao Paraguai o terceiro lugar) e, juntamente com a Indonésia, do ramo de *couros*. Assim, houve um deslocamento do fluxo de exportações do continente europeu para o asiático, o qual tornou-se o principal mercado para os segmentos de *soja* e *carnes*. No ramo de *couros*, porém, apesar da ampliação do mercado asiático, a Itália e os Estados Unidos ainda permaneceram como principais destinos.

- Em 2014, todavia, intensifica-se o fluxo das exportações em direção ao continente asiático, haja vista que a China não somente se mantém como o maior mercado de *soja e derivados*, como desponta em primeiro lugar no comércio de *couros*, de forma semelhante à pauta exportadora nacional. Além desse país, os produtos do *complexo soja* são exportados para Indonésia e Tailândia, e, em relação ao *complexo carnes*, Hong Kong e Vietnã permanecem entre os principais importadores deste segmento, assim como também compõem, juntamente com o Japão, o mercado asiático para o segmento de *couros*.

Apesar do estreitamento verificado nas relações comerciais com o continente asiático, ao longo do período analisado, é importante destacar a permanência do vínculo com o continente europeu, tradicional mercado das exportações do *complexo soja* e de *couros* do município e do país. Assim, em relação às exportações do *complexo soja*, a Holanda, principal mercado no início da década de 2000, se manteve como um dos principais destinos em todos os anos analisados, fato condizente com a pauta nacional, onde ocupa a segunda colocação, abaixo da China. Por outro lado, a Itália, país que se destacou na maioria dos cenários analisados no ramo de *couros* (e também do *complexo soja* nos dois primeiros cenários), apesar de não figurar, em 2014, entre os cinco principais destinos, permanece como um importante mercado

para as exportações locais, refletindo pois, a condição de terceiro maior mercado de *couros* do país, após os Estados Unidos.

No entanto, apesar da permanência de alguns países europeus – a exemplo da Holanda e da Itália - como destinos para as exportações, é com o mercado asiático e, especialmente com a China, que o município de Uberlândia se encontra vinculado. Tal vínculo estreitou-se especialmente nos dois últimos cenários (2010 e 2014), o que condiz com a intensificação do fluxo das exportações nacionais para o continente asiático, ocorrida neste período.

Como demonstrado, a articulação de Uberlândia ao comércio de *commodities* de *soja*, *couros* e *carnes* envolve, além da China, outros países asiáticos e também situados em demais continentes, alguns dos quais correspondem aos principais mercados de exportação das agroindústrias Cargill, ADM, Brasil Foods, Algar-Agro, e JBS Couros. Assim sendo, o papel desempenhado pelas citadas empresas – seja no processamento, seja na comercialização dos produtos – nas exportações do município, e, portanto, em sua articulação à esfera econômica globalizada, pode ser verificado com base nas seguintes constatações:

- A Cargill e ADM exportam para a China, o principal importador de produtos do *complexo soja*. No caso da Cargill, além deste país, a empresa exporta seus produtos para Holanda, França, Itália e Japão, os quais também correspondem aos principais destinos das exportações de soja e derivados do município;

- Ainda com respeito às empresas Cargill e ADM, ambas têm os Estados Unidos como um de seus mercados consumidores, o qual importou soja em grão do município por vários anos (2003, 2004, 2006 a 2008 e 2014),<sup>187</sup> embora não se classifique entre os principais destinos das exportações do *complexo soja*;

- Quanto ao segmento de *carnes*, a atuação, ao longo de praticamente toda a década de 2000, deu-se através da Sadia S/A, período em que o principal destino das exportações de carne corresponderam ao Paraguai. No tocante à Brasilfoods - reconhecida nacionalmente como uma das principais empresas exportadoras de carnes de aves -, supomos que, apesar da unidade local ter informado exportar somente para países sul-americanos (além da Romênia), a companhia comercialize seus produtos para os principais destinos das exportações revelados, tal como Hong Kong, que desponta, desde 2010, como o maior importador de carnes do município (época em que a BRF passou a atuar no espaço local). Além disso, conforme o *site* da empresa (BRF, 2015), o referido país consiste num dos mercados em que este grupo empresarial vem atuando no continente asiático.

---

<sup>187</sup> DATAVIVA (2015).

- Quanto ao ramo de *couros*, na primeira metade dos anos 2000 os principais destinos deste segmento (Itália, China e Estados Unidos), consistiam nos mesmos mercados da empresa Braspelco<sup>188</sup>. Já nos anos de 2010 e 2014 as exportações relacionam-se à presença da JBS Couros, pois dentre os países para os quais a empresa exporta, encontram-se os principais destinos do couro exportado pelo município, quais sejam, Itália, China e México.

Com base na análise da pauta exportadora do município e na atuação das empresas dos segmentos de soja, couros e carnes na articulação local ao mercado globalizado, pode-se dizer que Uberlândia participa, de fato, da divisão territorial do trabalho, através de sua especialização produtiva na atividade agroindustrial. O desenvolvimento e a expansão desta atividade, a partir de 1970, permitiram que o município se especializasse na sua função agropecuária e agroindustrial, com a implantação de estabelecimentos que expandiram sua capacidade produtiva, haja vista o crescimento das exportações do complexo *soja*, de *couros* e de *carnes*.

Ainda com respeito ao desenvolvimento da atividade agroindustrial, os dois primeiros períodos enfocados – 1970/1984 e 1985/1999 – caracterizados pela modernização agrícola local e regional, pela expansão das atividades agropecuária e da agroindústria (tanto pela instalação de novos estabelecimentos quanto pela reestruturação e ampliação dos já existentes), podem ser compreendidos, pois, como uma fase de “maturação” da atividade agroindustrial, de maneira que, ao adentrar o século XXI, o espaço local estivesse estruturado, “formado”, para intensificar sua função agropecuária e agroindustrial, apto a atender ao crescimento da demanda por *commodities*, tais como as de soja, couros e carnes.

O terceiro período de desenvolvimento da agroindústria, o qual denominamos de “A inserção no mercado globalizado de *commodities*”, a partir do ano 2000, abrange os quatro cenários analisados, referentes às exportações do complexo *soja*, de *couros* e de *carnes* do município. A partir de 2000, a expansão da agroindústria, se relaciona, portanto, à inserção brasileira, e, neste contexto, do município, no comércio global de *commodities* agrícolas e agroindustriais.

A análise da pauta exportadora confirmou a articulação do município ao mercado globalizado de *commodities* agrícolas e agroindustriais, assim como a participação das empresas dos segmentos de soja, carnes e couros nas exportações. A instalação destas empresas, ao longo dos três períodos abordados, e os vínculos estabelecidos com a atividade agropecuária, formaram uma concentração agroindustrial no município, a qual, aliada à posição geográfica e

---

<sup>188</sup> Conforme informações para o ano de 2003 (BRASPELCO..., 2003).

à infraestrutura viária e de logística, acabaram dotando-o de vantagens que favoreceram o florescimento do agronegócio no espaço local.

A expansão dos segmentos de *soja*, *carnes* e *couros*, no período pós-2000, ocorreu portanto, em função da importância adquirida pelo referido setor na economia nacional. Assim sendo, reiteramos aqui a importância de se considerar, do ponto de vista teórico-conceitual, a abordagem do agronegócio, nas análises que contemplam as atividades agropecuária e agroindustrial vinculadas ao mercado globalizado de *commodities*.

Elias (2013, p. 14), ao analisar a reestruturação da agropecuária brasileira no contexto da globalização econômica, utiliza o conceito de “agronegócio globalizado”, o qual, segundo a autora, consiste num setor totalmente regulado pela economia de mercado, em grande parte voltado para exportação.

Neste contexto, cabe aqui destacarmos também o fato de que a articulação de espaços locais ao comércio global ocorre sob os ditames do mercado financeiro internacional, cujas decisões quanto ao preços das *commodities* – as quais são comercializadas em bolsas de mercadorias e de futuros - incidem diretamente na produção agropecuária e agroindustrial dos referidos espaços.

Todavia, apesar do poder decisório do mercado internacional, quanto aos preços e à própria demanda de *commodities*, cuja origem é, portanto, exógena ao país, é evidente que a intervenção do Estado ainda se faz presente, como “agente regulador e fomentador” de políticas de incentivo ao agronegócio.

Diante do exposto, como todos os fatos e processos levantados podem ser cotejados com a atual conjuntura econômica nacional?

### 5.1 Algumas reflexões a respeito da inserção brasileira e de Uberlândia no mercado globalizado de *commodities* em face da conjuntura econômica atual

Como já abordado, a inserção do Brasil, no mercado de *commodities* ocorreu devido a uma conjunção de fatores externos ao país que ocasionaram, internacionalmente, o chamado *boom* das *commodities*, motivando o governo brasileiro a implementar medidas de incentivo ao setor do agronegócio, visando aumentar as exportações de produtos agropecuários e agroindustriais. Essas ações nas escalas global e nacional tiveram rebatimentos em alguns territórios já dotados de algumas condições propícias, tal como Uberlândia.

As medidas adotadas pelo governo de estímulo ao agronegócio refletiram a conjuntura nacional de fins dos anos 1990, que não se apresentava favorável, haja vista que, após o período de estabilidade econômica em função do Plano Real, a balança comercial brasileira passou a sofrer déficit, exigindo que o governo buscasse formas de aumentar as exportações.

Ao longo da década de 2000, a balança comercial do país apresentou elevados saldos comerciais, até então não atingidos, cujo apogeu deu-se em 2006, com superávit de US\$ 46,5 bilhões. De lá para cá, o superávit comercial manteve-se favorável (à exceção do ano de 2014), embora menor em comparação à década passada, alcançando, em 2015, US\$ 20 bilhões. Em relação à Uberlândia, a balança comercial também manteve-se com superávit durante todo o período, cujo ápice ocorreu em 2013, quando atingiu US\$ 246 milhões de saldo comercial.<sup>189</sup>

A geração de saldos comerciais na balança comercial brasileira é atribuída, sobretudo, à crescente participação de produtos básicos na pauta exportadora. A histórica dependência em relação às exportações de produtos primários – que se manteve bastante pronunciada até meados dos anos 1970, quando ainda eram maioria na pauta exportadora, representando 58% do total – é retomada a partir de 2001. Assim, os básicos aumentam sua participação percentual de forma progressiva, passando de 26,4% no citado ano, para 40,5% em 2009 e, desde então, tais produtos ultrapassam os 40% das exportações, além de superarem, a partir de 2010, os manufaturados, tanto em valores absolutos quanto relativos.

O aumento na participação dos gêneros básicos e também dos semimanufaturados (onde se inserem *commodities* agrícolas e agroindustriais) tem levado alguns economistas a reconhecerem um processo de reprimarização da economia ou da pauta exportadora, fato confirmado pela investigação realizada, tanto nas exportações nacionais como nas do município de Uberlândia.

Conforme demonstrado, a pauta exportadora de Uberlândia reflete a própria pauta brasileira, na qual prevalecem gêneros primários e semimanufaturados. Tal tendência (que já dura cerca de uma década, apesar das oscilações nos preços das *commodities* e da própria demanda internacional) vem se mantendo na política econômica do atual governo. Neste contexto, o Brasil, país de industrialização tardia, que teve uma política “desenvolvimentista” implementada, a partir dos anos 1950, pela qual buscou-se, dentre outras metas, alavancar o desenvolvimento industrial (através de modernização tecnológica, entrada de investimentos estrangeiros, de empresas multinacionais, e de criação de infraestruturas necessárias para tal

---

<sup>189</sup> DATAVIVA (2016).

propósito), volta-se, em fins dos anos 1990 e início da década de 2000, para as atividades que envolvem o setor do agronegócio.

A economia do agronegócio retoma uma tradição secular, através de espaços locais e regionais tradicionalmente desenvolvidos em bases agrárias, como Uberlândia e outros municípios do Triângulo Mineiro, os quais se encontram aptos para responder a esta demanda internacional.

As empresas agroindustriais existentes, embora já instaladas, em sua maioria, há mais de uma década no município (Algar-Agro, Cargill, ADM, Brasil Foods e JBS Couros), representam os interesses de grupos vinculados ao moderno agronegócio globalizado.

Neste sentido, a pauta exportadora de Uberlândia, verificada desde o ano 2000 até 2014, demonstra a ação e importância destas empresas na dinâmica econômica local, e na sua articulação ao mercado global. Ao mesmo tempo, o município de Uberlândia constitui um exemplo significativo da dinâmica econômica que o país apresentou até recentemente, no que tange ao agronegócio e às exportações de *commodities* agrícolas e agroindustriais.

Entretanto, a conjuntura do país atualmente acena para possíveis mudanças no “caminho trilhado pela economia brasileira”. Há uma crise política que se soma a uma crise econômica, caracterizada, sobretudo, por recessão, alta inflacionária e elevação das taxas de juros. Um dos efeitos mais tangíveis da crise, sobretudo do ponto de vista sócioeconômico, diz respeito à queda nas taxas de emprego, tendo o desemprego atingido 11,2% no primeiro trimestre de 2016.<sup>190</sup>

Em Uberlândia, de acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), o primeiro semestre de 2016 terminou com o fechamento de 1.822 postos de trabalho, referentes sobretudo ao setor terciário, índice 179% pior que o referente ao mesmo período de 2015.<sup>191</sup>

A exemplo do que vem ocorrendo em nível nacional, algumas empresas comerciais e industriais encerraram suas atividades no município dentre elas, uma das fábricas da Brasil Foods, voltada para a produção de margarinas (como constatado, um dos maiores estabelecimentos industriais do município), a qual foi transferida para o Estado do Paraná. Além da BRF, também a Daiwa do Brasil, grande agroindústria de origem japonesa, voltada para o processamento de fios de algodão e atuando no município desde os anos 1970, anunciou o

---

<sup>190</sup> Dados extraídos do IBGE conforme Cury e Caoli (2016).

<sup>191</sup> LEMOS (2016c).

fechamento da unidade, encerrando sua atuação não somente em Uberlândia, mas também no país<sup>192</sup>.

Por sua vez, a conjuntura internacional em relação ao mercado de produtos primários já não se apresenta mais tão favorável, pois o ciclo de valorização de *commodities* estaria em queda já há alguns anos, além do fato da China, o principal parceiro comercial do Brasil, encontrar-se em processo de desaceleração econômica.

Entretanto, com respeito às relações comerciais Brasil-China, Barros (2015) argumenta que, embora a demanda pelos produtos brasileiros esteja em queda, para as *commodities* alimentícias o cenário ainda apresenta-se favorável, já que os chineses carecem de condições adequadas (como água tratada e terras) para a produção de alimentos. Contudo, segundo ele, apesar de nossa agricultura ser competitiva, seria importante que retomássemos as exportações de produtos industrializados, para a China e outros países.

Diversas críticas vêm sendo feitas ao fomento ao agronegócio, em detrimento de outros setores (embora, como visto, este segmento envolva a atividade industrial e agroindustrial). Contudo, Marques (2016, p. 41), baseado no estudo de Lazzarini e outros (2015), destaca que “[...] algumas *commodities* brasileiras têm valor adicionado comparável ou até superior ao de produtos industrializados [...]”.

Diante da conjuntura atual, nacional e internacional, de que forma as atividades vinculadas ao agronegócio terão continuidade nos próximos anos? No contexto de queda nos preços e diminuição da demanda de *commodities*, quais serão as implicações para os espaços locais – tal como o de Uberlândia –, cujas economias encontram-se articuladas ao comércio de *commodities* no mercado internacional?

O quadro delineado a respeito de Uberlândia, no que tange às exportações de *commodities*, permaneceu o mesmo em 2015, haja vista que os produtos do *complexo soja* e de *couros* continuam sendo os itens de maior participação na pauta exportadora, e a China o principal mercado.<sup>193</sup> As exportações nacionais também mantêm as *commodities* do *complexo soja* e de *carnes* como os principais itens de exportação (além de minério de ferro, considerado *commodity*), e o mercado chinês como o mais importante destino.

No caso do município em tela, embora outras atividades também se destaquem (tais como o comércio atacadista, serviços de telecomunicações, de logística, e de empresas voltadas para a área de biotecnologia), no tocante ao setor industrial, este permanece, até o momento,

---

<sup>192</sup> LEMOS; ROMÁRIO (2016).

<sup>193</sup> DATAVIVA (2016).

com uma estrutura tradicional, sem a presença de ramos motrizes, com estabelecimentos fortemente vinculados à agropecuária.

A pesquisa revelou também que, dentre as indústrias não vinculadas à agropecuária, o ramo produtos químicos consiste no único de maior destaque na pauta exportadora, ratificando a importância da atividade agroindustrial na participação do município na divisão territorial do trabalho. Neste sentido, podemos dizer que a importância do setor industrial, após 2000, se deve, em grande medida, à expansão da agroindústria vinculada ao agronegócio.

Atualmente, Uberlândia encontra-se inserido no Programa Estadual de Revitalização e Modernização de Distritos Industriais, fato justificado pelo secretário de desenvolvimento do município, devido ao seu “potencial de atração de investimentos”<sup>194</sup>. Também no setor leste, sabemos que há um novo distrito industrial sendo construído, entretanto, não há informação ou notícia do tipo de empreendimento a ser instalado em ambos os espaços. Assim sendo, a indústria em Uberlândia estaria fadada ao “mais do mesmo”, ou existe a possibilidade de alguma inovação ou diversificação?

O fato é que as características do setor industrial (predomínio de ramos tradicionais, de baixa intensidade tecnológica, e de um compartimento industrial vinculado à agropecuária) identificadas até o momento, sinalizam para a necessidade de se buscar uma maior diversificação quanto aos ramos (que não sejam somente de alimentos e outros congêneres), visando o desenvolvimento e modernização da atividade industrial.

Por outro lado, como verificamos, é sobretudo através das agroindústrias voltadas para a produção e comercialização de *commodities*, que o município se insere na divisão territorial do trabalho, participando da pauta exportadora brasileira.

Por fim, supomos que a expansão verificada em Uberlândia e em sua agroindústria se mantenha, à medida em que os gêneros agropecuários e agroindustriais provavelmente não deixarão de compor a pauta exportadora brasileira (e, neste contexto, também a uberlandense). Contudo, num cenário talvez menos favorável às exportações de *commodities*, diverso daquele que vigorou até recentemente.

Assim sendo, se nos anos de *boom* mundial de *commodities*, Uberlândia se comportou como um “microcosmo dos eventos” que afetaram as escalas global e nacional, principalmente, absorvendo os estímulos econômicos delas recebidos, na atual conjuntura, caberia às empresas e ao poder local o delineamento de estratégias e de políticas de sustentação à expressiva concentração econômica historicamente estruturada, neste espaço local.

---

<sup>194</sup> ROMÁRIO (2016).

## REFERÊNCIAS

- ADM. **Archer Daniel Midlands**. Disponível em: < [www.adm.com/pt-BR/worldwide/brazil/](http://www.adm.com/pt-BR/worldwide/brazil/)> Acesso em: jun. 2015.
- ALGAR AGRO. **Algar Agro**. Disponível em: < <http://www.algaragro.com.br/>>. Acesso em: jun. 2015.
- ALVES, F. D.; FERREIRA, E.R. **Mercator** - Revista de Geografia da UFC, ano 08, n. 16, 2009. Disponível em: <[www.mercator.ufc.br](http://www.mercator.ufc.br)> Acesso em: mai.2015.
- AMAGGI. **Amaggi**. Disponível em: <<http://amaggi.com.br/sobre/>>Acesso em: jun. 2015.
- ANDRADE, L. Libra Logística compra Porto Seco do Cerrado. **Portal Transporta Brasil**. 14 mar. 2012.Disponível em:<<http://www.transportabrasil.com.br/2012/03/libra-logistica-compra-porto-seco-do-cerrado/>>Acesso em: 16 jul. 2015.
- ARAÚJO, N. B; WEDEKIN, I; PINAZZA, L.A. **Complexo agroindustrial** – o ‘*agribusiness*’ brasileiro. São Paulo: Agroceres, 1990.
- ARAÚJO, T. Maior consumidor de água no Brasil, setor agrícola se defende, prega precificação, educação e investimentos como soluções. **Brasilpost**, 02 mar. 2015. Disponível em: < [http://www.brasilpost.com.br/2015/03/02/crise-hidrica-agricultura\\_n\\_6782858.html](http://www.brasilpost.com.br/2015/03/02/crise-hidrica-agricultura_n_6782858.html)>. Acesso em: 18 mai. 2015.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO (ABAG). **Indicadores/Macroeconomia**. 2016. Disponível em: <<http://www.abag.com.br/indicadores/index/1>> Acesso em: jul. 2016.
- ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE SOJA DO BRASIL. MATO GROSSO - APROSOJA. **Os usos da soja**. Disponível em: <[http://www.aprosoja.com.br/sobre-soja/Os-usos da - Soja](http://www.aprosoja.com.br/sobre-soja/Os-usos-da-Soja)>Acesso em: 12 jan. 2015.
- BAER, W. **A economia brasileira**. São Paulo: Nobel, 2009.
- BARRETO, P. H. História – Bretton Woods. **Desafios do desenvolvimento**. IPEA, **Ano 6 . Edição 50 - 21/05/2009** Disponível em:<[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2247:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2247:catid=28&Itemid=23)>. Acesso em: 07 fev. 2016.
- BARROCAL, A. O ouro de Pequim. **Carta Capital**, Caderno de Economia, 06 jun. 2015. Disponível em: <[www.cartacapital.com.br](http://www.cartacapital.com.br)> Acesso em: 06 jun. 2015.
- BARROS, G. S. de C. et al. Agronegócio brasileiro. Perspectivas, desafios e uma agenda para seu desenvolvimento. **CEPEA**, 2006. Disponível em<[www.cepea.esalq.usp.br/especialagro/EspecialAgroCepea\\_all.doc](http://www.cepea.esalq.usp.br/especialagro/EspecialAgroCepea_all.doc)>. Acesso em: 06 mar. 2016.
- BARROS, G. S. de C. ; OLIVEIRA, A. C. de; ZANDONÁ, N. F. Embarques dos produtos do agronegócio recuam em 2014. **CEPEA**, 11/02/2015. Disponível em <<http://www.cepea.esalq.usp.br/br/indices-de-exportacao-do-agronegocio.aspx>>Acesso em: jun. 2016.

BARROS, M. J. R. **O efeito China**: a economia brasileira será afetada? Entrevistador: Mônica Wodvogel. São Paulo: Globonews, 28 jul. 2015. Entrevista concedida no programa de televisão “Entre Aspas”.

BASTOS, F. Uberlândia está entre as vinte melhores cidades para se viver. **Correio de Uberlândia**, Cidade e Região, 31/10/2014. Disponível em: <<http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/uberlandia-esta-entre-vinte-melhores-pais-para-se-viver/>> Acesso em: mai.2015.

BELAFONTE, C. Número de empresas que operam no entreposto em Uberlândia dobram em 1 ano. **Correio de Uberlândia**, Cidade e região, 01/03/2013. Disponível em: <<http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/numero-de-empresas-que-operam-no-entreposto-em-uberlandia>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. 2ª edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1999. 266p.

\_\_\_\_\_; Pecqueur, B. Os recursos de território e os territórios de recursos. **Geosul**, Florianópolis, v.16, n.32, p 31-50, jul./dez. 2001.

BERNARDES, F.F.; FERREIRA, W.R. A logística em transporte no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: operacionalizando os sistemas agrícolas.

**Observatorium**: revista eletrônica de geografia, v.5, n.13, p. 101-124, jun. 2013. Disponível: <<http://www.observatorium.ig.ufu.br/conselhoconsultivo.htm>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

BORGES, R. E. **No meio da soja, o brilho dos telhados**: a implantação da Perdigão em Rio Verde (GO), transformações e impactos socioeconômicos e espaciais. 2006. 220 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2006.

BRASIL. **Censo demográfico 2010**. Sinopse do censo e resultados preliminares do universo. Brasília, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/0000000402.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Boletim Técnico**: biotecnologia agropecuária. Brasília, 2010. Disponível em: <[http://www.agricultura.gov.br/arq\\_editor/file/Aniamal/Qualidade%20dos%20alimentos/biotecnologia\\_F.pdf](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Aniamal/Qualidade%20dos%20alimentos/biotecnologia_F.pdf)> Acesso em: abr.2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Ministério**. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/ministerio>> Acesso em: jun.2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Agrostat**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://indicadores.agricultura.gov.br/agrostat/index.htm>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério do desenvolvimento, indústria e comércio (MIDIC). **Balanco 2014 perspectivas 2015**. Brasília, 2014 Disponível em: <<http://www.canaldoprodutor.com.br>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério do desenvolvimento, indústria e comércio **Secretaria de Comércio Exterior**. (MIDIC/SECEX). Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério do desenvolvimento, indústria e comércio **Secretaria de Comércio Exterior**.(MIDIC/SECEX). Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: fev.2016.

\_\_\_\_\_. **Relatório Anual BNDES**. Brasília, 2004. Disponível em <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/empr esa/RelAnual/ra2004/relatorio\\_anual2004.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empr esa/RelAnual/ra2004/relatorio_anual2004.pdf)> Acesso em: 26 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. **Tendências demográficas no período de 1950-2000**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tendencias\\_demograficas/co mentarios.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tendencias_demograficas/co mentarios.pdf)>. Acesso em: 28 fev. 2016.

BRASPELCO inaugura a maior fábrica de couro do mundo. **Diário de Cuiabá**, 12 out. 2003. Disponível em: :< <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=156912>.> Acesso em: 27 nov. 2015.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Estado e subdesenvolvimento industrializado**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=4909>>. Acesso em: 26 fev. 2016.

BRF. **Brasil Foods**. Disponível em: <<http://www.brf-global.com/brasil>> Acesso em: jun. 2015.

BRF cria joint venture para alcançar consumidores de Cingapura. **G1**, Economia. 03/06/2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2015/06/brf-cria-joint-venture-para-alcancar-consumidores-de-cing>> Acesso em: 13 jul. 2015.

BUNGE. **Bunge Alimentos**. Disponível em: <[www.bunge.com.br](http://www.bunge.com.br)> Acesso em: jun. 2015.

CARGILL. **Cargill**. Disponível em: < <http://www.cargill.com.br/pt/sobre-cargill-brasil/perfil-global/index.jsp>> Acesso em: jun.2015.

CARVALHO FILHO, J. C. O Brasil e as empresas transnacionais: os novos rumos para a transnacionalização das empresas nacionais **Scientia Iuris**, Londrina, v. 15, n. 1, p. 89-104, jun. 2011. Disponível em: <[www.uel.br/revistas/uel/index.php/iuris/article/download/7586/887](http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/iuris/article/download/7586/887)> Acesso em: maio. 2015.

CASO BRASPELCO já afeta Bertin e BNDES. 26/06/2008. Disponível em:< <http://www.pecuaria.com.br/info.php?ver=3825>>Acesso em: ago. 2016.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol. 1. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

CASTILLO, R.; TOLEDO, M. Política territorial de grandes empresas do agronegócio no Brasil: os casos da soja e da laranja. **Geografia**, Rio Claro, v. 34, n. 1, p. 45-61, jan./abr. 2009.

CENTRO DAS INDÚSTRIAS DE CURTUMES DO BRASIL-CICB. *Ranking* exportadores de couros e peles. 2012/2013. Disponível em: <<http://www.cicb.org.br/wp-content/uploads/2014/02/RANKING-EXPORTADORES-2013.pdf>> Acesso em: ago.2016.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA-CEPEA. **PIB AGRO**. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ). Universidade de São Paulo. Disponível em: < <http://www.cepea.esalq.usp.br/>>. Acesso em dez. 2015.

CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICO-SOCIAIS-CEPES. **Instituto de Economia**. Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em; < <http://www.ie.ufu.br/CEPES>>. Acesso em: nov.2014.

CENTRO INDUSTRIAL E EMPRESARIAL DE MINAS GERAIS-CIEMG/FIEMG. **Cadastro industrial de Minas Gerais**, 2013.1 CD-ROM.

CLEPS, G. D. G. A origem e o desenvolvimento do comércio atacadista em Uberlândia (MG). **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, ano 12, n. 23, jan./jun./2000, p. 5-45.

CLEPS JÚNIOR, J. **Dinâmica e estratégias do setor agroindustrial no cerrado**: o caso do Triângulo Mineiro. 1998, 291 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1998.

COCA, E. L. de F. Debatendo o conceito de reforma agrária: considerações sobre os tipos de assentamentos rurais no Brasil. **Campo-território**: revista de geografia agrária, v. 8, n. 16, p. 170-197, ago., 2013 Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/21598/13078>>. Acesso em: 22 maio 2015.

COELHO, O. de M. **A agricultura moderna no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba**: uma avaliação a partir dos grandes grupos do agronegócio. 2011. Monografia (Graduação em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO-CONAB. Disponível em:<<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125>> Acesso em: 1 maio 2015.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL (CNA). **Índice de competitividade do agronegócio**, 2014. Disponível em:<[http://www.canaloprodutor.com.br/sites/default/files/ICNA\\_Competitividade\\_2014\\_web.pdf](http://www.canaloprodutor.com.br/sites/default/files/ICNA_Competitividade_2014_web.pdf)> Acesso em: 01 maio 2015.

CONTINI, E. et al. Evolução recente e tendências do agronegócio. **Revista de Política Agrícola** n. 1. Brasília, 2006.Disponível em: <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/475>> Acesso em: jun.2016.

CRISTELLOTTI, M. **Localização de curtumes no Brasil através do modelo Coppe-Cosenza de localização industrial**. 2011. 86 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <[http://objdig.ufrj.br/60/teses/coppe\\_m/MarcoCristellotti.pdf](http://objdig.ufrj.br/60/teses/coppe_m/MarcoCristellotti.pdf)> Acesso em: ago.2016.

CUCOLO, E. Barateamento das commodities faz exportação cair 16%. **Folha de São Paulo**, Seção Mercado, 04 ago. 2015, Brasília. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/08.>> Acesso em: 04 ago. 2015.

CUNHA, A.M.da. et al. **Relatório de acompanhamento setorial – couros e calçados**. Campinas: Instituto de Economia, Unicamp/Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), vol. IV, 2009.

CURY, A.; CAOLI, C. Desemprego fica em 11,2% no trimestre encerrado em abril, diz IBGE. **G1 - Economia**, São Paulo, 31/05/2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/05/desemprego-fica-em-112-no-trimestre-encerrado-em-abril-diz-ibge.html>> Acesso em: jul. 2016.

DAHER, R. Exportar produtos primários é tão ruim assim? **Carta Capital**, Seção Economia, 14 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/economia/exportar-produtos-primarios-e-tao-ruim-assim-6793.html>>. Acesso em: 14 ago. 2015.

DALLA COSTA, A. **A Sadia e as sucessivas sucessões nas empresas familiares**. 2005. Disponível em: <[http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/textos\\_discussao/texto\\_para\\_discussao\\_ano\\_2005\\_texto\\_19.pdf](http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/textos_discussao/texto_para_discussao_ano_2005_texto_19.pdf)> Acesso em: 02 abr./2016.

\_\_\_\_\_ A Sadia e sua experiência no mercado internacional. **Economia & Tecnologia**, Curitiba, ano 05, vol. 16, jan./mar. de 2009, p. 151-166. Disponível em: <<http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/revista/16%20Capa/Armando%20Dalla%20Costa.pdf>> Acesso em: 02 abr./2016.

DATAVIVA. **Data viva**. Disponível em: < <http://pt.dataviva.info/>> Acesso em: fev. 2015/2016.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ASSUNTOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Política de Desenvolvimento Produtivo. Nova Política Industrial do Governo. **Nota Técnica**, n. 67, maio/2008. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2008/notaTec67PoliticaDesenvolvimento.pdf>> Acesso em: ago.2016.

DICKEN, P. **Global shift**. Industrial change in a turbulent world. London: Paul Chapman Publishing Ltda., 1988.

ELIAS, D. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. **Scripta Nova: revista eletrônica de geografia y ciencias sociales**, vol. X, n. 218 (03), 1 ago. 2006. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-03.htm>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. Globalização, agricultura e urbanização no Brasil. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, 2013. p.13-32. Disponível em:  
<<http://revista.ufr.br/index.php/actageo/article/viewFile/1937/1225>>. Acesso em: jan. 2015.

EL TEJAR. **El Tejar**. Disponível em:<<http://eltejar.com/>>Acesso em: jun. 2015.

EMPRESAS DO BRASIL. Disponível em:<<http://empresasdobrasil.com/>>. Acesso em: mar. 2016.

ESPINDOLA, C.J. Notas sobre as recentes exportações brasileiras de commodities agropecuárias. In: **Princípios** n. 125 jun-jul, 2013. Disponível em:  
<<http://www.revistaprincipios.com.br/principios/component/content/article/34-noticias/334-notas-sobre-as-recentes-exporta%C3%A7%C3%B5es-brasileiras-de-commodities-agropecu%C3%A1rias.html>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. A dinâmica recente do Brasil no mercado mundial de alimentos. In: VII Congresso Brasileiro de Geógrafos Vitória (ES), **Anais....**10 a 17 ago./2014, não paginado. Disponível em:  
<[http://014.agb.org.br/resources/anais/1/1404306482\\_ARQUIVO\\_ENG2014AdinamicarecentedoBrasilnomercadomundialdealimentos\\_1\\_.pdf](http://014.agb.org.br/resources/anais/1/1404306482_ARQUIVO_ENG2014AdinamicarecentedoBrasilnomercadomundialdealimentos_1_.pdf)>. Acesso em: 16 mar. 2015.

EUA e Brasil: os 25 principais importadores de carne de frango em 2013. **Avisite**. Notícias, 17 mar. 2014. Disponível em:  
<<http://www.avisite.com.br/noticias/index.php?codnoticia=14888>>Acesso em: ago. 2016.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DE MINAS GERAIS-FAEMG. **Agronegócio em Minas**. 2015. Disponível em:  
<<http://www.faemg.org.br/Search.aspx?Keyword=soja>>. Acesso em: 27 jun. 2015.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO-FIESP/CIESP. **Raio-X das relações bilaterais Brasil/China**. janeiro 2012. São Paulo: FIESP/CIESP, janeiro de 2012. Disponível em: <[file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Raio-X-China\\_janeiro-2012.pdf](file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Raio-X-China_janeiro-2012.pdf)>. Acesso em: julho 2014.

\_\_\_\_\_. **Raio-X das relações bilaterais Brasil/China**. Fevereiro 2013. São Paulo: FIESP/CIESP, fevereiro de 2013. Disponível em:  
<[file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/RaioX\\_fev\\_2013.pdf](file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/RaioX_fev_2013.pdf)> Acesso em: julho 2014.

\_\_\_\_\_. **Raio-X das relações bilaterais Brasil/China**. Fevereiro 2014. São Paulo: FIESP/CIESP, fevereiro de 2014. Disponível em:  
<[http://az545403.vo.msecnd.net/uploads/2014/05/raio-x-china-fevereiro-2014\\_7571.pdf](http://az545403.vo.msecnd.net/uploads/2014/05/raio-x-china-fevereiro-2014_7571.pdf). > Acesso em: jan.2015.

FERNANDES, B. M. O MST e as reformas agrárias do Brasil. **Debates**, ano IX, n. 24, out. 2008. Disponível em: <<http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/21803.pdf>>.  
Acesso em: 17 mai. 2015.

\_\_\_\_\_. Agronegócio e reforma agrária. **Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação do Campo (GEPEC)**, sem paginação. Disponível em:<  
<http://www.gepec.ufscar.br/textos-1/textos-educacao-do-campo/agronegocio-e-reforma-agraria/view?searchterm=agroneg%C3%B3cio%20e%20reforma%20agr%C3%A1ria>>  
Acesso em: 18 mai. 2015.

FRANGO de ouro da Sadia. **Avicultura industrial**, Agroindústrias, edição 1120, n.02, 09 fev. 2004. Disponível em <[http://www.aviculturaindustrial.com.br/noticia/frango-de-ouro-da-sadia/20040209170404\\_07752](http://www.aviculturaindustrial.com.br/noticia/frango-de-ouro-da-sadia/20040209170404_07752)>. Acesso em: 02 abr. 2016.

FREDERICO, S. Imperativo das exportações e especialização agrícola do território brasileiro: das regiões competitivas à necessidade de regiões cooperativas. **Geografia**, Rio Claro, v. 37, n. 1, p. 5-18, jan./abr. 2012.

GIRARDI, E. P. **Atlas da questão agrária brasileira**. 2008. Disponível em: <[http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/caracteristicas\\_socioeconomicas\\_b.htm](http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/caracteristicas_socioeconomicas_b.htm)>. Acesso em: 10 mar. 2016.

GODOI, C. **Desenvolvimento das telecomunicações e a especialização territorial e urbana em Uberlândia-MG**. 2007, 107 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

GONÇALVES, R. Capital financeiro, bancário e industrial no Brasil, **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 8, n. 2 (13), p. 179-189, dez. 1999. Disponível em: <<http://www3.eco.unicamp.br/publicacoes>>. Acesso em: 08 mar. 2016.

GRAZIANO DA SILVA, J. Complexos agroindustriais e outros complexos. In: O desenvolvimento perverso da agroindústria brasileira. **Reforma Agrária**, Revista da Assoc. Bras. De Reforma Agrária – ABRA, Campinas, v. 21, n. 3, p. 5-34, 1991.

\_\_\_\_\_. A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira. **São Paulo em Perspectiva**: o agrário paulista, São Paulo, v. 7, n. 3, p. 2-10, 1993.

GUIMARÃES, E. N. **Formação e desenvolvimento econômico do Triângulo Mineiro**: integração nacional e consolidação regional. Uberlândia: EDUFU, 2010, 254 p.

HEREDIA, B. et al. Sociedade e economia do agronegócio – um estudo exploratório. 2006. Disponível em:<[http://campohoje.net.br/sites/default/files/acervo/Projeto\\_da\\_pesquisa\\_2006.pdf](http://campohoje.net.br/sites/default/files/acervo/Projeto_da_pesquisa_2006.pdf)> Acesso em: 11 mai. 2015.

\_\_\_\_\_; PALMEIRA, M.; LEITE, S. Sociedade e economia do agronegócio no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.25, n.74, out. 2010. Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=10717455010>> Acesso em: 11 mai. 2015.

HESPANHOL, A. N. Origem, magnitude e expansão territorial do agronegócio no Brasil. In MEDEIROS, R. M. V.; FALCADE, I. (orgs). **Expressões da reterritorialização do campo brasileiro**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2013, p. 37-66.

IANNI, O. **Teorias da globalização**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

INHESTA, S. BRF aposta na Sadia para consolidar atuação em Minas Gerais. **Revista Exame.com**, Negócios, 12/08/2015. Disponível em:<<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/brf-aposta-na-marca-sadia-para-consolidar-e-ampliar-atuacao-em-minas-gerais>>. Acesso em: 07 jun. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Classificação Nacional de Atividades Econômicas** – CNAE versão 2.0. Rio de Janeiro, 2007.

\_\_\_\_\_. **Sinopse do censo demográfico 2010- Minas Gerais**. 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=31&dados=1>>. Acesso em: jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Cidades**. Minas Gerais, Uberlândia – Produto Interno Bruto dos Municípios. 2013. Disponível em: <[http://cidades.ibge.gov.br/xtras/grafico\\_cidades.php?lang=&codmun=317020&idtema=152&search=minas-gerais|uberlan](http://cidades.ibge.gov.br/xtras/grafico_cidades.php?lang=&codmun=317020&idtema=152&search=minas-gerais|uberlan)>. Acesso em: 2016.

\_\_\_\_\_. **Estimativas de população**, 2016. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/estimativa\\_tcu.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/estimativa_tcu.shtm)>. Acesso em: ago. 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEADATA) **Ipeadata regional**. Agropecuária, 2015. Disponível em: < <http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: maio.2015.

JANK, M. S. O que o mundo espera do agronegócio? **Folha de São Paulo**. Caderno de Economia. 21 março de 2015. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/marcos-jank/2015/03/1606125-o-que-o-mundo-esperado-agronegocio.shtml>> Acesso em: 01 maio 2015.

\_\_\_\_\_. O Itamaraty e as múltiplas brasileiras. **Folha de São Paulo**, Colunas, 25 jul. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/marcos-jank/2015/07/1660303-o-itamaraty-e-as-multi-brasileiras.shtml>> Acesso em: 11 ago. 2015.

JBS. **JBS**. Disponível em: < [http://www.jbs.com.br/pt-br/sobre\\_jbs](http://www.jbs.com.br/pt-br/sobre_jbs)> Acesso em: jun. 2015.

JUSTO, M. Se Dilma quer sair desta crise vai ter que mudar a política econômica. **Carta Maior**, Seção Economia, 11 ago. 2015. Disponível em:<<http://cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FEconomia%2F-Se-Dilma-quer-sair-desta-crise-vai-ter-que-mudar-a-politica-economica>> Acesso em: 11 ago. 2015.

KAGEYAMA, A. et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G.C; GASQUES, J.G.; VERDE, C.M.V.(orgs). **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 1990, Cap. II.

LACERDA, S. M. Logística ferroviária do Porto de Santos: a integração operacional da infraestrutura compartilhada. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 189-210, dez. 2005. Disponível em: <[http://www.bndespar.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev24](http://www.bndespar.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev24)> Acesso em: 16 jul. 2015.

LAMOSO, L.P. Comércio exterior brasileiro: a tese da “reprimarização” da pauta exportadora e suas repercussões para Mato Grosso do Sul. In: XVI Encontro Nacional dos Geógrafos, 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB, 25 a 31 de julho de 2010. Disponível em: < <https://www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho>>. Acesso em: mar. 2014.

LAZZARINI, S. G. et al. Commodities no Brasil: Maldição ou benção. In: BACHA E; BALLE, M. B. (Org.). **O futuro da Indústria no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

LEMOS, V. Em Uberlândia, Porto Seco deve triplicar movimentação de cargas. **Correio de Uberlândia**, Cidade e Região, 10/03/2016a. Disponível em: <[http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/em-uberlandia-porto-seco-deve-triplicar-movimentaca de cargas](http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/em-uberlandia-porto-seco-deve-triplicar-movimentaca-de-cargas)>. Acesso em: 10 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Sem incentivo fiscal, fábrica de margarina transfere atividades em Uberlândia. **Correio de Uberlândia**, Cidade e Região, 07/06/2016b. Disponível em:<<http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/sem-incentivo-fiscal-fabrica-de-margarina-e-fechada-em-uberlandia>> Acesso em; 07 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. Uberlândia tem fechamento de 1,8 mil vagas no 1º semestre de 2016. **Correio de Uberlândia**, Cidade e Região, 28/07/2016c. Disponível em: <<http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/uberlandia-tem-fechamento-de-18-mil-vagas-no-1o-semester/>>. Acesso em: 28 jul.2016.

\_\_\_\_\_.; ROMÁRIO, V. Daiwa do Brasil fecha fábrica em Uberlândia, estimam-se 300 demissões. **Correio de Uberlândia**, Cidade e Região, 20/08/2016. Disponível em:<<http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/daiwa-do-brasil-fecha-fabrica-em-uberlandia-estimam-se-300-demissoes/>>.Acesso em: 28 ago. 2016.

MAGALHÃES, E. S. de. Crise econômica e reprimarização. **Desafios do desenvolvimento**, IPEA, Ano 9 Edição 74 - 31/10/2012. Disponível em:<[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2831:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2831:catid=28&Itemid=23)> Acesso em: 24 ago. 2015.

MARFRIG. **Marfrig Global Foods**. Disponível em: < [www.marfrig.com.br](http://www.marfrig.com.br)>Acesso em: jun. 2015.

MARQUES, F. Um norte para a indústria. **Revista Pesquisa FAPESP**, n. 239, jan/2016, p. 40-44.

MARTINS, H. E. de P. Periodização e análise do desenvolvimento industrial de Uberlândia segundo as tendências locacionais da indústria. **Sociedade & Natureza**, ano 12, n. 23, jan./jun. 2000.

MASSEY, D. **Spatial divisions of labour: social structures and the geography of production**. 2ª edição. London: Macmillan, 1995.

\_\_\_\_\_. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, 312 p.

MAZZALI, L. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização “em rede”**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MEIRELLES, H. Sob a névoa da crise. **Folha de São Paulo**, 09/08/2015. Disponível em:<<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/henriquemeirelles/2015/08/1666328-sob-a-nevoa-da-crise.shtml>>Acesso em: 09 ago. 2015.

MESQUITA, F. C. **O processo de desconcentração industrial no eixo de desenvolvimento São Paulo-Brasília e a dinâmica do setor de alimentos e bebidas em Uberlândia (MG)**. 2011. 202 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000796941>>. Acesso em: 31 agosto.2012.

MINAS GERAIS está entre os 5 estados que mais exportaram em agosto. **Correio de Uberlândia**, Cidade e Região, 14/09/2014. Disponível em: <<http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/minas-esta-entre-os-5-estados-que-mais-exportaram-em-a>> Acesso em: jun. 2015.

MINAS GERAIS. Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Relatórios da pecuária**, 2015. Disponível em: <<http://www.agricultura.mg.gov.br/>> Acesso em: 15 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Planejamento. **Microrregiões e mesorregiões (I.B.G.E.)**. 2012.. Disponível em: <<http://www.mg.gov.br/governomg/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=69547&chPlc=69547&termos=s&app=governomg&tax=0&taxp=5922>>. Acesso em: 07 nov. 2013.

MONSANTO. **Monsanto do Brasil**. Disponível em: <<http://www.monsanto.com/global/br/pages/default.aspx>>. Acesso em: jul. 2015.

MOREIRA, E. V.; SANTOS, L. B. A China e o agronegócio brasileiro. **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 31, v. 2, p. 69-94, jul/dez, 2009. Disponível em: <<http://agbpp.dominiotemporario.com/doc/CPG31B-5.pdf>>. Acesso em: jan. 2015.

MÜLLER, G. **O complexo agroindustrial brasileiro**, Relatório nº 13, Rio de Janeiro, Publicações FGV, 1981.

\_\_\_\_\_. **O CAI brasileiro e as transnacionais e o CAI soja/indústria das oleaginosas**. Relatório nº 24, Rio de Janeiro, Publicações FGV 1982.

\_\_\_\_\_. Brasil agrário: heranças e tendências. **São Paulo em Perspectiva**: o agrário paulista, São Paulo, v. 7, n. 3, p. 11-20, jul./set. 1993.

MULS, N. C. Reprimarização da economia mineira. **Diário do Comércio**, Opinião, 03 mai. 2014, sem paginação. Disponível em: <<http://www.diariodocomercio.com.br/noticia.php?id=134506>> Acesso em: 17 jul. 2015.

NAKAHODO, S. N.; JANK, M. S. “A falácia da doença holandesa no Brasil”. In: **Documento de pesquisa**. São Paulo: ICONE, 2006. Disponível em: <<http://www.iepecdg.com.br/arquivos/leiturassugeridas/doenca%20holandesa%20final%206mar%20-%20final-27032006.pdf>> Acesso em: 18 mar. 2015.

NOGUEIRA, D. Evento em Uberlândia aponta oportunidades de exportação. **Correio de Uberlândia**, Cidade e Região, 27 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/evento-aponta-oportunidades-no-mercado-internacional-para-empresarios/>>. Acesso em: 29 ago. 2015.

OLIVEIRA, A. U. de. A mundialização da agricultura brasileira. In: XII COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 2012, Bogotá. **Anais...**Bogotá: Universidade Nacional de Colômbia, Facultad de Ciencias Humanas, Departamento de Geografía, 2012. p. 1-15. Disponível em: < <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2014.

O'NEILL, J. **O mapa do crescimento** – oportunidades econômicas nos BRICs e além deles. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2012, 256 p.

ORTEGA, A. C. **Agronegócios e representação de interesses no Brasil**. Uberlândia: EDUFU, 2008, 296 p.

OURIQUES, N O Brasil e a sexta Cúpula dos BRICS. **Diário Liberdade**, Brasil, 16 jul. 2014. Entrevista concedida a Elaine Tavares. Disponível em: <<http://www.diarioliberalidade.org/brasil/batalha-de-ideias/49978-o-brasil-e-a-sexta-c%C3%BApula-dos-brics.html>>. Acesso em: 24 set. 2014.

OURO-PRETO, A.C. de. Nova confirmação de poder. **Mesa-redonda** : o Brasil, os BRICS e a agenda internacional / Apresentação do Embaixador José Vicente de Sá Pimentel. -- Brasília : FUNAG, 2012. p. 67-78 Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/OBrasileosBrics.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2014.

PALMA, J. G. Quatro fontes de ‘desindustrialização’ e um novo conceito de doença holandesa”. **Conferência “Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento** organizada pela FIESP e IEDI em 28/8/2005, sem paginação. Disponível em: <[https://macrodesenvolvimento.files.wordpress.com/2013/06/520-20quatro20fontes20\\_2\\_.pdf](https://macrodesenvolvimento.files.wordpress.com/2013/06/520-20quatro20fontes20_2_.pdf)> Acesso em: 19 mar. 2015.

PASSOS, N. Paul Singer: 'O PT tem que optar entre as vantagens do poder e seu projeto para o país'. **Carta Maior**, Política, 26 jun. 2015. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br>>. Acesso em: 26 jun. 2015.

PEDREIRA, R. S. **Para onde vamos** – para uma desindustrialização precoce ou para um caminho promissor? Brasília, set./2014. Disponível em: <[http://www.academia.edu/8813656/Roberto\\_Sampaio\\_Pedreira\\_Para\\_Onde\\_Vamos\\_-\\_para\\_a\\_desindustrializa%C3%A7%C3%A3o\\_precoce\\_ou\\_para\\_um\\_caminho\\_promissor](http://www.academia.edu/8813656/Roberto_Sampaio_Pedreira_Para_Onde_Vamos_-_para_a_desindustrializa%C3%A7%C3%A3o_precoce_ou_para_um_caminho_promissor)>. Acesso em: 19 mar. 2015.

PEREIRA, M. F.V. A inserção subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho: consequências territoriais e perspectivas em tempos de globalização. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, vol. 22, n. 2, p.347-355, ago. 2010.

\_\_\_\_\_. Os agentes do agronegócio e o uso do território no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: da moderna agricultura de grãos à expansão recente da cana de açúcar. **Revista do Departamento de Geografia**, Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 23, p. 83-104, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47206/50942>>. Acesso em: 07 jun. 2013.

PESSÔA, V. L. S. **Caracterização da modernização da agricultura e do desenvolvimento rural em Uberlândia**. 1982. 175 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1982.

PINTO, E. C.; GONÇALVES, R. Globalização e poder efetivo: transformações globais sob efeito da ascensão chinesa **Economia e sociedade**, Campinas, v. 24, n. 2 (54), p. 449-479, ago. 2015. Disponível em: <<http://www3.eco.unicamp.br/publicacoes>>. Acesso em: 08 mar. 2016.

PORTER, M. **A vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

PRADO, M. V. et al. **Estudo do setor de curtumes**. Instituto de Estudos de Marketing Industrial, out. 2013. Disponível em:< <http://www.cicb.org.br/wp-content/uploads/2014/11/estudo-IEMI.pdf>>. Acesso em: agosto/2016.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 43 ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

REIS, M. E. F. BRICS: surgimento e evolução. **Mesa-redonda** : o Brasil, os BRICS e a agenda internacional / Apresentação do Embaixador José Vicente de Sá Pimentel. -- Brasília : FUNAG, 2012. p 31-47. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/OBrasileosBrics.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2014.

ROMÁRIO, V. Distrito industrial de Uberlândia receberá verba para revitalização. **Correio de Uberlândia**, Cidade e Região, 29/03/2016. Disponível em< <http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/distrito-industrial-de-uberlandia-recebera-verba-para-revitalizacao/>> Acesso em: mar.2016.

ROSA, A. V. **Agricultura e meio ambiente**. São Paulo: Atual Editora, 1998, (Série Meio Ambiente), 95 p.

SADIA compra a Granja Rezende por R\$ 134 milhões. **Diário do Grande ABC**, São Paulo, Economia, 28/12/1999. Disponível em <<http://www.dgabc.com.br/Noticia/213197/sadia-compra-a-granja-rezende-por-rs-134-mi> > Acesso em: 02 abr.2016.

SADIA investe R\$ 60 mi em nova fábrica de margarina em Uberlândia. **Folha de São Paulo**, 26/06/2006. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u108847.shtml>>. Acesso em: 23 jun. 2015.

SANTOS, A.M.M. et al. Panorama do setor de couro no Brasil. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 16, p. 57-84, set. 2002. Disponível em: <[https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/2743/1/BS%2016%20Panorama%20do%20setor%20de%20couro%20no%20Brasil\\_P.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/2743/1/BS%2016%20Panorama%20do%20setor%20de%20couro%20no%20Brasil_P.pdf)> Acesso em: ago.2016.

SANTOS, M. **Espaço e método**. 3ª edição. São Paulo: Nobel, 1992.

\_\_\_\_\_. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

\_\_\_\_\_. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2ª edição. São Paulo: EDUSP, 2004, 440 p.

\_\_\_\_\_ **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4ª edição. São Paulo: Hucitec, 2006.

\_\_\_\_\_ **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia.** 6ª edição. São Paulo: EDUSP, 2008, 136 p.

SCOTT, A. J. Les moteurs régionaux de l'économie mondiale. **Géographie, économie, société**, vol. 7, p. 231-253, 3/2005. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-geographie-economie-societe-2005-3-page-231htm>> Acesso em: fev. 2013.

SELINGARDI-SAMPAIO, S. A industrialização de Rio Claro. Contribuição ao estudo da desconcentração espacial da indústria no Estado de São Paulo. **Geografia**, Rio Claro, vol. 12, n. 24, p. 1-60, 1987.

\_\_\_\_\_ A evolução recente do sistema industrial brasileiro: a ação do estado e dos investimentos externos. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro, vol. 18, n. 35-36, p. 5-37, 1988.

\_\_\_\_\_ **Indústria e território em São Paulo: A estruturação do multicomplexo territorial industrial paulista.** Campinas: Alínea, 2009.

SILVEIRA, M. L. A Uma teoria geográfica da sociedade: razão global e razão local. In: CARLOS, A.F.A. (Org.) **Ensaio de geografia contemporânea.** São Paulo: Hucitec, 1996, p. 63-72.

SOARES, B.R. et al. Uberlândia (MG): leituras geográficas de uma cidade média em transição. In: ELIAS, D.; SPOSITO, M. E B.; SOARES, B. R (Orgs.) **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Tandil e Uberlândia.** São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 159-285.

SOUZA CRUZ. **Souza Cruz.** Disponível em:<[http://www.souzacruz.com.br/group/sites/SOU\\_7UUVF24.nsf/vwPagesWebLive/DO7V4KUC?opendocument](http://www.souzacruz.com.br/group/sites/SOU_7UUVF24.nsf/vwPagesWebLive/DO7V4KUC?opendocument)> Acesso em: jul.2015.

SPOSITO, E. S.; SANTOS, L. B. **O capitalismo industrial e as multinacionais brasileiras.** São Paulo: Outras Expressões, 2012, 296 f.

SUSIGAN, W. Estado e industrialização no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 8, n. 4, 1988, p. 1-16. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/32-1.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2016.

SYNGENTA. **Syngenta do Brasil.** Disponível em: <<https://www.syngenta.com.br/>>. Acesso em: jul. 2015.

TAKITANE, I. C.; SOUZA, M. C. M. de. Coordenação de cadeias agroindustriais: o caso Illycafé. **Informações econômicas**, São Paulo, v. 25, n. 7, jul. 1995.

TOLEDO, E. F. T. **Processos de emergência e consolidação de Novos Espaços Industriais no Estado de São Paulo: ações de agentes locais e externos e transformações geográficas ocorridas nos municípios mais industrializados da Região Administrativa de Bauru.** 2013. 236

f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2013.

UBERLÂNDIA, Prefeitura Municipal. **Banco de dados integrados (BDI)** vol. III. 2014.

Disponível em:

<<http://www.uberlandia.mg.gov.br/?pagina=secretariasOrgaos&s=56&pg=514>>. Acesso em: nov.2015.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. **Banco de dados integrados (BDI)** vol. III. 2015.

Disponível em:

<<http://www.uberlandia.mg.gov.br/?pagina=secretariasOrgaos&s=56&pg=514>>. Acesso em: mai.2016.

VEIGA, P. da M. Anos 90: as transformações na indústria e as exportações brasileiras.

**Revista Brasileira de Comércio Exterior**, n. 60, jul./set. 1999, p. 1-16.

<<http://www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/material/rbce/60-PMV.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

VIEIRA, N. M. **O trabalho em sua relação com a técnica e a (re)organização espacial na cadeia carne/grãos da BR – 163, MT**. 2009. 180 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia do Centro de Ciências Sociais – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

APÊNDICE – A – Questionário para empresas

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP, CAMPUS DE RIO CLARO.  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**ENDEREÇO: Av. 24-A, 1515**

**CEP: 13506-900 - Rio Claro (SP)**

**TEL.: (19)35269039;35269147**

Aluna: Denise Leonardo Custodio Machado de Oliveira

R.G. 18.459.606-3

CPF 12371354864

Matrícula/RA: 60025 – D

e-mail: denisecustodiooliveira@gmail.com

**QUESTIONÁRIO INDUSTRIAL**

(para fins de tese de doutorado)

Pesquisa a ser realizada junto a estabelecimentos industriais do município de Uberlândia (M.G.), por Denise Leonardo Custódio Machado de Oliveira, aluna do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Rio Claro, para fins de tese de doutoramento.

Orientadora da pesquisa: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Silvia Selingardi Sampaio (e-mail: triesses@ig.com.br)

Data...../...../.....

**I. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA**

Nome:

Ramo

**II – PRODUÇÃO E MERCADO**

1. Com respeito à unidade industrial localizada no município de Uberlândia:

1.1 Quais são os produtos fabricados?

---

2. Para onde são vendidos?

-mercado interno ( ) Para quais Estados brasileiros?

---

- mercado externo ( ) Quais países?

---

3. Além dos produtos industrializados, a empresa comercializa soja em grãos?

Sim ( ) Não ( )

Em caso afirmativo da resposta anterior, a comercialização é destinada:

- Para o mercado interno ( ). Quais Estados?

---

- Para o mercado externo ( ). Quais países?

---

4. De onde se origina a soja processada na unidade industrial de Uberlândia?

( ) do próprio município

( ) de outros municípios do Triângulo Mineiro: \_\_\_\_\_

( ) de outras localidades do Estado de Minas Gerais: \_\_\_\_\_

( ) de outros Estados brasileiros : \_\_\_\_\_

5. A produção da soja é feita:

( ) através da parceria com produtores rurais

( ) a empresa possui produção agrícola própria

6. A empresa possui armazéns localizados no município de Uberlândia?

( ) Sim ( ) Não

7. Além da soja, quais são as outras matérias-primas utilizadas na fabricação dos produtos?

Qual o local de origem das mesmas?

---

---

---

8. De onde provém os insumos (embalagens, rótulos, contêineres, etc) utilizados pela empresa na fabricação/distribuição de seus produtos?

( ) do próprio município de Uberlândia.

( ) de outros municípios. Quais? \_\_\_\_\_

( ) de outros países. Quais? \_\_\_\_\_